UNIVERSIDADE DE SOROCABA PRÓ-REITORIA ACADÊMICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Maria Lígia Conti

O PERSONAGEM NEGRO EM LIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL: OLHARES OITOCENTISTAS

Maria Lígia Conti

O PERSONAGEM NEGRO EM LIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL: OLHARES OITOCENTISTAS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Profa Dra Jane Soares de Almeida

Ficha Catalográfica

Conti, Maria Lígia

C779p

O personagem negro em lições de história no Brasil : olhares oitocentistas / Maria Lígia Conti. -- Sorocaba, SP, 2011.

224 p.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jane Soares de Almeida Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2011.

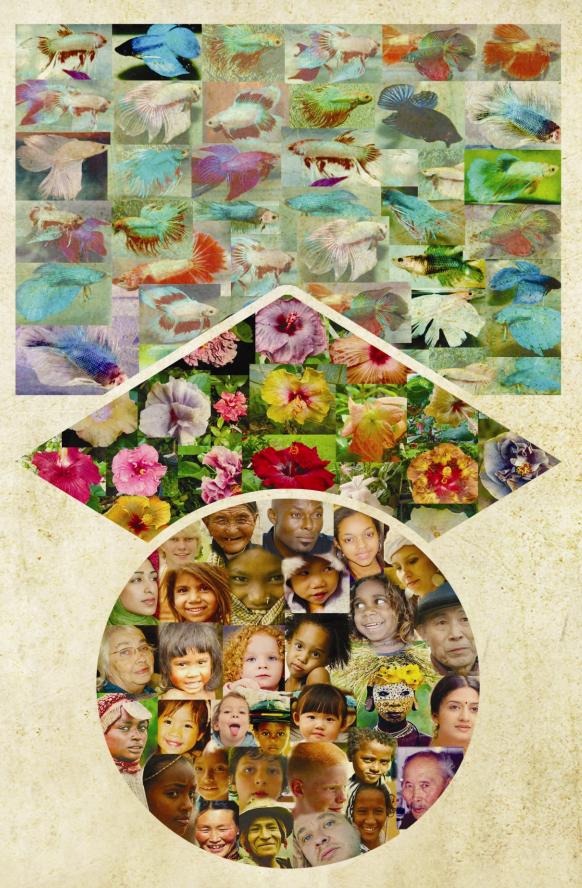
1. Negros nos livros didáticos. 2. Negros – Brasil - História. 3. Negros – Educação - Brasil. 4. História - Estudo e ensino. 5. História - Livros didáticos. 6. Brasil – História – II Reinado, 1840-1889. 7. Educação – Brasil - II Reinado, 1840-1889. I. Almeida, Jane Soares de, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Maria Lígia Conti

O PERSONAGEM NEGRO EM LIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL: OLHARES OITOCENTISTAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa História e historiografia: políticas e práticas escolares, da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 24 de agosto de 2011.
BANCA EXAMINADORA:
Ass.:
Pres.: Prof ^a Dr ^a Jane Soares de Almeida - UNISO
Ass.:
1º Exam.: Prof. Dr. Vidal Dias da Mota Junior - UNISC
Ass.:
2º Exam.: Profa Dra Vania Regina Boschetti – UNISO



"Eu penso que precisamos tomar posse dos medos que temos uns dos outros, e então, de algum modo prático, algum modo diário, descobrir como ver as pessoas diferentemente da forma como fomos educados a ver." Alice Walker

Ao meu amigo, professor e indicador de caminhos, Dr. Luiz Carlos Barreira.

"Oh, Captain, my captain!"

Da proa se avista o horizonte infinito.

No mastro, as velas estão perfeitas — nada se perdeu, nada se danificou.

O mar agora está calmo, a brisa suave, e o sol serenamente se põe a oeste...

Baixemos a âncora por um momento; desfrutemos a alegria da viagem. O amanhã estará sempre lá.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, por todas as ferramentas e condições favoráveis que me permitem a cada novo dia decidir ser ou não ser quem eu sou.

Às bibliotecárias, bibliotecários e pessoal de apoio dos repositórios da memória social – muito pouco teria sido possível sem sua ajuda.

A minha amiga, Elza Tito, de cuja revisão textual eu não poderia prescindir.

Ana Lucia Nunes Conti, Regina Célia Boaventura (obrigada!), Vilma Franzoni (obrigada!), Maristela Nicolellis, Ivani Lomeu Bastos (BLD/USP), Rafael Arinelli, Ana Maria de Sousa Mendes, Ademir dos Santos, Aldo Vannucchi, Leonel Itaussu de Almeida Melo, Luiz Carlos Barreira (obrigada!), Jorge Narciso Matos (*in memorian*), Maria Déa Conti Nunes, Sérgio Coelho de Oliveira, Professores do Programa de Mestrado da Uniso, Professora Vania Regina Boschetti, Professor Vidal Dias da Mota Júnior, Professora Jane Soares de Almeida, meus pais Antonio e Déa, meus bisavós imigrantes, meus ancestrais perdidos na história das misturas raciais...

... Hendrix, Wendy, Gabriel e Igor, que nunca me permitiram esquecer que investir em conhecimento é essencial, que a titulação pode ser importante e escrever é urgente, mas que as prioridades devem ser reavaliadas a todo o momento....

A todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuiram para que este trabalho fosse concluído,

Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho, que se desenvolve na linha de História e historiografia: políticas e práticas escolares, teve como fio condutor a busca do personagem negro, africano ou nascido no Brasil, nas lições de história do Brasil, nos anos 1800: sua relação com a sociedade da época e sua participação no desenrolar histórico das transformações do país. A motivação condutora para tal estudo foi a Lei 10639/03, que determina o ensino da história e cultura africanas nas escolas brasileiras. Objetivou-se encontrar material informativo que trouxesse o conhecimento das relações sociais dos negros em tempos de tráfico negreiro e movimentos pró e contra a escravidão, estendendo-se aos momentos de tensão que levaram à assinatura da lei Áurea, libertando do cativeiro todos os negros, que passaram então a ser considerados cidadãos brasileiros, segundo a Constituição de 1824. Para este estudo, na busca das obras em questão, foram consultados os acervos em diferentes repositórios da memória nacional, como: bibliotecas universitárias, públicas e associativas, nacionais e estrangeiras e, ainda, acervos particulares. De posse de material significativo para a investigação, foram levantados dados e investigadas as efetivas citações referentes aos negros e à sua participação na narrativa histórica de cada autor. Após análise do conteúdo, teceram-se considerações baseadas em fatos históricos, como também em documentação paralela e apoio teórico referente à própria pesquisa histórica. As constatações feitas referentes à narrativa aqui investigada estimulam o interesse por novas questões na busca de propostas de ensino, no que tange a história e cultura africanas.

Palavras-chave: Lições de História. Manual Didático. Memória. Negros no ensino da História. Segundo Império.

ABSTRACT

THE BLACK CHARACTER IN LESSONS OF BRAZILIAN HISTORY: A NINETEEN THE CENTURY PERSPECTIVE.

This study had as its conducting line the search for the image of the black people and their realations with the society presented in the lessons written for the teaching of Brazilian history in the 19th century. The guideline for this search was the law number 10639/03, that demands African history and culture to be taught in Brazilian schools. The objective of the study was to find informative material that would enlighten the aspects of life, for both whites and blacks in their mutual relations, during the time of slavery, until the abolition in Brazil. To carry out this investigation several collections were raised in different repositories of national memory, such as university libraries, and public associations, foreign and domestic, and even private collections, in search of the literary works in question. Following the selection of the books, the work concentrated on individual analysis, and the results were also considered based on historical facts other than that contained in the primary source, as well as on parallel and supporting documentation relating to theoretical historical research. The findings related to the narrative of the period in question stimulate interest in new questions for the search of teaching proposals, when it comes to African history and culture.

Keywords: History lessons. Teaching manual. Memory. Black people in history. Second Empire.

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Condições precárias da memória nacional	23
Figura 2 - Ilustração de capa do livro de Hoornaert	31
Figura 3 - Fases da produção da injera - Etiópia	35
Figura 4 - Escultura da cultura Nok, Nigéria	35
Figura 5 - Uma classe de ensino mútuo	46
Figura 6 - Outro aspecto da sala de aula de ensino mútuo, na Europa	47
Figura 7 - Colégio Pedro II, Rio de Janeiro	52
Figura 8 - Castigos impostos às crianças: métodos pedagógicos do passado	53
Figura 9 - Liceu das Artes e Oficios	56
Figura 10 - Palacete da Babilônia, Imperial Colégio Militar	57
Figura 11 - Manuscrito da Proposta de Von Martius (1844)	65
Figura 14 - Aprovação da Inspetoria Geral da Instrução Pública	73
Figura 15 - Capas e páginas de rosto da obras de Robert Southey	81
Figura 16 - Capa e primeira página da obra de Abreu e Lima	82
Figura 17 - Capas e folhas de rosto da obra de Varnhagen	83
Figura 18 - Capa e página de rosto da obra de Xavier Pinheiro	84
Figura 19 - Página de rosto da obra de Manoel Macedo	85
Figura 20 - Capa e primeira lição da obra de Américo Braziliense	86
Figura 21 - Capa e folha de rosto da obra de Mattoso Maia	88
Figura 22 - Capas dos cinco volumes da obra de Galanti	89
Figura 23 - Folhas de rosto dos cinco volumes da obra de Galanti	89
Figura 25 - Capa, contra capa e folha de rosto da obra de Moreira Pinto	91
Figura 26 - Capas e folha de rosto da obra de Villa-Lobos	92
Figura 27 - Capa e páginas internas da obra do Barão do Rio Branco	93
Figura 28- Obelisco de Axun - Etiópia	121
Figura 29 - Portas de entrada do arquivo histórico do Museum of Tolerance	123

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 O FIO DA HISTÓRIA	27
2.1 O PERFIL DOS PRIMEIROS EUROPEUS CHEGADOS À AMÉRICA	27
2.2 OS PRIMEIROS EUROPEUS NO BRASIL	29
2.3 ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA	31
2.4 OS QUILOMBOS	36
2.5 O Brasil Oitocentista	37
2.5.1 Centros urbanos	39
3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XIX	43
3.1 Brasil colônia e o ensino jesuítico – uma breve introdução	43
3.2 SÉCULOS XVIII-XIX - CONTEXTO TRANSICIONAL E LEGISLAÇÃO	
3.3 AS ESCOLAS: SUA FORMAÇÃO, FUNÇÃO, DISCIPLINAS E CLIENTELA	
4 O TECER DAS LIÇÕES DE HISTÓRIA PARA O ENSINO ESCOLAR	61
4.1 MOVIMENTOS INICIADOS NA EUROPA REFLETEM DIRETAMENTE NO BRASIL	61
4.1.1 A proposta de von Martius (1844) para o ensino da História	64
4.1.2 O livro de lições de História do Brasil	
4.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DO BRASIL	
5 ANÁLISE DO ACERVO CONSULTADO	79
5.1 LEVANTAMENTO DE DADOS	79
5.2 METODOLOGIA	
5.3 ANÁLISE	81
5.3.1 Identificação dos autores consultados e sua obra – resumo	81
5.3.2 Cotejamento entre autores por subtemas	93
5.3.2.1 Discurso dos autores – organizados por subtemas	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A - Alguns aspectos pontuais do desenvolvimento da África pré-invasão	
europeia	
APÊNDICE B - Os 10 maiores mitos sobre a história dos negros	
APÊNDICE C - A questão Varnhagen x Abreu e Lima	135
APÊNDICE D - Código dos Trabalhos dos Indígenas nas Colónias Portuguezas	
de África	
APÊNDICE E - Registro documental da investigação	141
APÊNDICE F - Carta de Joaquim Nabuco ao Secretário de Estado de Sua Santidade,	221
o Papa Leão XII	<i>22</i> I

1 INTRODUÇÃO

The events which transpired five thousand years ago; five years ago or five minutes ago, have determined what will happen five minutes from now; five years from now or five thousand years from now. All history is a current event.

Dr. John Henrik Clarke

A Lei nº. 10.639/03 (BRASIL, 2003), em seu Art. 1º, determina que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A¹ e 79-B. No artigo 26 A, a Lei decreta que "nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira."

No ano de 2008, a mesma Lei 9.394/96 sofre nova alteração, incluindo-se a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena nas escolas públicas e privadas, devendo ser abordados os seguintes aspectos: "o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil". (BRASIL, 2008, art. 26 A, § 1°)

Dessa forma, a lei oferece ao povo brasileiro a possibilidade de resgate da história cultural da formação de sua nação e do efetivo reconhecimento das referidas culturas em seus períodos pré-invasões europeias.

Este estudo volta-se, especialmente, a questões relativas aos negros e a sua possível participação no conteúdo de lições de história do Brasil, no Oitocentos.

Questões relacionadas aos estudos da cultura afro-brasileira remetem a um tecer de considerações sobre a África. Mas qual África? Resta saber. Uma África pós-invasão europeia? Pós-Conferência de Berlin, 1884? Uma África atual, ou ainda, aquela anterior à invasão e domínio europeus?

Não havendo um consenso concernente a essa primeira questão, quando se fala no cumprimento da Lei 10.639/03, surgem, ainda, outros questionamentos relativos ao que se fala, quando se fala em estudo da história e cultura afro-brasileira e, por extenção, em africanidades. A professora Verônica R. Viana questiona: "Quantas Áfricas existem dentro de nós, e quantas há entre eles, africanos? Qual a África que a escola brasileira quer ensinar? Uma África dividida? Em que moldes? Uma África uníssona?" Para ela, o termo Africanidade "é o buscar reorganizar, estudar, valorizar e difundir toda a produção cultural originária dos diversos países da África, nos mais diversos campos". (informação verbal, 2010) ²

Referências à África e aos africanos no sentido de um único lugar e um único povo não são incomuns. Isso ocorre devido à ignorância ainda prevalecente em muitos grupos sociais, no caso, brasileiros, em relação à riqueza cultural existente naqueles 54 países³, hoje

¹ Posteriormente Vetado.

² Verônica R. Viana. Seminário Africanidades, Afrodescendência e Educação, UNISAL/Campinas, Mesa de discussão. 27 nov. 2010.

³ Este número flutua de acordo com o que as nações e associações internacionais reconhecem ou não como nações africanas, um dos pontos de desencontro são as ilhas no entorno do continente, outro são as nações ainda não legitimadas.

divididos geográfica e politicamente de maneira, quase totalmente, arbitrária. A Conferência de Berlim, em 1884, depois de tudo o que o regime escravista já havia provocado no continente, impôs aos africanos grande parte de suas fronteiras geográficas, políticas e sociais, provocando rupturas culturais com as quais até hoje sofrem inúmeros grupos étnicos.

E no Brasil, quem são os afrodescendentes? Onde estão? Como vivem? Como são identificados? Como se revelam e como se sonegam?

Hoornaert (1994, p. 39) apresenta um quadro da mestiçagem ocorrida no Brasil, relacionando, segundo termos utilizados no século XVIII, um número de 18 alternativas para resultados de cruzamentos entre o que se chamava na época as "três raças primárias": indígenas, brancos e pretos. Observe-se neste, mesmo quadro, que a designação "pardo" entra em "qualquer modalidade".

Quadro 1: Diferenças étnicas enunciadas no século XVIII, referentes ao Brasil

MISCIGENAÇÕES POSSÍVEIS	DEFINIÇÕES
BRANCO com BRANCA	branco, mazombo, americano (versus "reinol")
PRETO com PRETA	negro, crioulo, moleque
ÍNDIO com ÍNDIA	índio, caboclo
BRANCO(A) com PRETO(A)	mulato
BRANCO(A) com ÍNDIO(A)	mameluco (termo árabe)
PRETO(A) com ÍNDIO(A)	cafuzo, curiboca, carió
PRETO(A) com MULATO(A)	cabra, fula, cabrocha
BRANCO(A) com MULAT0(A)	terceirão
QUALQUER MODALIDADE	pardo

Fonte: (HOORNAERT, 1994, p. 39)

No último Censo, o IBGE (2010) investigou "qual é a cor e raça dos brasileiros". Objetivando um resultado por amostragem, foi entregue um questionário a um número predefinido de cidadãos, que deveriam autodefinir-se/declarar-se branco, preto, amarelo, pardo ou indígena, o que, segundo o Instituto, permitiria "maior detalhamento geográfico da composição étnica da população". E apenas para citação, é interessante notar que os pardos, para o IBGE, compõem, com os pretos, o grupo de afrodescendentes⁴, o que os classifica como pertencentes à raça negra, permitindo-lhes usufruir, inclusive, das regalias das leis de cotas, por exemplo.

Na pesquisa de 2010, pela primeira vez a contagem revelou que a população brasileira deixa de ser (ou de se apresentar como) predominantemente branca. Segundo o Censo Demográfico daquele ano, o número de pessoas que se declararam "pardas" e "pretas" subiu,

Ja

⁴ No Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2010), tem-se as seguintes entradas para o verbete "Pardo: *adj*. (s. XIV) 1 de cor escura, entre o branco e o preto; 2 branco sujo, escurecido; 3 de cor fosca que pode variar do amarelo ao marrom escuro [...]; 6 a cor escura, entre o branco e o preto; 7 m.q. **mulato**. Etimologia lat.imp. pardus,i 'leopardo', emprt. do gr. párdos 'id.'; ver pard- Sinônimos: esbramado, pardacento, pardaço, pardento, pardilho, pardusco; ver tb. sinonímia de mestiço e mulato." Ou seja, nenhuma referência direta, exceto por sugestão de sinonímia, à origem africana.

respectivamente, para 43,1% e 7,6%, enquanto na pesquisa anterior, os números eram de 38,4% (pardos) e 6,2% (pretos) do total da população. Os números revelam, ainda, que a população negra, em dez anos, aumentou em quatro milhões, indo de 10.554.366, em 2000, para 14.517.961. A população parda por sua vez aumentou para 16,9 milhões, indo de 65.318.092 para 82.277.333. A parcela de indígenas cresceu de 734.127 para 817.963, e a amarela, de 761.583 para 2.084.288. A população que se identifica como branca, por sua vez, embora ainda seja a maioria (47,7%), em números absolutos, diminuiu. Entre 1995 e 2010, houve queda de 6,41% do número de pessoas que se declararam brancas. (UCHINAKA, 2011)

Embora os números estatísticos apresentados pelo IBGE sejam positivos, em relação à revalorização identitária dos grupos raciais historicamente discriminados, observa-se claramente que, com a designação "pardo", a afrodescendência não está adequadamente, ou objetivamente, determinada, uma vez que se pode apresentar a pele mais escura nas descendências dos indianos, dos árabes e dos próprios indígenas, para indicar apenas três grupos; e, do mesmo modo, uma pessoa de pele branca pode perfeitamente ter ascendentes africanos. Assim, a pessoa de pele amorenada, que desconhece sua origem – sua árvore genealógica -, pode declarar-se parda, na intenção de dizer-se afrodescendente, tanto quanto a de pele mais clara, pela mesma ignorância, pode autodeclarar-se branca, pretendendo-se caucasiana, e estarem as duas equivocadas. Além disso, a porcentagem de sangue negro ou branco de uma pessoa, em estatísticas geográficas, nunca é levada em consideração quando a questão é definir raça, sendo geralmente priorizada a cor de pele, ou seja o resultado cromático das misturas.

Sales Augusto dos Santos reconhece essa realidade, mas defende que os dados estatísticos apresentados pelo IBGE, IPEA e outras instituições públicas brasileiras

Indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. Assim sendo, ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros, [...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum. (SANTOS, 2002 apud GOMES, 2005, p. 40)

Com base nesses dados estatísticos e reconhecendo a evidente presença dos negros na composição étnico-cultural deste país, a presente investigação busca saber como a História do Brasil, em seus primeiros relatos, trata a chegada e o estabelecimento dos negros africanos em solo brasileiro e, principalmente, se há algum registro e até mesmo análises sobre sua participação em fatos nacionais históricos.

Para isso, este estudo baseia-se em produções dos primeiros autores da história do Brasil, buscando suporte em autores contemporâneos que fazem referência estritamente histórica àquele século. O recorte temporal se deu em razão de esse ser o período em que o

Brasil tomou para si a responsabilidade de contar sua história. Tendo em vista que os grandes movimentos sociais com bases nos conceitos de eugenia ⁵ ocorreriam com maior representatividade e força no início do século XX ⁶, em princípio, considerou-se a possibilidade de os autores – posteriores aos grandes navegadores e anteriores aos cientistas eugenistas – terem se dedicado à narrativa histórica tal qual ela se sucedera. Teriam esses historiadores, principalmente da segunda metade do século XIX, investigado quem eram os negros e negras que vieram a este país; sua região de origem; as formas como foram transportados de um continente a outro; em que condições vieram (além da de escravos); a que localizações foram designados; quais tarefas lhes foram confiadas (sob quais critérios); que tipo de adequações ocorreram por parte dos negros e dos brancos? Objetiva-se, assim, neste estudo, investigar como se documentou o processo inicial da história dos negros no Brasil, em tempos em que eles ainda eram sujeitos a transações de compra e venda no mercado escravista.

Alguns estudos apontam a chegada dos negros já nas primeiras caravelas, no século XVI, outros afirmam que só se deu de fato no século XVII, quando o tráfico oficial foi iniciado. De qualquer maneira, foi no século XIX que ocorreram grandes mudanças na história desses personagens - considerando-os aqui já personagens da história do Brasil -, quando, ainda que paulatinamente, e pelo menos oficialmente, recuperaram sua condição original de homens e mulheres livres.

Em fins do século XIX, o Brasil seria a última nação a decretar a abolição total e irrestrita da escravidão (1888). O período em questão demarca, ainda, entre outros importantes eventos, o fim da monarquia, a proclamação da República (1889) e a abertura do país à imigração europeia (imigração essa intensificada nos anos 1818, 1824, 1875 e 1888).

Por essas razões, por ter sido esse período um tempo de significativos movimentos histórico-sociais, o presente estudo é feito sobre livros de História do Brasil utilizados no ensino do século XIX, período também em que o país começa a definir seus moldes de educação escolar e a imprimir seus próprios livros. Nesse material impresso investigam-se as narrativas da história do Brasil: as batalhas ocorridas, os avanços ao interior do país, os processos de construção das vilas e capitanias, a formação social da nação, as lutas políticas e, mais objetivamente, a participação dos negros nesses eventos.

Nesse momento em que a história começa a ser narrada "em casa", buscou-se relatos sobre os africanos e seus descendentes. Equivocadamente, acreditava-se, até o início desta investigação, que todos os negros que chegaram ao Brasil colonial teriam sido, necessariamente, escravos. Em princípio, o objetivo deste estudo seria constatar como haviam sido capturados na África; quais os critérios de seleção e os cuidados tomados; como era feito o transporte; dados sobre as condições gerais da importação; a vida nas senzalas e na

⁵ Eugenia: termo cunhado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), significando: "O estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente". (GOLDIM, 1998)

⁶ Em 1908, foi fundada a "Eugenics Society" em Londres, primeira organização a defender estas ideias de forma organizada e ostensiva. Um de seus líderes era Leonard Darwin (1850-1943), oitavo dos dez filhos de Charles Darwin, militar e engenheiro. Em vários países europeus como: Alemanha, França, Dinamarca, a antiga Tchecoslováquia, Hungria, Áustria, Bélgica, Suiça e a antiga União Soviética, dentre outros, além de americanos, incluindo o Brasil, proliferaram sociedades semelhantes. Segundo Oliveira R. em Étique et medicine au Bresil, a Sociedade Paulista de Eugenia, foi a primeira do Brasil, tendo sido fundada em 1918. (GOLDIM, 1998)

casa grande; descrições dos escravos de ganho, do engenho e de casa e a alforria, omitindo-se, inicialmente, por ignorância, a existência no Brasil de negros livres que jamais foram submetidos à escravidão - enfim, objetivou-se encontrar nos livros de História do Brasil, A História do Brasil.

Para o projeto inicial, submetido à aprovação da banca do mestrado, foram feitos vários levantamentos bibliográficos, via internet, em bibliotecas dos Estados Unidos, Inglaterra e Portugal, além das principais bibliotecas do Brasil. Foi constatado um raro e precioso acervo de documentos impressos e/ou digitalizados aqui e no exterior, referente ao século XIX. Contudo, para o manuseio e leitura de importantes imagens e livros, este trabalho baseou-se em opções oferecidas pelas bibliotecas de São Paulo, Sorocaba e Arquivos eletrônicos disponíveis online.

Na Biblioteca do Livro Didático/USP (BLD) foram relacionados vários títulos, entre os quais apenas alguns puderam ser selecionados, pois outros não se enquadravam na proposta de estudo. No Gabinete de Leitura Sorocabano, foram pesquisados inúmeras obras antigas, tendo-se selecionado algumas. Relatos com características que Furet descreveu como "antiquários" ou viagens não foram selecionados por não se poder considerá-los como tendo sido utilizados sistematicamente em salas de aula. Além desses, para as fontes prímárias, utilizou-se, ainda, do acervo particular, do historiador Sérgio Coelho de Oliveira e da Biblioteca Digital do Senado.

Enfim, no total, foram criteriosamente investigados 18 livros, sendo 11 títulos/autores, dos quais nove foram comprovadamente utilizados para o ensino em escolas no século XIX, conforme documentado no capítulo sobre os Livros Didáticos para o ensino da História. Dos outros dois títulos será justificada a inclusão, no capítulo da Análise do Acervo Consultado.



Figura 1- Condições precárias da memória nacional

Fonte: Foto da autora

Sendo obras raras, muitas em condições muito frágeis (Fig. 1), não foi possível fazer cópias xerográficas ou eletrônicas, o trabalho foi desenvolvido por meio de anotações e fotos digitais e transcrições. Um trabalho extenuante, porém bastante recompensador.

Ao visitar o passado nas páginas de livros de História, onde estão definidos e descritos os momentos de tensão, as glórias e a metamorfose da colônia em nação independente, deitou-se os olhos muito especificamente sobre os homens e mulheres africanos e seus descendentes nascidos em solo brasileiro. Isso se deu pelo real interesse de desvendar como tais personagens foram caracterizados pelos autores daqueles livros: como teriam sido tratados, sob o olhar do homem culto do século XIX, seus atos de resistência, rebeldia, heroísmo, martírio, traição, colaboração com governos, enfim, seus caracteres, atitudes e ações humanas.

A razão desta investigação? Resumiu-se em oferecer aos negros e seus descendentes informações sobre como seus antepassados, enquanto agentes de sua própria história, foram documentados, revelando-lhes não só as derrotas, mas também as vitórias. Outro aspecto do interesse não poderia deixar de ser o de oferecer aos não negros as mesmas informações.

Para entendermos a nação brasileira e sua sociedade, para nos entendermos como um povo multicultural que somos, faz-se necessário rever nossa história, buscar nossas origens, indagar do passado e trazer à tona o que jaz submerso na noite do esquecimento. Nas palavras do cientista Jean Louis R. Agassiz (séc. XIX), "Olhar o novo sem discorrer o passado é andar o presente de olhos vendados em longa estrada de vidro".

Contudo, tão logo iniciada a investigação nos livros de História do Oitocentos, observou-se claramente que pouco se fala dos negros e de sua participação nos eventos que rechearam e envolveram a formação desta nação. Os homens negros ou mestiços, fossem africanos ou brasileiros, foram espaçadamente citados em um ou outro evento, em relatos pouco ou nada específicos. Das mulheres e crianças, por sua vez, (quase) nada se fala, assim como da vida doméstica, de relações sociais, de assédios, de abusos ou de resistências (as poucas citadas, como Palmares⁸, são classificadas como insurgências). Feita essa constatação, ainda que a investigação não houvesse sido completada, foi necessário buscar respostas às indagações iniciais em livros outros que não aqueles dedicados especificamente à educação escolar, mas que pertencem ao campo da história – linha de pesquisa deste estudo.

Desenvolveu-se um estudo sobre o caráter da dominação europeia sobre as Américas, assim como o perfil dos homens que se arrebataram aos mares inóspitos em busca de novas terras – quem eram, como agiam e porque agiam daquela forma. As respostas a essa investigação ajudam a clarear os escuros corredores das dúvidas que se colocam sobre as questões relativas à escravidão. Faz-se necessário conhecer o perfil dos seres humanos que escravizaram seus semelhantes, alegando que não o eram. Saber como, por quem e porque os africanos foram os eleitos à escravidão, além de como esses reagiram a tal eleição, facilitará a compreensão do desenrolar da história. Levantados os primeiros movimentos de colonização, procedeu-se a uma breve análise da situação do Brasil, já independente, nos anos 1800: como

⁸ Houve muitos quilombos no Brasil. O mais importante foi o "Quilombo de Palmares", instalado na Serra da Barriga, onde hoje é o estado de Alagoas. Durou mais de sessenta anos e sobre ele há citações nas obras aqui investigadas, como se verá nas análises do acervo consultado.

Citação (oral) feita pelo Prof. Christian Fernando dos Santos Moura, Seminário Africanidades, Afrodescendência e Educação, UNISAL/Campinas, Mesa de discussão. 27 nov. 2010.

se caracterizou essa nova sociedade, quais alguns de seus principais aspectos socioeconômicos e políticos. Essa averiguação conduz a uma melhor compreensão da abolição e da própria qualidade da inserção do negro como personagem da história nos livros de lições.

Especificamente sobre os livros de lições, desenvolveu-se um estudo relativo ao processo de educação no Brasil oitocentista. Investigou-se quem eram os professores e os autores das obras, como eram transmitidas as ditas lições e que critérios ou influências as mesmas seguiam, além das normas que as ditavam e controlavam. Por fim, procede-se à análise específica do conteúdo encontrado nas lições publicadas nos livros selecionados para esta pesquisa e apresenta-se algumas conclusões e direcionamentos para possíveis futuras investigações.

Dessa forma, com base em um esquema sequencial e lógico, dividiu-se este trabalho em 5 partes principais, além desta **Introdução**:

O fio da História. Neste capítulo são traçadas linhas gerais sobre os primeiros europeus que chegaram às Américas e, mais especificamente, ao Brasil. O objetivo dessa abordagem é trazer ao trabalho o perfil dos exploradores que sentiram à sua época a necessidade de escravizar homens e mulheres, seus semelhantes, e que, para isso, encontraram justificativas adequadas ao seu momento histórico. Além de escravos, como se verá, a colônia foi também povoada por outros elementos que aqui foram enviados (a partir do Reino) à revelia, como forma de punição ou solução social/penal. Também é feita uma abordagem da questão da resitência do negro à escravidão, e o quilombo como uma das formas dessa resitência. É, ainda neste capítulo, tecido o pano de fundo para a apresentação do capítulo seguinte: apresentam-se aspectos específicos dos anos 1800 no Brasil, descrevendo-se a situação em que o país e a sociedade se encontravam quando da instalação das escolas onde seriam ministradas as lições da História do Brasil.

A Educação no Brasil no século XIX. Este capítulo visa a levantar dados contextuais históricos relativos à educação e à instituição escolar, no período em que os livros didáticos aqui analisados foram produzidos. Esse estudo assume uma perspectiva que se inicia a partir de fatos que antecederam o momento da produção daqueles livros, e acompanha o processo até a efetiva utilização dos mesmos. Este levantamento é de essencial importância para que se possa olhar com olhos da época e sentir, com os movimentos socioculturais e econômicos de então, o que levava os autores a fazer suas escolhas sobre o falar e o calar na narrativa da História do Brasil a ser apresentada à juventude do Brasil oitocentista.

O tecer das lições de história para o ensino escolar — Neste momento se inicia a questão pontual do objeto deste trabalho, indicando como o estudo da História em bancos escolares, a partir de movimentos que ocorrem primeiramente na Europa, se torna fundamental para o poder, em termos de divulgação de aspectos importantes para a perpetuação do domínio e a esperada consciência nacional. Apresentam-se propostas de ensino da disciplina, todas originárias da Europa, e suas tedências. E, ainda, neste capítulo, são apresentados os primeiros movimentos que levaram o Brasil a imprimir seus próprios

livros de lições de História e discorre-se sobre como alguns daqueles conteúdos chegaram a ser impressos e utilizados em salas de aula nos anos 1800, e até o início dos 1900.

Análise do acervo consultado – O presente estudo faz o levantamento e análise de conteúdo referente ao negro em um volume de 18 livros, sendo 11 os autores selecionados. Neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para o levantamento de dados e, em seguida procede-se à apresentação e análise desses dados, seguidas de comentários gerais relativos ao que se encontrou.

Por fim, apresentam-se as Considerações finais.

2 O FIO DA HISTÓRIA

No discurso histórico, aquilo que designamos e explicamos como acontecido escapa-se pelas malhas da teia explicativa, esconde-se por trás de cada palavra, a da época, que não comporta exatamente os significados de hoje, e as de hoje, ainda que com o mesmo som, que somam novos conteúdos aos conteúdos de outrora. Para nos aproximarmos de velhos conceitos temos de iluminar e vencer a resistência das palavras, vividas em tempos diferentes, e com palavras antigas e novas lançar de novo a teia que prenda as relações dos acontecimentos.

Antonio Borges Coelho

2.1 O PERFIL DOS PRIMEIROS EUROPEUS CHEGADOS À AMÉRICA

De acordo com a narrativa histórica oficial, Colombo, em suas viagens entre Espanha e Caribe, teria dado início a um intercâmbio de gente, animais e plantas comestíveis. Teria, ainda, deixado para trás (abandonados) marinheiros europeus que deveriam povoar as terras americanas. Hoornaert (1994) relata em seus escritos que muitos dos "indesejáveis" nas sociedades europeias foram compulsoriamente "despejados" em terras americanas. Teriam sido as prostitutas, os ladrões, os vagabundos. A América, por sua natureza selvagem, foi para eles a prisão ideal, tornando-se, então, uma enorme colônia de presos e desterrados, sendo que, ainda segundo Hoornaert, os franceses foram os que mais utilizaram desse expediente em suas colônias. (p. 111)

Antônio Borges Coelho (2000, p. 57), "a propósito do movimento social, protagonizado pelos europeus, iniciado no século XV, pelos portugueses", indica que os vocábulos utilizados à época eram: "descobrimentos, expansão, evangelização, império, encontro de civilizações [...]" Ou seja, a palavra invasão não é utilizada, exceto, segundo o mesmo autor, quando se trata das "expansões" asiáticas — que são então chamadas "invasão dos bárbaros, dos árabes, dos mongóis" -, mas nunca se ouviu falar em "invasão europeia". Conquistas e Descobrimentos eram os termos associados às expansões portuguesas.

Durante alguns séculos, os territórios extra-europeus dominados pelos portugueses foram designados como Conquistas. João de Barros usou frequentemente a expressão Descobrimento e conquistas. Os títulos do rei D. Manuel, atrás evocados ["rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, senhor da Guiné, da navegação, comércio e conquista da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia"] indicam a intenção e uma prática política comercial e militar, embora a realidade ultrapasse o ditado da bandeira. A intenção aparece de rosto descoberto, mas os escreventes justificam-na desde logo pela missão divina de dilatar a fé, mesmo quando ela é recusada de armas na mão. (COELHO, 2000 p. 58)

O autor, após esclarecimentos sobre as expressões e seus usos, e algumas considerações sobre as ações dos portugueses, opta por seguir seu texto utilizando o termo "expansão portuguesa". Eduardo Hoornaert (1994, p. 93) indica que "[...] entre os escritores da primeira geração que tentaram entender o que estava acontecendo aqui [na América] a

partir de 1492, praticamente ninguém falava de 'invasão', nem Sahagún⁹, nem Durán¹⁰, nem Acosta¹¹, nem Cortés¹² – o invasor por excelência – nem o próprio Colombo (é claro!)". O autor destaca a violência com que as invasões, principalmente as hispânicas, ocorreram na América e indica a já então conhecida fama dos europeus em geral como povos violentos, cruéis e sádicos, conhecidos e temidos em terras por onde estiveram (a exemplo das Cruzadas, na historiografia árabe). (HOORNAERT, 1994, p. 94) O autor reflete sobre o perfil dos europeus daquela época:

Pensamos com Las Casas que, além do desejo de lucro, houve realmente um elemento a mais no comportamento dos conquistadores: a tendência para matar, destruir e massacrar. Já as cartas de Américo Vespúcio revelam, de forma inconfundível, o comportamento desses europeus nas "aventuras", longe da terra natal. Na sua primeira carta dirigida de Sevilha a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, em Florença, no dia 18 de junho de 1500, Vespúcio relata ao seu "magnífico senhor" o seguinte:

"Quando íamos a terra com as barcas [os habitantes] nos impediam de saltar à terra. De modo que éramos forçados a combatê-los, e no fim da batalha livraram-se mal de nós, que sempre como estão nus fazíamos deles grandíssima matança, que nos sucede muitas vezes dezesseis de nossos combater dois mil deles e ao fim desbaratá-los e matar muitos deles e roubar as casas". (p. 96)

E pondera:

Que tipo de homem era esse que, ao entrar em contato com outros, imediatamente começava a massacrar as pessoas, aparentemente sem motivo nenhum? Por que falar em dezesseis homens armados contra dois mil indefesos? Que sentimentos se escondem e se revelam nessas palavras? Tratava-se, no caso, apenas de piratas – "marginais" no contexto da cultura europeia – ou será que eram realmente representativos de um tipo de gente produzido pela história da Europa? Até hoje não encontramos respostas satisfatórias [...] (p. 96-97)

Uma das hipóteses que Hoornaert levanta com relação a essa explosão de violência na América é o "medo" – medo do outro, do diferente, o medo da alteridade.

Da

Bernardino de Sahagún, (Espanha ca. 1499 - México, 1590). Autor de várias obras bilíngues em náuatle e espanhol, consideradas hoje entre os documentos mais valiosos para a reconstrução da história do México antigo, antes da chegada dos conquistadores espanhóis.

José de Acosta (Medina del Campo, 1539 – Valladolid, 1600) foi um jesuíta, poeta, cosmógrafo e historiador espanhol que foi para o Peru em 1571. Escreveu Historia natural e moral das Índias em 1590.

Diego Durán (Espanha, 1537 – México 1588). Desde muito jovem interessou-se pela cultura dos astecas. Para escrever a sua história, baseou-se em testemunhos orais de índios, pinturas, aspectos materiais da sua cidade, investigou tudo o que era possível, na sua própria época. A sua obra, escrita em 101 capítulos, abrange a cultura e a religião dos astecas; a história dos astecas desde a sua origem (a saída de Aztlán) até a conquista. Concluiu a sua obra em 1581 e morreu em 1588. Incluiu desenhos no seu texto que lhe conferem um maior valor documental. O manuscrito permaneceu inédito até 1867.

Hernán Cortés Monroy Pizarro Altamirano (Espanha, 1485 - 1547), conquistador e explorador espanhol. Particularmente Cortés foi diferente de seus antecessores que não procuravam saber nada sobre os índios. Ele tinha uma percepção política e histórica de seus atos. O historiador Tzvetan Todorov atribui a Cortez a invenção de uma tática de guerra de conquista e, por outro lado, a invenção de uma política de colonização em tempos de paz.

Realmente, é como se, ao desembarcarem aqui [nas Américas], os europeus tivessem raiva dos que não eram iguais a eles, e passassem a querer destruílos desesperadamente. A alteridade lhes era uma ameaça, diretamente dirigida contra a lógica que os mantinha presos. (HOORNAERT, 1994, p. 98)

Ainda que não reconhecida pelos historiadores da época (e muito tempo depois), as invasões ou entradas dos europeus no continente americano reduziram, em menos de um século, de maneira drástica, a população continental nativa. Havia aqui por volta de 80 milhões de habitantes, em torno do ano 1500, e já no final do século, essa população limitavase a 10 milhões – o que significa que de cada 8 indivíduos americanos, 7 haviam sido exterminados, de uma forma ou de outra ¹³. (HOORNAERT, 1994, p. 96) Além do já conhecido e admitido interesse nos lucros, que por si não se justificaria, a razão pela qual houve tanta violência investida nas Américas [e África, dir-se-ia], afirma o autor, ainda está por ser descoberta ou compreendida.

2.2 OS PRIMEIROS EUROPEUS NO BRASIL

Estabelecido o domínio de Portugal sobre as terras brasileiras, os primeiros colonos a aportarem no Brasil em nada se assemelhavam aos imigrantes que viriam séculos mais tarde em busca de oportunidades: trabalho, melhores condições financeiras, um lugar onde se pudesse constituir uma família, criar filhos, progredir social e financeiramente. Aqueles primeiros europeus, na verdade, não diferenciavam muito dos bárbaros, ainda que não se entendessem dessa forma e que a história oficial os tenha distanciado daqueles.

Sérgio Buarque de Holanda (1993), ao traçar "as raízes do Brasil", apresenta o português, assim como o espanhol, como um povo muito mais dedicado ao ócio do que ao negócio. (p. 10) A falta de apreço ao trabalho, segundo Holanda, justificaria a falta de organização social daqueles povos.

Onde prevaleça uma forma qualquer de moral do trabalho dificilmente faltará a ordem e a tranquilidade entre os cidadãos, porque são necessárias uma e outra, à harmonia dos interesses. O certo é que, entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico. Não admira que fossem precárias, nessa gente, a ideia de solidariedade. (HOLANDA, 1993, p. 10)

Ainda segundo o autor (p. 13), a conquista dos trópicos se deu, não por um processo metódico, planejado, racional, que visasse a um resultado elaborado, fruto de "vontade construtora energética", mas antes, ocorrreu entregue ao acaso, "fez-se antes com desleixo e certo abandono [...] se fez apesar de seus autores".

Buarque de Holanda assinala que em uma sociedade há dois princípios distintos que "se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens". (p. 13) Esses dois

Causas-mortis, segundo Hoornaert (1994), foram massacres, doenças trazidas da Europa, fome causada pela tomada das terras e plantações dos índios, cansaço (por exploração do trabalho), falta de vontade de viver (pelas condições de vida a que foram submetidos), diminuição na natalidade, falta de assistência, entre outras.

princípios seriam o que aos homens dá a característica de aventureiros ou de trabalhadores, sendo que esses atributos não se mesclam.

Definindo então os portugueses (e os espanhóis) como aventureiros: audaciosos, imprevidentes, irresponsáveis, instáveis etc., Holanda diz que buscavam, como é típico do aventureiro, recompensas imediatas, proveito material instantâneo. No caso específico do português em terras brasileiras, o autor indica que o que vinham buscar, "era, sem dúvida a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho".

> Não foi, por conseguinte, uma civilização tipicamente agrícola o que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura açucareira. Não o foi, em primeiro lugar, porque a tanto não conduzia o gênio aventureiro que os trouxe à América; em seguida, por causa da escassez da população do reino, que permitisse imigração em larga escala de trabalhadores rurais, e finalmente pela circunstância de a atividade agrícola não ocupar então, em Portugal, posição de primeira grandeza (HOLANDA, 1993, p. 18)

Assim, além dos homens rudes (e, segundo Holanda, dados à ociosidade) e das mulheres em número insuficiente, a terra a ser desbravada, descoberta e conquistada compunha o cenário dos primeiros séculos no Brasil colônia.

Ao se considerarem as condições em que viviam essas pessoas, no início da colonização, sua cultura, os interesses nas riquezas que a terra poderia lhes proporcionar e na brutalidade característica do momento – claramente expressa na crueldade com que trataram os nativos¹⁴; nos envios de órfãos e crianças menos afortunadas às colônias¹⁵; no desterro dos indesejados; nas transações que envolviam mulheres – não se pode estranhar a escravidão. A naturalidade com que se escravizaram os indígenas em um primeiro momento e os africanos em seguida (em termos de sequência histórica no Brasil) é absolutamente compatível com o perfil do europeu dos primeiros séculos da colônia. Os chamados homens brancos, colonizadores do Brasil (e de outras tantas terras), eram brutos e como brutos agiam.

Por outro lado, os indígenas naturais das Américas e da África, ambos aqui feitos escravos, além de estarem vivendo uma situação claramente diferente (e não necessariamente inferior) da dos europeus, em termos de desenvolvimento social, militar, econômico etc., assim como seus algozes, também não gozavam de qualquer polidez ou refinamento, dado o estágio evolutivo da própria humanidade. Mas não por isso se sujeitariam a tão péssimas condições impostas, sem impressionante resistência – o que se deu historicamente de diversas maneiras.

Sobre como essa resistência se expressou em todo o continente americano e africano e particularmente no Brasil, há inúmeros trabalhos desenvolvidos, especialmente nas últimas décadas, por estudiosos das diversas áreas das ciências sociais.

Sobre o envio de órfãos e menores infratores (a partir da idade de 9 anos) efetivados pela Inglaterra, França e Portugal a suas respectivas colônias, na África e América, para o trabalho servil, ver: Murray (1847), Mattoso

Maia (1886), Mello Moraes, (1879), Lima (1843), Carvalho (2006).

¹⁴ Sobre os nativos, Sérgio Buarque de Holanda compara a indolência do indígena brasileiro – sua ociosidade e aversão ao trabalho disciplinado – ao perfil do próprio português nobre. Essa característica, na opinião, do autor, pode ter sido uma explicação para a eleição desse indígena como tema nacional no século XIX, reservando-lhes as "virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavaleiros", em oposição ao negro, que tomou a posição de rebelde e ou submisso. O autor indica, ainda, que teria havido uma certa acomodação por parte dos portugueses aos modos livres dos indígenas, daí uma não tão forçada forma de escravidão sobre eles. (1993 p. 22, 25-26)

2.3 ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA

Merely by describing yourself as black you have started on a road towards emancipation, you have committed yourself to fight against all forces that seek to use your blackness as a stamp that marks you out as a subservient being.

Steven Biko

Ao transpor-se do período da Idade Média à Era Moderna, o mundo ocidental, com as regras do capitalismo que se iniciava na expressão do mercantilismo, se desenvolvia vertiginosamente. As nações europeias começavam a se definir geográfica e politicamente. O desenvolvimento econômico se fazia imprescindível e urgente. Com o fim do sistema feudal, cujo modelo econômico restringia-se a uma agricultura de consumo próprio e circulação restrita, as expansões marítimas, iniciadas por Portugal e Espanha, conquistavam terras distantes e exigiam mão de obra para sua exploração. Havia que se cultivar terras e produzir alimentos para a crescente população europeia, e extrair produtos naturais, como minérios, entre outras tantas atividades que surgiam com o franco desenvolvimento das relações comerciais entre as nações. Contudo, a mão de obra requerida não estava disponível na própria Europa. Era necessário buscá-la entre outros povos e esses certamente não se disporiam a trabalhar voluntariamente para conquistadores. Assim, optou-se pela escravidão como solução. Homens e mulheres escravizados, mantidos sob controle e submissos a rígidas condições, trabalhariam para os seus senhores, permitindo-lhes enriquecer, sem que tivessem de partilhar os ganhos ou mesmo pagar pelos serviços.

Mas não se poderia simplesmente sair à caça de homens e mulheres. Para povos que se entendiam cristãos e civilizados, a escravidão de seres humanos deveria ser justificada. Nada foi mais natural do que apresentar exatamente a religião e a civilização como argumentos para a escravidão. (Fig. 2)

Figura 2 - Ilustração de capa do livro de Hoornaert : História do cristianismo no Caribe e América Latina

Fonte: foto da autora

Tratariam de dominar homens e mulheres primitivos, e ao tê-los sob seu comando, os instruiriam nos modos da civilidade moderna e nos ensinamentos do Cristo — os povos escravizados seriam salvos da ignorância, e suas almas ganhariam o céu, enquanto os escravagistas se redimiam de qualquer culpa pela força de sua pseudo-benevolência cristã.

Com relação à escravidão em si, a Europa feudal já a admitia,

[...] algumas pessoas deviam ser consideradas propriedades (*res*) e, na língua vernácula da época, o latim, termos clássicos como *instrumentum uocale* e *res* eram usados, normalmente, para designar aqueles que as línguas vernáculas chamavam *escravos*, *slaves*, *esclaves*, *schiavi*, *Sklaven*, *eclavos* (CARVALHO, 1987 apud FUNARI, 1996, p. 26)

Assim, a escravidão não seria combatida nem estranhada na Idade Média e no início da Era Moderna, de forma que estendê-la ao Mundo Novo não representaria qualquer problema aos conquistadores (FUNARI, 1996, p. 26), especialmente se considerando as justificativas que ora se apresentavam.

Foi em 1472, em Portugal, sob o reino de D. João II, que se deu início ao primeiro ciclo do ouro e dos escravos (na forma de escravidão como a que se deu no Brasil). "A caça ao escravo fará desaparecer com a população das Ilhas Canárias. Os choros e os gritos dos escravos negros e mouros, separados das mulheres e dos filhos no partir dos lotes, eram abafados pela fé que se justificava com a salvação das almas". (COELHO, 2000, p. 68)

As razões que permitiram aos europeus eleger os negros africanos como escravos em suas colônias na América encontram na literatura atual opiniões diversas, que variam de uma possível exaustão de mão de obra indígena a conceitos de logística: a África representava um local de fácil acesso, com grande oferta e próxima às regiões de uso.

Mas tinha que ser uma região que estivesse fora da sua economia mundial, de forma que a Europa pudesse deixar de lado as consequências econômicas, na região fornecedora, derivadas da retirada, em grande escala, de trabalhadores escravizados. A África ocidental era a que melhor correspondia a essas exigências. (WALLERSTEIN, 1974 apud FUNARI, 1996, p. 26)

De qualquer forma, tendo sido elegida a África como provedora da mão de obra escrava, haveria que se definirem os métodos de obtenção dessa massa trabalhadora que seria enviada ao Brasil.

Herbert S. Klein e Thornton apontam os próprios africanos como participantes efetivos no tráfico, sendo que eles mesmos teriam capturado e vendido aqueles que seriam os escravos na América, controlando tanto o número quanto as etnias que eram escoadas de um continente a outro. (THORNTON, 1992; KLEIN, 1989 apud FUNARI, 1996, p. 27) Funari, contudo, indica que um estudo sobre esse assunto carece ainda de um maior aprofundamento.

[...] devemos aceitar que a participação africana no tráfico de escravos era voluntária e estava sob o controle de africanos [...] o desejo da elite política e comercial africana de fornecer escravos deveria ser buscado na sua própria dinâmica interna e história. (p. 27)

A literatura da época e a atual, contudo, apresentam fortes argumentos indicativos não de um comércio humano, puro e simples, mas a uma caça desenfreada nas matas continentais da África. A opressão e os sacrifícios a que foram sujeitados homens e mulheres tornados escravos nas colônias americanas já se iniciava ainda em solo africano, num tormento que ia desde sua perseguição e captura até o armazenamento e embarque nos imundos tumbeiros.

Porém, os negros, ao contrário do que se tem transmitido como informação histórica escolar, não foram fáceis de escravizar. Nas narrativas de livros de História, apreende-se a ideia de que os índios "amavam muito a liberdade, e sobre qualquer outra coisa receavam perdê-la", como dirá Galanti (1910, p. 10-14), por isso não seriam facilmente escravizados; já os negros, dizia Las Casas, para eles "o cativeiro não prejudicava tanto a religião como o dos indios" (apud GALANTI, 1910, p. 10-14), o que sugere uma certa brandura por parte dos africanos, um conformismo em que somos levados a crer nos bancos escolares (assim como tenta justificar a omissão dos religiosos no apoio aos negros, em detrimento de sua luta pela liberdade dos índios).

Os negros, originários de uma cultura dessemelhante da dos europeus, vindos de diferentes pontos geográficos da África e pertencentes a diferentes etnias, muitos deles mulçumanos, quando aqui tornados escravos, fugiram, criaram quilombos, entraram em conflitos com os senhores, armaram grande revoltas, infiltraram-se na sociedade dominante – enfim – reagiram à escravidão – resistiram tanto quanto puderam e a enfrentaram com coragem e ousadia.

Temos, portanto, que nem a escravidão foi branda nem a aceitação da escravidão foi passiva (ou pacífica), assim como, de forma alguma, a escravidão representou uma fase sem importância significativa e peso, na história da humanidade.

"Nathan I. Higgins estudou, recentemente, como a narrativa dominante da história norte-americana tem deformado a escravidão, considerada como uma anormalidade menor ou como uma aberração". (FUNARI, 1996, p. 27) Essa tendência não está longe do que ocorre no Brasil, onde é comum enfatizar-se relacionamentos afetuosos entre o senhor e seus escravos. Se por um lado esse relacionamento está explícito em vários estudos e documentos de época, não se podem ignorar os inúmeros casos de revolta e rebeldia resultantes de maus tratos. É o que prova o elevado número de quilombos que se fizeram por todas as províncias da colônia. "Se estivermos conscientes dos níveis insuportáveis de barbarismo associado à escravidão no Novo Mundo, torna-se fácil entender a importância dos quilombos". (HOBBSBAWN, 1994 apud FUNARI, 1996, p. 28)

Dentre os quilombos todos que se formaram no Brasil, o que se tornou o mais famoso na história, certamente por sua longa existência e pela resistência frente aos inúmeros ataques de armas oficiais tanto de portugueses como de holandeses, foi o quilombo dos Palmares. Sobre essa organização e sua estrutura, Funari nos diz que os documentos históricos referemse à existência de casas, ruas, capelas, estátuas, estábulos e até mesmo palácios.

Os palmarinos cultivavam milho, mandioca, feijão, batata-doce, além de cana-de-açúcar e banana. Em 1671, Fernão Coutinho encontrou fundições e oficinas; e os palmarinos produziam, também, cerâmica e obras em madeira. Uma boa parte da tecnologia do quilombo deve ter sido desenvolvida nas fazendas durante o cativeiro. Os índios interagiam com os escravos, seja como companheiro de desventuras, seja como parceiros comerciais, ou de

outras formas. As tecnologias indígenas - do fabrico da cerâmica à preparação de redes, passando pela pesca e o processamento da mandioca – foram apropriadas e, muitas vezes, desenvolvidas pelos escravos. (FUNARI, 1996, p. 34)

Com relação ao desenvolvimento dos africanos como fruto de um provável aprendizado de coisas básicas com os índios americanos, abrindo um parêntese relevante nesta exposição, vale observar dois exemplos:

- a) Quando os europeus chegaram à África subsaariana, descobriram que a base da alimentação dos africanos era uma massa de farinha cozida em água, normalmente sem sal, com uma consistência que permitia que as pessoas tirassem pequenos pedaços que mergulhavam num molho, por vezes fazendo-lhe uma concavidade com o dedo polegar, onde introduziam o molho ou pedaços de carne. Esse alimento, às vezes em forma de panquecas, ainda é utilizado hoje em países como a Nigéria, Burundi, Etiópia e muitos outros – o que evidencia independência da convivência com os índios brasileiros para o desenvolviemnto da técnica de aproveitamento o da mandioca. (Fig. 3)
- b) A escultura nigeriana, da cultura Nok (Fig. 4), de ferro fundido, hoje sob a guarda do Museu de Louvre, na França. A cultura Nok foi propagada na Nigéria durante a Idade de Ferro, entre os séculos 500 aC e 200 dC.- portanto, antes da chegada histórica dos europeus àquele continente ou qualquer contato dos africanos com indígenas americanos. A citação desta peça em especial(cuja função à época não é aqui considerada) tem o objetivo de apresentar, num único exemplo, um dado que por si já desmistifica qualquer ideia de incompetência de africanos, considerando-se a delicadeza artística com que é elaborada, mas, principalmente, o alto grau de tecnologia que a fundição exige ¹⁷. Outros destaques de civilizações africanas, pré-invasões europeias, foram organizados no APÊNDICE A, contudo, para melhor verificação dos níveis de desenvolvimento do continente africano, ver os quatro primeiros volumes da coleção História Geral da África, publicada pela Unesco, em 7 volumes, em edição impressa em 2010 e versão online em 2011.

¹⁶ Refere-se aqui à invasão europeia à África, não a contatos intercontinentais anteriores a esse evento.

^{17 &}quot;Para trabalhar o ferro, é necessário extrair o metal do solo, quebrá-lo em peças, depois aquecê-lo à temperatura de pelo menos 1100 graus célsius, sob condições controladas." About.Com - Archaeology. African Iron Age - The Spread of Iron - A Timeline and Definition. Por K. Kris Hirst. Disponível em: http://archaeology.about.com/od/africanironage/qt/africanir

Figura 3 - Fases da produção da *injera* - do grão fresco (*teff*) à apresentação final para consumo - Etiópia.



Fonte: Google Images

Figura 4 - Escultura da cultura Nok, Nigéria (acervo Louvre - França)



Fonte: About. Com – Archeology

2.4 OS QUILOMBOS

How can we resist exploitation if we don't have the tools to understand exploitation?

Odenigbo, em Half of a yellow sun, de Chimamanda Adichie.

Os quilombos representaram na história da escravidão no Brasil um movimento de resistência, de recusa aos grilhões que os senhores brancos tentavam lhes impor. E nessa resistência, havia também alguns movimentos de "integração" com as sociedades locais (ainda que grandes fossem os números de ataques dos quilombolas aos engenhos e fazendas)

Pataca [líder de um dos "bandos" quilombolas] e seus homens apareciam nos vilarejos da área, onde faziam compras e vendiam peixes. O líder andava com 'negras e guarda de honra', fazia batuques nas matas, em alguns engenhos da área e até mesmo dentro das casas no vilarejo de Tejucupapo. [...] entre os dias 24 e 28 de junho de 1829, Pataca e seus seguidores – todos bem armados - se alojaram pacificamente na povoação da Ponta de Pedras e ficaram lá batucando, saindo dali para a vila de Tabatinga, onde compraram pólvora e beberam aguardente.

Essa atitude é reveladora da tentativa dos quilombolas não só de combater a escravidão, mas também de se integrar à sociedade, como homens livres. A aliança com a população pobre do lugar, e até com alguns senhores como dona Helena [uma senhora branca que foi defendida e vingada por Pataca], do engenho do Macaco, era parte dessa estratégia mais ampla de sobrevivência. Pataca sabia do respeito que lhe era tributado pela população local. (CARVALHO, 1996, p. 420)

Os relatos apresentados por negros remanescentes dos quilombos revelam que nem todas as sociedades formadas pelos negros fugidos da escravidão desapareceram com a extinção de seus respectivos quilombos, como pode sugerir a historiografia referente àqueles agrupamentos, ao analisá-los "sob a ótica do binômio formação/destruição". (FUNES, 1996, p. 467-468)

Funes (p. 468) alega que a temática do processo histórico dos negros no Brasil, que passa pela resistência e constituição dos quilombos, "como contraponto às sociedades escravistas" é pouco explorada pelos historiadores. O trabalho do autor visa, através da história oral, levantar dados que apresentem os negros como agentes de seu próprio processo histórico, ou seja, negros que resistiram ao sistema, constituíram sociedades alternativas ao que lhes era imposto pela escravidão, estabelecendo-se em espaços "onde ser livre era a experiência maior".

A constituição de família foi a primeira forma encontrada pelo escravo, em seu universo social, de amenizar as adversidades, pois 'dentro do precário acordo que o escravo extraía dos seus senhores, o casar-se significava ganhar controle sobre o espaço de moradia' (SLENES, 1989 apud FUNES, 1996, p. 471). ¹⁸

⁸ Sobre a constituição familiar e outros aspectos da cultura do negro escravizado na América, observe-se a relação dos Maiores Mitos sobre a História dos Negros, por Leronne Bennett Jr (2011), no APÊNDICE B.

Conforme Funes esclarece, nesse espaço que era de certa forma reservado e independente da autoridade do senhor, os negros desfrutavam de um pouco de autonomia e até mesmo de momentos de lazer. Valendo-se de uma mistura de diversos componentes culturais, os escravos dançavam e cantavam em seus cultos aos santos, cujas imagens esculpiam rusticamente no âmago dos troncos das palmeiras.

[...] dias santificados eram dias de "pagodes", "sambas", "bailes negrinos" e de frequentar o "cassino africano". [...] Sem dúvida havia um espaço onde os negros, libertos ou escravos, eram donos de si.

Esses aspectos não significam, de forma alguma, ideias equivocadas de que houve uma aceitação tácita do escravo à sua condição social, por um lado e, por outro, uma benevolência explícita, ou mesmo implícita, dos senhores. A luta de classe não deixa de existir. Há varias formas de fazê-la e é no cotidiano que o escravo constrói a sua contra-ordem escravista. (REIS; SILVA, 1989 apud FUNES, 1996, p. 472)

A economia das sociedades quilombolas baseava-se no extrativismo, na agricultura e no comércio, ainda que este último em menor escala. Em várias regiões, os quilombolas desenvolveram uma agricultura de roçados, onde plantavam legumes, tabaco e maniva – uma espécie de mandioca com a qual faziam sua própria farinha. Funes relata que uma de suas entrevistadas contou-lhe que "quando os negros fugiam das fazendas para os quilombos, levavam sementes que as mulheres escondiam nas voltas de seus cabelos", de forma a poder plantar para seu sustento. (p. 482)

Segundo Aquino et al. (2000, p. 43),

Ainda que cientes dos bárbaros castigos a que seriam submetidos, caso fossem recapturados, os negros continuavam fugindo. Muitos nem buscavam viver em liberdade em um quilombo. Mudavam de cidade, trocavam de nome e procuravam modificar sua aparência, deixando crescer o bigode ou não raspando mais a barba.

Ou seja, enquanto houve escravidão, houve resistência. Os relatos, imagens, documentos da escravidão são inúmeros em toda a América, na Europa e na África; uma infinidade de livros foram e têm sido publicados trazendo mais e mais informações sobre esse período inglório da história da humanidade.

2.5 O BRASIL OITOCENTISTA

Nas palavras de Aquino et al. (2000, p. 39), "[...] o mundo não permanece estático! Assim como o mundo, indivíduos e sociedades igualmente se modificam". Essa fala de Aquino et al. refere-se especificamente às mudanças ocorridas na Inglaterra. Aquele país que fizera fortunas a partir do tráfico de escravos negros, principalmente para os Estados Unidos, passa, no século XIX, a partir da Revolução Industrial, a fazer ostensiva frente ao comércio negreiro, assim como ao trabalho escravo. No ano de 1776, o filósofo escocês, Adam Smith, em sua obra "Riqueza das nações", condenara o regime de escravidão como um sistema antieconômico. Em 1787, foi criada uma sociedade que visava ao combate à escravidão, pois, segundo Aquino et al., a Revolução Industrial exigia para seu total desenvolvimento uma mão

de obra qualificada e essa não poderia ser encontrada entre escravos, ao mesmo tempo em que os mesmos escravos, ou alforriados, não se configurariam como consumidores, alvo e interesse fundamentais da indústria em franco desenvolvimento ¹⁹. Assim, em 1807, a Inglaterra efetivamente proíbe o tráfico negreiro em todas as suas colônias. (AQUINO et al., 2000, p. 39)

Por ocasião da Independência do Brasil, para reconhecê-la, a Inglaterra, ao assinar o tratado em 1826, impôs uma cláusula em que fixava o compromisso do governo brasileiro de descontinuar o tráfico negreiro. Compromisso esse assumido mas não cumprido.

No entanto,

[...] as autoridades inglesas continuavam a fazer *vista grossa* porque o Brasil continuava a importar quase tudo o que era produzido nas fábricas inglesas, contraía sucessivos empréstimos junto aos banqueiros ingleses e exportava matérias-primas e produtos agrícolas para o mercado inglês. Em suma, assegurava os lucros ao capitalismo britânico. (AQUINO et al., 2000, p. 40, grifos do autor)

Houve porém, aumento tributário nas tarifas alfandegárias no Brasil, convertendo-se em legislação protecionista, atingindo, segundo Aquino et al., 2.919 artigos de importação. Essa ação provocou protestos, inclusive na Inglaterra, especialmente por parte de sua burguesia. Assim, em 8 de agosto de 1845, o Parlamento inglês aprovou a *Bill Aberdeen*, dando a eles próprios, ingleses, o direito de aprisionar navios brasileiros dedicados ao tráfico de escravos, sendo que seus tripulantes seriam julgados em tribunais britânicos, decisão essa que revoltou o governo brasileiro, mas que se manteve em vigor até 1869.

Foi somente em 1850, com a Lei n. 581, a "Eusébio de Queirós", que o Brasil proibiu efetivamente a importação de escravos, enquadrando como piratas, e submentendo a punições cabíveis, aqueles que persistissem.

Após a Lei Eusébio de Queirós, os negros que fossem apreendidos em navios negreiros seriam reexportados às custas do Estado. Contudo, enquanto a reexportação não ocorresse, esses deveriam ser empregados em trabalhos debaixo da tutela do Governo.

Edgar Robert Conrad (apud AQUINO et al., p. 41) declara: "Legalmente eram livres, mas mantidos em estado de servidão de fato, muitos pelo resto de suas vidas, alguns por talvez meio século".

De qualquer forma, a interrupção da entrada de negros no Brasil levava a produção agrícola a se estagnar. Aquino et al. indicam que por não participar dos benefícios do que era produzido por eles, os escravos limitavam-se a trabalhar apenas o suficiente para não serem castigados. A solução para esse problema sempre tinha sido aumentar o número de trabalhadores por meio da importação, mas essa já não era possível, o que levou alguns a compreender que as vantagens da escravidão já não existiam.

Além da proibição da importação de negros, o Brasil no século XIX também presenciava movimentos populares pela abolição total da escravatura. E os negros, por sua vez, também faziam sua parte no processo da abolição, agindo, principalmente, na resistência.

Razões essas que, se não justificam, explicam a falta de interesse nos negros libertos em 1888, e o seguido abandono dessa massa populacional à sua própria sorte.

Dizem Aquino et al.. que "os quilombos não chegaram a pôr em xeque a escravidão, ainda que estimulassem a fuga de escravos e acarretassem gastos materiais na organização de expedições para combatê-los." (p. 42) Mas as populações, principalmente urbanas, podiam ver que a escravidão representava um obstáculo ao desenvolvimento do país que se entregava ao modelo capitalista. E "muitos **até mesmo** condenavam ser alguém propriedade de outro ser humano." (AQUINO et al., 2000. p. 42, grifos nossos)

Na causa emancipacionista estavam envolvidos muitos intelectuais, entre os quais, alguns negros, como Luis Gonzaga Pinto da Gama, André Rebouças e José do Patrocínio.

Contudo, os proprietários de escravos, fazendeiros, ainda não estavam convencidos de que poderiam manter seus bens sem os escravos.

Tentou-se, por algum tempo, empregar verdadeiras *remontas de escravos*. Nelas, alguns escravos homens eram utilizados em processos contínuos de fecundação de escravas mulheres. Tais práticas acabaram sendo abandonadas por se revelarem antieconômicas. (AQUINO et al., p. 45, grifos do autor)

Segundo Aquino et al., dizia-se que "[...] o Brasil era o café e sem o escravo não haveria a cafeicultura", e essa posição definitivamente atrasou no parlamento os andamentos da abolição, posto que a posição dos fazendeiros era crucial no Brasil.

No período da Monarquia, o Brasil, segundo Buarque de Holanda (1993), era sutentado não por uma cultura agrícola propriamente, mas era, "sem dúvida, uma civilização de raízes rurais". Eram os fazendeiros escravocratas e seus filhos, profissionais liberais (muitos educados na Europa) "quem monopolizava a política". Eram eles os líderes nos parlamentos e nos ministérios, eram eles quem lançavam seus candidatos e os elegiam "fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio". (HOLANDA, 1993, p. 41). Schueler (1999) indica que a consolidação do Estado Imperial não alterou bruscamente aquelas estruturas econômicas agrário-exportadoras e, consequentemente, a maioria da população do Império permanecia vinculada ao meio rural.

Ao mesmo tempo em que se buscavam soluções para os problemas da lavoura e da escravidão, autoridades e empresários, em fins do século, estavam empenhados em estimular a vinda de europeus para o Brasil, ou seja, brancos livres, num claro movimento de tentativa de branqueamento da sociedade brasileira (ainda que a grande força desse processo racista tenha se estabelecido com mais definição e rigor no século XX). "A muitos parecia inconcebível construir um país modernizado com uma sociedade em que predominassem negros, mulatos e ex-escravos." (AQUINO et al., 2000, p. 45)

2.5.1 Centros urbanos

Desde a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, o cenário geral da colônia, agora Império do Brasil, passara a se modificar por completo. Especialmente o Rio de Janeiro, eleito sede do Império, centro político financeiro, burocrático e comercial do país, sentiu as primeiras movimentações do desenvolvimento que lentamente (e não totalmente) abrangeria o restante do país.

Mas não seria antes de meados daquele século que o acentuado crescimento demográfico, estimulado pela constante entrada de imigrantes, especialmente de portugueses e de africanos (esses últimos trazidos pelo comércio escravista), acelararia as necessidades de reformas urbanas, o que incluía o planejamento do espaço urbano. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se o maior e mais importante centro urbano do país. Além do Rio, outras cidades também se desenvolviam em função do crescimento demográfico urbano, como Salvador e Recife e Ouro Preto, nas províncias de Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, respectivamente. (SCHUELER, 1999)

As melhorias ocorreram em diferentes cidades do país, intensificando-se a partir de 1830, segundo Schueler. O Rio de Janeiro, que representava um importante porto de entrada de imigrantes, assim como ocorreria com a cidade de Santos, recebeu especial atenção por parte das autoridades no sentido de se desenvolverem projetos de saneamento básico, visando à higienização. Assim, foram instaladas redes de esgoto e iluminação a gás, além de outras melhorias que viabilizariam a locomoção e permanência das pessoas na cidade, onde se desenvolviam, gradualmente, as instalações de fábricas, construções de prédios públicos, parques, aquedutos e outros benefícios, incluindo-se as escolas.

Contudo, esse crescimento demográfico e utilização do espaço urbano não significaram, necessariamente, desenvolvimento e eficiente ação administrativa governamental, no sentido de viabilizar os espaços urbanos e modenizar as estruturas essenciais às cidades. Já em fins do século, a situação da cidade de Salvador, por exemplo, era ainda desoladora.

A vida urbana era intensa. Os prédios públicos construídos revelavam a imponência da ordem social "civilizada" que se pretendia fundar. Na cidade de Salvador, os edifícios pertencentes à administração provincial contrastavam com a arquitetura barroca e colonial das inúmeras igrejas e estabelecientos religiosos. O cotidiano da cidade, onde cerca de 60% da população era constituída por negros e mulatos livres e libertos, em 1872, demonstrava que a maioria dos habitantes vivia no "limiar da pobreza", como bem definiu Katia Mattoso [1997]. (SCHUELER, 1999)

No ano de 1888, o Brasil chegou, afinal, à emancipação total e irrestrita dos negros. Porém, a massa negra recém liberta não foi incorporada pelo mercado de trabalho assalariado, o que caracterizou, segundo Aquino et al.(2000. p. 51), uma incapacidade da estrutura econômica brasileira. A elite dirigente, dizem os autores, "imbuída no espírito escravocrata, insistiu na importação de trabalhadores europeus com o intuito de branqueamento social".

As desumanas condições de vida a que o negro foi submetido no Brasil deixaram marcas profundas no imaginário social, levando a classe dominante a defender que os ex-escravos eram incapazes ao exercício de tarefas elaboradas, fossem na agricultura ou na indústria. Renegava-se, desse modo, o fato de o negro ter sido, durante séculos, a mais importante força produtiva da economia brasileira, além de responsável maior pela produção da riqueza nacional. (AQUINO et al., 2000, p. 51)

Essa situação, ou seja, a não permissão da entrada do negro no mercado de trabalho, ou ainda, a imposição de obstáculos àquela entrada, além das medidas legais que proibiam e

coibiam as manifestações populares que tivessem alguma ligação com a cultura africana levaram o negro a uma posição

[...] na estutura da economia urbana, esmagadoramente, como mão-de-obra desqualificada. A ele destinou-se o espaço como força de trabalho complementar ligado principalmente ao setor de serviços, como elemento de apoio ao trabalho doméstico ou na própria economia formal, além da prostituição, como alternativa para sobrevivência de muitas [mulheres]. (AQUINO et al., p. 55)

A essa massa de negros livres e "desqualificados" somavam-se os imigrantes pobres (muitos igualmente desqualificados) que, nos agitados meios urbanos, compunham a força dos trabalhadores braçais, comerciantes de rua, prestadores de pequenos serviços, como costura, reparo de sapatos e transporte, entre tantos outros serviçais, agitando, em movimentos acelerados e desorganizados, a vida da cidade. Entre eles não faltavam crianças e jovens. Fosse levando recados, servindo como aprendizes das mais diversas profissões, como vendedores ambulantes, crianças brasileiras e estrangeiras, livres e escravas, partilhando entre si a qualidade de pertencerem ao domínio da pobreza, representavam, nas principais cidades do Império, "um espetáculo à parte". (SCHUELER, 1999)

Vistos pelas autoridades da época como "vadios, moleques, mendigos", em Salvador, as crianças de rua seriam alvo de políticas públicas, policiais e jurídicas ao longo de todo o século. Na cidade do Rio, segundo relatórios policiais, as crianças estavam associadas à sujeira, desordem e viciosidade do espaço urbano. (SCHUELER, 1999)

Esse quadro de desordem, abandono e problemas sociais (especialmente aqueles representados <u>para</u> as camadas sociais mais altas) chamou a atenção dos dirigentes políticos do Brasil, em meados do século XIX.

Civilizar e educar passou a ser a diretriz dos dirigentes do Estado, apoiados pelos diversos setores da sociedade imperial do Brasil. A instrução e a educação popular passam a integrar, com as construções ferroviárias, as instalações de iluminação pública, ajardinamento e a implementação da higienização, as pautas do governo.

Essa educação já era reclamada pela população, mas teve mais representatividade nas principais cidades do Império. Foi com as ideias de abolição da escravidão, ocorrida em processo gradual, que esses movimentos pró educação se enfatizaram na sociedade. Com o objetivo de educar para o trabalho os jovens livres e libertos, e posteriormente, os exescravos, criou-se, entre outras instituições, a Casa de Educandos Artífices, Asilos, Colégios e Escolas Normais para formação de professores primários, sem que, contudo, fossem sempre bem sucedidos, conforme afirma Schueler (1999).

3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XIX

3.1 BRASIL COLÔNIA E O ENSINO JESUÍTICO – UMA BREVE INTRODUÇÃO

O governo de um país como Portugal, 'que se exauria em tentativas coloniais desproporcionadas com seus recursos em homens e meios materiais', tendia forçosamente a concentrar todo seu pensamento e todos os seus esforços na exploração e defesa das colônias: a educação não lhe interessava senão como meio de submissão e de domínio político, que mais facilmente se podiam alcançar pela propagação da fé, com a autoridade da Igreja e os freios da religião. (AZEVEDO, 1996 apud ALMEIDA; TEIXEIRA, 2000, p. 42)

Nos séculos anteriores ao XIX, a educação na colônia esteve a cargo e aos cuidados dos jesuítas da Companhia de Jesus, desde 1549. O ensino jesuíta, como o próprio Pe. Galanti (t.1, 1896) confirmará em suas lições de História, caracterizava-se por uma tendência internacionalista, inspirada numa ideologia religiosa católica, mantendo-se "o tempo todo alheia às fronterias políticas". (SODRÉ, 1994 apud ALMEIDA; TEIXEIRA, 2000, p. 41) Assim, dizem Almeida e Teixeira, tendo esses religiosos "uma incrível arma intelectual de domínio", que era utilizada através de um sistema de ensino dogmático, abstrato e conservador, além de uma já conhecida superioridade no estabelecimento de escolas, o governo português confiou à Companhia de Jesus "uma larga obra de penetração e de colonização das terras de Portugal. (ALMEIDA; TEIXEIRA, 2000, p. 42)

O caráter dessa educação, afirmam os autores, era claramente elitista. Num momento em que na Europa os interesses educacionais estavam voltados à formação clássica de homens cultos, os jesuítas, nas colônias, investiam na formação de letrados eruditos. (p. 41-42) Os autores apontam para o fato de que a vocação dos jesuítas não era a formação do povo, e sim a educação das classes dirigentes, por isso não investiam em escolas primárias populares.

A educação da elite possuía seu público alvo, e servia como patamar de ascenção social. Afinal, já não era somente pela propriedadade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes passaram a exercer o papel de escada ou de elevador, na hierarquia social da colônia (...) A universidade de Coimbra passou a ter, por isso, um papel de grande importância na formação de nossas elites culturais. (AZEVEDO, 1996, p. 512-513 apud ALMEIDA; TEIXEIRA, 2000, p. 42)

Os jesuítas estiveram no Brasil por um período de 210 anos. As causas que os levaram a serem expulsos do país, pelo Marquês de Pombal, em 1759, são muitas, indo da decadência do próprio sistema de ensino dos jesuítas a questões políticas que não cabem discutir neste trabalho; porém, é importante identificar que "influenciado pelas idéias dos enciclopedistas franceses, Pombal pretendia modernizar o ensino, liberando-o da estreiteza e do obscurantismo que imprimiram os jesuítas" (WEREBE, 1967, p. 26 apud ALMEIDA; TEIXEIRA, p. 45).

Contudo, a ação radical de Pombal não resultou em uma reforma de ensino, conforme apontam os autores, citando Nelson Werneck Sodré.

É, pois, toda a estrutura do ensino que entra em derrocada; a reforma pombalina, que decorre de necessidades ligadas à expulsão dos jesuítas, não cria estrutura nova, limitando-se a prescrições gerais. Dela, no que afetou a colônia, a consequência ostensiva esteve na fragmentação, na dispersão, que passa a constituir, no ensino, a característica maior, e é o antípoda da unidade que tanto marcara aquele a que os jesuítas haviam emprestado o seu nome. (SODRÉ, 1994, p. 28 apud ALMEIDA; TEIXEIRA, 2000, p. 46)

Entre a expulsão dos jesuítas e o surgimento de alguma evidência de reforma na educação brasileira, passaram-se treze anos, de acordo com Romanelli. (1997 apud ALMEIDA; TEIXEIRA, p. 46)

Conforme Sodré, acima citado, a substituição do sistema jesuítico não ocorreu sem provocar uma desorganização na educação. Citando Werebe (1997), Almeida e Teixeira indicam que ao invés de "um sistema único de ensino, passaram a existir escolas leigas e confessionais, mas todas seguindo os mesmos princípios herdados do passado" (p. 46) Ocorreu que mesmo afastados os jesuítas, o Estado, tomando para si a reponsabilidade do ensino, dividiu a gestão das escolas elementares e secundárias com a Igreja. A mesma Igreja que com os jesuítas se mantinha afastava das questões políticas agora se atrela ao Estado, reafirmando seu próprio poder.

3.2 SÉCULOS XVIII-XIX - CONTEXTO TRANSICIONAL E LEGISLAÇÃO

Foi somente a partir da segunda metade do século XVIII, depois da expulsão dos jesuítas, que o Brasil colonial, enquanto governo, começou a pensar a necessidade de instrução escolar, ainda que tivesse a essa época estabelecido apenas um diminuto número de escolas régias ou cadeiras públicas. Segundo Vidal e Faria Filho (2005, p. 45), os professores reconhecidos ou nomeados pelos órgãos governamentais responsáveis pela educação, trabalhavam em espaços improvisados dentro de igrejas, dependências públicas e espaços cedidos por lojas maçônicas, além prédios comerciais ou, ainda, em suas próprias residências. Nesse último caso, o governo oferecia uma ajuda como pagamento de aluguel. Porém, afirmam Vidal e Faria Filho, a rede de "escolarização doméstica" (também chamada "particular") estendia-se para muito além daqueles domínios do governo, especialmente na instrução da leitura, da escrita e do cálculo.

Essas escolas domésticas eram mantidas, geralmente, por fazendeiros que contratavam um professor que cuidaria da educação de seus filhos e, não raro, dos filhos de seus vizinhos e parentes. Esse modelo de educação particular se estenderá ainda no século XIX, porém com alguma sofisticação: conjuntos de pais se reuniriam para a construção de um espaço escolar e, coletivamente, contratariam um professor.

Segundo Thelma Polon (2004, p. 81), do ponto de vista político, a Independência do Brasil (1822) não representou um real desligamento de Portugal, mas apenas uma transferência do poder público, que saía das mãos da monarquia portuguesa e passava ao domínio da burguesia nacional, que enriquecia às custas das atividades de mineração, comércio e agricultura para exportação (atividades essas, aliás, com grande – senão total – conexão com a escravidão). A sociedade emergente, à parte da já estabelecida classe alta, representava uma parcela menor da população da época, e uma das formas que encontrava

para ascensão social era envolver-se nos processos políticos e intelectuais, que representavam a ideologia burguesa. Esses emergentes compunham a parte social que cuidava dos pequenos comércios, do funcionalismo público, serviços profissionais liberais e eclesiásticos. Os escravos, por sua vez, representavam uma parcela significativa da população no Brasil. Ainda de acordo com Polon (p. 82), "na segunda metade do século XVIII, ¾ eram escravos", e o Brasil já sofria fortes pressões, especialmente da Inglaterra, no sentido de abolir a escravidão.

O país atravessava dificuldades econômicas devidas a desequilíbrios na produção agrícola e industrial, além das agitações políticas frequentes à época da regência. Com isso, "os serviços de saúde e instrução públicas comprometiam a imagem do 'Novo Estado'". (POLON, 2004, p. 83)

Dentro desse panorama socioeconômico, não será de se estranhar que o aspecto administrativo-político do país estivesse também passando por uma série crise.

[...] quando da instauração da Assembleia Constituinte em 1823, foram compostas cerca de 26 comissões, sem que nenhuma delas tivesse verba para financiar projetos de "mapear" as condições do país, gerando um problema de indisponibilidade de dados oficiais que orientassem a proposição de políticas públicas. (POLON, 2004, p. 83)

Essa Assembleia seria destituída em 12 de novembro do mesmo ano e, em março de 1824, D. Pedro I outorga a primeira Constituição do Brasil, na qual dispõe sobre a gratuidade da instrução primária para (quase) todos. A Constituição define a quem considerará cidadão brasileiro e com isso, certamente, limita os direitos de muitos, excluindo, por lei, os desde sempre excluídos.

Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)

Dos Cidadãos Brazileiros. Art. 6. São Cidadãos Brazileiros

- I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brazileiro, e os illegitimos de mãi Brazileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.
- III. Os filhos de pai Brazileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

TITULO 8°

Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brazileiros.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brazileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. [...]

XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes. (BRASIL, 1824)

Como se pode observar, os escravos, estando excluídos do direito à condição de cidadãos, não serão incluídos no direito à instrução. A cor da pele em si não constitui um critério ao cumprimento da Lei, porém, segundo Vidal e Faria Filho (2005, p. 46), "em todas as escolas era, geralmente, proibida a frequência de crianças negras, mesmo livres, até pelo menos a segunda metade do século, o que não impedia todavia, que elas tomassem contato com as letras, e, às vezes, fossem instruídas, sobretudo no interior de um modelo mais familiar ou comunitário de escolarização.²⁰

Foi, portanto, a partir da segunda década do século XIX, que 'intelectuais e políticos puseram em circulação o debate em torno da necessidade de se adotar um novo método de ensino nas escolas brasileiras: o método mútuo". (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 47)

> Afirmavam que a maneira como estava organizada a escola, com o professor ensinando cada aluno individualmente, mesmo quando a classe era formada por vários alunos (método individual), impedia que a instrução pudesse ser generalizada para um gande número de indivíduos, tornando a escola dispendiosa e pouco eficiente. (idem, grifo do autor)

Aqueles intelectuais e políticos desejavam uma escola mais barata e professores mais bem preparados. O método mútuo era, segundo Vidal e Faria Filho, largamente utilizado na Europa, e possibilitava a um único professor administrar suas aulas a grupos de até mil alunos num mesmo momento (Figs. 5-6).

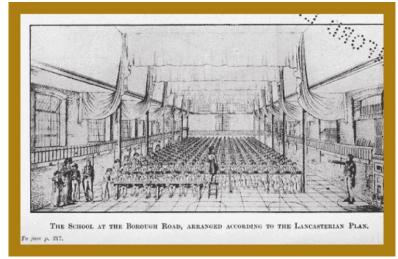


Figura 5 - Uma classe de ensino mútuo - método lancasteriano, Londres, século XIX

Fonte: Google Images

Esse método foi proposto por Joseph Lancaster, que planejou o sistema para o ensino de crianças de classe baixa, na Inglaterra, em 1790. Para sua aplicação no Brasil oitocentista, previam os políticos e intelectuais que ter-se-iam de construir espaços especiais – espaços escolares. Além disso, precisariam de materiais adequados e alunos-monitores.

²⁰ Na verdade, a presença ou não de crianças negras nas escolas brasileiras no século XIX parece ser, ainda, uma controvérsia entre autores, como veremos, por exemplo, entre esta citação de Vidal e Faria Filho (2005) e as de Marcílo (2005) no item 3.2 deste mesmo estudo.



Figura 6 - Outro aspecto da sala de aula de ensino mútuo, na Europa

Fonte: Google images

Em 1827, o Imperador decretaria a construção de escolas primárias e outras providências relativas ao ensino:

Lei de 15 de outubro de 1827

Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembléia Geral para final resolução.

Art. 3º Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembléia Geral para a aprovação.

Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º Para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública e os Professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827)²¹

Em 12 de agosto de 1834, o Ato Adicional, que criou a Regência Una, e conferiu maior autonomia administrativa e política às províncias, promoveria algumas alterações no texto da Constituição de 24. Com relação à escola, vemos:

Art. 10 - Compete às mesmas Assembléias Legislativas [Provinciais]: § 1 - Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província, e mesmo sobre a mudança da sua capital para o lugar que mais convier. § 2 - Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral. (BRASIL, 1834)

Com esse Ato Adicional, o ensino no Brasil, no segundo Império, passa a variar de uma província para outra.

O afastamento do governo central, no Império, da iniciativa de difusão da escola elementar pública, passada à alçada das províncias em 1834; a diversidade da conjuntura econômica e política das várias regiões do Brasil e os custos relativamente altos de manutenção do ensino mútuo — gastos com quadros murais, sólidos para geometria, bancos e mesas para todos os alunos, ponteiros e estrados para os monitores, campainhas e matracas, para os sinais sonoros, caixas de areia para a escrita, ardósias e quadros-negros, além de cartões de perdões e penas — talvez tenham sido algumas das razões de seu declínio já nos anos 1840 e de sua progressiva associação com o ensino simultâneo (método misto) ou de substituição pelo ensino individual. (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 49)

É nesse cenário que começam a ser inauguradas escolas como o Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, como veremos a seguir.

3.3 AS ESCOLAS: SUA FORMAÇÃO, FUNÇÃO, DISCIPLINAS E CLIENTELA

Embora a Constituição de 1824, em seu art. 179, XXXII, garantisse "ensino gratuito a todos os cidadãos" e no artigo 45, da Assembleia Legislativa Provincial (São Paulo) de 1842 (publicada no jornal O Observador Paulistano, em 6 de abril de 1842), observe-se o cumprimento do Título 8º da Constituição, vê-se, no artigo 38, dessa Assembleia a obrigação imposta aos "pais que têm posses", o que implicitamente absolve as famílias pobres do não cumprimento da lei, deixando à margem a população carente.

Observe-se, no artigo 6°, o destaque dado ao ensino da História do Brasil ("preferindo para as leituras"), o que nitidamente demonstra a relevância do conteúdo dos livros utilizados para o ensino nas inúmeras escolas que são criadas a partir daquela lei. (nossa nota)

São Paulo Assembléia Legislativa Provincial

38^a sessão aos 24 de fevereiro [...]

Título 6º Da obrigação dos Pais de família acerca da Instrução primária. [...]

Art. 38. Os Pais de família que possuírem meios são obrigados a dar a seus filhos varões a Instrucção primária ao menos do 1º grau nas Escolas Públicas, particulares ou em suas próprias casas: esta obrigação começa aos 8 anos de idade e dura aos dezesseis. [...]

Título 7º Disposições Geraes [...]

Art. 45. Somente pessoas livres podem frequentar Escolas Públicas, ficando sujeitos ao Regulamento. (SÃO PAULO, 1842)

As escolas no século XIX, como ocorreu desde o início da formação das sociedades capitalistas, eram instituições essencialmente excludentes, sendo oferecidas à elite dominante. Os filhos dos trabalhadores livres teriam, no Brasil, acesso a umas poucas escolas mantidas por entidades confessionais, a título de caridade. Essas escolas aceitavam preferencialmente os órfãos e os abandonados. Além das escolas convencionais, onde se ensinavam as disciplinas acadêmicas, havia ainda, desde 1840, as Casas de Educandos Artífices, que visava a educar para o trabalho, crianças desvalidas.

O ensino de ofícios, voltado para a formação de trabalhadoes livres, foi estabelecido em algumas Províncias do Império, por meio das Casas de Educandos Artífices. Atendendo a órfãos, aos filhos de pais pobres e aos meninos encontrados pelas autoridades policiais nas ruas das cidades e no interior, essas instituições propunham-se a ensinar as primeiras letras (escrita, leitura e aritmética), além de uma série de ofícios artesanais como, por exemplo, os ofícios de sapateiro, serralheiro, ferreiro, marceneiro, entre outros. As Casas de Educandos Artífices foram fundadas no Pará, no Maranhão, no Ceará, em Sergipe, no Amazonas, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre os anos de 1840 e 1880. (SCHUELER, 1999)

Segundo Marcílio (2005, p. 4), "quando se regulamentou o ensino elementar de primeiras letras e de latim (1772) surgiram os 'mestres-régios', com raras exceções, todos eles despreparados, ignorantes e que assumiram as aulas régias fragmentadas".

Citando Fernando de Azevedo, Marcílio conclui: "A reforma pombalina golpeou profundamente, na colônia, o ensino básico geral, pulverizando-o nas aulas de disciplinas isoladas (aulas régias), sem nenhum plano sistemático de estudos." (2005, p. 22)

Ainda segundo a autora, depois da expulsão dos jesuítas por Pombal, os "estudos menores" comportavam as atividades de leitura, escrita, aritmética e doutrina cristã. Com mais um ano de estudos dedicados à filosofia, ética e retórica, os alunos passavam aos estudos maiores ou para a Universidade de Coimbra. As meninas ficaram quase todo o período colonial fora das intenções de ensino da Corte. Não foi antes de 1803, com a chegada de

religiosas francesas, que houve algum acesso feminino à instrução, e somente em 1827 o ensino para meninas seria regulamentado. (MARCÍLIO, 2005, p. 21)²²

A lei obrigaria mais tarde (1842) os pais "que possuirem meios" a enviar seus filhos à escola, excluindo, certamente, a grande maioria das crianças. Nos lares dessas crianças, avançando no século, em anos anteriores e posteriores à Constituição de 1824, caberia aos pais transmitir aos meninos ensinamentos relativos à sua própria atividade (agricultura, pesca, artesanato), enquanto as mães se encarregavam do ensino, aos meninos e meninas, das noções cristãs (as orações, os dois primeiros mandamentos e os ensinamentos relativos à conduta). Entre as mulheres, o saber de muitas, em relação aos ensinamentos escolares, se limitava à leitura, como vemos em Marcílio (2005, p. 54)

[...] o presidente da província de Santa Catarina, que em seu relatório de 1852 escrevia: 'Alguns meninos e meninas aprendem as primeiras letras com seus pais, ou mestres especiais, vizinhos, ou agregados à casa de abastados lavradores, em dias e horas incertas.' O papel da mãe ou de uma agregada é, em alguns casos, importante nas primeiras idades da criança. Ler somente era um fato das mulheres. A figura do pai ou do preceptor ganhava importância quando a criança ultrapassava os 7, 8 anos.

Entre as famílias mais abastadas, havia a contratação de preceptores, sendo que os capelães de engenho e os mestres nomeados com o consentimento dos bispos foram os principais responsáveis pela educação das crianças. Além disso, havia a contratação de preceptores vindos da Europa, especialmente da França e Alemanha.

Ainda segundo Marcílio, o processo de aprendizado era sempre longo; a

[...] alfabetização poderia levar meses e até anos. O método começava pelo ensino do alfabeto, passando às sílabas simples, depois às três letras, para só então chegar às palavras. E o á-bê-cê começava a ser praticado na lousa ou "pedra" de ardósia individual (o papel era caro e raro). Na lista de 1841, o aluno João Batista, filho de Maria das Dores, da Escola de Primeiras Letras do mestre Carlos José da Silva Teles, da Freguesia de Santa Ifigênia, na capital, com 8 anos de idade, "faz na lousa o á-bê-cê muito mal, está em sílabas de duas letras". Já João, de 13 anos, escravo do Capitão Ignácio Camargo Franco, da Freguesia da Sé, "escreve mal, e lê sílabas de três e mais letras e assenta números de dezenas". Só então iniciava o estudo da "análise gramatical". (MARCÍLIO, 2005, p. 27)

Note-se que na citação acima, há referência a um escravo que, aos 13 anos (em 1841) está sendo alfabetizado (apesar da exclusão implicita no artigo 179, XXXII, já visto, da Constituição de 1824). De acordo com Marcílio, essa inclusão era frequente à época. Porém,

Na questão das meninas e o acesso à instrução, assim como a presença de negros em salas de aula, as informações tendem a se diferenciar, dependendo do estado ou províncía em questão, além da época e outras situações peculiares — e certamente do investigador. É certo que a Corte não oferecia estudo às meninas, porém, Júnia Furtado (2006), cuja obra lança luz sobre as mulheres alforriadas em fins do século XVII, falando das filhas de Chica da Silva (séc. XVIII), indica: "As nove meninas foram internadas no Recolhimento Nossa Senhora da Conceição de Monte Alegre de Macaúbas, o melhor educandário da capitania, onde teriam a garantia de uma vida devota e honrada. Misto de convento e educandário, Macaúbas era destinado à filhas da elite mineira, mas também abrigou viúvas e mulheres casadas que ali buscavam proteção, refúgio e paz, e algumas internadas à força pelos maridos como punição por adultério. (p.189). Lembre-se, ainda, que as meninas de Chica da Silva não se tornaram freiras, ali estavam por questões de assenção social. Outra coisa, claro, será falar das meninas das classes menos privilegiadas.

com o "Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte", de 17 de fevereiro de 1854 (Rio de Janeiro), só seria admitida a frequência no Ensino Público primário e secundário, de alunos pertencentes à população livre e vacinada, sendo proibido o ingresso de escravos. Até esse momento, contudo, numa mesma sala de aula encontravam-se crianças de todos os níveis sociais, desde filhos das famílias mais importantes da cidade e filhos de cidadão livres comuns, até crianças enjeitadas, ilegítimas, filhas de escravas, e aquelas que haviam sido abandonadas nas rodas dos expostos²³ – entre elas, brancas, pretas e pardas (MARCILIO, 2005, p. 32).

Diz a autora:

O Regulamento da Instrução Pública da Província de São Paulo (1846), em seu artigo 57,§ 3°, excluía da matrícula e frequência às aulas "os meninos que padecerem de moléstias contagiosas; os que não tiverem sido vacinados e os escravos". Esta é a primeira lei que encontramos que barrava formalmente a entrada de escravos na escola paulista. (MARCÍLIO, 2005, p. 79) ²⁴

Mas, além do estado de abandono das escolas públicas no período do Império, essa miscigenação entre crianças de níveis sociais e tons de pele diferentes não foi vista por todos com bons olhos. A elite mais abastada, segundo José Ricardo Pires (apud MARCÍLIO, 2005, p. 57), não permitia que seus filhos fossem à escola porque

[...] têm, mais ou menos, o preconceito de cor ou porque temem, e com razão, pela moralidade de seus filhos, em contato com esta multidão de garotos cujos pais os enviam à escola apenas para se verem longe deles por algumas horas. Deste modo, as crianças aprendem melhor e mais depressa do que aqueles que frequentam a escola pública.

Assim, as famílias paulistas fazendeiras de café, recém-enriquecidas, imitando a elite estabelecida, desenvolveram o hábito de enviar seus filhos homens para estudar na Europa, especialmente na França ou na Alemanha, enquanto as meninas eram educadas na própria fazenda por uma preceptora mandada vir desses mesmos países.

Entre as ações relativas ao ensino, na segunda metade do século XIX, de acordo com Vera Lúcia Andrade, foi durante o período da Regência Trina, em 1831, que o Ministro do Império José Lino Coutinho implantou a "habilitação para o trabalho, nas práticas de torneiro, entalhador, litógrafo, e, pela instrução militar, 'exercício das armas', para a preservação da ordem pública", no local onde se fundaria, mais tarde, o Colégio de Pedro II. (ANDRADE, 2011)

Embora Marcilio faça referência a essa Lei paulista, de 1846, como a primeira de que tem conhecimento, relativa à proibição de escravos em sala de aula pública, houve em São Paulo, como vimos, a Resolução da Assembleia Legislativa Provincial, de 1842.

,

Segundo a Coordenadora do Museu e Capela da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (ANDRADE, 2010), o Seminário da Rua da Glória, para onde eram encaminhadas meninas recolhidas na Roda da Santa Casa (que recebeu crianças entre os anos de 1825 e 1961), foi o primeiro ensaio de profissionalização feminina no contexto da sociedade patriarcal, encaminhando as órfãs para uma das primeiras atividades fora do lar, o magistério primário. Saiu daí parte das professoras paulistas no primeiro quarto de século XIX. (nota nossa)

Em 2 de dezembro de 1837, o Ministro Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos fundou, por Decreto, o Colégio de Pedro II (CPII). O nome do colégio era uma homenagem ao pequeno Imperador, em seu 12º aniversário. (fig. 7)



Figura 7 - Colégio Pedro II, Rio de Janeiro

Fonte: Site oficial do CPII. Histórico - Unidade Centro

Mattoso Maia (1886) faz referências à criação e desenvolvimento do Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro:

Ao passo que o Governo tratava de suffocar a revolta da Bahia, não descuidava de fazer também alguma coisa a favor da educação da mocidade; para atender a esse ramo importantissimo da administração publica, mandou o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos augmentar o numero de escolas de primeiras letras na Côrte, e por decreto de 2 de Dezembro de 1837 fundou um curso de bellas letras, creando o Collegio D. Pedro II. Foi para esse fim o antigo seminario dos meninos orphãos de S. Joaquim convertido em collegio de ensino secundario e sua direcção confiada ao bispo de Anemuria, 1º reitor que teve tão util estabelecimento. Inaugurado em 23 de março de 1838, por Decreto de 4 de Outubro de 1837 a abertura solemne das aulas fez-se a 1º de maio de 1838. Por Decreto de 24 de Outubro de 1857, foi dividido em 2 estabelecimentos, Externato e Internato.

O CPII recebia alunos, na maioria, pagantes. Segundo quadros elaborados por Vera Lúcia Andrade, apresentados por Thelma Polon, o currículo escolar do CPII sofreu 14 reformas entre sua fundação e 1888. (POLON, 2004, p. 85-87)

Com tantas atenções voltadas a ele, de acordo com Vera Lúcia Andrade,

O Colégio de Pedro II foi o primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil, caracterizando-se como importante elemento de construção do projeto civilizatório do Império, de fortalecimento do Estado e formação da

nação brasileira. Como agência oficial de educação e cultura, co-criadora das elites condutoras do país, o Imperial Colégio foi criado para ser modelo da instrução pública secundária do Município da Corte e demais províncias, das aulas avulsas e dos estabelecimentos particulares existentes.

A composição do corpo docente de intelectuais de renome, a seletividade do corpo discente marcada pelos exames de admissão e promocionais, os programas de ensino de base clássica e tradição humanística e o pagamento das anuidades deram ao ensino secundário oficial uma função de preparação dos alunos para o ensino superior, sendo o Colégio de Pedro II o único colégio a conferir o Grau de Bacharel em Letras (Decreto de 1843) a seus formandos, passaporte de ingresso direto nos cursos superiores sem a prestação dos exames das matérias preparatórias. (ANDRADE, 2011)

Polon indica, ainda, que entre 1843 e 1889, o Colégio formou aproximadamente 500 bacharéis, o que, salienta a autora, era um número expressivo, considerando que no período imperial apenas 3% da população brasileira frequentava a escola, e a cada dez mil habitantes um ou dois ingressariam o ensino superior. (POLON, 2004, p.88)

Assim, a grande população do país continuou analfabeta, tendo sua educação transmitida oralmente, e sendo a Igreja um importante veículo nesse processo, ainda que sua preocupação se limitasse à manutenção dos costumes e da moral católica. Esses ensinamentos/controle da Igreja se faziam por meio de penas

Aos transgressores estavam previstas pesadas penas que iam da excomunhão a multas em dinheiro e ao degredo, além, é claro, das ameaças das penas eternas do inferno.



Figura 8 - Castigos impostos às crianças: métodos pedagógicos do passado.



Essa era a pedagogia da época - a pedagogia do medo. Aliás, se com as crianças aos cuidados da Igreja as coisas não eram fáceis, elas não o foram também para aquelas aos cuidados da escola (Fig. 8)

Nas aulas régias e nas escolas de professores de palácio, ensinava-se só a ler, escrever e contar. O método de leitura era a soletração [...]. Usavam-se a vara de marmelo, a palmatória, o puxão de orelha, o coque, o ajoelhar sobre o milho, o pôr um pé no canto, a prisão na hora do recreio e após as aulas, os xingamentos. Nas escolas particulares, a humilhação era maior: as orelhas de burro, o quarto escuro, a privação de alimentos, a exposição do faltoso perante as classes reunidas, o amedrontar com o inferno etc.. Essa, aliás, era a orientação geral no Brasil. (ESCOBAR, p. 187 apud MARCÍLIO, 2005, p. 160)

Em 1864, negros ainda na condição de escravos voltam a ser encontrados nas relações de alunos nas escolas. Enquanto as escolas públicas, por de lei, não os matriculavam, as particulares, com seus módicos preços nas mensalidades, aceitavam quem quer que pagasse pelo ensino, de forma que ali, além da variedade vista na pública, viam-se também os escravos. Porém,

O ensino secundário em geral excluía mulheres, índios e escravos e a quase totalidade dos pobres. Foi montado para preparar uma ínfima minoria de letrados e eruditos. E essa minoria era preparada de forma sumária, superficial num ensino de caráter humanístico e com ênfase na retórica. Em 1865, afirmava o suíço Louis Agassiz: "Nenhum país tem mais oradores, nem melhores programas; a prática, entretanto, é o que falta completamente". (MARCÍLIO, 2005, p. 79)

Assim, enquanto a colônia britânica do Norte da América expandia seu capital intelectual, investindo em escolas de ensino primário e em universidades, assim como fazia a Espanha em suas colônias ao Sul, o "Brasil emerge para a independência sem nenhuma universidade, com sua população analfabeta, e, iletrada também, suas classes dominantes", nas palavras de Darci Ribeiro (apud MARCÍLIO, 2005, p. 79), e segue essa infeliz realidade por muitos anos além da Proclamação da República.

Contudo, sempre houve grupos particulares que reagiram e tomaram providências em favor da escolarização das classes sociais menos favorecidas.

No Rio de Janeiro, em 1871, a exemplo de muitas outras ações desenvolvidas por particulares, sociedades filantrópicas, leigas e religiosas, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Antonio Ferreira Vianna, criou, juntamente com outros cidadãos, a Associação Protetora da Instrução à Infância Desvalida. O objetivo dessa associação era "garantir a frequência das crianças livres e libertas nas escolas públicas da cidade". (SCHUELER, 1999). Para garantir essa frequência, a Associação oferecia gratuitamente às crianças pobres vestuário e o material escolar necessários. Além disso, oferecia assistência médica, remédios para combater epidemias e doenças, o que, "segundo os associados, consistiam um dos empecilhos para que as crianças de famílias pobres frequentassem as escolas." (SCHEULER, 1999).

Observa-se que as associações beneficentes não visavam auxiliar somente as crianças em suas primeiras letras ou ensino secundário, também houve propostas direcionadas a jovens e adultos, trabalhadores e operários pobres. Em São Paulo, conforme indicado na obra de

Américo Braziliense (MELO, 1877), na página 355, com o intuito de atualizar dados à época da publicação, o editor insere, em apêndice, a seguinte nota:

Provincia de S. Paulo, 1873, 19 de Dezembro

Inaugurou-se nesta capital a "Sociedade Propagadora da Instrução Popular", sendo membros da directoria os srs.: conselheiro Vicente Pires da Motta, dr. Leoncio de Carvalho, capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques, barão de Souza Queiroz, conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, dr. Rodrigo A. da Silva.

A Sociedade Propagadora da Instrução Popular foi criada por iniciativa de Carlos Leôncio da Silva Carvalho e um grupo de sócios ligados às elites cafeeiras. Tratava-se de uma associação educacional privada, fundada com apoio da maçonaria, grupo ao qual Américo Braziliense pertencia. A escola era destinada às classes trabalhadoras, do campo e da cidade, e se propunha a "ministrar gratuitamente ao povo os conhecimentos necessários às artes e ofícios, ao comércio, à lavoura, às indústrias". O objetivo explícito da instituição era formar mão de obra especializada para uma futura possível industrialização do país, de acordo com os ideais positivistas que pregavam a "dignificação do homem através do trabalho". (ITAÚ CULTURAL, 2006)

Nas palavras de Carvalho, a instrução buscava formar moral e tecnicamente os cidadãos "que, sabendo trabalhar e podendo viver do trabalho, não se deixam corromper por empregos ou favores oferecidos a troco de sacrifícios de caráter, pois o proletariado que sabe trabalhar foge dos vícios, que roubam tempo e saúde, seus únicos, mas produtivos capitais". (ITAÚ CULTURAL, 2006)

Nesse período de reduzida oferta escolar, a instituição oferecia cursos noturnos gratuitos, de caligrafia, gramática e aritmética para a população de baixa renda, destinados a adultos e crianças. Fornecia ainda material didático, assistência médica e uma biblioteca pública. O início das aulas deu-se em 1874, num prédio adaptado na Rua São José, em São Paulo. Conforme os anos foram passando, a Sociedade estabeleceu-se como escola profissionalizante e, em 1882, após reforma curricular, passou a denominar-se Liceu de Artes e Oficios. (fig. 9)

O modelo da nova escola, ao que tudo indica, é a experiência do Arts and Crafts, liderado por William Morris (1834 - 1894), na Inglaterra, que valoriza o trabalho do artesão na indústria capitalista. Mas é, em 1895, dirigida pelo engenheiro Ramos de Azevedo (1851 - 1928), que a escola conhece uma reforma mais ampla, com a inclusão das "artes e oficios", de acordo com o plano do engenheiro de criar as bases de uma "futura Escola de Belas Artes de São Paulo". No interior dessa rubrica abrigam-se cursos de desenho com aplicação às artes e à indústria, de modelagem em gesso e barro, além de aulas de pintura e de "instrução profissional" (carpintaria, marcenaria, ebanisteria, serralheria etc.). São incluídas classes de álgebra, geometria e contabilidade, comércio e agricultura. (ITAÚ CULTURAL, 2006, grifos do autor)



Figura 9 - Liceu das Artes e Ofícios (hoje Pinacoteca do Estado de São Paulo)

Fonte: Google images

No Rio de Janeiro, a Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Freguesia da Lagoa mantinha um curso noturno oferecendo "instrução elementar, moral e religiosa aos *menores aprendizes de oficios*, aos adultos livres e libertos, nacionais ou estrangeiros e, até mesmo, a alguns escravos" (SCHUELER, 1999, grifos da autora)

Ainda outra iniciativa beneficente, também no Rio de Janeiro, foi tomada pelo duque de Caxias, que, segundo registros históricos da escola Militar, tendo visto morrer tantos de seus soldados combatentes, nas diversas batalhas que enfrentou, entristecia-se

ao verificar que milhares de órfãos e filhos de soldados, que tombaram ou ficaram inválidos na defesa da Pátria e do Governo, estavam ao desamparo da proteção do Estado e da Sociedade.

Assim, em mais um ato de patriotismo e de humanidade, Caxias propõe ao Senado, em 1853, a criação "de um colégio militar que amparasse os órfãos e os filhos dos soldados que morreram ou viessem a morrer, ou se inutilizassem na defesa da Independência, da Honra Nacional e das Instituições".

Como não obteve êxito em sua primeira tentativa, Caxias propôs novamente, em 1862, a criação do Colégio Militar na Fortaleza de São João, na Urca, mas a indiferença, principalmente, do Imperador, que era um filósofo e antimilitarista, não permitiu, mais uma vez, sua proposta ir adiante.

Em 1867, o Visconde de Tocantins, irmão de Caxias, comerciante e coronel da Guarda Nacional, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, iniciou uma subscrição pública para "a criação do Asilo dos Inválidos da Pátria, para onde seriam recolhidos e tratados os soldados na velhice ou os mutilados de guerra, além de ministrar a educação aos órfãos e filhos de militares", e que contou, inclusive com a força do poeta baiano Castro Alves que cantou em "Quem dá aos pobres, empresta a Deus".

A inauguração do Asilo se deu em 29 de julho de 1868, sendo regido pelos estatutos da "Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria" que foram aprovados por Decreto Imperial Nr 3.904, de 03 de julho de 1867. Com o passar do tempo, o Asilo foi desempenhando o papel social para que fora

fundado, porém o educandário não foi para frente, ficando no esquecimento. (COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO, 2011)

Com o forte apoio da Associação Comercial do Rio de Janeiro, concluindo que a perda da escola repesentaria um "vultuoso prejuízo", com o fim de "protejê-la" fez-se a união entre a Escola e a Associação, união essa que gerou inúmeros protestos por parte do governo civil e da classe política. (COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO, 2011)

Numa operação triangular envolvendo o Ministério da Guerra, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Asilo dos Inválidos da Pátria, foi concretizada a idéia de criação do Colégio Militar: o Ministério da Guerra homologava a incorporação do Asilo ao patrimônio da Associação que compraria o prédio a ser entregue ao Ministério para instalar e administrar o Colégio Militar.

Em 09 de março de 1889, Sua Majestade, o Imperador Dom Pedro II, dispôs-se a assinar o importante Decreto de Nr 10.202 que aprovou para o Imperial Colégio Militar o seu primeiro regulamento. [...]

[no dia 6 de abril de 1889], foram considerados matriculados e receberam os respectivos números de ordem, os primeiros quarenta e quatro alunos. A presença deles representou a inequívoca realidade da existência do Educandário. Desde então, o antigo Palacete da Babilônia, que ainda hoje nos encanta a vista, é sede de um grande viveiro de jovens estudantes, que se revezam em número crescente de geração em geração. (COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO, 2011)²⁵ (fig. 10)



Figura 10 - Palacete da Babilônia, Imperial Colégio Militar

Fonte: Foto de Ivo Korytowski, disponível em Panoramio.com

Nesse período, já em fins do século XIX e início do século XX,

²⁵ As meninas só seriam admitidas nessa escola no ano de 1969. (nota nossa)

O crescimento urbano, a multiplicação de escolas, a ampliação relativa de uma elite cultural, as viagens mais frequentes à Europa e aos Estados Unidos de membros da classe dominante, tudo contribuiu para que a mentalidade modernista inovadora que se expandiu no Ocidente desde fins do século XIX chegasse ao Brasil e, particularmente, a São Paulo. (MARCÍLIO, 2005, p.115)

Enquanto o governo e a sociedade se moviam no sentido de organizar as questões referentes ao ensino, uma outra questão, de ordem social, surgia no Brasil. Com a imigração europeia, dando ampla entrada, primeiramente aos portugueses, e, mais tarde, aos italianos em São Paulo, houve o crescimento abrupto da área urbana, gerando ou aumentado os bolsões e setores de pobreza e de marginalidade. Segundo Marcilio,

O primeiro desses segmentos refere-se ao negro liberto. É bem verdade que na década da abolição, a cidade [de São Paulo] não tinha muitos escravos. Em 1886, contava tão-somente com 493 escravos, 1,04% do total de sua população. Com a abolição, refluíram das fazendas para a cidade, muitos exescravos. Estes tiveram de concorrer na ascendente economia paulista, com os artesãos, mas principalmente com a mão-de-obra importada da Europa. Tiveram de se adaptar ao estilo de vida emergente; mas, perdendo o monopólio de mão-de-obra única, como descreve Florestan Fernandes, eles perderam todo o interesse que possuíam para as camadas dominantes. No censo de 1890, a população negra, cabocla e mestica da cidade era de

No censo de 1890, a população negra, cabocla e mestiça da cidade era de 17,9%. Ao mesmo tempo, em 1893, a população estrangeira na cidade era de 54,6%; e destes, 62,7% eram italianos. O impacto da competição do imigrante foi aniquilador para o negro e mulato. As pesquisas de Florestan Fernandes [1965, p. 12] mostraram: "Diante do negro e do mulato abrem-se duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhe aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita, meios para salvar as aparências e a dignidade de "homem livre". (MARCÍLIO, 2005, p. 118)

Ainda citando Florestan Fernandes, Marcílio indica que por terem "saído da escravidão física para a escravidão moral", os negros não tiveram qualquer destaque durante o regime da República Velha.

É por essas razões que nenhum negro sobressai no regime da República Velha. Alcoolismo, prostituição, abandono de criança, desemprego, mendicância, vagabundagem, doenças, criminalidade, problemas sociais imperantes no meio negro não eram problemas isolados; eles foram obstáculos à participação eficaz da população negra na sociedade inclusiva, nas palavras de Florestan Fernandes. A população na sociedade vivia em nível inferior ao de mera subsistência. (MARCÍLIO, 2005, p. 118)

Nesse cenário, a nova escola nasce e se expande em São Paulo no período de 1870 a 1930. São oferecidos cursos primário, secundário e superior, passando pelo profissional. Tanto no setor particular quanto no público, a educação passou por um significativo desenvolvimento, contudo, não será antes do ano de 2000 que **a maioria** das crianças brasileiras terá acesso ao ensino básico. (MARCÍLIO, 2005, p. 159)

Entre as leis e decretos no Brasil Imperial, relativos à educação escolar houve grandes variações, encontros e desencontros de interesses e sempre muito pouca atenção à população que compunha a maioria no país.

> O destino dos asilados, os "filhos de pais pobres", continuaria a ser o trabalho manual, perpetuando-se assim a reprodução das desigualdades e das hierarquias existentes na sociedade imperial, em que o trabalho intelectual era privilégio dos mais ricos. [...] de maneira geral, a Instrução Pública Imperial produziu uma "marca social" que separava o trabalho intelectual e o manual, de acordo com as divisões entre classes sociais. (SCHUELER, 1999)

Segundo Schueler, "para além da ideia de que educar significava previnir a criminalidade e as desordens sociais", especialmente depois de 1871, significava a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Para os professores, ainda segundo a autora, "a educação e a instrução estavam relacionadas à formação da nacionalidade". Para eles, diz ela, os "meninos" eram a "nação em tenra idade".

A propósito dos professores, Schueler indica que tiveram papel fundamental agentes propositores de ideias e implantação de ações em prol da educação da infância. Além das lutas por salários dignos, esses professores também reivindicavam melhorias nas condições de ensino e na valorização do mesmo. "Por meio de seu Manifesto²⁶, os mestres de primeiras letras da Corte demonstravam possuir opiniões próprias a respeito da Instrução Pública e de sua função social. Revelam conhecer a situação do ensino em outros países e as 'idéias liberias do século." (SCHUELER, 1999) O professores, nesse Manifesto, apresentaram críticas e ideias, fizeram reivindicações, nem sempre de acordo com seus superiores, "revelando que o embate em torno das questões educacionais era muito mais dinâmico e contraditório do que se poderia prever, envolvendo inúmeros setores da sociedade imperial." (idem)

Em 1874, nova manifestação é feita, desta vez através de um Relatório enviado por uma Comissão de mestres à Corte, discutindo questões referentes às dificuldades de ensino, por falta de material e outros problemas, além da ausência de uniformização dos programas de ensino da Corte.

"Mais do que avaliar as condições materiais das escolas, a Comissão emitiu opiniões sobre matérias de ensino e atribuiu significados específicos à educação e à instrução das crianças." (SCHUELER, 1999). A intervenção do Estado na educação das crianças, para além da instrução, era referendada pela Comissão, que entendia que as famílias das classes empobrecidas não tinham condições de transmitir às crianças valores culturais e normas de conduta, em detrimento da cultura e valores daquelas próprias camadas sociais. Assim, os professores da Comissão chamavam para o Estado a obrigação de educar.

> Sob forma de variados projetos e programas de ensino – criação de asilos, jardins de infância escolas primárias, colônias agrícolas e industriais etc – os

²⁶ O Manifesto foi impresso pela tipografia de J. Villeneuve e Cia. No formato de um pequeno livro de vinte e uma páginas, sendo composto por 4 cartas assinadas por 3 professores públicos, Candido Matheus de Faria Pardal, João José Moreira e Manoel José Pereira Frazão, que as assinam em "nome da classe". (nota nossa)

dirigentes imperiais lançavam seus olhares para as crianças e jovens. Visando educar e instruir as crianças, eles sonhavam com a construção de uma nação na qual as hierarquias e as desigualdades sociais permanecessem resguardadas, sob o manto de uma formação elementar comum e de uma cidadania regulada e restrita para a ampla maioria da população. (SCHUELER, 1999)

Enquanto a sociedade brasileira ia definindo o perfil da educação que pretendia para suas crianças, também ia elegendo as disciplinas que deveriam constar do currículo escolar e, naturalmente, iam-se trabalhando essas disciplinas, quanto ao conteúdo, metodologia, perfil dos professores, material de apoio. Logo de início, determinou-se que a História seria fundamental ao ensino, dados as determinações e interesses políticos da época. E é o processo de instituição da História nas escolas brasileiras o tema desenvolvido no capítulo seguinte.

4 O TECER DAS LIÇÕES DE HISTÓRIA PARA O ENSINO ESCOLAR

There are two answers to the things they will teach you about our land [Africa]: the real answer and the answer you give in school to pass. You must read books and learn both answers. [...] They will teach you that a white man called Mungo Park discovered River Niger. That is rubbish. Our people fished in the Niger long before Mungo Park's grandfather was born. But in your exam, write that it was Mungo Park.

Odenigbo, em Half of a Yellow Sun, de Chimamanda Adichie

4.1 MOVIMENTOS INICIADOS NA EUROPA REFLETEM DIRETAMENTE NO BRASIL

Segundo Furet (19--, p. 109), até o século XVII, a história esteve dividida entre duas atividades distintas: a erudição e a filosofia. A erudição cabia aos "especialistas do antigo", da Antiguidade. Às antiguidades cabiam as descrições dos costumes, instituições, arte etc., que seriam resgatados através de estudos sobre vestígios do passado; os "antiquarii" não escrevem, portanto, história, "a história é feita da análise cronológica dos regimes e dos governos".

É no século XVII que a história e a geografia – ainda chamada "viagens" – se encontram e oferecem suporte epistemológico uma à outra. Contudo, o campo histórico não se constitui, ainda, em um conhecimento diferenciado e, portanto, em matéria ensinável, daí não haver até esse momento a disciplina História. Pela tradição dos jesuítas, segundo Furet, os alunos aprendem história, além da história sagrada, apenas nos livros clássicos, que constituem, de acordo com a carta eclesiástica, do fim do século XVI, a identidade cultural da Europa.

Somente a partir do século XVII o conceito de história se expande e "vacila a ideia de que existe uma história universal dentro de cada história", e o antiquário, diz Furet (p. 110), "nem sempre é um historiador. [...] mas ele pode escrever história". Porém, a forma como serão postos os dados do passado ainda seguem um modelo que distinguem a história da investigação histórica.

Os antiquários publicam cronologias, "anais", "compilações", "memória"; a história é uma narrativa continuada, que não se incomoda com originais e que apresenta ao mesmo tempo uma lição de moral e uma forma regular e ornamentada. A história perdeu sua rigidez de conteúdo, mas conserva todas as suas regras estéticas e morais. É um trabalho de escritor. (FURET, 19--, p. 111, grifos do autor)

Já no século XVIII, a distância entre os historiadores e os antiquários volta a se evidenciar, com o surgimento da história filosófica. A essa história, os filósofos anexaram as fontes e as provas não literárias, relegando "a curiosidade dos antiquários para a gaveta de um período ultrapassado". (p. 114) A história filosófica pretende compreender o presente, além do desenvolvimento das civilizações, ela busca a origem da nação.

Foi a expulsão dos jesuítas do reino [na França] o marco inicial de uma revolução de ideias acerca do sistema educativo nacional, controlado pelo Estado. Com novos professores e

novos ideais, surge aqui e ali o ensino da história nas escolas, mas trata-se nesse momento da história nacional – a história da França. No colégio Juilly, renomado internato francês,

O ensino da história apresenta para a época, o caráter distintivo de ser cronológico e de culminar, digamos assim, na história da França: passa-se da história sagrada para a história da França, através da antiguidade grecoromana indo dos "mínimos" até os "grandes". Conserva, no entanto, um caráter relativamente marginal, visto que não faz parte dos programas regulares das aulas. (FURET, 19--, p. 118)

É no final do século XVIII, depois do 9 Termidor²⁷, que a Lei de Frimário (dez. 1794), revogada por Lakanal²⁸ institui a divisão do ensino em dois graus, sendo uma escola primária para todos – garantindo a alfabetização e os rudimentos da aritmética a todos e, portanto as condições para o inculcar das noções básicas do nacionalismo -, e as escolas centrais (que incluíam tanto o ensino secundário quanto o superior), destinadas à instrução das elites da nação²⁹. (FURET, p. 120-121). Nos anos seguintes, de acordo com Furet, os termidorianos voltam a desejar um nível superior de ensino "em forma de escolas especiais, organizadas em torno de uma determinada disciplina, imaginam que algumas seriam consagradas à história, reunindo a legislação, a economia política, a filosofia, a crítica e as antiguidades". Prevalece, assim, a concepção daquela história que havia sido dos enciclopedistas. Sendo em lugar de uma história nacional, que valorizasse os feitos do povo, suas lutas e conquistas, um "quadro universal de referências em relação ao qual se revela a excelência e a racionalidade suprema da experiência francesa. [...] vai ser a genealogia da nação e, por isso, se torna cada vez menos ensinável à generalidade dos Franceses". (FURET, 19--, p. 122)

Contudo, a Restauração, com Luís XVIII, traz de volta ao poder as representações do passado, e a História é, então, instituída como disciplina. Unindo a tradição dos historiadores à dos antiquários, "ao mesmo tempo em que reconcilia a história nacional e a história da civilização [...] a história torna-se magistério do século XIX." (p. 123)

A relação que existe entre as ocorrências na França e o ensino da história no Brasil está no fato de os primeiros historiadores brasileiros terem se espelhado naquelas tendências inovadoras, e moldado seus livros de acordo com as ideias vindas exatamente da França, naquela época. Aliás, será ainda por muitos anos a França o país a ditar as normas e tendências para o estudo (e ensino) da História.

Especificamente sobre a disciplina escolar História, Furet diz:

Para existir como disciplina escolar, a história teve de sofrer várias mutações, de modo a constituir um campo do saber ao mesmo tempo intelectualmente autônomo, socialmente necessário e tecnicamente ensinável. De fato ela não tem por natureza objeto específico (visto que tudo é "histórico"), sem linguagem autônoma (visto que é narrativa), sem limites

²⁷ 9 Termidor foi uma revolta na Revolução Francesa contra os excessos do Terror. Desencadeada por uma votação do Comitê de Salvação Pública para executar Robespierre, Saint-Just e vários outros membros da liderança do Terror, ela pôs fim à fase mais radical da Revolução Francesa.

Joseph Lakanal tornou-se membro do Comitê de Instrução Pública em 1793. Depois de vários decretos de grande utilidade, em junho daquele ano, apresentou seu Projeto de Educação Nacional, que propunha deixar o peso da educação primária para os fundos públicos, mas que a secundária se tornasse um empreendimento privado, enquanto questões educacionais seriam confiadas a uma comissão central.

Exatamente como o corrido no Brasil, citado por SCHUELER (1999).

fixáveis: existe em todo lado e em lugar nenhum. Apresenta portanto dificuldades específicas a ser pensada em termos de disciplina, e mais ainda em termos de disciplina escolar. Ou não é ensinável, ou então é ensinada, como durante vários séculos passados, unicamente à margem das letras clássicas, e até, quando se tornou "matéria" escolar, passou a ser objeto de meticulosas delimitações, com receio de que o aluno se perca no oceano dos "fatos históricos", sem por isso ganhar a aprendizagem de uma linguagem ou de um método. (FURET, 19--, p. 134, grifos do autor)

Naquele mesmo século XIX, a Europa se afirma como o continente mais poderoso do mundo. Expande seus domínios na África e na Ásia e continua ampliando suas riquezas e subjugando pessoas "numa reedição do colonialismo do Antigo Regime" (BIRARDI, 2001). Entretanto, os tempos (e as mentes) já não eram os mesmos do Antigo Regime. Para se escrever uma história (que seria ensinada aos jovens) que valorizasse as nações europeias, evitando-lhes qualquer semelhança com os bárbaros, havia agora que se justificar os atos de invasão e domínio, fortalecendo os argumentos anteriores que se fundamentavam no cristianismo e civilidade.

Para tal fim, os pensadores e intelectuais europeus utilizaram-se do conceito de ciência, tido como um saber superior e acessível a poucas pessoas. A explicação ficava clara: os europeus, donos da ciência e do desenvolvimento, se dirigiam àquelas novas terras para "salvar" suas populações do estado de barbárie e abandono em que estavam. Justificava-se o Imperialismo por meio de argumentos científicos, baseados na superioridade técnica e racial do europeu branco sobre o negro africano e o asiático: cientificamente falando, o europeu tinha o direito de dominar os novos colonos porque era de uma civilização mais avançada, dado o desenvolvimento que mostrava e o poder de seu conhecimento. (BIRARDI, 2001)

Esse conceito europeu certamente impregnou o Brasil Colônia, posto que este encontrava-se sob o domínio dos conquistadores, e se estendeu ao Brasil República, uma vez que ainda não se havia libertado das estruturas eurocentradas do fazer história (o que aos poucos vem ocorrendo até os dias atuais, sem ainda ter-se fundamentado a independência total).

A ciência passa então a justificar ações e a dirigir estudos nas diferentes áreas do saber. É nesse contexto que se desenvolve o Positivismo entre os historiadores. Esta forma de se compreender o mundo, isto é, baseada no cientificismo que transforma as realidades sociais, frutos de certa ordem histórica que nunca é absoluta, em verdades absolutas e incontestáveis porque comprovadas pela ciência, tornou-se em pouco tempo a tônica de todo o pensamento do Velho Continente (e, por extensão, das Américas), espalhando-se para diversos campos do saber. Renasceu a importância da Física e da Química como disciplinas exatas, por exemplo. Mas o caso mais destacado desse processo de construção de conhecimento é a transformação que ocorre nas chamadas disciplinas humanistas, a História e a Sociologia. Elas também vão incorporar a tendência cientificista, auxiliando a explicar o domínio europeu nas novas colônias e impondo novos métodos de se estudar as relações sociais e o andamento da História dos povos.

O Brasil, em sintonia com o movimento científico europeu, também se dedica às humanidades. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de

Janeiro, em 21 de outubro de 1838, foi inspirado no *Institut Historique*, criado em Paris quatro anos antes, salientando a importância dos movimentos intelectuais ocorridos na França,

Membros da chamada "boa sociedade", ou seja, figuras importantes da elite econômica e literária do Rio de Janeiro, associaram-se imediatamente. D. Pedro II, desde o início evidenciou sua aprovação e proteção ao IHGB por meio de contribuições financeiras que a cada ano constituíam parcela maior do orçamento do Instituto.

A partir de 1840 (contando com apenas 15 anos de idade), o Imperador tornou-se, de fato, grande incentivador do Instituto, abrindo, inclusive, as portas do Palácio Imperial para as reuniões, das quais participava assiduamente, chegando a presidir mais de 500 sessões, que ocorriam aos domingos.

Nesses encontros, eram debatidos, principalmente, temas acerca da construção escrita da História do Brasil, que deveria consolidar a imagem do Imperador e da Monarquia. Criar a historiografía nacional significava estruturar as fundações básicas da nacionalidade brasileira, a identidade do povo. A questão era trazer a público os heróis que representariam o que era "ser brasileiro", sem que se perdesse de vista o objetivo da sustentação política da Monarquia.

Segundo Manoel Salgado, o IHGB traria, em sua fundação, a preocupação de escrever uma biografia da nação brasileira. Isso porque o Brasil tentava mostar-se naquele momento como uma nação civilizada e o projeto da escrita de uma história nacional seria um dos pressupostos trazidos da Europa para que uma nação fosse vista como tal. Em 1838 o Instituto foi inaugurado pela necessidade de se delinear um perfil para a nação brasileira, colocando para si a tarefa de desvendar o processo da gênese da nação [...] A nação propagada pela história empreendida pelo Instituto se reconheceu enquanto continuadora de uma tarefa "civilizadora", que teria sido iniciada pela colonização portuguesa. (MALEVAL, 2010, p. 1, grifos da autora)

Além das reuniões e discussões acerca dos rumos da história do país, o Instituto cuidava de coletar e arquivar documentos de interesse para essa história que se queria propagar, mantendo inúmeros correspondentes nas diversas províncias do Império e no estrangeiro, e mantinha, ainda, uma publicação periódica da "Revista do Instituto". Um de seus correspondentes foi Carl Friedrich Philipp von Martius ou "Carlos Frederico de Martins" (como ficaria gravado seu nome no Instituto). (RIO DE JANEIRO, 2011)

4.1.1 A proposta de von Martius (1844) para o ensino da História

A lie cannot live.

Martin Luther King Jr.

No ano de 1843 o alemão Carl Friedrich Philipp von Martius³⁰, em resposta a um concurso proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB - , escreveu (em Munique) sua monografia: "Como se deve escrever a História do Brasil" (MARTIUS, 1844).

³⁰ Carl Friedrich Philipp von Martius (1794 - 1868) foi um médico, botânico, antropólogo e um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil, especialmente a região da Amazônia.

Januário da Cunha Barbosa, o então secretário do Instituto, havia proposto uma premiação de 200 mil réis para quem mais bem respondesse sobre qual o melhor sistema para escrever a História do Brasil. (fig. 11)

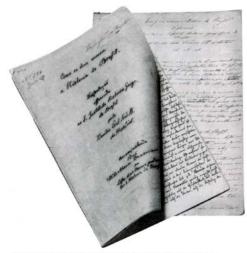


Figura 11 - Manuscrito da Proposta de Von Martius (1844)

A tese de Carl F. P. Von Martius, "Como se deve escrever a História do Brasil", vencedora no concurso aberto pelo I.H.G.B.

Fonte: Google images

O ganhador do concurso foi von Martius. Em acordo com a corrente em voga na época, da disciplina histórica na Europa, particularmente na Alemanha³¹, o autor sugeriu uma história do Brasil que fosse ao mesmo tempo "filosófica" e "pragmática", tendo como fio condutor a formação de seu povo, considerando nessa formação a "mescla das raças".

Entre suas diversas propostas estão aqui selecionadas em destaque aquelas que se referem particularmente ao negro, objeto deste estudo.

Ilustrando os elementos aos quais se refere como sendo "de naturezas muito diversas à natureza e desenvolvimento humano", Martius elenca as três raças "cobre ou americana, branca ou caucasiana e preta ou ethiopica" que formaram por "encontro, mescla e relações mutuas" a então atual população brasileira. O autor entende que cada uma dessas raças, em seus aspectos físicos e morais influem no processo de desenvolvimento do povo que se vê surgir àquele momento histórico. Reconhece a forte influência do português, "descobridor, conquistador e Senhor", mas lembra que seria "um grande erro para todos os princípios da Historiographia-pragmatica se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados". Forças essas, prossegue, "que igualmente concorrem para o desenvolvimento physico, moral e civil da totalidade da população".

³¹ "Num País que desde a Independência até a 1ª Guerra Mundial foi dominado na superestrutura literária pela língua e cultura francesas, apesar de econômicamente preponderar a influência britânica, é realmente surpreendente que, em pleno século XIX, apareçam figuras como a de Tobias Barreto e Capistrano de Abreu, conscientes da fôrça da cultura e do pensamento germânicos". (RODRIGUES, José Honório. História e Historiografia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.p. 175). Essa citação de Rodrigues indica que embora não fosse hegemônica a cultura alemã também exercia influência sobre o escrever a história, no século XIX.

Levantando questões de ordem filosófica, Martius faz recordar que a nação inglesa foi composta pela mescla de diversos povos, cujos valores eram diferentes entre si. Embora, em seu entendimento, o português tenha sido o veio principal ao qual se incorporaram os negros e os indígenas (raças às quais ele chama inferiores), invocando o "gênio da história", Martius declara que, certamente, a "vontade da Providência" teria predestinado o Brasil a essa mescla, "de forma a torná-lo uma nação nova e maravilhosamente organizada". (p. 383).

Segue o autor dizendo que ao bom historiador caberá descrever as três raças, dando ênfase à educação e ao desenvolvimento moral que a raça branca teria proporcionado às demais, e que quanto mais calorosamente defender os interesses das raças desamparadas, mais estará enfatizando o cunho filantrópico que é exigido do historiador no século XIX.

Um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano auctorisa o leitor a desconfiar que elle não sabe collocar-se acima de vistas parciaes ou odiosas. (MARTIUS, 1844, p. 384)

Além disso, o autor valoriza o brasileiro por "deixar-se influenciar" pelo negro no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, distinguindo o Brasil entre as outras nações que excluem do movimento geral "as duas raças inferiores".

Sobre os indígenas americanos, Martius faz inúmeras sugestões de pesquisas. Embora declare que, na chegada dos portugueses, os índios se encontravam "proporcionalmente em tão diminuto número e profundo aviltamento", o autor sugere que se estude com profundidade a linguagem utilizada por eles, que se investiguem as possíveis civilizações que os teriam precedido, e, entre outras ideias, que se expresse, por investigação, em quanto os índios se beneficiaram da chegada dos portugueses, assim como o quanto esses foram também influenciados por aqueles. (p. 384)

Dos portugueses, sugere o autor, que se fale de seu "Systema das Milicias", os quais foram "forçados a utilizar", por conta das invasões hostis que se sucederam à época da colonização, por parte dos indígenas ("em diminuto número e profundo aviltamento", lembrese). Essas milícias foram também significativas no desenvolvimento geral da colônia e na defesa territorial quando dos ataques de outras nações europeias, diz Martius. (p. 390)

Segue então o autor descrevendo as condições históricas que levaram os portugueses a colonizar o Brasil – condições essas, diz ele, que o historiador não deverá ignorar e que ao, considerá-las não julgará os portugueses, posto que outra era a realidade no século XV. Que se considerem as legislações, dos eclesiásticos, dos monarcas, do "desenvolvimento das ciências e das artes como reflexo da vida europeia" etc...

Entre outras tantas lúcidas sugestões, uma parece ter sido ignorada ao longo da narrativa histórica escolar brasileira:

O historiador deve transportar nos á casa do colono e cidadão Brazileiro; elle deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos tanto nas cidades como nos estabelecimentos ruraes, como se formavam as relações dos cidadãos com seus visinhos, seus creados e escravos; e finalmente com os freguezes nas transações commerciaes. Elle deve juntar-nos o estado da igreja, e escola, levar-nos para o campo, ás fazendas, roças plantações e engenhos. (MARTIUS, 1844, p. 394)

Deve-se então descrever, sugere Martius, os conhecimentos que foram utilizados e se desenvolveram na agricultura, nas plantações de gêneros europeus, nos engenhos, na construção naval, a vida militar, as entradas e bandeiras, as incursões ao litoral e ao interior do país etc. Não se esquecendo da importante relevância da educação na constituição de uma nação, diz o autor:

As observações sobre as escolas no Brazil, sobre o methodo do ensino então ahi reinante, o gráo de instrucção obtido por elle hade conduzir outra vez a indagações sobre o estado das letras da Mãi Patria. Por isso, pertence á tarefa do historiador Brazileiro occupar-se especialmente com o progresso da Poesia, Rethorica, e todas as mais sciencias em Portugal, mostrar a sua posição relativa ás mesmas no resto da Europa, e apontar qual e influencia que exerceram sobre a vida scientifica, moral e social sobre os habitantes do Brazil. (p. 395)

Em relação aos africanos, Martius faz ao historiador do Brasil a recomendação de que não se esqueça deles ao buscar as narrativas épicas e poéticas sobre as riquezas subterrâneas do país assim como as superstições e narrativas fantásticas: "O negro gosta de fallar; o seu modo Africano de pensar, seu feticismo lhe subministram também diversos pensamentos poéticos sobre acontecimentos sobrenaturaes ou milagrosos". (p. 396)

Especificamente sobre "a raça africana em suas relações com a Historia do Brazil", Martius declara "mister indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturaes, seus preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprios da raça em geral &tc, &tc." (p. 397)

Tendo a África sido "visitada" pelos portugueses anteriormente à chegada dos africanos ao Brasil, Martius indica que essa deve também ser considerada como parte importante na narrativa histórica do Brasil. Considera que as relações comerciais que se estabeleceram entre Portugal e suas colônias africanas fizeram com que essas influíssem no desenvolvimento social e político daquele. Deve-se ainda, segundo o autor, estabelecer a ligação necessária no sentido de investigação histórica.

Por este motivo devemos analysar as circunstancias das colônias Portuguesas na Africa, de todas as quaes se trafica a escravatura para o Brazil, dever-se-há mostrar que movimento imprimiam na industria, agricultura e o commercio das colonias para com as do Brazil, e vice-versa. De summo interesse são as questões sobre o estado primitivo das feitorias Portuguezas, tanto no littoral como no interior da Africa, e da organização do trafico de negros. Estas circunstancias são quasi inteiramente desconhecidas da Europa. Só ultimamente foram publicadas noticias sobre este assumpto pelos Inglezes; com tudo parecem representadas em grande parte de um só lado; nem fornecem esclarecimentos sufficientes, sobre o manejo e procedimento do trafico dos escravos no interior do paiz. E se observamos pela outra parte que a litteratura Portugueza offerece muito pouco, o que se refere á historia universal do trafico da escravatura*³², o author prestaria um serviço muito relevante se na historia do Brazil tratasse cabal e extensamente este assumpto. De si mesmo offerecem-se então muitas comparações sobre a

_ .

³² "Um trabalho meritório baseado em experiencia, que pertence a este assumpto, tem o autor Luiz Antonio de Oliveira Mendes, sobre as moléstias dos negros, nas Mem. Econ. da R. Acad. De Lisboa; v. 4, pag. 1-64. Outros tratados sobre os negros devemos ao insigne Visconde de Cayrú." (nota do autor)

indole, os costumes e os usos entre os Negros e os Indios, que sem duvida contribuirão para o augmento do interesse que nos offerecerá a obra. Emfim será conveniente indicar qual a influencia exercida pelo trafico de negros e suas differentes phases sobre o caracter Portuguez no proprio Portugal.

Nunca por tanto o historiador da Terra da Santa Cruz hade perder de vista que a sua tarefa abrange os mais grandiosos elementos; que não lhe compete tão sómente descrever o desenvolvimento de um só povo, circunscripto em estreitos limites, mas sim de uma nação cuja crise e mescla actuaes pertencem á historia universal, que ainda se acha no meio do seu desenvolvimento superior. Possa elle não reconhecer em tão singular conjunção de differentes elementos algum acontecimento desfavoravel, mas sim a conjunctura mais feliz e mais importante no sentido da mais pura philantropia. Nos pontos principaes a historia do Brasil será sempre a historia de um ramo de Portuguezes; mas se ella aspirar a ser completa e merecer o nome de historia pragmatica, jamais poderão ser excluidas as suas relações para com as raças Ethiopica e India. (MARTIUS, 1844, p. 397-399)

E segue o autor descrevendo a forma que melhor entende deve ser redigida a história. Sugere que a história da nação deva prevalecer sobre a história particular de cada província, porém, reconhece que alguns dados particulares poderão enriquecer a obra. Determina que a narrativa deva ser apresentada por épocas e que se deve "relacionar a Mãi Patria com as mais partes do Mundo". Sua indicação para o sucesso de uma boa narrativa é que o autor viaje pelo Brasil, de modo a conhecer as terras de onde fala, e poder imprimir à obra um atrativo particular "porque n'essas diversas descripções locaes [os leitores] reconhecerão a sua propria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos". (401)

O objetivo desse especial ufanismo é para Martius a unidade e fortalecimento da nação, "Nunca se esqueça pois o historiador do Brazil, que para prestar um verdadeiro serviço á sua patria devera escrever como auctor Monarchico-Constitucional, como unitario no mais puro sentido da palavra". Por fim, faz sugestões de estilo, de forma que a obra se resuma a um único volume e seja atraente ao leitor jovem: "Deverá satisfazer não menos ao coração do que a inteligencia [...]". (p. 402)

Embora tenha sido o vencedor do concurso proposto pelo IHGB, não foram as diretrizes de Martius as que traçaram a narrativa histórica do Brasil.

4.1.2 O livro de lições de História do Brasil

Powerful people never educate powerless people in what they need that they can use to take the power away from powerful people; it's too much to expect. If I was in power, I would not educate people in how to take my powers away.

Dr. John Henrik Clarke

A primeira tipografia brasileira foi a Imprensa Régia, inaugurada no Rio de Janeiro, em 1808, ano da chegada da família real à Colônia. Submetida a forte censura, até 1820, apenas as publicações dessa imprensa tinham autorização de circulação no agora Império do Brasil. Note-se que já "na década de 1760, cada uma das então 13 colônias inglesas na América do Norte, tinha pelo menos uma imprensa". (CREMIN, 1970 apud MARCÍLIO, 2005, p. 50)

No Brasil, o primeiro jornal impresso foi a Gazeta do Rio de Janeiro, cujo primeiro número data de 10 de setembro de 1808. (fig. 12)



Figura 12 - Primeira publicação genuinamente brasileira - 1808.

Fonte: Google Images

Em São Paulo, a primeira gráfica demorou ainda mais a aparecer: o primeiro jornal impresso, o chamado "Farol Paulistano", só foi surgir em 1823. Observe-se, contudo, que, enquanto na década de 1890 havia na capital paulista 290 gráficas, noventa anos antes, na América do Norte, já estavam circulando 200 jornais, sendo que 17 deles eram diários. Naquele mesmo período (1800), o Brasil não publicava um único exemplar. (MARCÍLIO, 2005, p. 50) Esses dados demonstram o tardio domínio do brasileiro sobre suas informações, sua literatura e divulgação de dados, além de indicar o baixo nível de alfabetização do povo (se não há o que ler não há porque ler).

Com o surgimento da imprensa nacional e a consequente ampliação de material de leitura, evidencia-se a necessidade da alfabetização em grande escala. Além dessa questão comercial, no século XIX, momento em que as atenções das sociedades governantes estão voltadas para a criação e fortalecimento dos Estados, o conceito de "instruir para civilizar" torna ainda mais urgente a questão da alfabetização.

Além da alfabetização, fazia parte da ideação de civilização a formação do povo por meio de uma instrução nacional e nacionalista, como se observa nos projetos do IHGB daquela época. E o ensino da História, a partir do século XIX, foi fundamental para a união das diversas regiões do Brasil, sob um modelo político único e coeso. Para esse fim, iniciouse a produção de manuais didáticos.

Com referência à produção de material de ensino da História, Alexandra Lima da Silva (2008), apresenta argumentos baseados em investigações feitas sobre jornais no Rio de Janeiro, entre os anos 1870 e 1920. Tendo detectado a relevante importância que os jornais, editores e críticos vinculados à imprensa exerciam sobre os livros didáticos, a autora indica que, no século XIX, a maior influência era ainda exercida pelo IHGB e o Colégio Pedro II, diferente do que ocorrerá no início do século XX. (p. 7)

A concepção de livro didático e sua destinação eram determinações quase exclusivas do poder político educacional que procurava, no grupo da elite intelectual, apoio para a produção desse tipo de literatura. Tivemos assim, na geração dos iniciadores da produção didática, figuras próximas ao governo, escritores de obras literárias, sobretudo os principais encarregados do "fazer científico" da época. Os compêndios que escreveram para o público estudantil eram de literatura, gramática, história e geografia, dedicados ao ensino secundário, majoritariamente, e em menor escala para as "escolas de primeiras letras" [...] os programas curiculares eram originários e "traduzidos", em sua maioria, da França. (BITTENCOURT, 2004, p. 482. grifos no original)

Os avaliadores dos livros didáticos eram intelectuais, muitos deles também autores, e também politicamente posicionados, não raro, comprometidos com algum órgão de imprensa ou pesquisa; esses eram aqueles que iriam definir os "bons livros didáticos", a exemplo de Xavier Pinheiro, jornalista, e Adolpho Varnhagen, pesquisador do IHGB.

Escrever manuais de história para a *mocidade brasileira* passou a ser uma tarefa de fôlego, que, caso bem empregada, garantiria notoriedade ao autor [...] Escrever esse tipo de história era algo examinado de perto pelas autoridades imperiais, sendo isso compreensível, visto que constituía uma tarefa importantíssima para aqueles que viviam naquele momento. (MALEVAL, 2010, p. 2, grifos no original)

Além do conteúdo, especificamente, conforme Alexandra Silva (2008), havia, no século XIX, grande preocupação com a produção do livro didático para o ensino da História, quanto à sua qualidade, adequação de linguagem ao público leitor (jovem) e escolha de temas a serem abordados, especialmente considerando o caráter formador que era atribuído àquela disciplina. "Neste sentido", diz a autora, "a imprensa enquanto parte do jogo das relações sociais evidenciava determinadas memórias, silenciando, muitas vezes, os sujeitos e as concepções da História de 'fora' destas redes de apoio, compostas por políticos, editores e homens de letras de prestígio e poder".

Bittencourt (2004) aponta a preocupação das editoras no sentido de considerar o público a quem eram dirigidas as obras, por isso, estavam atentas às preferências dos professores. Ainda de acordo com a autora, os campeões de venda eram aqueles livros que se orginaram dos apontamentos dos professores em aula, as "postilas", de que falarão Alves e Centeno (2009).

Para professores sem formação específica, o livro didático representava "o método de ensino", além de conter o conteúdo específico da disciplina. A formação do professor, ao ser constituída na prática, no 'aprender fazendo', exigia uma produção didática específica que intelectuais preocupados com o

conhecimento científico e literário, mas sem a vivência em sala de aula, eram incapazes de produzir com sucesso. (BITTENCOURT, 2004, p. 483, grifos no original)

Gilberto Luiz Alves e Carla Villamaina Centeno (2009) estabelecem uma relação entre a produção do livro didático e a proposta de Comenius, em sua *Didactica Magna*, e esclarecem que no Brasil os manuais didáticos do século XIX ainda estavam "muito aquém do exercício da função que foi conferido por Comenius", dois séculos antes. (p. 481)

Com relação especificamente ao ensino da História, os autores citam as obras de Bellergarde e Abreu e Lima como os primeiros a serem utilizados no Brasil, embora não tenham sido elaborados exatamente para fins didáticos.

Na apresentação de seu livro, "Compêndio de História do Brasil", Abreu e Lima indica sua preocupação com a falta de referência histórica que falasse aos brasileiros de sua própria história e de seus antepassados, com base nos interesses da nação recém independente, razão essa que o levou a escrever sua obra. Apesar das sérias críticas de Varnhagen³³, Abreu e Lima foi a primeira opção do Colégio Pedro II, aparentemente apenas por ter sido produzida por um brasileiro – exatamente como propõe o próprio Abreu e Lima nas páginas iniciais de sua obra.

Seguindo-se a Abreu e Lima, surge no Colégio Pedro II, segundo estudos de Alves e Centeno (2009), o manual escrito pelo professor Joaquim Manoel de Macedo: "Lições de história do Brasil". Essa obra, embora longa, em número de páginas, traz na introdução um alento ao leitor, indicando que é extensa por conter, além do texto de história em si, quadros sinópticos para facilitação da memorização e perguntas para a avaliação da compreensão do aluno. Ciente do peso, ou intensidade, de sua obra, Macedo indica, como bem salientam Alves e Centeno (2009, p. 482), "especialmente nas escolas de instrucção primaria o professor é a alma do livro, e não há methodo que approveite, se o professor não lhe dá vida, applicando-o com paciencia e consciência no ensino". Havia, portanto, a evidente centralidade do professor nas atividades didáticas, o que, segundo Alves e Centeno, era característica da época no Brasil.

Ainda de acordo com os autores, a faculdade intelectual mais exigida dos estudantes à época era a memória, embora o professor Macedo tenha adicionado ao seu discurso uma nota de advertência:

Um menino que tem decorado uma lição nem por isso sabe a lição: para que saiba é indispensável que comprehenda o que exprimem, o que significam as palavras que repetio de cor; por esta razão anexamos no nosso compendio a cada lição algumas explicações, que o professor deve contemplar ajuntando a essas tantas outras quanto forem necessárias. Depois de bem comprehendida assim a lição, as perguntas destacadas põem em proveitoso tributto a attenção e reflexão dos meninos, e emfim o quadro synoptico que elles devem reproduzir de cor na pedra e no papel, grava na memória toda a matéria estudada. (MACEDO, 1913 apud ALVES; CENTENO, 2009, p. 483)

Para mais esclarecimentos sobre as discussões travadas entre os autores Varnhagen e Abreu e Lima, ver APÊNDICE C.

Ainda sobre Comenius, Alves e Centeno apontam a inexpressão da expansão escolar no Brasil como um dos fatos que distanciaram tanto o livro didático brasileiro de suas propostas. Como uma das marcas do elitismo que imperava sobre as regras da educação brasileira, os professores, especialmente do ensino secundário, eram recrutados entre "os mais celebrados conhecedores das matérias ensinadas". "Se não dispunham qualquer formação pedagógica anterior, eram padres e profissionais liberais, como médicos, advogados e engenheiros, que constituiam o corpo dos quadros intelectuais mais preparados do Império". (p. 483)

Sendo, então, conhecedores das matérias que ensinavam e não tendo material didático adequado disponível, esses mesmos professores costumavam escrever seus próprios textos didáticos. Alguns desses textos evoluíram de forma que foram transformados em livros, a exemplo de "Lições de História Pátria", do Colégio de São João, Campinas - de Américo Braziliense publicadas por José Maria Lisboa, "Historia do Brasil", pelo P. Raphael M. Galanti, S.J. ... e "Lições de História do Brazil": proferidas no internato do Imperial Collegio de Pedro II, pelo respectivo professor, de Luis de Queirós Mattoso Maia, todos parte integrante do rol de obras aqui analisadas.

Embora alguns colégios tivessem o privilégio de seus professores produzirem seu próprio material didático, houve outros, como por exemplo, a Escola Militar, instalada no Rio de Janeiro em 1810, que se viram às voltas com a questão relativa ao material a ser utilizado para o ensino. Oferecendo em seus cursos o ensino da matemática, física, química, história natural, técnicas de guerra e fortificações, segundo Bittencourt (2004, p. 481), a Escola Militar tinha uma produção reduzida de seu próprio material em textos. Os lentes, diz a autora, "limitaram-se a realizar traduções, ou adaptações de textos estrangeiros, ou, preferencialmete, recorriam às obras de Portugal." Entretanto, continua a autora, na década de 1840, com as disputas políticas e sociais, da fase regencial, quando se iniciava o discurso mais ferrenho no sentido da unidade nacional e a "nova configuração do papel político dos militares", surge a necessidade da produção de material didático elaborado no Brasil. Essas obras deveriam dar conta,

entre outros aspectos, de esboçar os contonos territoriais da nação independente. A Escola Militar, foi então, o lugar institucional responsável pelo aparecimento dos primeiros compêndios dedicados ao ensino das disciplinas formadoras da "nacionalidade", especialmente história e geografía. (BITTENCOURT, 2004, p. 482)

Foram, não raro, personagens ilustres políticos, intelectuais próximos ao poder do Estado, que produziram esses materiais didáticos e assumiram a responsabilidade sobre suas obras, e exatamente por essa responsabilidade, não se expunham em demasia no sentido de produzir críticas ou mesmo considerações que pudessem comprometê-los, como se verá nas obras aqui relacionadas.

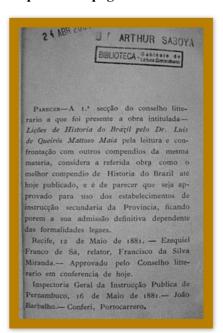
Circe Bittencourt assinala:

Tais autores [professores do CPII, no ensino secundário, e sócios do IHGB] possuiam [...] estreitas ligações com o poder institucional responsável pela política educacional do Estado, não apenas porque eram obrigados a seguir

os programas estabelecidos, mas porque estavam 'no lugar' onde este mesmo saber era produzido. (BITTENCOURT, 2004, p. 481)

Citando Foucault, a autora fala, ainda, sobre essa responsabilidade que o autor tem sobre a publicação que leva seu nome. Diz ela, "Foucault coloca o autor como personagem importante ao fornecer um nome próprio às obras e acentua o caráter de responsabilidade que presume um estado de direito e, portanto, sujeito a sanções penais como proprietário de uma obra literária". (BITTENCOURT, 2004, p. 478) No caso dos livros publicados no Oitocentos, a responsabilidade do autor era total, uma vez que não há nas obras referências a textos consultados, ainda que muitos dos autores, no decorrer de seus textos, façam uma ou outra citação, indicando nomes conhecidos de sua época, e nem sempre reconhecidos hoje³⁴. Além da falta de das referências, os livros não tiveram organizadores, ou seja, todos (pelos menos entre os levantados neste estudo) trazem um único nome como responsável, e nenhuma "equipe" de revisão, qualquer que fosse. O que há, sem dúvida, é a aprovação de órgãos governamentais (Fig. 12), do clero (no caso de obra produzida por religiosos) ou indicações feitas por editores. "O autor de uma obra didática deve ser, em princípio, um seguidor dos programas oficiais propostos pela política educacional." (BITTENCOURT, p. 479)

Figura 12 - Aprovação da Inspetoria Geral da Instrução Pública - os pareceres eram publicados nas primeiras páginas das obras



Fonte: Foto da autora

A repeito da autoria de textos no século XIX, citando Robert Darnton, Jinzenji e Galvão (2010) esclarecem: "[...] é importante considerarmos que a noção de autoria não era, na época, muito rigidamente estabelecida, e a transcrição e circulação de trechos de livros, leis e jornais era prática comum - não se considerava falta grave a ausência de referências aos textos de origem. Isso caracteriza uma "intertextualidade desenfreada",

em que os autores "bebiam em fontes comuns, copiavam passagens uns dos outros com a mesma liberdade com que trocavam fragmentos de notícias nos cafés"."

3

A exemplo do que certamente sucedeu com os livros de Braziliense, Mattoso Maia e Pe. Galanti, Alves e Centeno indicam que também o livro de Macedo deverá ter "percorrido a trajetória da 'postila' ao livro". Segundo os autores (p. 484) as "postilas" tiveram sua referência nos programas de 1862. Com seu aprimoramento a cada ano, elas adquiriam características de livro, podendo assim serem publicadas.

No caso da obra de Braziliense, aqui analisada, o professor proferiu suas aulas no Colégio de São José, em Campinas, no ano de 1873. Um de seus "discípulos" ³⁵, José Maria Lisboa, então gerente da Gazeta de Campinas, pediu ao professor autorização para publicar o texto das aulas no periódico. Após alguns desentendimentos, obteve a autorização. Aplaudidas pelo público e pela imprensa, as publicações fizeram tão grande sucesso que foram transformadas em livro. O sucesso da obra e sua utilização em escolas estão evidentes numa segunda nota "Ao Leitor". (MELO, 1877)

Bittencourt (2004, p. 480) apresenta uma divisão em dois grupos, duas gerações de autores, sendo que o primeiro teria iniciado sua produção a partir da chegada da família real ao Brasil; essas produções identificadas como da "primeira geração" passaram, segundo a autora, a serem produzidas em 1827, "autores preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, apenas esboçando algumas contribuições para o ensino das 'primeiras letras'". Já a "segunda geração" começa a surgir nos anos 1880,

quando as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se impuseram, gerando discussões sobre a necessidade de dissiminação do saber escolar para outros setores da sociedade, ampliando e reformulando o conceito de 'cidadão brasileiro', criando-se uma literatura que, sem abandonar o secundário, dedicaram-se à constituição do saber da escola elementar. (BITTENCOURT, 2004, p. 480)

Essa nova geração de autores caracterizou-se por sua heterogeneidade, produzindo suas obras para um público diversificado, e já não se limitando à elite privilegiada que se constituia dos filhos de grandes proprietários rurais e comerciantes, mas também jovens oriundos das classes menos favorecidas, "desejosos de seguir carreiras no setor terciário". Além dessa diversificação relativa ao poder aquisitivo e cultural dos alunos, havia também a realidade de se ter, então, em salas de aulas, o público feminino. (BITTENCOURT, 2004, p. 484)

Uma das dificuldades apontadas aos livros didáticos para o ensino da história, de acordo com Alves e Centeno, é que eles disputavam "o emprego em outros níveis de ensino e uma fatia do mercado que ia além da reduzida clientela escolar". (2009, p. 483-484) Ou seja, além de seus alunos em sala de aula, os autores abjetivavam também "estudiosos diletantes" e especialistas, o que certamente tornava os referidos livros de difícil articulação quando para fins didáticos.

E foi nesses manuais didáticos que se procurou o personagem negro na narrativa da história do Brasil em terras brasileiras.

Diz o editor, na página de abertura do livro, "Ao leitor: [...] As notáveis preleções do sr. Dr. Américo Braziliense, que a princípio deveriam ser ouvidas pelos discípulos do Colégio, foram escutadas por innumeros cavalleiros, que iam ouvir a palavra clara e erudita do illustre doutor". (MELO, 1877)

4.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Segundo Hoornaert (1994, p. 77), "a clássica abordagem da história da América latina e do Caribe pelo tema 'encontro das três raças'" foi descaradamente utilizada para legitimar os abusos cometidos pelos europeus colonizadores, que, ao invés de estarem de fato estabelecendo um "encontro" com as demais "raças", ou seja, com os povos africanos e nativos das Américas, estava exercendo sobre eles uma efetiva e cruel dominação. Hoornaert afirma que esse termo esconde por trás de si toda a crueldade que exterminou inúmeros povos indígenas americanos assim como africanos, no processo de formação dos povos que nos constituem hoje como latino-americanos. Outra tão cruel afirmação, ainda de acordo com o autor, é a de que o Brasil seria "laboratório da humanidade de amanhã" através da miscigenação (p. 77). Na verdade, a história tem resgatado as origens da América Latina e do Caribe, assim como da África, desvendando, aos poucos, os olhares preconceituosos que temos dirigido a nós mesmos – povos-fruto da colonização.

Nos bancos escolares, tem-se iniciado os estudos da História do Brasil no ano de 1500, logo em seguida ao chamado "descobrimento da América", em 1492. Conduzidos por professores, alunos ignoram, por todo o período escolar, as raízes originais das terras brasileiras – os povos que aqui viviam, seus costumes, idiomas, suas crenças, rituais, lendas, seus medos, suas batalhas travadas – vencidas e perdidas -, seus valores, sua ética. Desconhece-se sua relação com a terra, com a natureza, com o Criador... A mesma verdade pode ser dita com relação aos povos africanos. Tem-se aprendido que escravos foram trazidos em navios negreiros ao Brasil, tendo partido da África. E então, sua história começa aqui – como escravos. E o termo "escravo" ao invés de ser mais ofensivo e vergonhoso ao senhor do homem ou mulher escravizado passa a ser utilizado contra o homem e a mulher feitos escravos, a quem caberá a humilhação e o peso social da história. Muito pouco, ou absolutamente nada se aprende de África. Tem-se em mente uma ideia coletiva de um lugar onde viveram³⁶ selvagens que foram caçados, ou vendidos por seus pares, e aqui, em terras brasileiras, tornaram-se vítimas, merecedoras, talvez, de piedade e benevolência cristã.

Shimamanda Ngozi Adichie (2009), escritora nigeriana, em seu testemunho de vida e de sua experiência enquanto africana³⁷, dado ao TED (Technology, Entertainment, Design), afirma que aprendeu, com suas experiências fora da Nigéria, a necessidade de se ter em mente que uma história não pode, ou não deve, ser única. Para entendermos a nós mesmos e ao outro, diz ela, para compreendermos e enfrentarmos as diversas situações da vida e podermos nos relacionar com pessoas, precisamos olhar as histórias por diferentes prismas, de diferentes lugares e com diferentes posturas.

Seguindo a reflexão da autora africana/nigeriana, na tentativa de desviar o olhar unilateral sobre a narrativa eurocentrada da história, encontra-se em Hoornaert (1994, p. 78) a seguinte afirmação:

A autora afirma que não foi antes da sair da Nigéria para viver na Inglaterra, como estudante, que se percebeu africana, no sentido conceitual geográfico, cultural e histórico da palavra. Até então, ela se sabia simplesmente uma Nigeriana.

3

³⁶ Talvez a utilização desse verbo no passado seja um eufemismo, uma vez que ainda hoje muitos se espantam com informações relativas a qualquer indicação de desenvolvimento em países da África Subsaariana, à exceção, quem sabe, da África do Sul, que poucos mais "conhecem".

Para refazer o tecido da história do continente, duas operações intelectuais e de conscientização nos parecem necessárias: a valorização deliberada das duas histórias silenciadas e rejeitadas, a indígena e a africana; a crítica objetiva, forte e implacável da perversidade dos métodos usados pela Europa para aqui estabelecer sua hegemonia.

Nos últimos duzentos anos, aproximadamente, ao estudante brasileiro têm sido oferecidas versões históricas provindas do olhar europeu, o olhar do vencedor, que tenta, através de seus relatos históricos, defender-se das acusações referentes às atrocidades cometidas, alegando que "aqui veio para propagar a verdadeira religião ou para instalar a verdadeira moral, que não admite relativismos" (HOORNAERT, 1994, p. 81).³⁸

A mesma postura tomada pelos portugueses e espanhóis, no Brasil, América Latina e Caribe, também foi compartilhada por outros povos europeus, como os ingleses, franceses, belgas, em outras terras invadidas em nome das expansões territoriais e da dominação para exploração de bens, travestidos de cristandade e espírito de amor e civilidade.

Segundo Peter Burke,

diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Poderia também dizer-se que a história é esquecida pelos vencedores. Podem permitir-se esquecer, enquanto os derrotados são incapazes de aceitar os acontecimentos e estão condenados a meditar sobre eles, a revivê-los e a imaginar quão diferentes poderiam ter sido. (BURKE, 1992, p. 246)

Contudo, pelo processo civilizatório ao qual os brasileiros foram expostos, essa dor da não aceitação e a condenação ao ter de meditar sobre os acontecimentos não parece ter sido muito severa sobre muitos dos derrotados – que não se veem como tal, simplesmente não se reconhecem. Não conhecendo a história, não reconhecendo a derrota – parece não haver suplício. Porém, talvez o suplício fosse ainda menos pesado do que é o apagamento do passado vivido.

Nos últimos anos, os brasileiros passaram a reivindicar mais seus direitos à informação, às verdades históricas, à compensação pelas injustiças passadas. Movimentos como o feminista, o indígena, da negritude, dos homossexuais, entre outros, têm trazido à baila assuntos antes não discutidos tão abertamente. E os resultados têm surgido em forma de leis como a já citada 10.639/03, a Lei Maria da Penha (contra a violência doméstica e familiar contra a mulher), o projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006 (contra homofobia), e a mais recente aprovação da Lei de União Estável entre Homosexuais (5/5/2011), além de outras medidas. Porém é na escola que se produz o conhecimento que levará às conquistas sociais. A mesma escola que, por um lado, é o viveiro onde se tem cultivado o germem da intolerância, é também a ferramenta e o espaço ideais para o resgate dos diferentes olhares sobre a história do povo brasileiro. A educação promovida pela escola, se bem conduzida, será o antídoto contra a intolerância, filha da ignorância. Os movimentos de conscientização, que nos levam a olhar para o mal e reconhecê-lo mau, talvez sejam a indicação de que "dores maiores" virão, antes de sararem as feridas que devem ser abertas. Mas há que se abri-las!

O racismo, por exemplo, um dos problemas gerados no ventre do conhecimento corrompido, mutilado, moldado conforme os interesses de poucos (e perpetuado pela escola),

³⁸ Para comprovação da afirmativa de Hoornaert, ver documento histórico no **APÊNDICE D.**

tem efeitos concretos e nocividade bilateral. Trata-se de um sentimento enraizado tanto entre os brancos quanto os não brancos; fruto de uma cultura pouco honesta com seu passado, o racismo fere a todos. Elaine dos Santos Cavalleiro³⁹ (2005, p. 12) afirma que

[...] foi possível comprovar que a existência do racismo, do preconceito e da discriminação raciais na sociedade brasileira e, em especial, no cotidiano escolar acarretam aos indivíduos negros: autorrejeição, desenvolvimento de baixa autoestima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, consequentemente, evasão escolar. Para o aluno branco, ao contrário, acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública.

Apenas a educação, o conhecimento e o reconhecimento de si próprio e do outro, nas diferenças e direitos de cada um, podem conduzir a sociedade brasileira à autoestima e valorização de suas características culturais, próprias de um povo miscigenado. Cavalleiro indica que "buscar soluções [relativas à discriminação, racismo e preconceitos] não é um trabalho apenas a favor dos(as) alunos(as) negros(as), representa um trabalho em favor de todos(as) os(as) brasileiros(as), quer sejam pessoas pretas, pardas, indígenas, brancas ou amarelas." (2005, p. 13)

Um passo inicial para que essas soluções se tornem possíveis, sem dúvida, é o conhecimento da história da formação do povo brasileiro, o conhecimento adquirido através da narrativa produzida e observada a partir de diversos pontos de olhar.

O conhecimento dessa história do Brasil deveria ser iniciado nas buscas pela origem dos índios que aqui viviam quando da chegada dos europeus; pelas pesquisas antropológicas, buscas arqueológicas. Porém, este estudo presente trata objetivamente do personagem negro, assim, concentra-se no modelo padrão – na chegada dos europeus à América, objetivando identificar, inicialmente, quem eram os homens que escravizavam homens naquele período das grandes navegações e nos séculos que se seguiram até a total abolição da escravidão. Busca também identificar como a elite culta do Império registrou a história dos homens e mulheres negros, importados como mercadoria, para que trabalhassem na construção da(s) fortuna(s) do Brasil.

³⁹ Eliane dos Santos Cavalleiro, à época da publicação, era a Coordenadora-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade (Secad/MEC)

5 ANÁLISE DO ACERVO CONSULTADO

5.1 LEVANTAMENTO DE DADOS

As obras do século XIX, relativas à História do Brasil, levantadas nas bibliotecas do Gabinete de Leitura de Sorocaba, USP, Digital do Senado e Digital Brasiliana, além de acervo particular, foram as seguintes, aqui organizadas pela data da primeira impressão (ainda que não fosse necessariamente essa a consultada). Objetivou-se com esta apresentação determinar a época em que os autores lançaram sua obras, localizando-as no contexto histórico. A data final de cada apresentação corresponde à data da obra consultada efetivamente.

- **1810 a 1819 (**inglês) **1862 (**no Brasil) <u>SOUTHEY, Robert</u> (1774- 1843). História do Brasil v.2-3, 1965.
- **1843** <u>LIMA, José Inácio de Abreu e</u> (1794 1869). Compêndio da História do Brasil pelo General J. I. de Abreu e Lima, 1843.
- **1845** <u>VARNHAGEN</u>, <u>Francisco Adolfo</u> (1816- 1878). História Geral do Brasil (Edição Especial) v.1-3, 1981.
- **1854** <u>PINHEIRO</u>, <u>José Pedro Xavier</u> (1822-1882). Epitôme da História do Brazil: desde seu descobrimento até a proclamação a república, 1986.
- **1861** MACEDO, Joaquim Manuel de (1820-1882). Lições de Historia do Brasil para uso dos alumnos do Imperial Collegio de D. Pedro II... Nova edição. 18--.
- **1877** MELO, Américo Braziliense de Almeida e. (1833 1896). Lições de História Pátria, do Colégio de São João, Campinas publicadas por José Maria Lisboa, 1877.
- **1880** MAIA, Luis de Queirós Mattoso (?). Lições de História do Brazil: proferidas no internato do Imperial Collegio de Pedro II, pelo respectivo professor, 1886.
- **1886** GALANTI, Raphael Maria (1840 1917). Compêndio de Historia do Brasil, pelo P. Raphael M. Galanti, S.J., professor do Collegio de Ytú. v. 1-5, 1896-1911,
- **1888c**. <u>PINTO</u>, <u>Alfredo Moreira</u> (1847-1903). Epitome da Historia do Brasil Escripto de acordo c/ o programa official, 1892.
- 1893c. VILLA-LOBOS, Raúl (1862-1899). História do Brasil: resumo didactico, 1896.
- **1894 -** <u>RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr. (Barão do)</u> (1845-1912). História do Brasil, 1894.

A indicação de que esses livros foram utilizados em escolas no século XIX está claramente impressa nas próprias obras (como subtítulos ou aval das autoridades competentes), em registros de escolas que as utilizaram (dados históricos do CPII, por exemplo) ou, ainda, em referências que uns autores fazem, em suas obras, uns aos outros. Outras indicações claras da utilização das obras estão no fato de terem sido reeditadas – com

correções e atualizações - e, ainda, nos registros feitos por autores modernos que se dedicam aos estudos sobre livros didáticos do século XIX.

Entre os 11 títulos apresentados, há um do qual não se evidenciou a utilização em sala de aula, porém foi mantido como parte deste estudo por pertencer ao acervo da Biblioteca do Livro Didático e por ter sido escrito por um professor ativo, autor de outras obras didáticas. Trata-se da obra do Barão do Rio Branco, escrita na França, originalmente no idioma daquele país, traduzida para o português pelo professor João Vieira de Almeida, autor de **Pátria**: livro dedicado à mocidade brazileira, São Paulo: Casa eclética, 1899(?).

5.2 METODOLOGIA

Analisando os livros selecionados, identificados como manuais de ensino da história para escolares nos anos 1800, buscou-se o objeto deste estudo: a identificação do personagem negro nas narrativas históricas do Brasil.

Inicialmente, procedeu-se à análise da materialidade dos documentos, com anotação dos dados das obras e as condições físicas de cada uma.

Em seguida, sob critério de associação livre, obteve-se um grupo de palavras relacionadas: Escravo; Negro; Africano; Escravidão, Tráfico; Comércio de escravos; Liberto; Forro; Mulato; Crioulo, que seriam utilizadas na busca. Com elas em foco, constatou-se que as palavras escravo e escravidão eram bastante frequentes, mas muitas das vezes, ao longo dos textos, se relacionavam aos indígenas; nesses casos, elas foram excluídas das anotações.

Anotadas as ocorrências, elaborou-se um quadro informativo, indicando: <u>número da página</u> onde aparece a palavra em questão, <u>a palavra ou palavras</u> que ocorrem naquela página, <u>o contexto</u> em que ocorrem, ou seja, o assunto de que fala o autor (um tópico do índice, por exemplo) e o <u>texto onde ocorre a inserção</u> da palavra ou palavras. Como no exemplo abaixo:

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
35	Tráfico, africanos; Lei de 13 de maio de 1888; escravo	Introducção	A lavoura que, pela cessação do deshumano trafico dos Africanos, de atolhava morimbunda, e se mostrava receiosa dos effeitos da Lei de 13 de maio de 1888, que abolio o elemento servil, em breve tempo demonstrará as vantagens resultantes da suppressão do braço escravo. []
61- 62	Negros	Capítulo terceiro – 1580-1640 - § I - Estado do Brasil na epocha em que passou para o dominio da Hespanha	A capital da Bahia de Todos os Santos continha então oito mil habitantes, e o Reconcavo, ou o contorno da cidade, contava para mais de dois mil, sem que o Negros e os Indios entrassem n'este arrolamento.

O levantamento completo encontra-se no APÊNDICE E, que contém, ainda, informações detalhadas sobre os autores e suas obras, além de aspectos da materialidade das obras consultadas. A transcrição, neste trabalho, segue o texto original – respeitando-se a grafia e pontuação utilizados pelo autor.

5.3 ANÁLISE

5.3.1 Identificação dos autores consultados e sua obra – resumo

A relação segue a ordem da apresentação acima, pela data da primeira edição. SOUTHEY, Robert (contava 36 anos, ao publicar, em inglês, a primeira edição de sua História do Brasil)

BELLIES CONTROL

BISTORIA

DO BRAZIL

FINANCIA DE DIATER

ROBERTO SOUTHEY

P LIH JOIQUIN DE CHITERE E CISTRO

C STATES

CONTROL OF L C FRANCES FINANCE

ESTE VOLUME PRETERIES

ROBERTO SOUTHEY

TORO MCKNOP CABIETTE EL ILISSA

- STATES CONTROL

ROBERTO SOUTHEY

TORO MCKNOP CABIETTE EL ILISSA

- STATES CONTROL

ROBERTO SOUTHEY

FULL DIQUIN DE CHITERE E CISTRO

LIVARIA DE R. L. GABNER

SOUTH DE CHITERE E CISTRO

LIVARIA DE CHITERE CONTROL

SOUTH DIQUIN DE CHITERE E CISTRO

CONTROL CONTROL

LETTURA APPLIANCES

LETTURA APPLIANC

Figura 13 - Capas e páginas de rosto da obras de Robert Southey - v. 2 e 3

Fonte: Foto da autora

Inglês, branco, poeta e escritor, foi o primeiro a escrever a História do Brasil. Escritor, sem aparente envolvimento político – e certamente nenhum envolvimento direto com o Brasil.

Southey é o único entre os escritores – e parece óbvio entender o porquê -, que fala em intolerâncias e crueldades entre brancos no Brasil, sendo que alguns são, segundo seus relatos, feitos escravos de outros. Sendo, além de estrangeiro, protestante, não poupa seus comentários agudos contra a Igreja, e mais especialmente a Companhia de Jesus. Há que se lembrar, também, que parte das informações sobre as quais ele baseia seu livro lhe foram entregues por seu tio – pastor protestante que vivera no Brasil e que, com "seus olhos", vira a história. Southey menciona os negros em muitas informações estatísticas. Sobre Palmares traz informações relativas à geografia, modos de vida e meios de sustento. Faz picantes referências à religiosidade dos quilombolas – referindo-se ao fato não poderem eles piorar o que lhes haviam dado os religiosos (certamente católicos), quando ainda viviam nos engenhos. A única referência direta "negativa" que faz é ao chamá-los de "inimigos incômodos". Southey dá, inclusive, aspectos de honra aos negros em sua descrição geral. Fala, então, em breves parágrafos sobre incidentes, ataques, batalhas e negociações envolvendo negros – no Brasil e

na África. Também ele (como Mattoso Maia) faz referência aos escravos combatentes libertos e promovidos a soldados, por João Fernandes. Embora não teça críticas, nem mesmo chame muita atenção para o fato, Southey é o único entre os autores consultados que indica que os negros e índios mortos em combate não são contados. Ao lançar sua obra em 1810, Southey declarou desejar ser para o Brasil o que Herodoto foi para a Europa. Infelizmente, não foi localizado, em tempo, o volume 1 da obra.

LIMA, José Inácio de Abreu e (contava 49 anos ao publicar a primeira edição de seu Compêndio da História do Brasil)

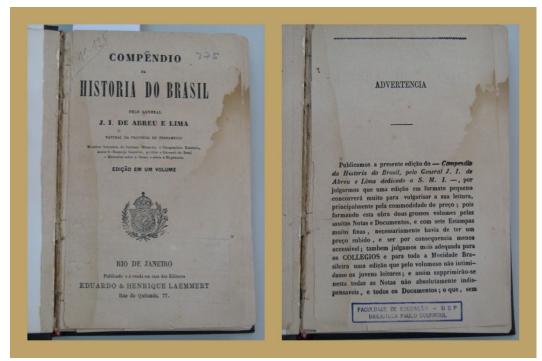


Figura 14 - Capa e primeira página da obra de Abreu e Lima

Fonte: Foto da autora

Pernambucano, branco, rebelde e revolucionário, foi educado no Brasil e atuou como militar pelo Brasil e pela Grã-Colônia. Monarquista, filiado ao Partido Restaurador, defendeu a volta de D. Pedro I ao trono.

Abreu e Lima sofreu séria crítica do IHGB, nas palavras de Varnhagen, mas ainda assim, sua obra foi utilizada por um bom período, no Colégio Pedro II e ainda é citada, nos dias de hoje, como referência histórica. O autor se refere aos negros de Palmares ora como inimigos tão bárbaros quanto os índios canibais, ora como os antigos conquistadores Romanos. Oferece limitadas informações sobre o quilombo de Palmares e o faz de forma a querer dar ao episódio "um ar de literatura", não há, contudo, brilho ou riqueza em sua narrativa. Chama Zumbé a Zumbi e declara que os negros dos quilombos se comunicavam através de algum código, até seu tempo ainda não decifrado pelos brancos. Como todos os outros autores, Abreu e Lima ignora o nível cultural e intelectual de Zumbi, que fora educado, como Francisco, pelos jesuítas – que lhe ensinaram, entre outras coisas, o latim e o grego. Dá, ainda, a Caetano de Melo e à "fome dos sitiados" a vitória sobre Palmares.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo (contava 38 anos ao publicar sua História Geral do Brasil)

História Geral
Do Brasil
VOL 1 Torol et II

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E VANAMOCH
História Geral
Do Brasil
VOL 3 Torol E VANAMOCH
História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

História Geral
Do Brasil
VOL 2 Torol E V

Figura 15 - Capas e folhas de rosto da obra de Varnhagen – ed. especial comentada v. 1-3

Fonte: Foto da autora

Sorocabano, branco, estudou em Portugal, no Colégio dos Nobres e no Colégio dos Militares. Grande arquivista, é tido como o maior conhecedor da documentação da história nacional. Monarquista, diplomata e anti-indianista.

Varnhagen é um excelente escritor, como Galanti, domina a arte da pena, porém, enquanto o primeiro se limita mais às descrições, o segundo ousa expor-se. Varnhagen, tambémcomo Galanti, já indica o início da escravidão negra em Portugal, antes da ocorrência no Brasil, explicando como foi, então, "fácil" o uso dos negros como escravos na Colônia. Porém, questiona esse uso, alegando que, com vontade de trabalhar, os colonos e índios livres teriam feito o Brasil. Reconhece o autor a miscigenação evidente ocorrida no Brasil, mas não se furta a desejar com ardor (fazendo votos) que chegue o dia em que a população mestiça tenha branqueado e que os traços da negritude tenham de todo desaparecido de nosso povo. Por muitas páginas, Varnhagen descreve as condições da escravidão, embora suas palavras se restrinjam ao descrever dos procedimentos do comércio, sem falar da pessoa do escravo. Fala em sofrimentos infligidos – mas em nenhum momento os descreve, ainda que nenhum outro autor chegue ao menos perto de suas exposições sobre esse assunto. Das embarcações, outra vez, se contém no descrever, dizendo que eram pequenas e que o mau cheiro nelas era suficiente para matar alguns dos escravos transportados. Por várias vezes dá indicativos estatísticos relativos a participações de negros, especialmente em atividades de combate e em levantamentos relativos à prosperidade ou decadência de províncias. Aqui e ali ataca os

jesuítas por não terem tomado a frente na defesa dos negros. Sobre Palmares, ele dá notícias, em duas páginas, mas se restringe, basicamente, à geografia do local, nega a existência do líder Zumbi, assim como nega a estruturação do local como qualquer coisa parecida com uma organização social, embora indique a coexistência social de mais de onze mil pessoas. Lastima que o litoral já estivesse "entulhado de negreria". Do início lento da emancipação de alguns negros lamenta que "se embotem no coração do pobre escravo os sentimentos mais ternos da humanidade"- como se fossem de fato, sentimentos que cristãos estivessem transmitindo aos negros, que, por sua vez, não os possuíssem em sua condição natural. Das ideias do Ventre Livre, Varnhagen diz compartilhar daquela na qual o filho deveria nascer livre, servindo o senhor de sua mãe até a idade de 25 anos, aprendendo nesse período uma profissão da qual viveria após a idade atingida. Não há referência, obviamente, à expectativa de vida naqueles tempos (que era, para a média do brasileiro, de 33 anos). E nisso se resumem as principais citações da existência – a captura, o translado, a chegada, permanência, ações, vida e morte - dos negros no Brasil, feitas pelo "Pai da História do Brasil".

PINHEIRO, José Pedro Xavier (contava 32 anos ao publicar sua Epitome da História do Brazil)

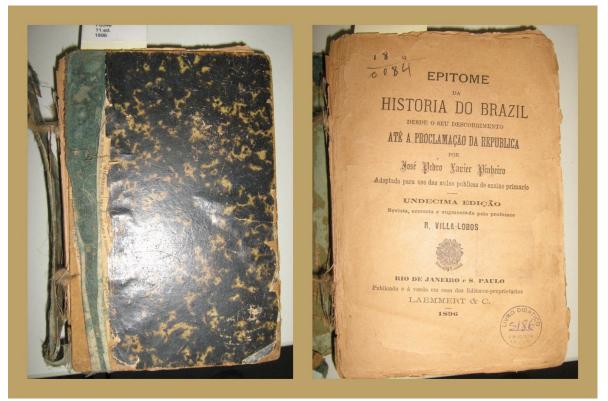


Figura 16 - Capa e página de rosto da obra de Xavier Pinheiro

Fonte: Foto da autora

Baiano, branco, habilitado em Humanidades, foi jornalista e oficial de secretarias públicas. Como escritor, pretendia fortalecer nos jovens "um sentido nacionalista".

Xavier Pinheiro descreve os Palmares, "onde viviam inimigos temerosos": indica geograficamente o local dos mocambos, em graus de latitude e medidas da área. Diz que

viviam aos milhares, e "com certa policia e regularidade". Chama ao chefe de Zombi e diz ter ele "arrojado-se em um precipício" quando atacado por forças a mando de Caetano de Mello.

Fala, então, o autor sobre algumas sublevações de negros, ou insurreições de africanos na Bahia, descrevendo detalhes menores sobre divergências ou lutas pontuais. Um ponto forte em sua narrativa, que não está diretamente ligado aos negros, embora os cite também, é o flagelo dos cearenses, nas páginas 45-46.

Sobre a lei da extinção do tráfico, Xavier Pinheiro a cita e conclui que, embora a plantação esteja se ressentido da falta do braço escravo, logo se refará. Reconhecendo brasileiros nos "descendentes de Henrique Dias" heróis que se "redimiam dos enraigados preconceitos fatuos para com sua raça", Xavier Pinheiro indica que a emancipação era certa – "uma questão resolvida". Segue o autor descrevendo brevemente as leis emancipatórias – sempre em nome do espírito cristão. Por fim, conclui: "as glórias da emancipação cabem ao povo brasileiro". Na edição consultada – de data posterior à abolição – indica que, conquanto a lei de 13 de maio fosse final e definitiva, a emancipação se deu de forma gradual, dando tempo aos "interessados" em precaver-se da crise que deveria vir – por isso, esses aceitaram a lei última sem violências. E encerra o caso com a então "usual" comparação com os Estados Unidos.

MACEDO, Joaquim Manuel de (contava 41 anos ao publicar suas Lições de História do Brasil)



Figura 17 - Página de rosto da obra de Manoel Macedo

Fonte: Livros Grátis.Net – imagem convertida de arquivo pdf.

Carioca, branco, formado em Medicina no Rio, foi escritor de romances e peças teatrais – destinados a leitores burgueses. Além de secretário e orador do IHGB, foi preceptor dos filhos da princesa Izabel.

Macedo dedicou-se a escrever história no fim de sua carreira literária. Diz sua biografía que escrevia a história "sob encomenda" e deve-se dizer que foi breve em todos os pontos relativos aos negros. Sobre Palmares, o relato é tão sucinto que não tivesse o leitor outra referência, não poderia avaliar de que se tratou a questão (limita-se a um parágrafo!). Além disso, conclui esse único parágrafo afirmando que outras lutas ainda mais sinistras ocorreram mais tarde no Norte e Sul do país, tirando assim de Palmares qualquer importância que se lhe quisesse dar.

Para a abolição tardia dá a justificativa que a ação humanitária deveria preceder de cuidados com a fortuna pública e privada – e dá glórias à nação, que por fim emancipou os escravos sem derramamento de sangue – uma afirmativa, aliás, comum a todos os autores – o que se pode compreender, quando vemos que tomam por base comparativa a Guerra Civil nos Estados Unidos. Para este autor também, que poderia fazer diferente, posto que dominava a pena, o personagem principal da história do negro é o branco

MELO, Américo Braziliense de Almeida e (contava 37 anos ao ter publicadas suas Lições de História Pátria)

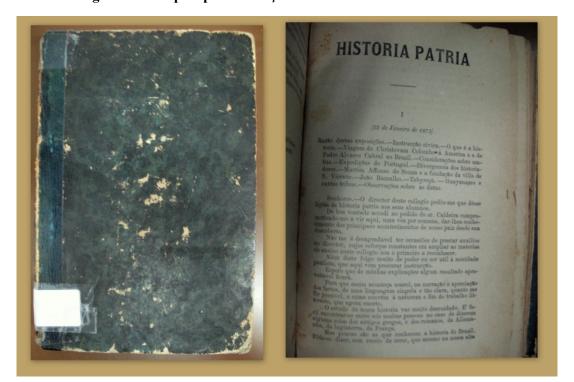


Figura 18 - Capa e primeira lição da obra de Américo Braziliense

Fonte: Foto da autora

Sorocabano, branco, formado em Direito, exerceu cargos políticos e foi professor na Faculdade de Direito em SP. Maçon, republicano e abolicionista, sua obra versa especialmente sobre assuntos políticos, jurídicos e históricos.

Américo Braziliense utiliza de suas aulas para expor suas opiniões pessoais relativas às diversas situações, conforme as vai descrevendo aos alunos. (sua obra é uma compilação de aulas dadas). Mas, é sempre muito cuidadoso com a seleção que faz de suas de palavras.

Com relação aos negros, expõe as várias ideias "científicas" de sua época e deixa clara a sua – ainda que admita não dominar o assunto. Diz crer na igualdade dos seres humanos, porém, aceita o conceito das diferenças quanto aos privilégios naturais de que gozam cada uma das raças, de acordo com as fases de desenvolvimento em que se encontram. O autor a um tempo define Raças – nominando-as por cor -, e logo a seguir, me parece, as confunde – nominando-as por grupos sociais. (p. 13 de sua obra)

Especificamente sobre os negros, refere-se à instituição da escravidão como "desgraçada" e indica que há não muito tempo a "culta Europa" a aceitava como "meio de civilização". Prega a emancipação organizada, sem violência e sem agressões aos escravagistas, fazendo-os lembrar que praticamente todos o foram, em determinado momento

Sobre Palmares, o autor, curiosamente restringe sua fala ao que há de mais básico em termos de informações e declara não ser propício discorrer sobre o assunto – "dada a época e lugar em que vivem".

Sobre as leis de emancipação gradual, relata-as, indiferente, apenas citando-as cronologicamente, enquanto faz breves e inexpressivos comentários.

Resta-nos lembrar que não foi Braziliense quem publicou suas aulas e que, ainda, as publicações podem ter sido extraídas de "postilas", como se usava à época – o que indicaria que o professor pode ter-se estendido aqui e ali em suas discussões com os alunos. De qualquer forma, o livro impresso é o que temos e nele a escravidão é tratada como obra de brancos, que se tornou pesada e vergonha para os brancos – foi sendo abolida pelos brancos e o "objeto" de toda a questão - o negro - é limitado ao papel de "objeto", sobre o qual recaem palavras de piedade, nada mais.

MAIA, Luis de Queirós Mattoso (não se encontrou qualquer indicação da data de nascimento ou morte do autor)

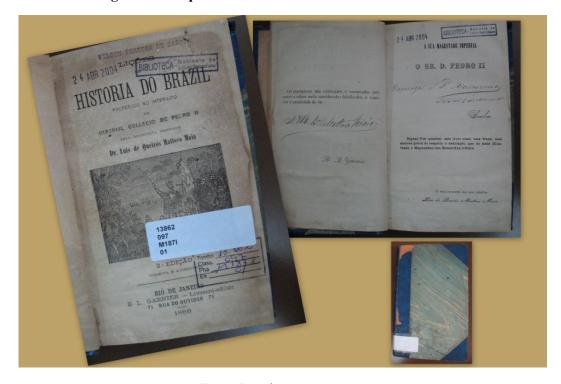


Figura 19 - Capa e folha de rosto da obra de Mattoso Maia

Fonte: Foto da autora

Formado em Medicina no Rio, foi catedrático no CPII. Mesmo o colégio, hoje, não tem, em seu acervo, qualquer informação sobre o autor, além de que lá foi professor. Presume-se que seja brasileiro.

De sua obra, temos que foi considerada pelo Conselho Literário, de 1881, "a melhor do gênero" e que resultou de "postilas" criadas em aula. Mattoso Maia descreve a história do Brasil de forma a mostrar um país feliz, onde a desordem é uma exceção, nos seus primeiros anos de colônia. Os problemas significativos, em sua narrativa, chegam com a invasão dos holandeses. Concernente aos negros, o autor faz referências numéricas e chega a citar o alistamento de negros que após lutarem ao lado de João Fernandes Vieira, são libertados e feitos soldados, em pagamento de promessa feita pelo comandante da tropa contra os holandeses.

De Palmares, ele nos dá parcas informações. Relata a discordância que existe, entre autores, em relação ao número que atingiu a população do quilombo, e indica ter havido grande dispersão entre os mocambos que formavam os Palmares. Descreve com certos detalhes ignorados por outros autores as condições impostas por Jorge Velho para eliminar o quilombo e, conforme será citado por Galanti mais tarde, indica que Zumbi não cometeu suicídio, mas que foi morto em combate.

Para além disso, não há qualquer outra referência expressiva sobre negros.

GALANTI, Raphael Maria (contava 70 anos ao publicar o primeiro volume de seu Compêndio da História do Brasil)

RISTORIA DO REASIL.

Figura 20 - Capas dos cinco volumes da obra de Galanti

Fonte: Fotos da autora

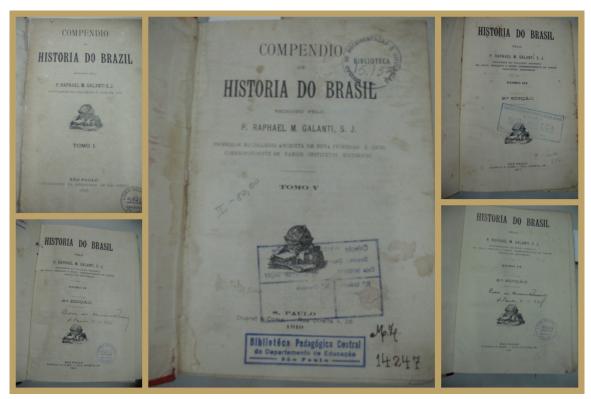


Figura 21 - folhas de rosto dos cinco volumes da obra de Galanti

Fonte: Foto da autora

Italiano, branco. Padre Jesuíta, foi professor e autor de diversas obras reconhecidamente relevantes.

Galanti apresenta uma obra extensiva e sua habilidade na escrita é impressionante. O autor, ao longo de suas narrativas conduz o leitor a sentir com ele suas emoções.

Seu discurso é bastante religioso em muitos momentos. Defende-se com excelente argumentação de autores que o precederam, como Varnhagen, por exemplo, fazendo bom uso da vantagem de ser "posterior" àqueles que foram "agressores" dos jesuítas. Bastante didático — talvez o mais didático de todos os autores aqui consultados, explica, ilustra, exemplifica cada questão que possa parecer difícil ao seu leitor. Contudo, a obra está impregnada com sua religiosidade e as características circunstanciais que o cercam — trata-se de um jesuíta, educador, europeu, idoso, lecionando em salas de aula em escolas clássicas.

O autor esclarece, de forma bastante convincente, questões sobre as quais outros autores passam à margem ou dão informações que ele corrige, indicando fontes documentais. Exemplos dessas correções estão em questões relativas ao quilombo de Palmares e à morte de Zumbi, por exemplo, como veremos na análise contida no item 5.3.2. Também os esclarecimentos relativos à posição dos jesuítas na colônia são, em Galanti, mais bem explorados do que em qualquer outro autor. Outras questões contraditórias (ou apenas de carater esclarecedor) que se apresentaram em relação ao negro⁴⁰ estão levantadas no mesmo item 5.3.2, abaixo.

Com referência aos negros, defende, como dito, a posição dos jesuítas em relação à escravidão. Indica aceitar as condições sociais e políticas passadas e em seu tempo.

Sobre Palmares, no tomo 2 de sua obra, o padre traz uma riqueza de detalhes relativos aos avanços feitos contra o quilombo – embora dedique-se um pouco à descrição do quilombo em si, seu foco é evidentemente o vencedor que acaba por "exterminar o problema". E, ao contrário da historiografía que o precede (exceto pelo trabalho de Mattoso Maia, que ele cita, inclusive), afirma que Zumbi não cometeu o célebre e "honroso" suicídio que lhe é atribuído, mas que foi morto e decapitado – para tal declaração, faz referêcia aos documentos apresentados por Maia.

No parágrafo sobre os Diamantes de Minas Gerais, Galanti mostra sua cara preconceituosa ao falar de Chica da Silva – não só seu preconceito é claro com relação à origem da mulher (ex-escrava), como evidentemente à própria questão do gênero.

Segue o autor descrevendo acontecimentos históricos, sempre imprimindo aos "fatos" sua própria percepção, sendo que o faz, no mais das vezes de forma consciente, pois utiliza de recursos literários que o indicam. Onde parece que trará dúvidas, Galanti recorre à indicação de suas fontes, como prova de o que diz é "fato".

Todos os cinco volumes de Galanti trazem o *Imprimatur*, assinado e datado por autoridades religiosas locais da edição. 41

O *Imprimatur* representava a censura e a forma de interferência no texto dos autores sem relação à produção didática. Essa chancela era essencial às edições, quando os livros eram destinados às escolas católicas.

11

Como determinado pela metodologia escolhida e pelo foco definido para esta investigação, essas observações são apresentadas, neste estudo, com foco exclusivo nos assuntos tocantes ao negro. Porém, Circe Bitttencourt (2004, p. 487) aponta o padre Galanti como "o mais famoso escritor didático dentre os jesuítas". Dado o grande número de obras didáticas produzidas por religiosos, somos inspirados a declarar que para além das questões relativas aos negros, Galanti deverá ter se dedicado a muitos mais esclarecimentos.

A respeito da escravidão, contudo, exceto para defender os jesuítas, Galanti não se expõe demais. Limita-se a "descrever" os cenários e as contendas, as decisões do governo, as consequências de um ou outro ato mais significativo. Porém, como ocorre com outros autores, Galanti não dá voz aos negros.

No tomo 5 de sua obra, o padre dedica toda uma sessão de perto de 70 páginas às questões da abolição e, mais à frente, da extinção dos capoeiras. Contudo, a exceção de duas ou três linhas em que diz que os escravos deixavam seus senhores, em nenhum outro momento o autor lhes dá a palavra ou qualquer participação ativa em todo o processo – toda a história. Ao branco, e só ao branco, cabem as vergonhas e a glórias.

PINTO, Alfredo Moreira (contava cerca de 43 anos ao publicar sua Epitome da História do Brasil, obra sem data)

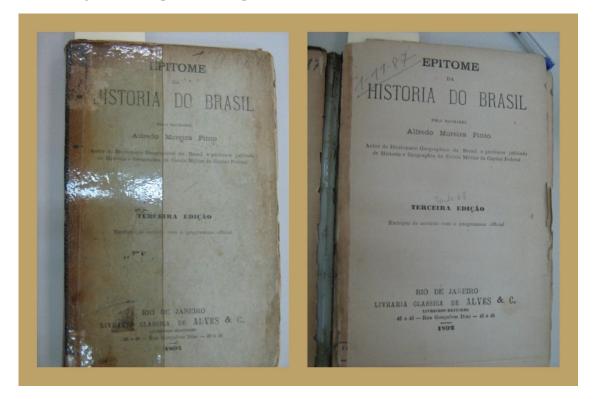


Figura 22 - Capa, contra capa e folha de rosto da obra de Moreira Pinto

Fonte: Foto da autora

Carioca, branco, filho de português, bacharelou-se em Letras e foi professor da Escola Militar da Capital Federal (1887-1889). Republicano, publica aguçadas denúncias dirigidas ao imperador D. Pedro II e ataca, publicamente, o Conde D'Eu. Não foi encontrada sua biografia em nenhum dos inúmeros acervos consultados.

O livro de Moreira Pinto não faz uma única referência aos africanos ou brasileiros negros.

VILLA-LOBOS, Raúl (contava aproximadamente 30 anos ao publicar sua História do Brasil)

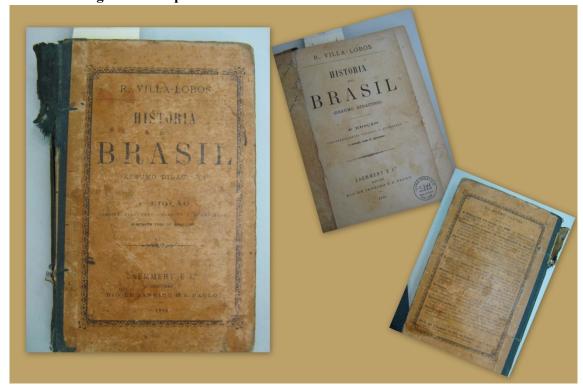


Figura 23 - Capas e folha de rosto da obra de Villa-Lobos

Fonte: Foto da autora

Brasileiro, branco, músico amador, funcionário da Biblioteca Nacional, erudito; apesar de humilde nascimento, foi autor de diversas obras voltadas ao ensino.

As referências de Villa-Lobos aos negros limitam-se a dois tópicos, pelos quais passa sem muita atenção. Dos Palmares indica a localização, a existência de um chefe chamado Zambi, e diz brevemente que, após diversas lutas, foram vencidos por Jorge Velho. De "Zambi" diz que se atirou do alto de uma montanha, com seus principais homens.

A segunda referência é feita aos acontecimentos que envolveram a abolição da escravidão. Cita o autor, num único parágrafo, as leis de emancipação gradual e qualifica a lei dos sexagenários de desumana – pois "acelerava-lhes o termo da vida", uma vez que eram "entregues a si mesmos".

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr. (Barão do) (contava 49 anos ao publicar sua História do Brasil)

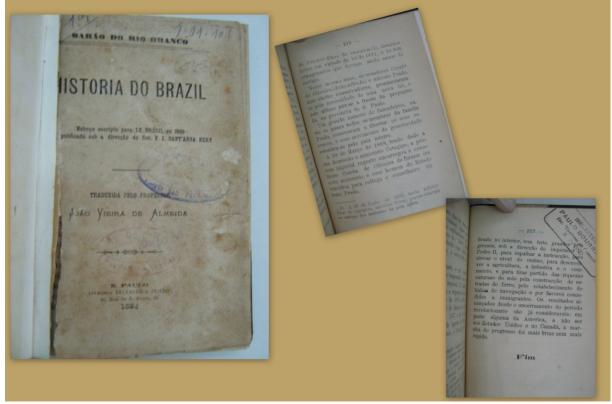


Figura 24 - Capa e páginas internas da obra do Barão do rio Branco

Fonte: Foto da autora

Carioca, branco, filho da elite brasileira, formou-se advogado. Foi jornalista, historiador e biógrafo. Republicano, exerceu cargos políticos.

Rio Branco limita suas citações de negros a números estastísticos. De Palmares, em poucas linhas, conta que um "pequeno exército" de São Paulo os teria derrotado, enquanto seu líder se atira à morte de um rochedo.

Da abolição, sua narrativa é também econômica – em poucos parágrafos relata uma série de acontecimentos, entre os quais as desavenças que pouco interferem nas ações e, finalmente declara que, no dia 13 de maio, "em meio ao enthusiasmo geral", é abolida a escravidão.

5.3.2 Cotejamento entre autores por subtemas

Tendo-se percorrido os dezoito volumes levantados nos respectivos acervos, e anotado as "entradas" referentes aos negros, observou-se que a obra de Moreira Pinto, "Epitome da História do Brasil" (1892), embora traga como subtítulo a indicação de ter sido "escripto de acordo com o programa official", não traz absolutamente nenhuma indicação da existência de negros no Brasil. Não há em qualquer das 163 páginas uma única linha sobre aqueles sujeitos

da história. Sendo assim, dado o silenciamento absoluto do autor, a obra não é comentada na análise. Porém, esta obra não foi totalmente descartada da relação das obras consultadas por se considerar que o silenciamento é uma forte expressão - que não pode e não deve ser ignorada. Também Villa-Lobos, em "Historia do Brasil: resumo didactico" (1896), não é inserido nos comentários da análise, porque em suas 191 páginas o autor, como indica o subtítulo da obra, apresenta apenas um resumo de fatos que, em relação aos negros, se limitam à destruição de Palmares e uma lista de fatos históricos que incluem as leis abolicionistas, sem qualquer consideração sobre elas. As demais 16 obras (09 autores) são analisadas e confrontadas seguindo um critério de subtemas, assim dispostos:

- a. do conceito de raças;
- b. dos primeiros negros escravizados;
- c. da tolerância à escravidão;
- d. da Igreja e a fé cristã;
- e. dos escravos brancos;
- f. da entrada de negros no Brasil;
- g. do tráfico;
- h. da propriedade;
- i. do comércio e da escravidão;
- j. das mulheres negras;
- k. das riquezas do Brasil;
- 1. do governo imperial e da família real;
- m. das doenças e castigos
- n. dos negros e da lavoura;
- o. dos negros nas histórias de luta pelo Brasil (contra ou a favor de Portugal);
- p. dos quilombos e Palmares;
- q. dos abolicionistas;
- r. da pressão externa;
- s. da abolição;

Esses subtemas, que vão sendo conectados um ao outro no discorrer da apresentação, são dados na forma como foram abordados pelos autores. A não menção de um autor sob determinado subtema indica que ele não o abordou. As páginas citadas serão de acordo com as páginas indicadas nos quadros por autor (APÊNDICE E), de forma que uma única linha poderá ser citada como: p. 312-317, por exemplo, indicando que foi extraída daquele contexto previamente indicado nos quadros. Ao início de cada menção de um autor, seu nome é destacado em negrito. Afim de não interferir diretamente na fala dos autores, algumas observações (de outros autores), que se tornam esclarecedoras, são dadas em notas de rodapé.

5.3.2.1 Discurso dos autores – organizados por subtemas

<u>a.</u> do conceito de raças: **Américo Braziliense** (p.13) é o único autor que levanta a questão relativa ao conceito de raças. Dirigindo-se diretamente a seus alunos (no Colégio São João, em Campinas-SP), muito provavelmente em suas "postilas", que se tornaram livro por

mãos de um de seus discípulos, indica as correntes científico-filosóficas que havia naquele momento, a saber: Cuvier, Humboldt, Quatrefazes, Lamark, Pochet, Montesquieu, Montegut, Darwin e o *Gênises*. O professor, após indicar as diferentes visões aos alunos, se posiciona pela igualdade das raças, "doutrina apadrinhada por sábios como Cuvier, Humboldt, Quatrefages e outros, que é a mesma ensinada pelo Genises". Ainda que partilhe dessas ideias, Braziliense chama a atenção de seus alunos para o que ele considera fato: a existência de diferenças na igualdade, e, entre essas diferenças, estariam, conforme cita, aptidões naturais diversas em cada "grupo racial". O fato de nenhum outro autor ter abordado a questão não nos deve distanciar dos olhares que se faziam presentes na época que ora observamos. (Braziliense deu suas aulas em 1873)

b. dos primeiros negros escravizados: Sobre a escravidão de negros, Galanti (v.1, p.7) relata o fato histórico, ocorrido em 1433, em que o navegador português, Gil Eanes, dobrou o Cabo Bojor, na África e, no ano seguinte, acompanhado de Afonso Gonçalves Badalga, encontrou pegadas humanas em solo africano. Voltando àquele território, no ano de 1435 toma alguns negros e os leva a Portugal. Em 1441, Nuno Tristão chega ao Cabo Branco, onde aprisiona "diversos negros e os conduz a Portugal". Já em 1444, os habitantes de Lagos, explorando a Ilha de Garças, "prendem centenares de negros, levando-os a vender no reino". Assim, diz Galanti (v. 5, p. 10-14), a escravidão de negros começou em Portugal tão logo os portugueses iniciaram suas primeiras viagens à África. Varnhagen (v.1, p. 222) indica que os primeiros negros teriam sido enviados a Madeira e Cabo Verde, porém não sem antes passarem pela capital, Lisboa, para que fossem taxados e pagos os impostos. No mercado de escravos em Lisboa, diz Varnhagen, as pessoas negras, então chamadas "peças", eram comercializadas como "bestas", dentro do código das leis romanas. Alguns deles teriam sido "aproveitados" ali mesmo, na capital, outros seguiram os rumos diversos que lhes eram dados. Varnhagen defende a ideia que já na viagem de Cabral ao Brasil, alguns negros teriam sido trazidos, embora, diz ele, não em número significativo, como ocorreria mais tarde. 42

<u>c. da tolerância à escravidão</u>: Da tolerância que havia em relação à escravidão, **Braziliense** (p. 47-48) indica que além de Portugal outras nações europeias não só toleravam, "mas animavam a escravidão de africanos, permitindo francamente" o comércio desses humanos. Esses europeus sustentavam, diz o autor, que a escravidão era um meio de civilização. **Varnhagen** (t.1, p. 222) vai mais longe, reporta-se ao evangelho – que a admite e reconhece.

d. da Igreja e a fé católica: Quanto à Igreja católica, sua posição nem sempre pareceu muito clara aos diversos autores da época. **Galanti** (v.1, p.178) diz que "parece" que o comércio na Europa era tido como lícito, porque se "supunha" que os negros fossem "aqueles mesmos que se opuseram à Cristandade, invadindo Portugal e Espanha". Os portugueses

deduz que não eram mouros/árabes, pois essa seria sua língua materna, de qualquer forma, não há indicação de que esses negros seriam escravos.

4

João de Barros em suas Décadas (BARROS; COUTO, 1778), descreve pelo menos um negro da Guiné que teria tentado se comunicar com os índios, e, diz o autor, "outros", donde se subentende "outros negros" tentaram falar-lhes em Aravigo. Mas esses não conheciam senão algumas palavras no idioma, do que se deduz que não eram mouros/árabes, pois essa seria sua língua materna, de qualquer forma, não há indicação.

então acreditavam, diz Galanti (v.5, p. 10-14), que desse modo prestavam-lhes grande serviço tirando-os daquela vida brutal e convertendo-os ao cristianismo. Varnhagen (t.1, p.342), por sua vez, faz sérias acusações aos jesuítas por não terem se dedicado a defender os negros, como fizeram pelos índios. A essas acusações, Galanti dedica algumas páginas de seu livro. Sendo ele mesmo religioso, católico - e jesuíta -, declara que nunca os religiosos foram a favor de qualquer tipo de escravidão, mas que, sendo legal a escravização dos negros, não caberia aos missionários enfrentar as leis. E, sendo "legítima e justificável" a escravidão, diz ele (v.1, p. 217-218) "não pertencia aos jesuítas averiguar se fossem justa ou injustamente escravos quando comprados como taes". Com relação aos índios, eles os protegiam, pois a tarefa para a qual foram enviados ao Brasil, em primeiro lugar, diz ele, era catequizar os gentios. E esses, estando em cativeiros, resistiam, "pois amavam a liberdade". Já para os negros, prossegue, a escravidão não representava obstáculo à catequização. Também Las Casas é defendido por Galanti, que afirma que o religioso teria, "no máximo", dito "Menos mal os negros que os índios", mas, alega o defensor, porque realmente o cativeiro dos negros não prejudicava tanto a religião como o dos índios. Em defesa dos religiosos, Galanti cita também vários ministros que se opuseram expressamente à escravidão de quem quer que fosse. O que não diz abertamente o padre é que enquanto "abominavam todo tipo de escravidão", bem mantinham, os religiosos, negros cativos aos seus serviços, como veremos no próprio Galanti (v. 5, p. 14-17): "no dia 3 de maio de 1866, a Ordem dos Beneditinos, no capítulo geral, deu um grande passo e subministrou um memorável exemplo decretando que seriam livres todos os escravos da Ordem que nascessem daquele dia em diante, e tomariam para si a obrigação de criá-los e educá-los convenientemente" (grifos meus). Varnhagen, em sua sempre afiada pena havia escrito (t.1, p. 342) "não pretendiam eles o domínio [dos africanos]; não lhes agrada o clima". Como indica Galanti, ainda em defesa da Igreja, à época da abolição, Joaquim Nabuco foi pessoalmente a Roma, levar ao papa Leão XIII seus pedidos de socorro aos negros; contudo, a resposta a essa carta (aqui transcrita no APÊNDICE F) só chegou depois de consolidada a abolição.

e. dos escravos brancos: A brutalidade dos conquistadores, como vimos no capítulo das invasões europeias, não se limitava a questões de cor ou religiosas (até porque essas eram demasiado frágeis). **Southey** (v.2, p.22), e apenas ele, dá pistas de sujeição (ainda que breves) de brancos por brancos. O corsário inglês, James Lancaster, indica o autor, num dos maiores butins da história da pirataria, toma de súbito um navio português (em 1595), deixa irem os cerca de cento e quarenta negros que estavam a bordo, e faz dos quarenta portugueses, seus prisioneiros, "para que puxassem carretas". Muitos portugueses, diz o autor (p. 7), "se tinham visto a ferros no Maranhão, obrigados a trabalhar como escravos", na "mais crua tirania, dizia-se, do que a dos mouros na Barberia". Os holandeses mandaram, ainda, para serem vendidos como escravos, em Barbada, cinquenta homens brancos, capturados em batalha (em 1643). Por serem brancos e cristãos, insultaram-se os ingleses e os libertaram.

<u>f. da entrada de negros no Brasil</u>: A questão da entrada dos primeiros negros escravizados no Brasil é abordada por vários dos autores. **Braziliense** (p. 91) a define como sendo na Bahia, em 1551, **Galanti** (v. 5, p. 10-14) não define uma data, mas afirma constar que os negros foram trazidos para o Brasil desde o princípio da colonização, e que teriam

vindo da Guiné, do Congo, de S. Tomé, de Angola, de S. Jorge da Mina e de Moçambique "numa palavra, de toda a costa ocidental e oriental da África", diz ele. **Varnhagen** sustentava que eles tivessem vindo já desde a chegada de Cabral, e com ele concorda **Mattoso Maia** (p.79). Sobre os números de negros importados, há várias citações nas diversas obras. O que se percebe com clareza é que nunca houve, entre os autores, qualquer divergência sobre o fato de que os negros vinham aos milhares a cada ano. **Galanti** (v.4, p. 232) diz que o diplomata inglês Robert Gordon, em 1825, constatou que da costa da África passavam anualmente 38.000 escravos.

g. do tráfico: Sobre o tráfico e as condições em que eram transportados os africanos escravizados para o Brasil, temos hoje inúmeras fontes que nos permitem vislumbrar um pouco dos horrores que o comércio proporcionava àqueles grupos humanos arrancados de suas terras. Contudo, os nossos autores não se estendem, aliás, não entram nessas questões, à exceção de Varnhagen, que arrisca descrever superficialmente as condições de um tumbeiro. Sua superficialidade compromete os fatos. Diz o autor: "Embarcam num navio, às vezes pequeno, quatrocentos ou quinhentos, e já o fedor ou catinga basta para matar muitos deles. Com efeito morrem muitos." Dá a entender o autor que fedem os negros. Não se lembra de citar que viajavam às vezes, por até três meses, nesses "às vezes pequenos" navios, e ali, nos porões, evacuavam, urinavam, vomitavam e morriam (sem que os corpos fossem tirados de lá imediatamente). Não menciona a falta de luz e de ventilação, nem feridas não tratadas (causadas pelos grilhões que os atavam), não reporta a falta de alimentos e de água, e, certamente, não lhe ocorre narrar que nesses navios iam, junto com ratos e baratas, homens, mulheres e crianças. Sendo aquelas as palavras ditas e estas as esquecidas pelo "pai da história", Galanti (v.5, p. 10-14) informa que em seguida ao descobrimento da América, os rumos dos africanos (que eram "distribuídos pelos portugueses por países da Europa") mudaram e aumentaram significativamente. O rei Carlos V (da Espanha), diz o autor, concedeu a um fidalgo, em 1537, que pudesse importar anualmente para a América quatro mil escravos por ano. Rio Branco diz que enquanto Portugal, Açores e Madeira proibiam a entrada de (mais) negros, ao mesmo tempo em que libertavam o ventre escravo, no Brasil o número de escravos aumentava tanto pelo tráfico, como pelos nascimentos. Aliás, dos nascimentos, cabe salientar que o papel das mulheres no tempo da escravidão vale, sozinho, uma dissertação.

O tráfico de escravos durou séculos antes de ser totalmente contido. Afirma **Galanti** que, mesmo depois da lei de Euzébio de Queiros (14 de novembro de 1850), que teria feito o tráfico "desaparecer como por encanto" (v. 4, p. 469-470), em 7 de abril de 1856, o chefe da polícia da corte do Sinimbú informava o governo que em diversos postos da costa da África, existiam numerosas feitorias de escravos pertencentes a especuladores portugueses que os traziam ao Brasil, efetuando o desembarque em Macapé, Cabo Frio, Ponta dos Búzios e Itapemirim.

<u>h. da propriedade</u>: Os negros escravizados constituíam propriedade de seus senhores. Esses podiam ser – e eram – vendidos individualmente. As famílias eram separadas, como nos dirá **Varnhagen**. E do comércio, infere-se a partir dos relatos dos autores, o governo ganhava de todos os modos, por inúmeras – infindáveis - taxações que, parece, valiam a pena. Do

flagelo cearense, **Xavier Pinheiro** (p. 337-338) diz que fugiam os senhores antes poderosos, "conduzindo o fato que podem em cabeças de escravos [...], quem tinha um escravinho, uma rez, um cavalo, algum ourinho, já não possui mais nada, e quem não tinha nada está morrendo". Essa é uma forte indicação de o que representava para o senhor ter um ou mais escravos, em termos de propriedade. **Galanti** (v. 5, p. 26-29) explica que, com a Lei do Ventre Livre, fazendeiros de S. Paulo, Minas e Rio se reuniram para reclamar seus direitos. Diz o autor "suas razões principais eram que os escravos constituíam o fundo de suas riquezas, porque eram seus únicos instrumentos de trabalho agrícola; que eles os tinham adquirido confiando nas leis existentes que lhes reconheciam a propriedade". É exatamente esse valor agregado que comprometerá a abolição total da escravatura. E é ainda Galanti (v. 5, p. 43-44) que apresenta um trecho de artigo impresso, coletado de jornais da época: "A Lei de 28 de setembro de 1885 [...] foi verdadeiramente o começo do fim. Alforriando sexagenários com indenização fictícia de serviços, decretando depreciação anual dessa propriedade [...]". O cativeiro estava ferido de morte, diz Galanti, "o último direito de propriedade tinha sido invadido, o abalo tinha sido fortíssimo".

<u>i. do comércio e da escravidão</u>: Com relação ao comércio e à escravidão, as palavras de todos os autores são carregadas de desaprovação, eles usam termos como: "comércio bárbaro, inimigo danoso da sociedade, condenável instituição, comércio de carne humana, imoral, desumano, sumamente vergonhoso, etc". Contudo, também é comum aos autores a afirmativa que o Brasil, pelo bem da preservação de seu patrimônio, não podia se dispor desse fantasma.

Foi apenas a partir de 1831, diz **Galanti** (v. 5, p. 14-17), que começaram a ser apresentados inúmeros projetos, memórias e propostas de abolição integral, parcial, imediata ou gradual. Entre essas propostas, muitas continham cláusulas que incluíam a proibição da separação das famílias – de cônjuges e de pais e filhos, o que esclarece como eram feitas as vendas – embora não haja citação direta sobre o procedimento em nenhuma das obras.

j. das mulheres negras: Assim como não há referências às famílias escravas, à exceção da citação de Galanti referente às vendas, não há qualquer citação relativa às mulheres – exceto uma, também de **Galanti**. O autor descreve o que ocorria nas Minas Gerais; fatos relativos aos diamantes e à política econômica da época. Falando em João Fernandes Oliveira, o contratador de diamantes, o padre não se furta a dar à esposa de Oliveira alguns adjetivos pejorativos (e desnecessários, dado o objetivo de sua obra). Diz ele (v. 4 p. 215-219) que o contratador se deixava dominar "por uma Francisca da Silva (Chica da Silva), á qual não sabia recusar cousa alguma". Relacionando algumas das grandes construções que Oliveira teria feito para ela, acrescenta "Tudo era luxo oriental, divertimentos, prazeres. Era todavia essa mulher apenas uma mulata de baixa esphera, pouco antes escrava, alta, corpulenta, de feições grosseiras, sem espirito, sem educação, sem graça! Tal é o misterio das sympathias". Essa é, como disse, a única referência a uma mulher preta (mulata) nos livros pesquisados – marcando, desta vez, na ausência do silêncio, o duplo preconceito: racial e sexual.

<u>k. das riquezas do Brasil</u>: Do crescente desenvolvimento do Brasil colonial, os autores destacam sempre as províncias, ou capitanias de Pernambuco e Bahia, depois, Minas Gerais e,

mais tarde, do Rio e Janeiro. Nos primeiros séculos, são, certamente, os engenhos de açúcar, que se iniciam nas plantações, a fonte daquela fortuna. Os autores falam em números de colonos, alguns citam números de escravos, mas seu foco está na "florescente situação" das capitanias (Braziliense, p. 36). Macedo (p. 107) destaca Pernambuco (em 1581), que "excedia todas as outras capitanias em animação e riqueza [...] suas fazendas de assucar não eram menos de sessenta e seis, produzindo regularmente mil arrobas d'este genero por ano". Mattoso Maia (p.109) chama a atenção para a população de Salvador, onde entre 800 moradores livres viviam 4000 escravos, e destaca que havia na capitania tanto luxo quanto em Pernambuco. Southey (v.2, p. 140) cita os livros da alfândega, que registram, em 1620 e 1623 a entrada de não menos de 15.430 escravos vindos de Angola para Pernambuco. Segundo o autor, os holandeses diziam que as riquezas dessa capitania (escravos, açúcar e tabaco) "valiam bem o reino". Também é Southey (v. 3, p. 14-15) que destaca os danos que a perda de Luanda causou à colônia, pois não só "perdiam o lucro direto desse execrável tráfico, mas já previa a ruina de seus engenhos de açúcar, exclusivamente trabalhados por escravos". Varnhagen (v. 1, t. 2, p. 14-15) destaca as mesmas duas capitanias (Pernambudo e Bahia) e diz ter havido lá "milhares de escravos africanos".

Mas é **Galanti** (v. 5, p. 76-78) quem indica a significativa representatividade dos escravos (ainda que não fosse esse seu objetivo, ou o do articulista). Transcreve um trecho publicado em jornal, numa edição comemorativa de um ano da abolição: "A escravidão tinha invadido todo o nosso organismo: era outrora principal factor do trabalho; representava capital avultadíssimo, entrelaçava-se a todos os interesses, a todas as fortunas; prendia-se a toda a organização social, como elemento que parecia insupprivel, de produção e de riqueza. Por isto, e só por isto, foi preciso ao Brasil caminhar com lentidão [...]".

Não é dado, contudo, em nenhuma das obras o valor ao negro (e não se refere aqui a custo da "peça") – toda a riqueza (em seus diversos níveis) estava na propriedade, ou seja, no ser proprietário de, e nos lucros obtidos do produto final.

<u>l. do governo imperial e da família real</u>: Quanto ao valor e os lucros obtidos a partir daquela propriedade, além dos ganhos no tráfico, na lavoura e demais fios da trama da escravidão, observa-se que o governo lucrava muito a cada nova ordem de matrícula que determinava, durante o longo e lento processo de abolição. Com a Lei do Ventre Livre (**Galanti**, v. 5, p. 26-29), por exemplo, os senhores precisaram matricular todos os seus escravos, sob pena de perdê-los, pois caso fossem pegos sem matrícula, seriam considerados livres. As taxas de matrícula eram, evidentemente, por cabeça. É Galanti (v. 5, p. 53-44), também, quem indica que o governo aumentou os fundos de emancipação com novos impostos, e, ainda, é ele quem aponta para as novas matrículas a que foram obrigados os senhores, após a lei do sexagenário.⁴³

Galanti é o único autor a dar alguma informação sobre a família real. O autor (v. 5, p. 26-29) diz que para poder fazer tramitar a questão do "elemento servil" nas câmaras, Rio Branco obteve uma autorização do parlamento para que suas majestades pudessem se ausentar do país, deixando como regente a "Augusta Princeza Dona Isabel, geralmente estimada pelos

Essas matrículas, aliás, que por um tempo consistiriam "documentos de propriedade" dos senhores, foram queimadas – exatamente pelo que representavam, por Ruy Barbosa, imediatamente após a assinatura da Lei Áurea.

brazileiros". Nos movimentos que ocorriam em fins século XIX, o imperador era acusado de absolutismo e de apoiar-se em ideias estrangeiras e na vanglória que essas lhe sugeriam, relativas à abolição imediata da escravidão (Galanti, v. 5, p. 31-41). Assim como ocorreu durante o processo decisivo da Lei do Ventre Livre, o imperador novamente se ausenta do país, por ocasião da decisão sobre a abolição total. Galanti (vol. 5, p. 47-49), a esse respeito, diz que a saúde de sua maiestade encontrava-se debilitada, essa seria a razão de sua viagem à Europa⁴⁴. Com referência à posição da família real em relação aos escravos, diz o autor (v. 5, p. 56-57) que a princesa e seus filhos eram abolicionistas e desenvolviam atividades que contribuíam para a libertação dos escravos, incluindo festas, publicações (feitas no palácio), quermesses etc. que visavam levantar fundos para as emancipações. Sobre a posse de escravos, Galanti (v. 5, p. 14-17) declara que a família real não a tinha. Porém, diz o autor, o imperador "tinha usufructo dos da nação pertencentes às fazendas e estabelecimentos de que era usufructuário, na fórma da Constituição" (como veremos nas citações relativas aos Palmares, um quinto dos escravos capturados nas diversas incursões ao quilombo, eram enviados às fazendas do Imperador). Na defesa do rei, Galanti enumera alguns sinais da "benevolência" de sua majestade em relação aos negros: ele distribuía títulos de honra aos que alforriavam seus escravos; aprovou a ação dos beneditinos (já citada), oferecendo "um mimo ao geral"; e, até doou "cem contos de seu bolsinho" para forrar escravos que seriam enviados à guerra do Paraguai. Aliás, diz o autor, com esse mesmo fim, "libertou" todos os escravos da Fazenda Santa Cruz.

Foi durante essa guerra do Paraguai (1865) que sua majestade, tendo ido ao Rio Grande do Sul, retornou insultadíssimo, ou melhor, "altamente sentido", nas palavras de Galanti (p. 21-23), com a referência que os paraguaios faziam ao Brasil, dizendo-nos "o país dos escravos" (a bem da verdade, Galanti usou de um eufemismo aqui, porque as ofensas dirigidas ao nosso exército e ao próprio imperador e seus generais eram um pouco mais agudas)⁴⁵. Em seu retorno, afirma Galanti, o imperador expressou sua vontade de, até o último ano daquele século, "abolir a todo custo a escravatura".

m. das doenças e castigos: Sabe-se hoje que muitas doenças atacaram as populações no Brasil nos séculos de colonização (como ocorria, inclusive, em países da Europa). Porém, a falta de cuidados especiais, as más condições de vida, a falta de higiene, má alimentação e, certamente, o excesso de trabalho provocavam inúmeros problemas de saúde nos escravos. Contudo, esse assunto, embora tivesse reflexo direto nos lucros, não é tratado por nossos autores. Apenas **Southey** faz uma única referência às chuvas extraordinárias em Pernambuco (anos 1600) que trouxe a peste e, "só na Paraíba, matou 1.100 negros".

Além das doenças, os castigos comprometiam a integridade geral dos negros, mas também deles não se fala muito. **Xavier Pinheiro** (p.536-537) diz que em fins do século, com

4

Contestando essa informação, há um livreto de 15 páginas publicado por Alfredo Moreira Pinto, intitulado "A viagem Imperial e o ventre livre" (Rio de Janeiro: Typ. De J. Lobo Vianna, 1871) em que o autor acusa o Imperador de "impor ao Parlamento" o projeto de libertação do ventre escravo, enquanto "fugia miseravelmente" para o Velho Mundo.

Sobre esse assunto ver: TORAL, André Amaral. A participação dos negros escravos da Guerra do Paraguai. Estudos Avançados. v. .9, n. .24. São Paulo, maio/ago, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40141995000200015&script=sci_arttext. Acesso em 20 maio 2011.

a "abolição dos açoites", houve grande debanda das fazendas (indicando claramente uma das formas efetivas que eram utilizadas para manter os negros cativos). **Galanti** (v. 5, p. 45-46) faz referência à mesma lei, datando-a em 1886 - lei que revoga "o artigo 60 do código penal de 1835". Em ação contínua, diz Galanti, o país abre, declaradamente, seus portos para os "trabalhadores livres [imigrantes], que substituiriam a mão de obra escrava". Também é Galanti (p. 10-14) quem diz que "eram tratados como animaes a ponto de serem denominados *peças*". **Southey** (v. 2, p. 196) ilustra os ânimos dos senhores de escravos: "Tinham os portugueses um anexim brutal que dizia que quem quiser tirar proveito de seus negros há de mantê-los, fazê-los trabalhar e surrá-los melhor, e o estado dos sentimentos populares, que semelhante rifão indica, mostra quão dura seria a condição do escravo".

n. dos negros e da lavoura: Os negros africanos foram mais intensamente utilizados na lavoura, ainda que, como vemos na literatura moderna (Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e outros), estiveram inseridos, em grande quantidade, em diversas atividades. **Braziliense** (p. 20) diz que "para a cultura das terras vieram os escravos africanos". Alguns anos depois, fazendo votos para que a lavoura se restabelecesse brevemente, **Xavier Pinheiro** faria uma referência aos escravos (na Introdução de seu livro, publicado em 1896): "A lavoura que pela cessação do deshumano tráfico dos africanos se atolhava morimbunda, e se mostrava receiosa dos effeitos da Lei de 13 de maio de 1888 [...]" – essa é uma clara indicação de o que representavam os negros e o que a abolição fez com eles (os ex-escravos – tirados das lavouras). Contudo, nossos autores não cuidaram de identificar – relativamente – que o que fazia mal à lavoura e à sociedade era a escravidão, não as pessoas escravizadas, e que a essas não foi dada a justa oportunidade de trabalharem livres e assalariadas.

Além dos problemas que surgiam na lavoura, **Galanti** (v. 5, p. 14-17) diz que no relatório da exposição nacional, argumentou-se a opinião de que "o captiveiro era prejudicial á industria, essa opinião era apoiada pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e em 1864, o Conselho fiscal do Instituto Bahiano de Agricultura discursou sobre o mal que a escravatura representava para a lavoura e sustentou as vantagens da emancipação". Em 1865, continua Galanti, Dr. Callado apresentou a tese em que declarava "O trabalho escravo é a causa da decadência na lavoura." Ainda é Galanti (v. 5, p. 47-49) que apresenta declarações de João Alfredo e Alvaro Prado (1887) de que nas lavouras do Brasil havia "apenas" 300 mil escravos e que a produção agrícola aumentava na proporção que diminuía o serviço escravo. **Mattoso Maia** (p. 91), por outro lado, fazendo referências a tempos anteriores (1558-1572), diz "A tranquilidade de que a colonia ia gozando esse tempo, fazia progredir a lavoura, e os trabalhos dos engenhos de assucar promettiam augmentar pela facilidade de obtenção de mais braços, com a medida estabelecida pela metropole de que o capitão da Ilha de S. Tomé deixasse sahir até 120 escravos por engenho, com o pagamento apenas de um terço dos direitos em vez de metade".

Intensificando essa controvérsia, diz **Galanti** (v.5, p. 39-41), contra os ativistas abolicionistas, em 1885, os agricultores se reuniram em uma associação no Rio de Janeiro. Ali protestavam "a fim de defender seus interesses, de modo que a lavoura não fosse prejudicada" E diz, ainda, que a ideia da República era apoiada pelos senhores de escravos que "temiam perder seus braços" (v.5, 45-46)

o. dos negros nas histórias de luta pelo Brasil: Mas, não foi apenas na lavoura que esses "braços" foram paradoxalmente desejados e desdenhados. Utilizados em guerras, contra e a favor dos interesses portugueses, e mais tarde brasileiros, os negros tiveram uma participação significativa nas vitórias brasileiras. Contudo, sua situação, limitando o conhecimento a esses livros, é indefinida; nenhum autor cuidou de descrevê-las. No entanto, as pistas que temos, felizmente, são ricas. As batalhas mais descritas pelos autores são as revoluções baianas (em que negros estavam evidentemente dos dois lados) e a Guerra da Paraguai. Xavier Pinheiro (p. 403-404), das anarquias na Bahia diz "Raimundo Gomes, homem de côr escura, vaqueiro, analphabeto e mais outros seus iguaes arrombaram a cadeia [...] e soltaram presos que se incorporaram a elles, bem como mais vinte soldados [...]". Além de Raimundo Gomes, diz Américo Braziliense (p. 177-178), "apareceram partidos de escravos dirigidos por um preto audaz de nome Cosme. Este que se havia evadido da prisão fez que em diversas fazendas se insurreicionassem os escravos". Xavier Pinheiro (p. 390-392) descreve, ainda que brevemente, a "insurreição dos africanos", em 1825, e (nas páginas 258-259) indica que, contra os franceses, Antonio de Albuquerque Coelho, governador de Minas Gerais, chega com 1.500 homens a cavalo, com a infantaria na garupa, e "com dous dias de atraso, 6000 negros armados". Após as sublevações dos escravos "promovidas por agentes de Madeira" [Luís Inacio Madeira de Melo, que desafiava o Regente], 50 africanos foram fuzilados durante a revolução. A indicação de que havia negros patenteados nas milícias, também vem de Xavier Pinheiro (p. 387-388), das rebeliões da Bahia, diz ele, "a infantaria aprisionou o chefe da rusga (8 de março de 1833), Alexandre Ferreira Sicupira, pardo de maus costumes, tenente do batalhão de milicias, nº 93 [...]".

Américo Braziliense (p.75), falando das invasões holandesas, alude a um "F. Diniz", com referência às raças que formam a nação brasileira e seus representantes: "concorrem para a obra da regeneração nacional [...] quatro homens intepridos que representaram a nacionalidade brazileira e que a illustrou com títulos de libertadores [...] um homem da raça branca, um preto, um pardo e um índio conquistaram a liberdade do paiz." O negro, esclarece o autor, era Henrique Dias. "[...] e Henrique Dias, comandante de um contingente de pretos causaram grandes males aos holandeses e aos colonos que tinham reconhecido sua autoridade." (p. 80)

Galanti (v. 4, p. 277) dá notícias de "numerosas revoltas, ou antes tentativas de revoltas, que os escravos fizeram contra seus donos e até contra o governo". Da população na Bahia, diz ele, 14.000 eram brancos, 11.000 mestiços e 25.000 negros. E o número aumentava anualmente por meio do tráfico. As causas das revoltas, apontadas por Galanti, eram a saudade de casa e da liberdade, bem como os maus tratos que sofriam de seus senhores. Nas revoltas morriam muitos de cada lado, diz o autor, e os revoltosos mais implicados, quando capturados, eram enforcados. Outra referência direta à participação (compulsória) de negros nas tropas é dada tanto por Southey (v. 3, p. 81) quanto Mattoso Maia (p. 163), que relatam a mesma ocorrência, em que João Fernandes, após batalha com os holandeses, teria libertado 50 escravos e os promovido a soldados, em pagamento de uma promessa feita a eles, caso vencessem a batalha. Aliás, Southey, descrevendo as disputas enfrentadas por esse João Fernandes, indica a presença de vários negros e mulatos de sua confiança, sendo que inclusive era confiada a eles a proteção de sua esposa e bens. É Southey ainda (p. 120) que dá outra

pista dos negros escravos (e escravizados) nas frentes de guerra: Fradique enfrentou os espanhóis com seu exército composto de 2 a 3 mil homens "além de um grande número de negros, a maior parte vinda de Angola, que haviam sido apresados". Uma breve referência de Southey nos leva às tropas de Henrique Dias. Diz o autor (v. 3, p. 62-63) "souberam os emissários que uma das tropas portuguesas contava com duas companhias de negros e índios, de obra de 150 homens cada uma, comandadas por Camarão e Henrique Dias". Em suas investidas, continua (p. 81), Henrique Dias, o comandante dos negros, lutava por Portugal, assim, atacava também mocambos, onde se escondiam negros fugidos de seus senhores. Sobre tratos dispensados aos negros em guerra, o mesmo autor indica (v. 3, p. 106): na batalha do Monte Tabocas, negros foram enviados para espionar e incomodar o inimigo durante a noite. Pela manhã, tendo vencido a batalha, os portugueses, tomando os despojos do inimigo vencido, "armaram os soldados e vestiram os negros".

Tanto os holandeses, como os espanhóis e os portugueses/brasileiros usaram negros em suas investidas uns contra outros no Brasil e na própria África. Números são citados em algumas ocasiões; na maioria das vezes são omitidos. **Southey**, em duas ocasiões declara que o número de mortos negros (e índios) não fora computado. De qualquer forma, os negros participaram nas guerras – fosse compulsoriamente ou optando por seu lado a defender (como desertores) ou em troca da liberdade ou, ainda, lutando em causa própria. Em que condições lutavam? Eram armados? De quê? Vestidos? Alimentados? – não se sabe – não da leitura dessas obras.

Os negros, como temos visto, não desfrutavam da atenção dos autores, mas houve quem aqui e ali, deixasse-lhes uma palavra de reconhecimento. **Xavier Pinheiro** (p. 534-535), da Guerra do Paraguai diz: "não mostraram nossos dignos compatriotas, os descendentes de Henrique Dias, distinguindo-se em ânimo e coragem, expondo heroicamente as suas vidas e redimindo-se⁴⁶ desses enraigados preconceitos fatuos⁴⁷ para com sua raça.". **Galanti** (v.2, p. 395) cita Macedo e Varnhagen fazendo suas referências a Henrique Dias e seus valorosos serviços prestados ao Brasil. Dá conta o autor de morte pobre e inglória do herói – "comandante dos pretos".

Do ataque de Manoel Galvão em Porto Calvo, teria dito o comandante da expedição sobre Zumbi "foi ferido o general dos quilombos 'negro de singular valor', grande animo, constancia admirável e inimigo capital dos brancos" (GALANTI, v. 3, p. 39). Ainda é Galanti (v.3, p. 40-43) quem relata a chegada de Carrilho ao Recife, de volta de um ataque a Palmares. Encontrando-se com outra expedição que exterminara muitos negros, disseram-lhe "que se tinham defendido como leões". **Macedo** (p. 167) chama Henrique Dias "o nobre negro, chefe de uma força de negros, que causaram os maiores danos e prejuizos aos holandeses" [na defesa do Brasil].

1

Além de "arrepender-se", o significado de **redimir** também é : "conseguir a libertação ou a salvação de outrem ou de si. = libertar, livrar". Acredito que seja este o significado que Pinheiro deu à palavra em sua exaltação.

⁴⁷ Fatuo = falso de razão ou de entendimento.

p. dos quilombos e Palmares: Certamente que de toda a existência dos negros no Brasil colonial, um quadro sempre foi presente: ao contrário do se pregou muito tempo (e certamente nos tempos de nossos autores), os negros não eram passivos frente à escravidão. Ainda que a escravidão fosse uma situação conhecida dos africanos, eles não estavam dispostos a apaticamente aceitar as condições a eles impostas neste país. As rebeliões indicadas pelos autores se resumem a poucos movimentos principais, como as revoltas baianas, por exemplo. As fugas, as revoltas menores, os ataques a senhores e a formação dos diversos quilombos que ocorreram em todo o território brasileiro são praticamente ignorados por todos os autores, com exceção do quilombo de Palmares, que ganha especial destaque em quase todas as obras. O quilombo dos Palmares, que é visto, contudo, a partir do olhar exclusivamente de seu destruidor. Quem mais se estende no assunto são Southey e Galanti, ainda que outros, como Varnhagen lhe tenham dado também alguma importância. Sobre os Palmares, cabe ressaltar que há diversos desencontros nas várias informações dadas. Alguns autores claramente copiam outros, e os que dão alguns detalhes a mais não citam suas referências ou fontes, o que faz cair sobre todos uma densa nuvem de dúvidas. Sobre o número de habitantes nos Palmares, as adivinhações variam de "muitos mil" a onze mil e "até 30 mil". Sobre ter ou não havido organização social, militar e religiosa, não há consenso. Relativo a Zumbi, nem mesmo o seu nome mereceu estudos aprofundados de muitos, ele é ora Zumbi, ora Zumbé, Zombi, o zumbi e, ainda assim, nem mesmo se esse seria seu nome ou um título, não chegam a definir com clareza. De qualquer forma, embora Manoel Galvão (líder de uma expedição militar na época dos ataques ao quilombo) tenha reconhecido seu valor, para todos os nossos autores ele só foi um negro. Daí ter tido poucas qualidades observadas, além da capacidade de guiar negros contra o progresso dos brancos. As descrições de Abreu e Lima são muito interessantes, se pensarmos o que faziam os portugueses (e mais tarde os brasileiros, como ele próprio) em África (e certamente o que haviam feito e ainda faziam aos índios brasileiros) - diz o autor (p. 145-147) que os negros "se comportavam como os Romanos", que "agiam barbaramente", que tomavam para si mulheres (de côr), saqueavam, pilhavam, matavam "como os antigos dominadores do mundo". Além dele, outros autores tiveram uma opinião a dar sobre Zumbi e os Palmares - todos os textos existentes estão contidos nos quadros de transcrição. (APÊNDICE E)

Sobre a morte de Zumbi, a dúvida do leitor dessas obras fica sobre se cometeu suicídio ou se "morreu pelejando com coragem". Embora eles não se definam, a última obra é de **Galanti**, numa edição já no século XX, que afirma ter ele sido morto em combate. E parece que há, ainda hoje, muito mistério e dúvidas sobre Palmares e Zumbi dos Palmares, como se percebe nas investigações sobre o assunto.

Interessante (e intrigante) é a postura de **Américo Braziliense** sobre o assunto. "[...] é meu dever não ser minucioso nesta parte da historia; comprehendeis bem a natureza do assumpto e eu não quero passar por inconveniente desenvolvendo-o sob todas as suas faces no lugar e na época em que vivemos". (p. 78-79) Não foram examinados outros escritos de Braziliense, talvez haja entre eles alguma fala menos vazia, ou talvez devesse dizer, mais direta. Sobre essa fala, conquanto não seja de fato vazia, não há como sequer tentar levantar conjecturas.

<u>q. dos abolicionista:</u> Enfim, chega o dia em que o Brasil já não pode mais conviver com "o cancro da escravidão" – embora nem todos estivessem de acordo.

Xavier Pinheiro (p. 536-537), citando alguém a quem chama "um illustre ex-militante das fileiras monarchicas", diz: "foi a nação brazileira quem abolio a escravidão, não lha impoz D. Pedro II, conquanto pertença a ele a iniciativa".

Os autores todos fazem referências aos fatos que precederam as etapas da abolição – o fim do tráfico marítimo, seguido do fim do comércio inter provincial, as leis do Sexagenário, a do Ventre Livre e, por fim, a Áurea. Todo o movimento descrito pelos autores se concentra em manobras políticas, com citações de "ilustres" que se envolveram a favor da abolição (ou contra ela). Contudo, não há em uma sequer das obras qualquer referência à pessoa do negrohomens mulheres e crianças que iam sendo libertados, por imposição de leis, por "obras generosas de seus senhores", por alforria obtida por seus próprios esforços ou por prêmios obtidos por resultados em combates. Os legisladores, tanto quanto alcançam os nossos autores, tinham em mente o objetivo único e exclusivo de libertar os escravos para facilitar o desenvolvimento do Brasil, embora haja uma tentativa constante de se colocar o espírito cristão como o motor do movimento.

Essa libertação, como se vê nas entrelinhas, senão nas linhas propriamente, dos autores, eliminaria o mal do Brasil, no sentido de fazê-lo parecer bem frente a toda a Europa e aos demais países da América, que já haviam libertado os seus negros. Além disso, a perspectiva de se obter mão de obra branca – como está claro e explicitamente exposto em algumas das obras – daria ao Brasil a possibilidade de tirar de si a realidade que então se impunha: este era um país onde havia mais negros do que brancos.

Os desejos da época estão expressos em autores como **Varnhagen**. O autor no início de sua obra questionava a necessidade de haver negros escravizados no Brasil. Ao tempo em que finaliza seu trabalho, não se furta a declarar:

Como a colonização africana, distinta principalmente pela sua cor, veio para o diante a ter grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje um dos três elementos de sua população, julgamos do nosso dever consagrar algumas linhas neste lugar a tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso

braço deve o Brasil principalmente os trabalhos de fabrico do açúcar, e moderadamente os da cultura do café; mas fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e sofreram os grilhões de escravidão, embora talvez com mais suavidade do que em nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como todas as suas gradações. (T.I; Secção XIV; p. 223)

Além de seus expressos (e impressos) desejos relativos ao branqueamento do Brasil, o "pai da história" declara que já tendo entre eles, os africanos, o hábito de se escravizarem, estariam melhor escravizados no Brasil: "Assim, ainda passando tais gentes ao Brasil, com as condições da escravidão romana, isto é, de serem coisa venal ou bem imóvel, melhoraram elas sua sorte [...] e o certo é que passando à América, ainda que em cativeiro, não só melhoravam sua sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida, e com a civilização do cristianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos, e até notáveis, do que no continente donde oriunda." Também a religiosidade original do africanos, ou a prática que eles fazem do cristianismo são questionadas por Varnhagen e outros autores, em termos de "civilidade". (t...I; Secção XIV; p. 223)

<u>r. da pressão externa</u>: Das pressões externas para que ocorresse a abolição o "mais rápido possível", **Américo Braziliense** (p. 307) cita a *Bill Aberdeen*, como "um grande atentado á soberania do país". **Galanti** (v. 4, p. 232) diz que com a continuidade do Brasil no tráfico de escravos, a Inglaterra ameaçava retirar o apoio que prestava ao império. A França pressionava o imperador, e os movimentos internos pela abolição eram motivados pelo "espírito cristão", pela pressão externa e certamente pela necessidade que tinha o Brasil de progredir e de fazer uma "boa figura" frente aos civilizados europeus que precisavam reconhecer a mesma civilidade na colônia.

As verdadeiras razões, contudo, para se manter a escravidão, não estão em nossos livros, senão nas entrelinhas. Segundo Oliveira Lima, da "Consciência.Org.",

Para o governo português o negro era, além de fator econômico considerado insubstituível, também recurso financeiro, constituindo matéria a tributar. Nem se esqueceu o governo, depois de ter começado por agravar os direitos de polícia e de saúde, de reforçar as taxas diretas que cobrava sobre essa propriedade humana. Em 1818 cada negro novo acima de 3 anos, importado da África, entrou a pagar, afora um direito existente de 6.000 réis, um adicional de 9.000 réis; metade desta quantia para ser depositada no Banco do Brasil a fim de formar ações destinadas à fundação de colônias de cultivadores brancos, porquanto o grande e sem dúvida verdadeiro argumento que Portugal invocava para adiar a abolição do tráfico, era a

carência de trabalhadores europeus no seu império tropical. (LIMA O., 2011)⁴⁸

Varnhagen (v. 2, p. 267) dá pistas de o que era realmente importante para a sociedade civilizada e cristã da época, na colônia ou na metrópole. Um bom exemplo é o uso da aguardente como verdadeiro remédio para os africanos (na África). Conta o autor, que a venda da aguardente havia sido proibida em Angola "por ser prejudicial à saúde dos africanos". Um ano mais tarde, diz Varnhagen (v. 3, t. 3, p. 267), a venda foi permitida, com o aval de médicos que diziam ser "um remédio para eles". O que o autor não fala (e está em nota comentada de rodapé dessa sua edição atual) é sobre os altos impostos arrecadados em ambos os portos, com a venda do veneno que virou remédio.

<u>s. da abolição</u>: De qualquer modo, a imprensa periódica, diz **Galanti** (v. 5, p. 14-17) frente à situação, começa a pronunciar-se a favor da abolição. E as alforrias passaram a acontecer com mais frequência, fruto da "generosidade" dos senhores de escravos – que as concediam por testamento ou codicilo⁴⁹, e por atos "inter vivos". Afinal, como diz o próprio Galanti (v. 5, p. 19-21) tratava-se de "cousa tão razoavel, tão justa, tão conforme á religião e á civilização". Como já vimos, o próprio governo emancipou muitos escravos, para que fossem servir na Guerra do Paraguai (as mulheres dos soldados, que também foram emancipadas, permaneceram no Brasil).

A Lei do Ventre Livre, diz ainda Galanti (p. 39-41), tramitou nas câmaras por 138 dias até ser aprovada, e nos nove anos seguintes "a questão da escravidão parecia tranquila", quando o assunto volta à baila. A fala do trono, à época, propunha que os senhores das mães dos rebentos nascidos livres deveriam se responsabilizar pelas crianças até a idade de oito anos. Depois desse período, poderiam entregá-las ao Estado (?) ou permanecer com elas até a idade de 21 anos, sendo que nesse período, essas "pessoas livres" deveriam fazer serviços para pagar por suas despesas, ou seja, deviam aos senhores a manutenção de suas vidas – e pagavam por elas com serviços compulsórios.

Não é antes de 14 anos passados da Lei do Ventre Livre (conforme está em todos os livros, que nada falam a respeito do que sucedera àquelas crianças), que uma nova sessão é convocada em 1º de março de 1885. Galanti faz uma descrição bastante entusiasmada da reação do povo, que agia ativamente pela abolição total, durante os anos que seguiram, e mais entusiasticamente nos últimos momentos antes da assinatura da Lei Áurea. O ministério Saraiva, diz Galanti, propunha a abolição acompanhada da compensação financeira, ainda que parcial, dos senhores dos escravos – que tinham as matrículas de suas propriedades – com informações sobre as "peças", como: sexo, idade, valor...

A fala do trono, em 1888, ao mesmo tempo em que pede a abolição, determina que "mediante medidas que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela immigração o povoamento do paiz, facilitem as communicações, utilizem as terras devolutas,

Codicilo: contém disposições sobre o próprio enterro; legado de móveis, roupas, joias, não muito valiosas de uso pessoal; sufrágios por intenção da alma do codicilante; nomeação e substituição de testamenteiro; perdão de indigno.

1

⁴⁸ Oliveira Lima. D. João VI no Brasil. Capítulo X. O tráfico de escravos. Disponível em Consciência. Org.: http://www.consciencia.org/o-trafico-de-escravos-d.joao-vi-no-brasil-oliveira-lima. Acesso em: 12 maio, 2011.

desenvolva o crédito agrícola e aviventem a industria nacional". (GALANTI, v. 5, p. 58-60) Ou seja – conforme está nos livros – a ordem foi dada para que os negros fossem libertados da escravidão, e que os imigrantes – europeus, brancos -, tivessem todo o apoio para assumir o que antes era feito pelos negros.

Em Galanti (v.5, p. 65-67), lemos que no domingo, 13 de maio de 1888, Paulino de Souza, em discurso na câmara, mostra sua preocupação com a desorganização do trabalho que se seguiria à "entrada de 700.000 indivíduos sem preparo para a vida social".

E o que foi feito dos negros? Nenhum dos livros relata, mas uma rápida e mesmo superficial investigação nos movimentos políticos e sociais que se seguiram nos levará à Lei da Vadiagem, à perseguição dos capoeiras, aos vetos aos analfabetos, à concorrência desleal entre negros e europeus pelas vagas na indústria, e às exigências (ainda bastante recentes) de "boa aparência" para os mais diversos cargos empregatícios... Essas foram medidas que certamente se encarregaram de atrasar aqueles que nunca puderam, senão por mérito próprio e individual, avançar.

Um ano após a abolição, em edição comemorativa, os jornais publicam artigos relativos às mudanças. É **Galanti** que apresenta um trecho do "Jornal do Commercio", de 13 de maio de 1899: "[...] Tenhamos fé que o trabalho livre [...] unica fórma perfeita de actividade humana [...] deva assegurar-nos uma patria rica, prospera e feliz. A lei de 13 de maio impoz sacrificios rudes, que sinceramente lamentamos, mas eram inevitáveis". Esperase que os professores, à época, tenham se estendido nesse artigo, ajudando seus alunos a identificar o "objeto indireto" do verbo impor nessa frase.

Por fim, da análise feita sobre os livros, com base exclusivamente no que foi escrito pelos autores consultados, restam as seguintes observações:

- ⇒ escravidão o Brasil dependia dela para iniciar seus negócios;
- ⇒ os engenhos prosperavam e o Brasil enriquecia à medida que aumentava o número de escravos africanos aqui introduzidos;
- ⇒ a riqueza do Brasil, gerada por sua indústria agrícola, movida por escravos negros, pagou, entre outras coisas, a emancipação de D. Pedro II;
- ⇒ homens negros, escravos ou emancipados (para este fim específico) e livres participaram ativamente (lutando, morrendo ou sobrevivendo) de <u>todas</u> as guerras do Brasil colonial, possibilitando a Portugal e Brasil saírem vencedores em todas elas;
- ⇒ embora citado por todos os autores, o exército dos pretos, de Henrique Dias, não mereceu atenção de nenhum em particular;
- ⇒ além do Quilombo dos Palmares, nenhum outro quilombo foi citado na história, como se não houvessem existido;
- ⇒ os negros faziam todo o trabalho braçal no Brasil colonial e Brasil Império;
- ⇒ abolição o Brasil dependia dela para dar continuidade a seus negócios;
- ⇒ as medidas reais para a emancipação dos negros diminuíram seu valor de mercado, e ignoraram seu valor de força trabalhadora;
- ⇒ todo brasileiro deveria orgulhar-se dos negros sem eles, nunca teríamos sido;
- ⇒ qualquer brasileiro branco, descendente de europeus, poderia ser portador de alguma quantidade de sangue africano (e não se está falando em pré história);
- ⇒ o silenciamento tentou apagar o que a história não apaga;
- ⇒ a descriminação e o preconceito declarado começam com o "pai da história".

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX foi um século de grandes mudanças para o Brasil. Essas mudanças ocorreram em todas as esferas: social, política, econômica, religiosa e científica. Os brasileiros começavam a definir suas características de povo – um grupo divergente em vários aspectos, mas que se mantinha sob um governo definido, com uma tendência religiosa marcante, interesses econômicos focados, e a clara esperança de sucesso no desenvolvimento social e político.

Já com a chegada da família real ao Brasil e a autorização do Monarca para que aqui houvesse uma imprensa, ainda que controlada, livros começaram a ser impressos. Surge, então, a oportunidade de se publicar os didáticos. Porém, apesar de grande apelo, por haver a carência, tais publicações eram limitadas por condições externas — sociais, políticas e financeiras. Os motivos que levavam os autores a publicar variavam: arte de escrever; compilação de "postilas" — material utilizado em aula -; necessidade de material didático organizado e reconhecido, para suas próprias aulas; desejo de expor à nação seus grandes feitos e heróis e, sem dúvida, desejo de projeção, além do aspecto financeiro.

Entre as obras consultadas, há os autores que certamente dominavam a pena com mais destreza que outros. Nessa seleção, estão os homens mais bem nascidos, cuja educação foi primorosa, destacando-se para este estudo os seguintes autores: Galanti, Southey e Braziliense, por saberem conduzir seus leitores, cuidando de "ensinar" o que estavam expondo. Sendo muito claros, dentro das normas da época, ilustram as situações a jovens estudantes, num Brasil sem muitas perspectivas futuras para a grande maioria deles. Daí a importância de tais autores.

Os livros de história aqui relacionados não foram analisados quanto ao seu conteúdo geral, sua qualidade literária ou informativa, no amplo contexto da historiografia; ainda que os aspectos literários se evidenciassem já num primeiro contato. O aspecto focado foi o seu conteúdo no tocante ao reconhecimento que cada autor fez ou não da presença e participação do negro na história do Brasil.

Conforme nos indicam Vieira, Peixoto e Khoury (1989), o século XIX foi o século do positivismo, no qual os documentos escritos, especialmente aqueles oficiais, eram a fonte principal de consulta dos historiadores, o que dava a suas investigações o caráter científico que pretendiam.

Esse movimento está muito evidente nas obras aqui consultadas e é ainda mais agudo nas discussões, contidas nas próprias obras ou em textos paralelos, que houve entre os diversos autores que abertamente se questionaram uns aos outros. Um caso típico, que entrou para a história, é a discussão entre Varnhagen e Abreu e Lima relativa à cópia do segundo, feita de obra de um terceiro, também plagiador (APÊNDICE C). Porém, este não é um caso isolado. Na leitura dos livros, em meio às referências e citações podem-se observar as discordâncias entre vários deles. Discordâncias essas que parecem diferir de "cotejamentos".

sendo suicida. Mattoso Maia (1886) é o primeiro a declarar, indicando sua fonte, que o mesmo foi capturado e morto – o que contraria o que vinha sendo dito até então, e Galanti, mais tarde (1911), confirma a informação, citando os mesmos documentos, dando crédito a M. Maia. O mesmo tipo de desencontros ocorrerá com o número de habitantes no Quilombo

dos Palmares, a data de início da entrada dos negros no Brasil, questões referentes à organização dos Palmares etc.

De toda forma, o que era buscado nos livros não foi encontrado. Enquanto Moreira Pinto (188_) anula por completo a presença do negro na História do Brasil, Galanti (1896, 1911a, 1911b, 1913) e Varnhagen (1854) buscam ilustrar alguns cenários, com o objetivo final de valorizar as batalhas vencidas. Por outro lado, temos Américo Braziliense (1877) que declara ser seu dever não ser minucioso "na epoca e lugar em que vivemos." Sendo um abolicionista, engajado em movimentos dos quais negros e mulatos participavam lado a lado com ele, talvez tivesse muito mais a dizer – porém se não o disse, caso tenham seus alunos "comprehendido a natureza do assumpto", ficou para a posteridade conjecturar sobre suas razões. Embora, como disse o prof. Leonel Itaussú de Almeida Melo, "do nada nada se tira e nada se conclui" (declaração oral)⁵⁰.

Mas por que os autores – homens ilustrados, muitos deles engajados no movimento abolicionista - não deram voz aos negros? Por que fizeram silenciar os milhões de homens e mulheres negros que viveram e morreram neste país? Parte da resposta estará na coerência dos autores com o seu tempo e com as normas ditadas pela historiografia da época e a política dominante.

[...] há que se considerar que a instituição e o fortalecimento do Estado imperial eram fenômenos, também, político-culturais. Relacionado a isso estava o fato de que a escolarização, em todo o mundo moderno, fazia parte dos agenciamentos de dar a ver e fortalecer as estruturas de poder estatais, podendo, mesmo, ser considerada um dos momentos de realização dos estados modernos. (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 51)

Certamente os motins, as rebeliões e resitência ao poder não poderiam ser destacados entre os fatos históricos apresentados por nosso autores do século XIX, assim como não o seria a escravidão de seres humanos, expostos a humilhação, castigos e trabalho forçado.

Além disso, devemos nos lembrar que a história, especialmente naquele momento, não falava do povo e seus costumes, como explica Furet (19--, p. 109), já citado: "Às antiguidades cabiam as descrições dos costumes, instituições, arte etc., [...] a história é feita da análise cronológica dos regimes e dos governos". Vieira, Peixoto e Khoury nos lembram de o que era importante e relevante nas pesquisas históricas do século XIX:

O próprio fato de atribuir a palavra documento aos testemunhos históricos denota uma concepção de história que confunde o real com o documento e o transforma em conhecimento histórico. Apreender o real seria conhecer os fatos relevantes que se impõem por si mesmos ao conhecimento do historiador. Em decorrência, só consideravam relevantes para a história aquilo que estava documentado e daí a importância dos fatos da política institucional: atos do governo, atuação de grandes personalidades, questões de política internacional etc. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 13-14)

Declaração do professor Dr. Leonel Itaussu Almeida Melo, professor titular do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, em entrevista por telefone, a respeito das razões que teriam levado Américo Braziliense de Almeida e Mello a fazer tal declaração a seus alunos. (10 mar. 2011.)

Assim, frente à imposição da corrente historiográfica da época, os autores não poderiam ter escrito sobre os negros escravos, como não escreveram sobre as mulheres ou a vida privada da sociedade dominante, ou sobre as províncias que não se destacaram nos períodos abordados, os costumes e tradições que se formavam etc. Tanto quanto não descreveram, embora os citem, os imigrantes livres que entraram no país como parte do projeto de colonização pós abolição.

Mas e Calabar, o mulato (traidor da nação que ainda não era); Henrique Dias, o negro "Comandante dos negros" (e todos os seus soldados negros); os negros escravos, feitos "soldados livres" por Fernandes e outros comandantes - nas diversas batalhas; Zumbi dos Palmares e seus antecessores – todos negros – que asseguraram a resistência do Quilombo por mais de 60 anos? Por que não falaram mais sobre eles? Por que não os descreveram, se havia documentos e eles foram importantes na história do país que se formava? Por que, enfim, não lhes deram voz e o papel de protagonistas de sua própria história?

Bem, as respostas a essas perguntas poderiam ser encontradas em diversos indicadores, mas este trabalho aponta três:

- a) Quem conta a história do Brasil no Oitocentos é a elite dominante do país.
 - Essa elite se compõem de indivíduos brancos;
 - Essa mesma elite representa a parcela vencedora das batalhas travadas e é a responsável pela "ordem e o progresso" do Brasil;
 - A determinação dos órgãos regentes dos planos de educação do Brasil era que se deveria incutir o espírito de orgulho nacional nos estudantes e certamente isso não incluiria a "mancha" provocada pelo "cancro da escravidão";
- b) O ocidente, em fins do século, trazia descobertas científicas em diversas áreas. Pesquisas e muitos estudos desenvolvidos, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, começavam a determinar cientificamente a "inferioridade natural" dos negros em relação aos brancos. O Brasil, além de ainda manter seus escravos, quando o resto mundo já os havia libertado, teria de resolver a questão interna que se fazia realidade aos olhos de todos: havia negros por todos os lugares, e em muitos locais eles eram a maioria. Além da abolição da escravatura, houve a necessidade urgente de se "branquear a nação" que pretendia equipararse aos países europeus. Um dos modos de se "fazer desaparecer" os negros no Brasil, certamente foi o de excluí-los desses documentos que surgiam para a posteridade as lições de História.
- c) Nos anos mil oitocentos, com olhos na escola da França, o Brasil traça a necessidade de criar sua própria genealogia, mas, ao que tudo indica, o negro (assim como os mestiços, que com os negros compunham a "generalidade dos brasileiros") não se encaixava no "quadro universal de referências em relação ao qual se revela a excelência e a racionalidade suprema da experiência [aqui, brasileira]". (FURET, 19--, p. 122)

Ao concluir o trabalho, julga-se que ainda muito poderia ter sido analisado. Não somente algumas das perguntas iniciais permanecem sem respostas, como novas perguntas surgem a cada nova leitura do texto já posto a tinta. Para analisarmos de perto como ocorreu o ensino da História no Brasil, haveríamos de considerar um número maior de obras, ampliar o contexto, estendendo-o aos aspectos econômicos, sociais, morais, políticos e religiosos das

diferentes épocas. Também poder-se-ia debruçar sobre as práticas do ensino no Oitocentos, o que seria, sem dúvida, parte essencial de um estudo da educação - um trabalho sobre os registros que daquelas práticas foram preservados, ainda que essa investigação sobre práticas sociais representasse uma tarefa árdua, considerada a distância temporal que nos separa das evidências e da intimidade de seus agentes ativos.

Neste trabalho presente, buscou-se analisar como foi tratado, historicamente, o tema relativo ao africano, trazido ao Brasil, por esquema de comércio. A fim de compreender um pouco melhor a mentalidade da sociedade escravocrata, fez-se um breve apanhado histórico dos movimentos sociais nos séculos iniciais da escravidão negra até o XIX, tempo em que se concretiza, oficialmente, a abolição do sistema que reconhecia a propriedade humana. Percebeu-se a escravidão como uma manobra que atravessou séculos, envolvendo um contingente humano grande o bastante para, no Brasil, se expandir e se fazer ver e sentir ao longo de todo o território nacional; grupos tão diversos entre si, em termos de cultura, crenças e linguagem, que, certamente, deveriam ter deixado marcas indeléveis na História do Brasil – ao contrário do que se viu nas lições dos anos 1800.

Autores de livros didáticos para o ensino da história, no Oitocentos, além das exercerem atividades em salas de aula, eram, na maioria, políticos – monarquistas ou republicanos – envolvidos demais para se exporem demais.

Observou-se claramente que a historiografia no Brasil espelhava-se em conceitos, diretrizes e ideais europeus. Sendo assim, mesmo os abolicionistas, ao escreverem a história do Brasil, não deram voz ao negro, pois esse "elemento servil", como foi chamado pela Corte, não se caracterizava como parte da sonhada aparência que o Brasil queria demonstrar às elites europeia e norte-americana, sempre tão à frente deste país.

A abolição da escravidão no Brasil, de acordo com os autores investigados, era o melhor para o progresso do Brasil. Mas, também faria bem à imagem do país, frente à opinião de quem importava na época, que se elevasse o (aparente) nível de conscientização e de humanidade da sociedade que aqui vivia.

Enquanto a Igreja, através da brilhante obra do padre Galanti, lavou bem suas mãos, na questão histórica de sua não proteção aos negros, o aspecto "pacífico" de como se deu a abolição gradual entrou para a história como um ato de caridade cristã do homem civilizado da elite brasileira. Essa característica pacífica, constante e enfaticamente comparada com a Guerra Civil nos Estados Unidos, ignora toda a participação dos negros nas lutas (muitas vezes sangrentas e de morte) para a obtenção do reconhecimento de que eles eram tão humanos quanto os brancos.

Na narrativa oitocentista das lições de História do Brasil, o branco (filho do europeu, colonizador) toma para si o papel de protagonista - o sujeito da história: ele escravizou, ele usou e abusou até que se encheu de vergonha (e problemas econômicos) e, então, (ele) descobriu uma solução melhor para <u>seus</u> problemas e, por uma dita piedade cristã, (ele) mancipou o negro. E é o mesmo branco que toma para si a glória do espetáculo da libertação, que oferece ao mundo.

Embora houvesse todo o aspecto aqui analisado com relação às tendências da narrativa histórica pertencentes àquele período, não se pode dizer que não poderiam ter pensado diferente. Prova disso são as indicações de von Martius (1844), a respeito de como escrever a história do Brasil, e a insinuação de Américo Braziliense, em aula, a respeito do quilombo dos

Palmares. Porém, Adolpho Varnhagen (1854) - que mais tarde seria considerado o "pai da história" -, ao escrever sua História Geral do Brasil, desconsiderou (assim como o fariam seus sucessores - seguidores ou contestadores), em muitos aspectos importantes, as recomendações de von Martius, sobre jamais se excluírem da história deste país as relações com as raças etíopes [e indígenas].

Porém, não só Varnhagen deixou de lado os negros, todos os autores consultados o fizeram. Mesmo depois da abolição, não há, em qualquer das obras aqui consultadas, referência alguma ao destino previsto ou tomado pelos ex-escravos. Assim como entraram, os negros sairiam do discurso da história – total e absolutamente ignorados, em sua humanidade, seus direitos e mesmo em seus efetivos trabalhos pelo desenvolvimento do Brasil.

A visão da história começaria a mudar mais tarde, a partir da "Escola dos Annales" (ainda a escola francesa). O ponto de olhar a história se expandiria ao longo dos anos, e ao futuro caberá, sempre, o desvendar do passado.

Como disse Braziliense: "Cada época tem suas idéas" (1877, p. 196)

Hoje o tempo é outro, a história, por consciência ou por lei, deve ser recuperada. É importante que seja assim. É importante que venham à luz todas as atrocidades cometidas e todas as resistências impostas ao sistema. É importante que se saiba que houve servidão em alguns momentos e dedicação em outros. Houve algum tipo de relacionamento humano em muitos casos, mas os negros africanos, embora escravizados por um longo período, por circunstâncias históricas, nunca, jamais permitiram que se escravizassem seu espírito – o nobre espírito humano que vemos ainda hoje lutar pela dignidade e pela liberdade, na Etiópia, na Somália, em Angola, no Sudão, em Burundi, na Eritreia, nas favelas brasileiras... nas centenas de Áfricas que reagem.

Aliás, foi exatamente a África (com todas suas definições) e a Lei 10639/03, que determina o ensino em escolas brasileiras de sua história e cultura, a força que impulsionou este trabalho, impulsionou a investigação de um início, uma ponta do fio que tece a história dos negros no Brasil. Essa ponta específica não foi encontrada no lugar investigado. A busca deverá seguir outros fios nas tramas históricas de Brasil, Portugal e países africanos — ou quem sabe, em tramas ainda mais extensas...

Acreditamos que seja na escola, no processo de educação escolar, que os nós se desatam (ou devam, ao menos, ser evidenciados). E é na escola que se devem construir o conhecimento e a valorização dos inúmeros componentes que nos fazem um povo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The danger of a single story**. TED, Ideas worth spreading. 2009. (Comunicação oral). Disponível em:

http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html. Acesso em: 12 ago. 2010.

ALMEIDA, Jerusa da S. G; TEIXEIRA, Gilson R. M. A educação no período colonial: o sentido da educação na dominação das almas. **Revista Trilha**. Belém, v. 1, n. 2. p. 38-47. Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/5.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2011

ALVES, Gilbert L.; CENTENO, Carla V. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. **Revista Brasileira da Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 469-602, 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000300006&script=sci_arttext. Acesso em 12 mar. 2011.

ANDRADE, Maria Nazarete de Barros. **A roda dos expostos, excluídos, enjeitados e/ou abandonados**. São Paulo: Museu da Santa Casa de Misericóridia de São Paulo, 2010. Disponível em: <www.santacasasp.org.br/museu/RODA.pdf>. Acesso em 17 jan. 2011.

ANDRADE, V. L. **Histórico**. Desenvolvido por: Colégio D.Pedro II. Disponível em: http://www.cp2centro.net/historia/historia/historia/historia.asp?data=21/4/2011%2017:07:47 Acesso em 15 abr. 2011.

AQUINO, Rubin Santos Leão de et al.. **Sociedade brasileira**: uma história através de movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do liberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BARBOZA, J. da Cunha; ANDRADE, Antonio de Paiva Guedes de. Extracto das actas das sessões de janeiro fevereiro e março. **Revista Trimensal de História e Geographica**, v. 6, Rio de Janeiro, v. 6, p. 124-125, 1844.

BARROS, João; COUTO, Diogo de. **Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto** : dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente. Nova ed. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1777-1788.

BENNETT JR, Lerone. Chicken Bones Store: Books by Lerone Bennett Jr: The 10 Biggest Myths About Black History. A Journal for Literary and Artistic African-American Themes. Disponível em: http://www.nathanielturner.com/10biggestmythsblackhistory.htm. Acesso em 16 fev. 2011.

BIRARDI, Angela et al. O Positivismo, Os Annales e a Nova História. **Klepsidra.** ano 2, n. 7, abr.-maio 2001. Disponível em: < http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html >. Acesso em 23 abr. 2011.

BITTENCOURT, Circe. M. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, v.30 n. 3, p. 474-491, set./dez. de 2004.

BRASIL. **Carta de Lei de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.dircost.unito.it/cs/docs/Brasile%201824.htm. Acesso em: 15 nov. 2011

BRASIL. Casa Civil, Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Subchefia para assuntos jurídicos, 2008. Disponível em:

http://www.anaceu.org.br/conteudo/legislacao/leis/2008%20-%20Lei%2011645%20-%2010%20marco.pdf. Acesso em 10 mar. 2010

Lei nº 10.639 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasilia: subchefia de Assuntos Jurídicos, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 jan. 2009

BRASIL. Império. Ato Adicional de 1834. Disponível em:

http://www.efecade.com.br/index.php?texto=1385. Acesso em: 25 abr. 2011

Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: < http://www.nepp-dh.ufrj.br/educacao imperio.html>. Acesso em: 25 abr. 2011

BURKE, Peter. **O mundo como teatro**: estudos de antropologia histórica. Tradução de Vanda Maria Anastácio. Lisboa, Portugal: DIFEL, 1992.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. O quilombo de malunguinho: o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1996, p. 407-432

CARVALHO, William Almeida de Carvalho. General Abreu e Lima: Brazileño desconocido en su país es héroe nacional en Venezuela. **Pietre-Stones:** Review of Freemasonry. Disponível em: http://www.freemasons-freemasonry.com/23carvalho.html>. Acesso em 20 fev. 2011.

CAVALLEIRO, Elaine dos Santos. Introdução. In: BRASIL. Ministério da Educação, **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasilia: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

COELHO, Antonio Borges. **Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro:** séculos XV-XVI. São Paulo: Unesp, 2000.

COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO. **Histórico**. Disponível em: http://www.cmrj.ensino.eb.br/>. Acesso em: 12 fev. 2011.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-51.

FURET, François. **A oficina da história.** Tradução de Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva. [19--]. v.1.

FURTADO, Júnia. **Chica da Silva e o contratador de diamantes:** o outro lado do mito. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GALANTI, Raphael M. **Biographias de Brasileiros Illustres**: resumidamente expostas pelo P. Raphael... 1 ed. São Paulo: Duprat & Companhia, 1911c.

GALANTI, Raphael M. **Compendio de Historia do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Duprat & Companhia, 1910, v. 5.

Historia do Brasil	. 2 ed. São	Paulo: Duprat	& Companhia,	1911a, v.	2
--------------------	-------------	---------------	--------------	-----------	---

_____. Historia do Brasil. 2 ed. São Paulo: Duprat & Companhia, 1911b, v. 3
_____. Historia do Brasil. 2 ed. São Paulo: Duprat & Companhia, 1913, v. 4
_____. Compêndio da História do Brasil. 1 ed. São Paulo: Typographia da Industria de São Paulo, 1896, v. 1.

GOLDIM, José Roberto. Eugenia. 1998. Disponível em:

http://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm. Acesso em: 19 jun. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação, **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasilia: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUÉRIOS, Paulo Renato. Heitor Villa-Lobos e o ambiente artístico parisiense: convertendose em um músico brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, abr. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-93132003000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 19 set. 2011

HIRST, K. Kris. About.Com – Archaeology. Aksum of Ethiopia. **Ancient African Kingdom of the Axumites**. Disponível em: http://archaeology.about.com/cs/africa/a/aksum.htm. Acesso em: 1º mar. 2011

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1993.

HOORNAERT, Eduardo. **História do cristianismo na América do Sul e no Caribe**. São Paulo: Paulus, 1994.

HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). **História da Historiografia**, Ouro Preto, MG, n. 2, p. 50-66. mar. 2009. Disponível em:

http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/7. Acesso em: 10 out. 2010

IBGE. Sala de Imprensa. Censo: IBGE inicia contagem regressiva para o censo 2010, 5 maio 2010. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1602&id_pagina=1. Acesso em: 23 mar. 2011

ITAÚ CULTURAL. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo** - Enciclopédia Itaú Cultural: Artes Visuais – Instituições, 24 de nov. de 2006. Disponível em:

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=instituic oes texto&cd verbete=4987 >. Acesso em: 5 maio 2011.

JINZENJI, Mônica Yumi; GALVÃO, Ana M. de Oliveira. História do Brasil para o "belo sexo": apropriações do olhar estrangeiro para leitoras do século XIX. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, jun, 2010, v. 30, n. 59.

LIMA, José Ignacio de Abreu e. **Compendio da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, v. 1, t. 1-2.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de Historia do Brasil** para uso dos alumnos do Imperial Collegio de D. Pedro II. 10 ed. rev. e actual. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, [18--].

MAIA, Luis de Queirós Mattoso. **Lições de História do Brazil**: proferidas no internato do Imperial Collegio de Pedro II, pelo respectivo professor. 2 ed. correcta e augmentada. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1886.

MALEVAL, Isadora Tavares. A história contada através dos livros: o Brasil em manuais escolares oitocentistas. In: Encontro de História ANPHU-Rio14., 19 a 23 de julho de 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: ANPHU, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276708595_ARQUIVO_TextoparaANPUH2010.pdf. Acesso em: 26 mar 2011

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTIUS, Karl Philipp von. (Carlos Frederico Felipe de Martius). Como se deve escrever a Historia do Brazil. (Munich, 10 jan. 1843). **Revista Trimensal de História e Geografia**, Rio de Janeiro. n. 24, p. 381-403, jan. 1844. Disponível em:

http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1844t0006c.pdf. Acesso em: 15 abr. 2011.

MELO, Américo Braziliense de Almeida e. **Lições de História Pátria:** do Colégio de São João, Campinas - publicadas por José Maria Lisboa. São Paulo: Typographia da Provincia, 1877.

PINTO, Alfredo Moreira. **Epitome da Historia do Brasil** – Escripto de acordo c/ o programa official. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e Cia., 1892, 165p.

POLON, Telma Lúcia P. **Políticas Públicas para o Ensino Médio nos anos 90**: trajetória do Colégio Pedro II/RJ. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Educação. Rio de Janeiro, 2004, cap. 3. p. 81-117. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212109 04 cap 03.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2011

REPÚBLICA PORTUGUESA – Colónia de Angola. **Código dos Trabalhos dos Indígenas nas Colónias Portuguezas de África**. Approvado por decreto nº. 16:199, de 6 de dezembro de 1928. Annotada pela Direcção dos Serviços da Administração Civil. 2 ed. Luanda: Imprensa Nacional da Província de Angola, 1956. (Acervo da Biblioteca do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical em Lisboa - Departamento de Ciências Humanas)

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr. (Barão do). **História do Brasil.** Tradução de João Vieira de Almeida. São Paulo: Livraria Teixeira & Irmão, 1894.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Portal MultiRio. A criação do IHGB. Disponível em: http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/historia/modulo02/ighb.html. Acesso em: 28 abr. 2011.

ROMÉRO, Sylvio; RIBEIRO, João. **Compêndio da História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906. Brasiliana USP. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02053200. Acesso em: 28 abr. 2011.

SÃO PAULO. (Província) Ata da Assembléia Legislativa Provincial de 24 de fevereiro de 1842, 38ª sessão. **O Observador Paulistano**. Typographia Imperial de Silva Sobral. Sorocaba, 8 de abril de 1842, n. 433, p. 8

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 37. set. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 12 fev. 2008

SILVA, Alexandra Lima. Imprensa, memória e ensino de História - Rio de Janeiro, 1870-1920 In: Encontro de História ANPHU-Rio 13. Rio de Janeiro, 4 a 7 de agosto de 2008. **Anais...** Disponível em:

http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212940128_ARQUIVO_anpuhtextofinalale.pdf. Acesso em: 5 maio 2010.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. 3 ed. brasileira. São Paulo: Obelisco, 1965, v.2

_____. **História do Brasil**. Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. 3 ed. brasileira. São Paulo: Obelisco, 1965, v. 1.

UCHINAKA, Fabiana. Mais brasileiros se assumen negros, diz IPEA. **UOL Notícias**. São Paulo, 12 maio 2011. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/05/12/mudanca-na-divisao-racial-do-brasil-e-reflexo-de-mais-pessoas-se-assumindo-negras-diz-ipea.jhtm. Acesso em 12 maio, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 10 ed. integral. v. 1. t. I e II. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981a.

História Geral do Brasil. 10ª ed. integral. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981b. v. 2. t. 3-4.

_____. **História Geral do Brasil**. 10 ed. integral. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981c, v. 3. t. 5 e História da Independência do Brasil.

_____. Primeiro Juizo: Submettido ao Instituto Historico e Geographico Brazileiro pelo seu socio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca de "Compendio de Historia do Brazil pelo Sr. José Ignacio de Abreu e Lima. **Revista Trimensal da Historia e Geographia**. Rio de Janeiro, v. 6, t. 6, p. 60-83, 1844.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Maria do Pilar A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara Maria A. A pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1989.

VILLA-LOBOS, Raúl. **História do Brasil**: resumo didactico. 4 ed. Consideravelmente correcta e augmentada. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1896.

XAVIER PINHEIRO, José Pedro. **Epitôme da História do Brazil**: desde seu descobrimento até a proclamação a república. 11 ed. revista, correcta e augmentada pelo professor. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1896.

APÊNDICE A – ALGUNS ASPECTOS PONTUAIS DO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA PRÉ-INVASÃO EUROPEIA

A arqueóloga K. Kris Hirst⁵¹ informa que

Do século II ao ano 1000 dC, os Chifumbaze espalharam o ferro ao longo da maior parte do leste e sul da África. Os Chifumbaze eram fazendeiros de abóbora, feijão, sorgo e milhete [variedades de milho], criavam gado, ovelhas cabras e galinhas.

Eles construíram assentamentos no alto de montanhas, em Bosutswe, aldeias grandes, como Schroda, e grandes espaços monumentais como Great Zimbabwe. Trabalhos em ouro, marfim e contas de vidro e o comércio fizeram parte de muitas das sociedades. Muitos falavam uma forma de Bantu, muitas formas de arte rupestre geométrica e esquemática são encontradas em toda África no Sul e no Leste.

Na Etiópia



Figura 25- Obelisco de Axun - Etiópia

Fonte: About.com - Archeaology

[...] o comércio na costa do Mar Vermelho foi ativo desde o início do século I aC. Durante o primeiro século dC, Aksum iniciou uma rápida ascensão à

About.Com - Archaeology. Aksum of Ethiopia. Ancient African Kingdom of the Axumites. Por K. Kris Hirst. Disponível em: < http://archaeology.about.com/cs/africa/a/aksum.htm>. Acesso em: 1º mar. 2011. Tradução: Maria Lígia Conti

glória, comercializando seus recursos agrícolas e seu ouro e marfim através do porto de Adulis na rede de comércio do Mar Vermelho e depois para o Império Romano. O comércio através de Adulis também ligava o Leste à Índia, fornecendo a Aksum e seus governantes uma conexão rentável entre Roma e o Oriente.

Kris Hirst indica, ainda, que os governantes de Aksun [norte da Etiópia] deixaram importantes <u>documentos escritos</u>, datados do século IVdC, que são hoje fontes históricas daquela civilização.

Ezana espalhou seu reino de Norte a Leste, conquistando o reino do vale do Nilo de Meroe e tornando-se governante de parte da Ásia e África. Ele construiu grande parte da arquitetura monumental de Aksum/Axum, incluindo os relatados 100 obeliscos de pedra, o mais alto dos quais avultava 98 pés [aprox. 30m.] sobre o cemitério em que estava, e pesava 517 toneladas.

Vale considerar, ainda, que o cristianismo (e a necessidade de sua pregação), que seria uma das bandeiras principais para os avanços dos europeus no continente africano, foi difundido em grande parte da Etiópia, pelo rei Ezana, por volta do ano 330dC, **portanto, 55 anos antes de sua propagação na Europa.** De acordo com a história etíope, a rainha de Sabá (ou Sheba), etíope, conhecida por seu caso de amor com o Rei Salomão (rei do "povo eleito", símbolo de justiça para os cristãos), teve um filho daquele soberano, Menelik. Segundo pregam os cristãos etíopes, a Arca da Aliança estaria guardada e protegida na Etiópia, tendo sido levada até lá pelo próprio Menelik, sem que este fosse sido perseguido pela guarda de seu pai. O Rei teria sido instruído por um anjo, em sonho, que esse era o melhor destino para o tesouro divino, e não reagiu ao que, em princípio, fora um furto levado a cabo por um soldado de Menelik – que, por sua vez, recebera instruções, em sonho, para levar a arca para a África.

APÊNDICE B – OS 10 MAIORES MITOS SOBRE A HISTÓRIA DOS **NEGROS**

Lerone Bennett Jr. (2011) 52

Seu país? Como se tornou seu? Antes que os Peregrinos aportassem, estávamos aqui. Aqui trouxemos nossos três dons e os misturamos aos seus: o dom da história e da canção... numa terra desarmonizada e sem melodia; o dom do suor e força para enfrentar a imensidão selvagem... e estabelecer as bases do vasto império econômico duzentos anos antes que suas frágeis mãos pudessem fazê-lo; o terceiro, o dom do Espírito.

W.E.B. Du Bois (1868-1963)

Figura 26 - Portas de entrada do arquivo histórico do Museum of Tolerance⁵³ - Los Angeles, EUA. A porta vermelha indica a entrada para pessoas preconceituosas, a verde, para as não preconceituosas. Porém, diz a verde: "PENSE... AGORA, USE A OUTRA PORTA".



⁵² Tradução: Maria Lígia Conti, 2011

Esta imagem foi gentilmente cedida pelo Museum of Tolerance, Los Angeles, USA, especificamente para ilustração neste trabalho. Todos os direitos são reservados ao Simon Wiesenthal Center: http://www.wiesenthal.com

Eles sadram do sol, trazendo com eles o dom do sol.

Fundadores sem arautos, benfeitores, sem bandeiras, eles transformaram a nova terra, criando os fundamentos da riqueza e dando-lhe uma música nova e um novo espírito

Os pais, fundadores esquecidos, e as mães, os ancestrais dos Negros contemporâneos, fizeram tudo isso em face dos obstáculos e proscrições que teriam destruído um povo inferior. Por todas as probabilidades, eles deveriam ter sido destruídos física e espiritualmente, nos navios negreiros e plantações.

Mas eles eram tão duros que nada - nem a escravidão nem a segregação, nem a discriminação poderiam destruí-los. Eles surgiram da escravidão, da segregação, do fogo, sangue, pestes e dor. E por algum mistério que nenhum historiador pode decifrar de verdade, eles não só resistiram, mas prevaleceram, deixando para trás o testemunho imperecível da tenacidade indomável do espírito humano.

A história de sua transplantação e transformação e sobrevivência é a história de um dos maiores voos do espírito humano gravado na história. Mas essa história foi distorcida e forçada em formatos estranhos por uma campanha massiva de propaganda baseada em mitos de poder que escondem as pessoas Negras de si mesmas e de sua grandeza.

Esses mitos - definidos aqui como histórias, crenças e noções comumente aceitas como verdade, mas sem base factual - informam quase todas as discussões populares sobre a história dos negros. Propagado dia a dia por quase todos os meios de comunicação e transmitido de geração em geração na corrente sanguínea cultural, os mitos afetam o sonhar, desejar e agir dos americanos tanto negros quanto brancos.

E, embora os mitos tenham sido impulsionados inicialmente como um meio de controle para desacreditar os Negros e para aplacar a consciência dos racistas, eles são relatados por alguns Negros que foram negativamente condicionados pela história popular ensinada nas creches, cinemas, bares e salas de aula demais. Como consequência, milhões de Negros e Brancos americanos agem sobre as imagens e mitos que são grosseiramente exagerados ou não têm nenhuma base na realidade. Os mitos são muitos e variados, mas geralmente são organizados em torno de dez noções dominantes.

1 O MITO DO TARZAN E O VAZIO NEGRO

A imagem de Tarzan, se acompanhada por Maureen O'Sullivan ou Bo Derek, é o foco de organização de uma fantasia recorrente com base nos mitos dos " Africanos primitivos" e "o Continente Negro".

Os mitos persistem, apesar da esmagadora evidência - de arqueólogos, historiadores e escritores contemporâneos e viajantes - que coloca os Africanos no centro do drama humano. De acordo com esta evidência, que obrigou a uma reavaliação acadêmica da história Africana e do mundo, a raça humana nasceu na África, onde os Negros, ou pessoas que seriam consideradas Negras hoje, estavam entre os primeiros humanos a utilizar ferramentas, pintar gravuras, plantar sementes, e adorar deuses.

O mito popular retrata conquistadores europeus levando as bênçãos da civilização para os "selvagens" nus que se sentavam sob as árvores, limavam seus dentes e esperavam que os frutos caíssem em suas mãos. Esta é uma grosseira perversão da história europeia e africana, pois a elevação da Europa veio *após* a queda de África e como resultado direto de um dos maiores crimes da história, os 400 anos de terror chamados de comércio de escravos.

Quando esse evento começou, a vida em alguns estados africanos comparava-se favoravelmente com a vida em alguns estados europeus. Na verdade, em algumas áreas, os africanos estavam um passo ou dois à frente. Assim, na costa oeste da África, de onde veio a maioria dos antepassados dos Negros americanos, havia instituições complexas que iam desde agrupamentos familiares até aldeias estados e impérios territoriais. A maioria dessas organizações políticas tinha todas as características dos Estados modernos - exércitos, tribunais, departamentos de Receita Federal. Na verdade, mais de um intelectual já prestou homenagem ao "gênio jurídico do Africano".

Tendo estas coisas em mente, podemos facilmente ver que os Afro-americanos, ao contrário da crença comum, não vieram do nada, mas a partir de tradições que foram, nas palavras de Stanley Elkins, "essencialmente heróicas por natureza."

2 O MITO DA ESCRAVIDÃO ORIGINAL

Nada é mais comum do que ouvir as pessoas, Negras e Brancas, dizerem que a diferença crucial entre a história do Negro e do Branco é que "nós não viemos aqui da mesma maneira." Com essa afirmação, eles querem dizer que o Negro veio para a América Inglesa como escravo e Branco veio em liberdade. Mas os primeiros imigrantes negros, os 20 africanos que desembarcaram em Jamestown, na Virgínia, em agosto de 1619, um ano antes da chegada do Mayflower, não eram escravos. Nem, em sua maior parte, foram os primeiros homens brancos livres. Este é um ponto de capital importância na história da América negra. Eles vieram, esses primeiros Negros, da mesma forma que muitos, talvez a maioria, dos brancos vieram pela primeira vez, sob coação e pressão.

Foi encontrado um sistema - de servidão-contratada -, que tornou possível para os Brancos pobres pagar por suas passagens com a venda de seus serviços aos plantadores, por um determinado número de anos. Sob esse sistema, que a televisão e os livros em geral negligenciam, dezenas de milhares de Brancos foram enviados para as colônias e **vendidos pela melhor oferta**. Na Virgínia, então, como em outras colônias, os primeiros colonos Negros caíram num sulco socioeconômico bem estabelecido que trazia consigo nenhuma implicação de inferioridade racial. Depois de trabalhar por um número de anos como servos, alguns foram libertados de acordo com a lei e o costume. Antes da introdução da escravidão, eles acumularam terra, votaram, testemunharam em tribunais e se misturaram com as massas de Brancos, numa base de relativa igualdade. E deve-se ter em mente, ao considerar o mito da escravidão original (leia-se: o pecado), que a liberdade precedeu a escravidão, e a integração precedeu o racismo.

3 O MITO DA CRIAÇÃO IMACULADA

Palavras sussurradas em berçários e imagens estampadas em mentes impressionáveis e repetidas dia após dia, ano após ano, promoveram a ideia errônea de que a América era a criação exclusiva dos europeus e os filhos e filhas dos europeus. Esta ofensiva da propaganda, que é mais impressionante do que convincente, escamoteia a extraordinária complexidade do povoamento da América, que não foi fundada por europeus sozinhos, mas por europeus, africanos e índios trabalhando em conjunto e em oposição num complicado contraponto de interesses, sonhos e paixões. A importância relativa do fator Africano variou ao longo do tempo e de lugar para lugar, mas nunca foi insignificante, e se estendeu durante todo o período da colonização.

Na verdade, os Negros exploradores - servos, escravos e livres - estavam entre os primeiros não-índios colonos da terra, e há algumas evidências de que marinheiros Africanos exploraram o Novo Mundo antes de Colombo. Os Negros estavam com Pizarro, no Peru, com Cortès no México, Menendèz, na Flórida. Eles "acompanharam DeSoto,". W.E.B. DuBois escreveu, "e um deles ficou entre os índios no Alabama e se tornou o primeiro povoador do Velho Mundo." Talvez o mais conhecido dos primeiros exploradores Negros foi Estevanico⁵⁴, que abriu o Novo México e Arizona para os espanhóis.

Mais tarde, como já dissemos, peregrinos Negros precederam os Peregrinos oficiais (Brancos) na colonização da América inglesa. Havia artesãos qualificados e agricultores, entre o primeiro grupo de imigrantes negros, e há indícios nos autos de que eles foram responsáveis por algumas inovações posteriormente creditadas aos imigrantes ingleses. Um primeiro exemplo disto foi relatado na Virgínia, onde, em 1648, o governador ordenou que o arroz fosse plantado por conselho de "nossos negros", que disseram que as condições na Virgínia eram tão favoráveis para a cultura como "em seu país".

Após a introdução da escravidão, os Negros desempenharam papéis-chave na criação das bases econômicas do país. A tensão da escravidão foi demais para as dezenas de milhares que morreram de velhas e novas doenças e o choque da mutilação psíquica. Mas milhões de pessoas, demonstrando a força física e espiritual que transcendia o heróico, sobreviveu. E, sobrevivendo, eles garantiram a sobrevivência - e prosperidade - da América, que saiu de sua miséria para assumir a decolagem do capital que financiou seu crescimento nos séculos XVIII e XIX.

mais como um assistente pessoal, e muitas vezes interagia socialmente com o seu mestre. Dorantes o elegeu para participar da expedição final de Pánfilo de Narváez, e em 17 de junho de 1527, quando os aventureiros deixaram Sanlúcar de Barrameda, na Espanha, na América do Norte, Estevanico estava a bordo também. A tripulação sobreviveu a furações no Caribe e os ataques dos nativos da Flórida ocidental. Depois de meses de confusão e dificuldades físicas na península da Flórida, a empresa Narváez finalmente encerrou sua busca aleatória por riqueza e optou por voltar para a segurança dos mares. Eles construíram embarcações improvisadas e partiram para Pánuco, México (Tampico hoje em dia). Em 1528, apenas Estevanico, seu dono, e dois outros sobreviventes da expedição final de Narváez, Cabeza de Vaca e Alfonso Castillo, foram levados à terra na parte leste do hoje estado do Texas. (Disponível http://www.vivaflorida.org/Estevanico.45.lasso. Acesso em 25 fev, 2011...

4

Originalmente um nativo negro de Azamor, Marrocos, Estevanico sofreu uma transformação quando seu estatuto cultural e social mudou drasticamente. Depois de seu batismo, foi-lhe dado o nome cristão de Estevanico por São Estevão; em seguida, o ex-árabe foi vendido como escravo e enviado para a Espanha. O capitão Andrés Dorantes o comprou em Sevilha. Em contraste com os escravos nas Américas, Estevanico era

Não apenas na escravidão, mas também em liberdade, não apenas no Sul mas também no Norte e Oeste, os Negros pioneiros contribuíram para a causa comum, construindo escolas, construindo estradas e abrindo novos caminhos para o interior. William Alexander Leidesdorff⁵⁵, por exemplo, desempenhou um papel fundamental na fundação de São Francisco, e pelo menos 26 dos 44 fundadores de Los Angeles eram descendentes de africanos. Também não podemos esquecer que Jean Baptiste Pointe du Sable, fundou a cidade de Chicago, num evento imortalizado pelos índios no ditado: "O primeiro homem branco a se estabelecer em Chicago foi um homem negro"

Isso aconteceu em mais comunidades do que os historiadores podem lembrar. E isso nos credencia a dizer que a América, não obstante os mitos, "é uma invenção tão africana quanto europeia".

4 O MITO DA AUSÊNCIA

Na história americana, como na vida americana, os Negros americanos são presenças invisíveis. Eles não são vistos, não por causa de sua ausência, mas por causa da presença de um mito, que prepara e requer a sua ausência. O mito da ausência, que expressa essa ideia e intenção, não opera por má interpretação e difamação, mas pelo silêncio e exclusão.

Ao não mencionar certas realidades e remover os atores Negros das cenas em que eles atuaram em papéis de apoio, e por vezes protagonistas, os manipuladores do mito mudam a cor do passado e controlam as percepções e os atos no presente. Não é por acaso, portanto, que as figuras dominantes da história popular, as imagens dos Minutemen⁵⁶, dos peregrinos, vaqueiros e soldados de azul, são imagens *brancas*. Mas essas imagens, que são os grampos dos meios de comunicação de massa, são seleções a partir de um conjunto multicolor que incluiu atores negros e brancos. E para compreender a experiência americana em sua plenitude, é preciso lembrar que os negros estavam presentes e atuando em quase todos os principais eventos na história americana.

Eles foram a ponte em Concord e Bunker Hill, em Boston. Eles estavam em Valley Forge, com Washington, e em Appomattox, com Grant. E eles são as chaves para a compreensão de Thomas Jefferson e Monticello e Abraham Lincoln e Gettysburg. Nem a Guerra Civil, nem a reconstrução podem ser compreendidas sem referência às imagens em falta.

Pois é a presença do Negro, ou, para ser mais preciso, a presença de atores Negros que explica o Velho Sul e o Novo Sul e o Norte Novo urbanos. Pode-se ir mais longe e dizer que uma compreensão precisa do Velho Oeste deveria necessariamente incluir figuras negras.

Minutemen eram membros de uma equipe de homens selecionados da milícia colonial americana durante a Guerra Revolucionária Americana. Eles forneceram uma força altamente móvel, implantada rapidamente que permitiu às colônias responder imediatamente às ameaças de guerra, daí o nome (Homens Minuto). Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/Minutemen >. Acesso em 25 fev. 2011.

5

⁵⁵ William Alexander Leidesdorff (mestiço)[...] Nenhuma minoria racial ou nacional migrando para o estado [da Califórnia] poderia desejar ter um antecedente mais distinto. Nascido nas Ilhas Virgens, o talentoso filho de William Leidesdorff, um senhor de engenho dinamarquês, e Anna Marie Spark, uma mulher nativa de sangue negro, Leidesdorff encontrou o seu caminho para a Califórnia já em 1841. Disponível em: http://www.sfmuseum.org/bio/leidesdorff.html>. Acesso em 24 fev. 2011.

Pois, embora a TV e os filmes tenham conseguido de alguma forma ignorá-los, cowboys negros cavalgaram e lutaram no Oeste. Eles estavam em Abilene e Dodge City e Cheyenne. Eles lutaram com e contra Billy the Kid. E se os cowboys e soldados e os Minutemen negros são invisíveis hoje, não é porque os mesmos estavam ausentes no passado, é porque os homens e as mulheres têm manipulado as imagens do passado a fim de tornar invisíveis seus descendentes no presente.

5 O MITO DO ZAMBO (MESTIÇO)

A imagem do Zambo, a imagem do Negro despreocupado, sem ambição, irresponsável que faz confusão e sorri ironicamente e se esfrega onde não coça, domina o diálogo popular (e erudito) sobre a escravidão norte-americana. Para mais brancos do que eu acho que poderia admitir, há sempre no fundo da mente essa imagem, esse mito de "O vento levou", com Clark Gable e Scarlett O'Hara na Casa Grande e negros - felizes, irresponsáveis, fiéis e agradecidos - em seus lugares designados nas cozinhas e nos campos. E para entender essa paixão nacional, é preciso investigar a sua origem na imagem tradicional de escravidão. Em quase todas as discussões populares (e muitas acadêmicas) sobre esse período, somos convidados a aceitar um retrato de gordos, felizes e dóceis escravos que eram quase integrantes da família, os escravos que amavam com paixão os velhos "sinhô" e "sinhá", e choraram lágrimas amargas quando Lincoln "os libertou".

Praticamente tudo isso é pura fantasia. Pois, embora alguns negros (então e agora) tenham explorado a fantasia branca para ganho pessoal, a maioria dos escravos manteve um sentimento de esperança e resistência que é, para usar expressão Kenneth M. Stampp⁵⁷, "um dos mais ricos presentes que os escravos deixaram para a posteridade".

Confrontado com talvez o mais coercivo dos sistemas sociais que o mundo já conheceu, esses escravos resistiram com todas as armas nas quais puderam deitar as mãos. Eles mataram senhores e senhoras em combate mão-a-mão. Envenenaram famílias inteiras. Encenaram mais de duas centenas de revoltas e conspirações.

E eles fugiram em massa. Tantos escravos fugiram que o Dr. Samuel Cartwright (1793 –1863), um especialista da Universidade de Louisiana, descobriu uma nova doença "Draptomania, ou a doença que causa os negros a fugir". Numa luta ora visível, ora invisível, que continuou até o fim da escravidão, os escravos "calma e sutil e deliberadamente sabotaram o sistema por dentro. Resistindo, mantendo-se, suportando, tolerando, persistindo, firmes e aguentando, eles forneceram um dos maiores exemplos à história humana da força do espírito humano na adversidade." ⁵⁸

⁵⁸ BENNETT JR, Lerone. *Before The Mayflower*, edição revisada, 1982.

Kenneth Milton Stampp (branco) - professor emérito de História da Universidade da Califórnia, em Berkeley (1946-1983), foi um célebre historiador da escravidão, a Guerra Civil Americana, e Reconstrução. Foi professor visitante na Universidade de Harvard, Professor da Commonwealth University of London, Professor Fulbright na Universidade de Munique, e ocupou a presidência Harmsworth na Universidade de Oxford. Em 1989, recebeu o prêmio American Historical Association por Distinção Científica. Depois, em 1993, veio o prestigiado Prêmio Lincoln, pela realização de sua vida, pelo Instituto da Guerra Civil do Gettysburg College.

6 O MITO DO CIRCUITO QUEBRADO

Todo mundo – ou quase todo mundo – "sabe" que a família negra é fraca porque a corrente de amor negro durante a escravidão teve um circuito curto. O único problema é que a história que quase todo mundo sabe é quase totalmente falsa. Uma série de pesquisas demonstrou que a maioria dos escravos vivia em famílias chefiadas por pais e mães, e que os pais negros eram fortes e respeitados membros do círculo familiar. Estes estudos, com base nos registros das plantações, relatórios de censo, e os documentos do Freedmen's Bureau⁵⁹, também estabeleceram que os casamentos de escravos eram apoiados por grupos familiares que abrangiam um amplo leque de relações.

Observa-se ainda nenhum motivo, pode-se destacar, para se acreditar que a família negra tenha se desintegrado na era de Jim Crow⁶⁰. Pois agora sabemos, graças à pesquisa de Herbert G. Gutman (*The Black Family in Slavery and Freedom⁶¹*) e outros estudiosos, negros e brancos, que a família negra era uma instituição forte, pelo menos até a terceira década do século 20. Segundo Gutman, as famílias negras foram tão estáveis quanto as famílias brancas do Sul e as famílias de etnia branca do Norte, até 1930.

Desde aquela época, a situação mudou, principalmente por causa do racismo, da urbanização e dos 50 anos corridos (exceto pela II Guerra Mundial e a Guerra da Coreia) de desemprego ao nível de Depressão. O que é espantoso, nessas circunstâncias, certamente não é que alguns negros tenham caído, mas que muitos ainda estejam de pé, e tenham esperança e amor.

7 O MITO DOS TRABALHADORES INDÓCEIS

A opressão não tem vergonha. Faz suas vítimas trabalharem e as ridicularizam por trabalhar. Ela fica rica com o suor da testa de suas vítimas e as provoca por serem pobres e dependentes. O mito dos trabalhadores indóceis é o principal instrumento dessa estratégia, que mantém, em face de toda a história americana, que os negros são preguiçosos e vagabundos indolentes que não trabalharão. Tão convincente é este mito, tão intimidante são suas frases constantemente repetidas, que os negros que sabem mais, os negros que foram criados nas comunidades onde a negritude era um sinônimo de trabalho duro, são apologéticos e defensivos em relação aos registros do trabalho do negro. Há algum exemplo mais surpreendente na história da humanidade do poder do mito de mudar a realidade e fazer as pessoas pensarem que a noite é dia?

De fato, como todo mundo com mais de 40 anos sabe, a verdade é precisamente o contrário do mito. A riqueza deste país foi fundada sobre o que Abraham Lincoln chamou de

O Bureau dos Libertos era um órgão do governo federal dos EUA que ajudou os refugiados angustiados e libertos (escravos libertos), em 1865-1872, durante a era de reconstrução dos Estados Unidos. (Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Bureau_of_Refugees,_Freedmen_and_Abandoned_Lands. Acesso em: 25 fev. 2011.

As leis de Jim Crow foram leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas e limítrofes nos Estados Unidos da América, em vigor entre 1876 e 1965, e que afetaram afro-americanos, asiáticos e outras raças. A "época de Jim Crow" ou a "era de Jim Crow" se refere ao tempo em que esta prática ocorria. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Leis de Jim Crow>. Acesso em: 26 fev. 2011.

⁶¹ New York: Vintage Books, 1977

"250 anos de labuta não correspondida" de homens e mulheres negros. Foi o trabalho dos trabalhadores negros, o trabalho dos escravos não pagos e escravos mal pagos e meeiros, que mudou a flora e a fauna da América e criou o capital que tornou possível o crescimento econômico a partir do qual foram excluídos por fraudes e violência. E pode-se dizer, com o mínimo exagero, que antes de os negros serem *obrigados* a deixar da força de trabalho, eles eram as únicas pessoas na América que fizeram de verdade todo o trabalho.

Este fato é incorporado na língua, na qual a frase "para trabalhar como um negro", reconhece, de forma dissimulada e muitas vezes depreciativa a falsidade do mito e da dívida dos EUA para com trabalhadores negros.

8 O MITO DO GENE ECONÔMICO AUSENTE

Sempre se diz, como prova incontestável da equidade do jogo, que a posição econômica dos negros pode ser explicada pela "ausência" da tradição empresarial negra. Mas esse argumento ignora muitas histórias e muitos fatos. Talvez o mais importante desses fatos seja o mais frequentemente esquecido: os negros vieram para a América com uma tradição de negócios. Eles vieram de uma cultura de grandes comerciantes e mercadores, e dentro de poucos anos após a sua chegada foram duros no trabalho de acumulação de capital e plantações.

Em 1651, Anthony Johnson 62, um dos imigrantes originais de Jamestown, tinha acumulado capital suficiente para importar cinco servos de contrato sobre cujos direitos recebeu 250 acres de terras da Virgínia. E Johnson não era o único. Há registros de terras e acumulação de atividades profissionais por plantadores negros e empresários (e empresárias), em Nova Iorque, Massachusetts e outras colônias. Até a Revolução Americana, havia dezenas de negros líderes de negócios, incluindo Samuel Fraunces, proprietário da Taberna Fraunces, em Nova York, o ponto de descanso favorito de George Washington, e James Forten, que empregava 40 trabalhadores, negros e brancos, em sua fábrica de velas marítimas na Filadélfia.

O que talvez seja mais surpreendente é que esses negros pioneiros operavam na corrente principal do dinheiro e dominavam determinados campos. No período que antecedeu a guerra, de acordo com relatórios do censo e do testemunho de viajantes, os negros eram proeminentes nos campos da moda e do vestuário, da indústria do carvão e madeira, e do comércio atacadista e varejista. Eles operavam fundições, curtumes e fábricas. Eles fizeram cordas, sapatos, charutos, mobiliário e máquinas. Operaram grandes pousadas e hotéis em cidades do Sul e do Norte. Mantiveram monopólios virtuais nos setores da restauração, barbearia e cabeleireiro. Esta atividade não se limitava aos níveis superiores da classe de negros livres. Grande parte do comércio de mercados ao ar livre, perto das estações de trem e terminais de barco foi controlada por vendedores ambulantes negros, do sexo masculino e feminino.

Sobre Anthony Johnson ver: Africans in America. Resourse Bank. People and Events: Anthony Johnson. Disponível em: http://www.pbs.org/wgbh/aia/part1/1p265.html. Acesso em 26 fev. 2011.

Por vários anos após a emancipação, os negros mantiveram-se no mercado aberto, servindo os clientes, tanto negros quanto brancos. Então, conforme Jim Crow se expandiu, barbeiros negros, fornecedores e artesãos foram deslocados, e o mito do gene econômico ausente foi criado para explicar a lacuna. Mas a história dos pioneiros africanos e afroamericanos líderes de negócios e as realizações dos empresários modernos, que criaram impérios empresariais, a despeito de todas as probabilidades, nos diz que não há nada de errado com os genes de negócios do povo negro que um "jogo limpo" e um mercado aberto não curariam.

9 O MITO DO SUBSÍDIO CORRUPTÍVEL

Contrário à impressão comum, os negros não sobreviveram nos Estados Unidos por causa do subsídio do branco, mas por causa da generosidade negro.

Foi uma doação interna, foi partilha e carinho comunitários que permitiram que os negros sobrevivessem aos mais vis castigos infligidos a um povo no mundo ocidental. Desde o começo – leiam-se as narrativas de escravos e os novos estudos feitos por pesquisadores negros e brancos -, os escravos assumiram a responsabilidade de um por outro, e a tradição de escravos foi aprofundada e alargada em comunidades de negros livres, que organizaram os seus próprios Modos Unidos. Em1831, havia mais de 43 sociedades negras benevolentes ou de ajuda mútua, só na Filadélfia. Por essa época, os negros livres de Filadélfia e de outras cidades cuidavam de seu próprio bem-estar. Um comentarista branco disse que os negros livres da Nova Inglaterra eram "raramente vistos nos asilos, porque eles têm muitas sociedades benevolentes... e em caso de necessidade estão prontos para ajudar uns aos outros".

Após a Guerra Civil, as primeiras escolas para negros e instituições de previdência não foram fundadas por missionários brancos, como já foi dito, mas por homens negros e mulheres negras que juntaram seus tostões, organizaram fritadas de peixe e ceias na igreja e cuidaram de si. Muitos, talvez a maioria, do grande número de órfãos negros foram acolhidos por famílias negras, e as igrejas de negros e pousadas levantaram milhares de dólares para indigentes. John DeForest, um oficial do Freedmen Bureau na Carolina do Sul, disse que "embora [os negros] possam ser egoístas, e até mesmo desonestos, eles eram extravagantes em dar". Acrescentou, gratuitamente, "O trabalhador estava muito determinado a apoiar o perdulário"

O esforço continuou nas décadas de 1880 e 1890. Não havia casas para as meninas delinquentes negras na Virgínia, e o Estado não iria construir uma, então as mulheres negras da Virgínia organizaram sua própria casa. Não havia nenhuma instituição para meninos negros no Alabama, então as mulheres negras do estado organizaram e financiaram a sua própria instituição.

Esta tradição de autoajuda e apoio da comunidade transbordou para o século 20 com o trabalho das mulheres dos clubes negros e ministros negros e organizações fraternais. Há homens e mulheres que vivem hoje em dia que se lembram das antigas comunidades do Sul, onde era tradicional ir de casa em casa coletando moedinhas para enterrar indigentes e cuidar dos doentes.

Não, como quer que apresentemos o problema, quer investiguemos a sociedades de ajuda mútua da década de 1780 ou as mulheres dos clubes de 1880 ou as festas de aluguel da década de 1930, voltamos sempre ao ponto principal: a história da América negra tem sido uma História de generosidade, não de dependência. E se a história do passado fosse melhor conhecida, talvez inspirasse uma maior generosidade no presente e no futuro.

10 O MITO DO BARRIL DE CARANGUEJO

Aqui, mais uma vez, somos apresentados com uma generalização baseada no comportamento de pessoas que agem como os crustáceos capturados que, de acordo com o mito, puxam para baixo os caranguejos sortudos que chegam ao topo do barril. E a coisa importante a notar sobre a falsa - e caluniosa - generalização é que é projetada para *criar* o fenômeno do caranguejo capturado e verificar a tendência natural dos povos oprimidos a se unir contra seus opressores. Talvez a melhor evidência contra o mito seja a ladainha repetida indefinidamente, desde os tempos de George Washington aos dias de Ronald Reagan, que pessoas negras se unem e se recusam a trair o outro. Para contrariar essa tendência, criadores de mitos usam todos os meios para convencer os negros, especialmente os negros bem sucedidos, para se separarem e pararem de se identificar com outros negros. A integração intensificou esses esforços. Como nós podemos comprovar as evidências em "Black Life in Corporate America" e outros livros fora do comum, administradores têm feito de tudo para evitar que alunos e executivos integrados falem uns aos outros e apoiem uns aos outros.

À luz desses fatos, é nada menos que impressionante que o mito do barril de caranguejo persista. Pois, apesar de forças centrífugas, inevitáveis em uma situação de opressão, a história da América negra tem sido uma história de "muitos milhares passados"⁶⁴, ajudados e aplaudidos por seus irmãos e irmãs. E o velho provérbio negro diz: "Se você bater o nariz, o olho chora." O que significa que uma lesão a um membro da família é um prejuízo para todos. Essa ideia, a ideia de família negra, e da peculiar ênfase na irmandade do negro americano, corre como um fio preto, passando por toda a história dos negros. Era uma realidade viva nos navios negreiros, onde, segundo Orlando Patterson e outros estudiosos, "era costume das crianças chamarem "tio" e "tia" "companheiros de navio" de seus pais, [assim como era costume] dos homens e mulheres "cuidar das crianças uns dos outros como seus próprios."

A mesma dinâmica funcionou nas plantações de escravos e foi anotado por testemunhas negras e brancas que diziam que um negro que traísse outro negro seria mantido "em maior repulsa do que o ladrão mais famoso". Aprendemos com a mesma fonte que escravos adultos geralmente chamavam-se um ao outro de irmão e irmã. O princípio de "irmão-irmã" participou das lutas de Reconstrução e períodos Jim Crow e foi talvez a única razão pela qual sobreviveram os negros na América. Houve traidores, naquele momento e depois, mas as pessoas sobreviveram, naquele momento e depois, porque o espírito era mais

⁶⁴ O autor faz referência a: BERLIN, Ira. Many thousands gone: a history of African-American slaves. Massachussets: Cambridge, 1999.

⁶³ DAVIS, George; WATSON, Watson. **Black life in corporate America**. Nova York: Anchor Press, 1982.

forte do que a força que tentou separá-los. Assim, para citar um único exemplo espetacular do período de Reconstrução, 66.418 negros votaram na Carolina do Sul em novembro de 1867, e *todos os negros*, 66.418, votaram a favor de uma convenção constitucional e o futuro do negro.

Talvez seja dito em objeção de que isso aconteceu 116 anos atrás e que a segregação e integração destruíram o espírito dos velhos tempos.

Mas como se pode negar que 99 por cento dos plebiscitos de Montgomery e a recente eleição de Chicago foram os reflexos das firmes raízes que se estendem a uma profundidade insondável no chão debaixo de nós?

É evidente a partir deste mito e os outros mitos citados aqui que aos negros americanos foi vendida uma conta falsa de bens e que não somos o que pensamos que somos ou o que as mídias brancas dizem que somos.

Esssas mídias nos dizem que somos órfãos históricos, empobrecidos por um passado pobre. Mas o passado nos diz que somos herdeiros e fiadores do que Ralph Ellison chamou "uma das grandes experiências humanas e uma das grandes conquistas do espírito humano em tempos modernos, na verdade, na história do mundo. (BENNETT JR, 1984)"

APÊNDICE C - A QUESTÃO VARNHAGEN X ABREU E LIMA

Logo após a publicação do livro de Abreu e Lima, Compêndio da História do Brasil (LIMA, 1843), este é submetido à avaliação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O sócio a dar o parecer sobre a obra é Adolpho Varnhagen que publica o "Primeiro Juizo", no volume 6, da edição de 1844, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (VARNHAGEN, 1844)

Varnhagen abre seu texto sobre a análise feita da obra de Abreu e Lima invocando as palavras de Alexandre Hercullano: "A falta de amor das velhas cousas da pátria é indicio certo da morte da nacionalidade e por consequencia do estado decadente e da ultima ruina de qualquer povo".

Inicialmente, ele parabeniza o autor e os editores pela qualidade da impressão e ilustrações, embora diga que os retratos inventados de Henrique Dias e Camarão "desagradem a opinião dos mais severos", que acreditam "na fé viva do passado baseado na escrita", como requer a História, sendo que esses "mais severos" preferem o uso de bustos cegos, quando há a necessidade de se materializar personagens celebres. Ainda sobre os mesmos personagens, Varnhagen chama Abreu e Lima a informar de onde tirou a informação de que Henrique Dias teria sido pernambucano.

Em seguida, Varnhagen transcreve o prefácio de Abreu e Lima e se diz feliz de ver a sua frente um autor com tamanha propriedade. Sobre o fato de o autor ter declarado que apenas compilava trabalhos de terceiros, Varnhagen diz não se ter abalado, inicialmente, pois tomara tal declaração como "fruto de modéstia".

Contudo, logo em seguida, Varnhagen afirma que o conteúdo das páginas 27 a 256 (do total de 352), abarcando o período de 1503 e 1808, é uma tradução portuguesa de uma História do Brasil escrita por Alfonso de Beauchamp.

Diz Varnhagen:

"Magoou-nos profundamente não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser communicadas aos nossos jovens, por uma pessoa de boa fé, e provavelmente com os melhores desejos de acertar; mas também ver a importância que essa mesma pessoa, tambem sem o querer, acaba de reinvindicar para Beauchamp, que, como escriptor publico, não inspira outro sentimento senão o do desprezo a quem louva a virtude e respeita a propriedade mais sagrada que existe sobre a terra – a do entendimento". (VARNHAGEN, 1844, p. 62-63)

Varnhagen, então, descreve Beauchamp, segundo seu parecer. Fala da obra de Robert Southey, a quem ele admira, que havia sido escrita, em grande parte, com base em registros feitos por seu tio que morara no Brasil por mais de 30 anos, o reverendo Herbert Hill. Assim como o próprio Southey reconheceria mais tarde, Varnhagen diz que essa obra de 700 páginas não conta toda a história, mas é mais do que qualquer um, especialmente um estrangeiro, poderia ter feito àquela época.

Essa obra original (de Southey), diz Varnhagen, vai parar em mãos de plagiadores. Beauchamp teria feito e desfeito sobre o trabalho de Southey, numa versão em francês, "inventado quimeras e fantasiando fatos" e desfazendo de Southey a quem chama de "ridiculo

a ser erudito" por este ter citado ao pé da página "os fundamentos de seu juizo". Esse trabalho mal acabado de Beauchamp torna-se, segundo Varnhagen, motivo de escárnio a Southey, que prossegue sua obra editando os dois volumes seguintes — deixando ao futuro e aos leitores que o julguem.

Lamenta Varnhagen que Abreu e Lima, um compatriota, tenha se baseado em Beauchamp, sem que jamais tivesse lido Southey. Com certo tato e alguma elegância, Varnhagen apresenta grandes trechos do livro de Beauchamp, confronta-os lado a lado, com as cópias de Abreu e Lima e discute os erros ali contidos, indicando as "verdades", que são baseadas em documentos. E finaliza, citando o próprio Abreu e Lima:

E eis ahi também occasião de apresentar aos olhos do leitor um periodo que sahiu para a publicação do *Compendio*, e perguntar-lhe se acha que foi este que veiu melhorar o estado (nem por isso tão feio) em que nos achavamos: "A dignidade do paiz (diz o prospecto da obra do sr. Abreu e Lima) e a illustração do Povo Brazileiro, exigiam que uma penna nacional se occupasse, pela primeira vez, de escrever a sua Historia, visto que até agora não possuimos, alem de poucos escriptos dos Séculos XVI e XVII, senão algumas memorias incompletas, ou esquecidas em mãos particulares. Era doloroso ver que a Historia do Brazil se tivesse tornado uma especulação estrangeira, e que se importassem no paiz todas as falsidades, que resumbram em cada página d'essas producções, empestadas de máo gosto, e recheadas de insultos á intelligencia Nacional!" (VARNHAGEN, 1844, p. 83)

Esse Parecer foi aprovado pela Comissão de Redação do IHGB, em 19 de janeiro de 1844, publicado na mesma edição da Revista, com a seguinte redação:

Entra em discussão, e é approvado, o seguinte parecer: "A Comissão de redacção da 'Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil' examinou o Primeiro Juizo, que acêrca do novo Compendio da historia do Brazil publicou o Sr. J. I. de Abreu e Lima; e achando cordatas as considerações feitas pelo nosso socio o Sr. Francisco Adolpho de Varnhagen, especialmente contra o plagio tomado do insignificante escriptor Francez Beauchamp; é de parecer que o Instituto deve adoptar e publical-o na Revista, para que essa possa chegar ao conhecimento dospossuidores do dito compendio; visto que para a instrucção elementar é menos recommendável que o do Sr. Bellegarde. Rio de janeiro, 11 de janeiro de 1944. – J. da Cunha Barboza, - Antonio de Paiva Guedes d'Andrade. (BARBOZA; ANDRADE, 1844, p. 124-125)

"O autor refutou a acusação por meio da **Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa** ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho de Varnhagen."

Essa frase acima grifada é repetida em dezenas de trabalhos acadêmicos, como se fosse em si algo completo e compreensível. Porém, o texto da Resposta não aparece em nenhum arquivo digital ou nas bibliotecas que pude consultar. O Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB) indica, na página de biografia de Abreu a Lima, os dados da obra: Resposta do General ao Conego Januário da Cunha Barbosa, ou analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil. Pernambuco: Typ. de M. F. Faria, 1844. 148 p. Roméro e Ribeiro (1906, p. 420) alegam:

"Sua resposta é uma das publicações polimisticas mais formidaveis pela mordacidade das que se conhecem em língua portugueza, aliás fertil no genero".

O brasileiro, maçon, William Almeida de Carvalho, confirma que essa Resposta teria sido publicada em "denso volume", e acusa o Primeiro Juizo de haver sido concertado por Januário Barbosa, inimigo de Abreu e Lima:

Sintiendo que no entendía el cuadro politico brazileño, desiste de la lucha política y comienza a dedicarse solamente as las actividades intelectuales. Escribe en 1843 un Compendio de la historia del Brasil desde su descubrimiento hasta el majestuoso acto de la coronación y bendicción del Sr, D. Pedro II, em dos volúmenes. Este libro también despertó polémica, pues el presidente perpetuo del Instituto Historico y Geográfico Brasileño. Cónego Januáro da Cunha Barbosa, también su enemigo, instó para que la comisión del Instituto se pronunciase de manera negativa en relación al libro. Abreu escrebió, ya viviendo en Recife, un denso volumen titulado Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen. (CARVALHO, 2011)⁶⁵

De qualquer forma, após a tal carta Resposta de Abreu e Lima, Varnhagen faz sua tréplica, publicando "Replica apologética de un escriptor calumniado e juizo final de um plagiario diffamador que se intitula general" (VARNHAGEN, F. A. Madrid: d. Dominguez, 1846), mas, nesse texto, declaram Roméro e Ribeiro (1906, p. 420) "é visivel o esforço de um erudito escriptor para mostrar graça sem a possuir", ainda que o texto contenha "páginas muito interessantes". Porém, infelizmente, também a esse texto integral não tive acesso.

Essa discussão, aqui apresentada apenas como uma instigação à curiosidade do leitor, leva-nos a perceber mais de perto os bastidores onde eram ensaiados os primeiros passos da narrativa histórica do Brasil — bastidores onde os interesses e posições de privilégio se afrontavam e mediam forças. Assim, apesar do severo posicionamento de Varnhagen e da comissão da Revista do Instituto, Abreu e Lima — general, monarquista, brasileiro, maçon foi um importante autor no ensino da História do Brasil, tendo, inclusive, sendo o escolhido pelo Colégio D. Pedro II para utilização em seus cursos.

.

Uma interessante e completa biografia do autor encontra-se nesse texto. Disponível em: http://www.freemasons-freemasonry.com/23carvalho.html>. Acesso em 28 abr. 2011.

APÊNDICE D – CÓDIGO DOS TRABALHOS DOS INDÍGENAS NAS COLÓNIAS PORTUGUEZAS DE ÁFRICA (EXCERTO)

República Portuguesa – Colónia de Angola. Código dos Trabalhos dos Indígenas nas Colónias Portuguezas de África. Approvado por decreto nº. 16:199, de 6 de dezembro de 1928. Annotada pela Direcção dos Serviços da Administração Civil. 2 edição. Luanda: Imprensa Nacional da Província de Angola, 1956.⁶⁶

Ministério das Colónias

Decreto nº 16:199

O diploma hoje publicado sobre o regime do trabalho indígena nas colónias portuguezas em África não se pode dizer que apenas está em harmonia com os maiores princípios do direito humano proclamados nas Conferências e Congressos internacionais, desde o de Viena de 1815 até os da actual Sociedade das Nações. Representa a constitição do programa civilizador que primacialmente dominou o Governo de Portugal, desde o século XV.

Só o desconhecimento da história pode imputar de vez em quando a Portugal um pensamento preponderantemente de servidão e de tráfico na acção exterior que ele exerceu no mundo desde então até hoje. São na verdade acidentais, acessórios e restritos, ainda que duradores esses dois vícios da exploração econômica dos ibéricos, e também dos europeus do norte, nos continentes e nos mares descobertos pelos primeiros.

Muito acima dessas anormalidades utilitárias a política do Estado, desde o início da expansão externa de Portugal obedeceu superiormente a princípios jurídicos inexcedidos pelos que hoje prevalecem nas assembléias dos povos cultos. Reconhecia a unidade de natureza, de origem e de fins de todos os seres humanos. Queria acima de todas as outras preocupações, a cristianização fraternal das populações nativas, o seu levantamento moral e o seu aperfeiçoamento. [...]

A Europa de hoje, voltada com olhos protectores para os povos dos domínios coloniais, está ainda longe de fazer uma idéia ajustada da orientação espiritualista e humanitária a que o poder supremo e as leis de Portugal subordinavam desde o começo a marcha de sua administração ultramarina. [...]

Portugal contemporizou é certo, nesse período anterior, como outros estados expansivos, com o tráfico humano da África onde existia desde longe, e foi cultivado pela Europa até o século XIX, especialmente para o fornecimento de serviçais e operários ao Novo Mundo. Mas ele sujeitou essa mesma anomalia da época à supremacia de todo o seu programa civilizador e humano, que, por si mesmo, lógicamente, havia de determinar a extinção do mal, ainda fora da influência dos congressos europeus.

6

O presente Código pertence ao acervo da Biblioteca do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical em Lisboa, e me foi gentilmente enviado, com autorização do diretor do Departamento de Ciências Humanas daquele Instituto, sob condições expressas, no dia 21 de abril de 2011. Para reprodução deste trecho na íntegra ou parcialmente, solicito a gentileza de entrarem em contato com o referido Instituto.

Reputava essas raças iguais às outras, na sua essencia e nos seus fins. [...] Enviava-lhes como às outras menos bárbaras ou menos selvagens do Brasil e do Oriente as missões e as escolas para sua elevação moral. [...]

Quando depois das potências das guerras napoleônicas entraram francamente no caminho da abolição, Portugal foi para aí pela força dos princípios que, apesar de todos os abusos e transigências, haviam dominado as normas do poder supremo. Atacou eficazmente a primeira chaga social do tráfico e mais tarde a própria condição servil, vencendo todas as dificuldades e entraves e sacrificando todos os interesses constituídos que estas medidas humanitárias vieram ferir. Estava por fim assegurada a liberdade individual de todos os súbditos africanos. [...] (p. 5-7)

Proíbe-se absolutamente o recurso ao trabalho obrigatório ou compelido para serviço de particulares ou fins privados, mesmo nas condições em que alguns indígenas o prestaram até 1926 [...]

É certo que até 1926 se recorreu por vezes ao trabalho compelido, mas em termos que não podem considerar-se como trabalho forçado ou obrigatório, pois que a complusão traduzia-se tão sómente do facto de a autoridade tomar encargo do recrutamento, sem emprego de meios violentos e apenas no intuito de reprimir a tendencia do indígena para a ociosidade e de o levar a procurar os meios de subsistência, trabalhando por conta própria ou em serviço de outrem. [...] (p. 10)

Capítulo XII -

Das penalidades

Penalidades no caso de espalharem falsas notícias sobre escravatura

Art. 343° - Todo português ou outro indivíduo de qualquer nacionalidade residente em território português que, maliciosamente, em discurso proferido em reuniões públicas ou em manifestos, folhetos, livros, jornais, ou outras publicações destinadas a serem vendidas ou distribuídas gratuitamente ao público, propalar falsas notícias, pretendendo tendenciosamente demonstrar a existência de escravatura ou tráfico de escravos nas colónias portuguesas, será punido com multa de 2000\$ a 20.000\$ ou com prisão correcional até dois anos, podendo ser expulso do território português. (p. 122)

Assinado: Paços do Governo da República, 6 de dezembro de 1928. — O Ministro das Colónias, José Bacelar Bebiano.

APÊNDICE E – REGISTRO DOCUMENTAL DA INVESTIGAÇÃO

Neste apêndice, estão expostos os levantamentos feitos nas obras consultadas. Trata-se do *corpus* documental da investigação.

A ordem de apresentação é alfabética, pelo sobrenome do autor, segundo a autoridade definida constante nas Referências.

Os dados apresentados para cada autor são:

- 1. Dados bibliográficos incluindo informações relativas à materialidade dos documentos consultados.
- 2. Informações gerais sobre o autor e/ou sua obra
- 3. Quadro informativo contendo: número da página onde se encontra a citação/referência, termo/palavra de busca encontrado, contexto em que tal referência é feita (assunto abordado na narrativa do autor), o texto em si como citação (em itálico) ou referência (em fonte normal).

Todas as minhas intervenções dentro do espaço dos quadros estão entre colchetes e seguem a grafia atual. A fala do autor se encontra em itálico, se ele cita terceiros, a citação estará entre aspas. Meus resumos – onde couberam resumos – estão em fonte normal. Como neste exemplo:

Ocorrência

Nove anos mais tarde, ressurge a questão da escravidão no país e recomeçam as discussões, contra e a favor. A "fala do trono" volta a ser incisiva, exigindo uma solução para o "elemento servil". Nada resolvido, foi convocada uma sessão extraordinária para 1° de março de 1885.

No final dos trechos copiados a inserção deste sinal [...] significa que o autor passou para outro assunto, não dando continuidade à questão que me interessa analisar. Entre um trecho e outro na mesma página, o mesmo sinal representa um corte na informação, tendo sido intercalada por outra que diz respeito a qualquer coisa diferente

Autor: GALANTI, Raphael Maria (1840 – 1917)

Obra consultada: Compêndio de Historia do Brasil, pelo P. Raphael M. Galanti, S.J., professor do Collegio de Ytú.

Tomo: 1-5 Edição: 1ª

Local de publicação: São Paulo

Editora: Typographia da Industria de São Paulo.

Ano de publicação: 1896

Número de páginas: 468 + divulgação de outras obras do autor e errata.

Ilustrações: Nenhuma

Acervo: Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD), Acervos especiais – Biblioteca do Livro Didático - FEUSP **Condições da obra localizada**: Livro em mau estado de conservação. Desfaz-se ao ser folheado, contém folhas semisoltas. Aparentemente não infectado. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa em péssimo estado. Esse primeiro tomo contém relatos da História do Brasil até o ano de 1624.

Notas:1 - Em se tratando de obra extensa, e tendo a mesma referências à escravidão claramente marcadas em parágrafos bastante delimitados, a busca em Galanti limitou-se a esses mesmos parágrafos, exceto por ocasiões em que "os olhos caíram sobre outras atrações". A busca, contudo, foi feita não a partir dos sumários, mas no folhear dos 5 volumes.

2 - Embora a obra completa se componha de cinco volumes sequenciais, inconfundíveis, esses estão com o título em desacordo. O primeiro é Compêndio de História do Brasil, do segundo ao quarto, História do Brasil e o quinto, novamente Compêndio de História do Brasil.

SOBRE O AUTOR

Pe. Raphael Galanti S.J. – O padre Raphaelle Maria Galanti que foi homem de muito saber e provadas virtudes, nasceu em 15 de novembro de 1840, em Ascoli-Piceno, Italia. Estudou os preparatórios na cidade natal e em Loreto onde a 18 de Setembro de 1860 presenciou a batalha de Castelfidardo.

A 30 de Setembro de 1860 entrou para a Companhia de Jesus em Roma mas logo partiu para Avinhão, França, para fazer o 1º anno do noviciado.

Em Setembro de 1861 voltou a Roma e ahi concluiu o noviciado e durante 4 annos se applicou ao estudo de literatura e philosophia.

Em Outubro de 1866 veio para o Brasil, encarregado de ensinar no Collegio dos Jesuitas de Desterro (Florianopolis), o grego, latim, geographia e historia universal. Chamado a Roma em fim de 1869, frequentava o curso de theologia quando a invasão das tropas Italianas em Setembro 1871 forçou-o a retirar-se para a Inglaterra onde a 1º de Janeiro de 1872 foi ordenado sacerdote. Fez em seguida o 2º noviciado na Belgica e em Outubro de 1874 regressou ao Brasil indo desta vez exercer o magisterio no Collegio S. Luiz de Itu. Nesse Collegio fez a 2 de Setembro 1878 a profissão solenne dos Quatro Votos.

Enviado ao Para em abril de 1878, acompanhou o bispo D. Antonio de Macedo Costa, que em visita pastoral subiu o rio Madeira até o S. Antonio, onde então empenhava-se a construir a Estrada de Ferro Madeira Mamoré uma Companhia de Americanos do Norte, pela maior parte catholicos. Nos dois annos seguintes ensinou philosophia e historia ecclesiastica no Seminario de Belém.

Sendo em março de 1881 chamado para o Collegio em Itu, ali ensinou ingles, historia universal e historia do Brasil, até 1898, quando seus superiores o enviaram para o Colégio Anchieta de Nova Friburgo, onde continuou a exercer o magisterio até ficar de todo impossibilitado pela edade e pela doença.

Esse grande e provado amigo da juventude brasileira deixa como documentos de seu incontestavel saber e de sua rara laboriosidade uma gramática Ingleza com 3 edic., uma Historia Universal também com 3 edic., e um compendio de Historia do Brasil sob o titulo Lições de Historia do Brasil, o livro Biographias de Brasileiro illustres e a sua notavel e apreciada Historia do Brasil em 5 volumes, a qual se extende até fins de 1909.

Falleceu a 2 de Agosto de 1917.[...]

(STUDART, 1918)

"O padre Rafael Galanti destacou que a Companhia de Jesus, preocupada desde outrora na educação da mocidade, desejava, através de seu ingresso no Instituto, em 1897, promover o estudo da história pátria, a fim de estimular os jovens na imitação das façanhas gloriosas dos antepassados" (RIHGB 1897b, p. 316 apud HRUBY, 2009)

Circe Maria Fernandes Bittencourt cita o padre Galanti como o mais famoso autor de livros didáticos, entre os jesuítas no Brasil (2004)

Nos registros históricos dos Jesuítas, disponível em seu site oficial http://www.jesuitasbrc.org.br/historia_jesuitabrasil.htm, encontra-se a seguinte entrada: Jesuitas de destaque na história da Província Central - Depois da restauração da Companhia (de 1843 em diante) – Cientistas: (+1917) Raphael Galanti, historiador.

NOTAS SOBRE A OBRA

Membro do Instituto Histórico Geográfico de Santos, padre Galanti teve a cadeira de número 70, e na Academia Paulista de História foi patrono da cadeira 21, ocupada atualmente pelo presidente da Academia Luiz Gonzaga Bertelli, também foi sócio correspondente de vários Institutos Históricos.

A parte dedicada ao Segundo Império e à República, no seu livro História do Brasil, v. 5, não tinha modelo anterior, sendo, portanto, inédita.

Suas "Lições de História do Brasil" foram aprovadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de São Paulo e adotadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública de São Luiz do Maranhão.

**

Em relação ao Compêndo de História do Brasil, o "Commercio de S. Paulo", em seu número de 2 de Outubro de 1896, deu a seguinte parecer:

O trabalho que temos sobre nossamesa e que lêmos com todo o cuidado, revela grande erudição e amor pela historia da nossa patria e extrema probidade scientifica.

Vê-se que á sua ellaboraçãopresideu um espirito methodico e consciencioso, abituado ao ensino.

Houvesse muitos obreiros como este e outro seria o estado da nossa literattura historica.

No "Patria Brasileira" de 11 de Setembro de 1910 encontra-se o seguinte parecer relativo ao volume 5º da mesma obra:

No prefacio de seu precioso livro Eva e Ave escreveu Antonio de Souza de Macedo, com seu estylo aprimorado e em seu portuguez de lei o seguinte:

"Não é pequeno serviço ajuntar o disperso, abreviar ao largo, apertar o selecto, e fazer que facilmente se ache, no capitulo de cada materia, o principal que a ella pertence, e que em outros livros se não poderia descobrir senão acaso, pelo trazerem por incidente a outro propósito."

Parece-nos que a este programma, sucinto e preciso pertence o revme. sr. padre Raphael Galanti na composição de seus compendios de Historia, que não têm rival na lingua vernacula a qualquer luz que o considerarmos.

Effectivamente o padre Galanti evitando judiciosamente o "hypercriticismo" e a "credulidade cega" applica na redacção de seus livros os verdadeiros principios da Critica Historica com toda exactidão e methodo exigidos.

É este o nosso parecer depois que lemos o Compêndio de Historia Universal e os quatro tomos de Historia do Brasil desse notavel jesuita.

Presentemente temos entre mãos o tomo quinto da Historia do Brasil pautado nas mesmas normas dos anteriores. Trata-se dos ultimos annos da monarchia e relata os successos das republica ate a presidencia de Affonso Penna [...]. Proporciona um agradabiliimo prazer ler essas paginas plenas de factos singellamente expostos, cuidadosamente concatenados e meticulosamente caldeados na fragoa da verdade: os que não são extremes de duvidas são relatados por conta de outros autores. Cumpre observar que o autor compulsou todos os livros, monographias, revistas e jornaes referentes á nossa historia contemporanea, e dessa amalgama destillou o que é verdadeiro e o que deve passar para o porvir. [...] p.365-367

F.B

("Opinião da Imprensa" apud GALANTI, 1911c, p. 364-367)

QUADRO INFORMATIVO

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
7	Negros	Caça aos negros	§ 9 - Em 1433 Gilianes ou Gil Eannes, natural da villa de Lagos, dobrou o Cabo Bojador, e no anno seguinte juntamente com Affonso Gonçalves Baldaga, desembarcando além desse mesmo Cabo, encontrou pegadas humanas. Em 1435, prende alguns negros []. Em 1441, Nuno Tristão chega até 'Cabo Branco', e, apresando diversos negros, os conduz a Portugal. [] Em 1444, os habitantes de Lagos armando seis caravelas, explora a 'Ilha das Garcas', onde prendem centenares de negros, levando-os a vender no reino. Parece que o commércio era nessa época julgado lícito na Europa, porque supunham que estes negros

			fossem aquelles mesmos que faziam guerra á Christandade.
178	Creoulo, africano	Sobre os nomes/identificação dados aos negros	§146 - Chamam-se com a palavra africana "mozambos', os filhos dos chegados da Europa, reservando-se o termo portuguez, "creoulo", para os filhos dos africanos, que, quando já instruídos nos serviços da casa e na língua, eram qualificados de "ladinos".
217-218	Negros, escravidão, africanos, escravatura	Jesuítas e negros	§ 171-172 - Perguntam Varnhagen e outros da mesma escola: Porque não se oppuseram os jesuítas ao captiveiro dos negros, a respeito dos quaes não se praticavam menores crueldades do que com os índios? A resposta é fácil. Seguindo o ensino e exemplo da Egreja Catholica, nunca os jesuítas approvaram a escravatura, de qualquer espécie que ella fosse; quanto porém, a combatê-la positivamente, a questão é muito differente pelo que diz respeito aos negros no Brazil. Os jesuítas não reprovaram no Brazil a escravidão dos africanos, porque não o podiam e nem deviam. A importação dos negros era legal e, segundo as idéias da época, toleradas pela Egreja, suppunha-se legítima ou algum modo justificável, nem pertencia aos jesuítas averiguar si fossem justa ou injustamente escravos quando na África eram comprados como taes. As crueldades e as indecencias que os negociantes praticavam na viagem e os donos no Brazil, as deploramos do fundo da alma não menos que Varnhagen e seus admiradores e podemos suppôr que o mesmo hão de ter feito os jesuítas no seu tempo. Quem não vé, todavia, que fiscalizar, reprimir castigar esse proceder indigno não cabia de modo algum a esses missionários? O contrário ocorria a respeito dos índios, visto como os jesuítas haviam sido enviados a esta terra com o fim expresso de converter e civilizar o gentio. Cumpre também observar que a escravatura não era, para os negros, obstáculo tão grande á conversão, como o era para os índios, que quasi não apresentavam outra razão para a vida civilizada porque amavam muito a liberdade, e sobre qualquer outra cousa receavam perde-la. E quem não faria outro tanto? É também de lembrar que se trata do captiveiro imposto por injustiça e prepotência, não do que se póde de algum modo desculpar ou justificar, ou para melhor dizer - do legal – porque contra este não reclamavam os jesuítas. Esta objecção, portanto, não vem ao intento de quem a propõe. A razão perpetua dos colonos era que elles precisavam. Mas há de ser possível dar por boa essa razão? Neste caso cumpria
A 1.	" GALANTI Ranhad Maria /	(4040 4047)	

Obra consultada: Historia do Brasil, pelo P. Raphael M. Galanti, S.J., professor do Colégio Anchieta em Nova Friburgo e socio correspondente de vários Institutos Historicos

Tomo: 2-5 Edição: 2ª

Local de publicação: São Paulo Editora: Duprat & Companhia Ano de publicação: 1911 Número de páginas: 566 + errata

NOTAS SOBRE A OBRA

Há no trabalho de Galanti uma constante argumentação "contra" Varnhagen. Não sendo este o objetivo do presente estudo, não tomei notas das ocorrências, mas pude perceber que são frequentes as referências àquele autor, na maioria dos casos, como notei, em situações em que Varnhagen teria "atacado" os jesuítas e suas atitudes. Nas páginas 438-441, volta a mencionar Varnhagen no parágrafo "Observações Criticas", seguinte ao intitulado "Como se escreve a Historia", relativo a questões dos jesuítas e índios.

Também o autor faz referências às desavenças entre Varnhagen e Macedo em questões referentes a Calabar. (p. 111,112)

Como os outros autores, neste volume, Galanti apresenta uma série de narrativas em que negros aparecem como números, simplesmente – número de escravos presentes, número de negros em forças armadas, mas não incluí essas entradas por serem já extensos os parágrafos exclusivamente dedicados aos negros nos demais volumes.

Nota final no prefácio desta edição:

Convencidos como estamos de que o brazileiro não deve mendigar da historia grega ou romana o thema de suas conversações sobre heróes, e pessoas que se distinguiram em sciencias, lettras e artes, não deixaremos de fazer em quanto estiver em nossas forças, para enaltecer a glória da Terra de Santa Cruz.

QUADRO INFORMATIVO

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
242 - 242	Negros	Guerra Hollandeza – Mauricio e as treguas - §205 Angola	[] A perda de Loanda não podia deixar de ter consequencias funestas para o Brasil, visto como de Angola lhes vinham todos os negros sem os quaes era dificil achar quem trabalhasse nos engenhos. Desejava Mauricio que o governo de Angola pertencesse ao Brasil hollandez, a Companhia, porém, opinou diversamente nomeando-lhe governador particular e ordenando que os navios, partindo de Hollanda, recebessem em Angola escravos para Pernambuco, e de cá proejassem para a Europa.
395	Pretos	Reação Pernambucana §334 – Henrique Dias	Henrique Dias foi gratificado com a pensão de 24 escudos annuaes, fóra os mais vencimentos, e com a propriedade das casas e dos terrenos em que, durante o sítio, tivera a sua estancia. Parece, todavia, que pouco ou nada lhe déram, porque em 1669 mandou a côrte se lhe abonassem os vencimentos atrazados que se lhe deviam; e ninguem affirma que esses atrazados lhe foram pagos de facto. A 20 de março de 1858 recebeu a patente de Mestre de Campo "ad honorem" e a 31 de agosto de 1661 morreu pobre no Recife, gastando o governo com o seu funeral, além da polvora para as descargas, a quantia de 48.729 reis. Outros affirmam que morreu em 8 de junho de 1662 e foi

sepultado á custa do Estado no Convento de Santo Antonio, onde não resta noticia nem signal dessa sepultura. O Dr. Manuel de Macedo no seu Anno B. Br, vol. 2, pg. 357 escreve o seguinte: "Deu prova de lealdade só egual á sua bravura; mostro-si homem tão grande pelo valor, como pela honra.... Era homem de côr preta e pela côr amesquinhado; mas pela sua intrepidez, pelo seu merecimento, pelos seus serviços e brilhantes feitos mostro-si a par de André Vidal de Negreiros, de Camarão e de Vieira. Foi verdadeiro heróe. Expulsos os hollandezes e firmada a victoria da patria, todos os chefes pernambucanos foram merecida e amplamente galardoados e premiados... menos elle." Foi só depois da sua morte que em memoria delle se organizaram em diversas capitanias os "Regimentos dos Henriques", compostos de soldados e officiaes, todos pretos. Destes diz Varnhagen á pag. 678, "ainda em nossos tenros annos, alcançamos a ver dois, na procissão de Corpus, no Rio de Janeiro, fazendo-nos tal impressão que até hoje se não nos varreu ella da memoria." Folgamos que podemos affirmar que conforme lemos na Rev. do I A P, n. 23, pag. 707, existe em Pernambuco a Sociedade dos Henriques, porem ignoramos qual o seu fim e a sua organização.

Obra consultada: Historia do Brasil, pelo P. Raphael M. Galanti, S.J., professor do Colégio Anchieta em Nova Friburgo e

socio correspondente de vários Institutos Historicos

Tomo: 3 -5 Edição: 2ª

Local de publicação: São Paulo Editora: Duprat & Companhia Ano de publicação: 1911 Número de páginas: 528 + errata Ilustrações: 1 - planta do RS

Acervo: Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD), Acervos especiais – Biblioteca do Livro Didático - FEUSP **Condições da obra localizada**: Livro em mau estado de conservação. Desfaz-se ao ser folheado, contém folhas soltas.

Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa em péssimo estado. Este volume vai de 1661 a 1900.

QUADRO INFORMATIVO

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
		Os Palmares	Nos parágrafos 24 a 30, Galanti faz um apanhado sobre os Palmares como nenhum outro autor aqui consultado fez. São 12 páginas contendo os seguintes tópicos/parágrafos:
33-38		Os Palmares - §24 – Posição do celebre mocambo	Entrando a referir a historia das guerras que foram necessarias para subjugar os negros dos Palmares no actual Estado das Alagôas, cumpre-nos antes de tudo declarar que seremos um tanto mais extenso do que alguns costumam ser, porque não queremos que fique no olvido uma das bellas glorias dos dois grupos principaes do Brasil colonial, quaes incontestavelmente foram os pernambucanos e os paulistas. Declaramos egualmente que pela primeira parte deste trabalho nos inspiramos em um documento cotemporaneo que leva a data de 1678, e se le na Rev. do Inst. Hist. Braz. vol. de 1859. O theatro das grandes scenas que vamos tratar, foi uma faixa de matta brava Déram a essa matta o nome de Palmares porque a maior parte de suas arvores eram palmeiras catolés, das quaes os habitantes extrahiam vinho, azeite e roupa, servindo as palmas para cobrir as casas, as hastes para esteio e lenha, os fructos e o palmito para sustento, ao passo que as fibras exteriores do tronco forneciam amarras de toda qualidade. [] tinham os negros assentado seus mocambos mais ou menos independentes. A dezesseis leguas N.O. de Porto Calvo ficava o mocambo do Zambi, Zumbi ou Zombi, nome generico que davam ao seu rei, e que na lingua do Congo, segundo dizem, significa Deus; e cinco leguas ao N. deste, estava o mocambo de Acainene ou Arotinêre, nome da mãe do rei a qual alli residia. [] Todos esses mocambos formavam uma espécie de confederação, sendo governados por chefes subaltemos, dependentes de um chefe principal a que chamavam Zumbi;

		pois Gangazuma parece ter sido nome pessoal do Zumbi que assentou pazes em 1678.67 Não pretendemos com isso affirmar que formavam estes negros uma republica ou monarchia ou confederação regular com leis escriptas ou cousas semelhantes, mas é bem natural que a necessidade os obrigassem a estar unidos e que houvesse entre elles alguma especie de governo ou subordinação, visto como, a não ser assim não podia se conservar-se por tantos annos, e muito menos oppor tanta resistencia ás tropas dos brancos. [] Galanti fala então das prováveis irregularidades relativas a leis sociais, cita uma capella, no Macaco, em que foram encontradas algumas imagens de santos católicos, e cogita que "algum ladino" se fizera passar por vigário. Diz que se pode compreender que os mais velhos no lugar deviam submeter os mais fracos. Diz ter havido apenas no Macaco mais de 1500 casas. Descreve então as fortificações do
38-39	Os Palmares - §25 Expedições infructifera	local. A primeira formação desses mocambos remonta, segundo alguns a tempos muito remotos; ao princípio das guerras hollandezas na opinião comum.
		Prossegue Galanti fazendo conjecturas sobre dados dos Palmares. Declara ser impossível calcular quantos eram os quilombos – dadas as variáveis durante todo o período em que existiu. Citando dois pesquisadores que avaliaram o numero dos palmarinos em 11mil e 30 mil respectivamente, arrisca Galanti que não ande longe da verdade quem julgar que eram 15 ou 20 mil. Registra terem sido 25 os ataques frustrados dos holandeses contra Palmares, tendo sido a localização dos mocambos, as condições inóspitas do local e o favor que alguns vizinhos dispensavam a esses negros, para não os terem inimigos o que garantiu tanta resistência. Cita, então alguns líderes dessas expedições e diz que "os palmerenses" nunca deram trégua aos colonos, pilhando casas e fazendas, matando o gado e levando escravos e oferecendo guarita aos fugitivos.
39	Os Palmares - §26 Expedição de Manoel Lopes Galvão – 1675- 76	Segundo Galanti, 280 homens tentaram por mais de cinco meses acabar com Palmares. Incendiaram casas, mataram muitos, mas voltaram perdedores, com 45 prisioneiros, tendo ferido o general dos quilombolas "negro de singular valor, grande animo, constancia admiravel e inimigo capital dos brancos".
40-42	Os Palmares - §27 Expedição de Fernão Carilho– 77-78	Já conhecido por haver destruído mocambos na Bahia, Carrilho foi contratado para exterminar os negros nos Palmares. Para o governador do Pernambuco, entre outros problemas, diz Galanti, havia a vergonha de terem eles sido capazes de expulsar os estrangeiros e estarem então submetidos aos seus próprios escravos. Com reforços e promessas de que nada faltaria às suas tropas, Carrilho assentou um arraial fortificado no meio dos Palmares. Mas ao invés dos 400 homens que esperava, o comandante apenas encontrou 185, entre brancos, mestiços e índios. Essa expedição atacou um dos mocambos, cujos negros

⁶⁷ Com referência ao nome Zumbi ser ou não genérico, o próprio Galanti indica, neste mesmo parágrafo, os documentos da Coleção Studart, que encontrei disponíveis em:< http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Revapresentacao/RevPorAno/1906/1906-DezenoveDocssobrePalmares.pdf >. Acesso em: 12 maio 2011. Um documento muito interessante num acervo preciosíssimo. (minha nota)

		fugiram e da qual um dos prisioneiros delatou onde se
		encontrava Gangazumba. Entre batalhas, Carrilho perdeu muitos homens – uns morreram outros fugiram – e foram então enviados reforços. Esses novos soldados, atravessando a mata, chegaram ao mocambo onde tomaram prisioneiros, entre os quais Gangamuiza, genro do rei e general dos negros de Angola. Esses homens foram todos mortos pelos soldados, antes mesmo que os alcançasse Carrilho. E soube-se ali, do novo paradeiro de Gangazumba. Em marcha ao local indicado, fizeram novos prisioneiros, entre os quais familiares de Gangazumba, que, por sua vez fugiu do local. Houve ali muitas mortes e prisões Carrilho deu por vencida a batalha e retornou. Um quinto dos prisioneiros foi levado para as fazendas do rei, Carrilho guardou para si dois moleques. Entre os prisioneiros que faziam parte do quinto do rei, estavam a mulher de Gangazumba e alguns de seus filhos e netos, que Carrilho quis pessoalmente levar ao rei. Ao chegar a Recife soube de duas outras expedições que exterminara muitos negros que se tinham defendido como leões, matando e ferindo muitos soldados. Acreditaram serem aqueles fugitivos das
42	Os Palmares - §28 paz com o rei Gangazuma, 21 de junho de 1678	investidas de Carrilho. D. Pedro de Almeida enviou a Gangazumba a oferta de acordo de paz, oferecendo-lhe "boas e honrosas condições". Em resposta, o rei enviou dois de seus filhos e dez outros negros entre os mais distintos, aceitando a oferta. Tendo vindo esses homens praticamente nus, mandou-os enfeitar o governador. Acreditaram os governadores que Gangazumba os ajudaria no extermínio dos quilombos que se recusassem as se entregarem pacificamente. Ainda, como parte do acordo, decretaram livres todos os nascidos nos Palmares, mas os negros fugidos deveriam retornar aos seus donos. Voltaram os negros a Gangazumba com o acordo assinado, tendo permanecido entre os soldados um dos filhos do rei, que, por estar ferido, manteve consigo dois homens para servi-lo. Assim "deixados tranquilos" até 1695, os negros tiveram alguns anos para se reunir e fortalecer muito mais do que antes.
42-45	Os Palmares - §29 Auxilio dos paulistas	Cansados e já sem esperanças, os pernambucanos buscaram auxilio dos destemidos paulistas. Domingos Jorge Velho seria o comandante da tropa. Os pernambucanos deram-lhe munições armas e mantimentos. Entre os termos do acordo feito, fora o quinto do rei, os escravos aprisionados seriam do paulista, contanto que levasse para fora da capitania, todos os maiores de sete anos de idade. A todos os prisioneiros seria garantida a vida, exceto aos lideres dos negros.
45	Os Palmares - §30 Feitos de armas, 1695	Jorge Velho partiu para Palmares à frente de cerca de mil

			os quilombos estendeu-se ainda até 1697, sendo que já em 1703, o negro Camuanga ainda estava perturbando a tranquilidade publica. Indica ainda o autor, em nota de rodapé, que, conforme afirmara Mattoso Maia, com base em documentos, Zumbi, ao contrário do que dizem outros autores – que declaram seu suicídio - foi capturado vivo e teve sua cabeça arrancada.
215- 219	Escrava (De Chica da Silva)	Epoca VII – Expansão - Minas - §127-128 Diamantes e Contratos	Galanti fala das minas de diamantes em Minas Gerais, dos tesouros ali retirados, das explorações, acidentes, vidas perdidas etc. Fala brevemente das condições de "vida" naquelas paragens e das leis impostas àquele tempo das descobertas das pedras. Faz, ainda, referência a Chica da Silva: Deixou-se elle [João Fernandes de Oliveira] porém, dominar-se por uma Francisca da Silva (Chica da Silva), á qual não sabia recusar cousa alguma. Construiu para ella uma celebre chacara, um tanque, um navio, um palácio, um theatro. Tudo era luxo oriental, divertimentos, prazeres. Era todavia essa mulher apenas uma mulata de baixa esphera, pouco antes escrava, alta, corpulenta, de feições grosseiras, sem espirito, sem educação, sem graça! Tal é o mysterio das sympathias! Não faltavam contudo a João Fernandes invejosos inimigos []

Obra consultada: Historia do Brasil, pelo P. Raphael M. Galanti, S.J. professor do Colégio Anchieta em Nova Friburgo e

socio correspondente de vários Institutos Historicos

Tomo: 4 -5 Edição: 2ª

Local de publicação: São Paulo Editora: Duprat & Companhia Ano de publicação: 1913 Número de páginas: 679 + errata Ilustrações: 5 lâminas - cartografias

Acervo: Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD), Acervos especiais – Biblioteca do Livro Didático - FEUSP **Condições da obra localizada**: Livro em mau estado de conservação. As folhas se soltam ao ser folheado, contém muitas folhas já soltas. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa em péssimo estado. Este volume vai de 1808 a

1880.

QUADRO INFORMATIVO

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
75-76		Epoca X - Ultimos annos - §42 O trafico dos negros	Tendo o Congresso de Vienna procurado se acabasse o trafico deshumanos dos negros, a França prometteu que aboliria totalmente dentro de cinco annos; a Hespanha em oito annos. Obrigou-se então Portugal a prohibir esse trafico aos suditos em todos os logares, seus ou alheios, postos ao norte do equador; a consertar com o governo britannico as medidas que se tornassem necessarias para a repressão efficaz dos criminosos, e a concordar no prazo em que esse barbaro commercio devia cessar de uma vez. "Declararam então os plenipotenciarios das nações alliadas que estigmatizavam como immoral e deshumano o trafico de escravos; esperavam das luzes do século a sua inteira abolição e faziam votos para que todos os governos do mundo tratassem accordadamente do seu acabamento considerando-o o maior dos attentados contra a razão e a civilização da epoca". Per. da S. III, 221 [] Descreve, então, o autor, a forma como se processou o acordo de vigilância sobre os navios brasileiros, e prossegue: Para execução perfeita do tratado tomou o governo do Rio de Janeiro deliberações próprias, estabelecendo penas contra os contraventores que não suas possessões africanas ao norte do equador ou nos territorios da mesma costa ao sul em que não tivesse dominio a coroa portuguesa, praticassem ainda o tradifo de escravos. Prohibiu tambem que nos portos de sua monarchia se armassem e apparelhasssem navios espanhoes, visto como aos seus subditos só e limitadamente se consentia o trafico, como indispensavel ainda no momento, e cuja abolição inteira ficava dependendo do tempo e das ocorrencias favoraveis. "Id, IV, 83.
232		Epoca XI – Novos erros - §137 A Inglaterra e a escravatura africana	O diplomata inglês Robert Gordon, constata que da costa africana ainda passavam ao Brasil cerca de 38.000 escravos anualmente. A Inglaterra ameaça retirar o apoio que prestava ao Império, e o Brasil volta a fazer promessas.

	T	0
		Compromete-se a em um prazo de 3 anos, a partir da
		ratificação do convênio assinado, não mais importar
		escravos e a punir como piratas os infratores. A convenção foi assinada em 23 de novembro de 1826. [].
277	Epoca XI – Novos	Cumpre-nos dar aqui uma breve noticia dos negros da Bahia
	erros - §167 Os	e de suas numerosas revoltas, ou antes tentativas de
	escravos africanos na	revoltas, que fizeram contra seus donos e ate contra o
	Bahia e suas revoltas	governo, expondo deste modo a graves riscos a ordem
		publica. Em principios do século XIX, contava a capital da Bahia pouco mais de cincoenta mil habitantes. Delles
		quatorze mil eram brancos, onze mil mestiços; vinte e cinco
		mil, negros. O numero desses augmentava cada vez mais
		por meio do trafico; pois todos os annos entravam na
		capitania proximadamente oito mil escravos africanos.
		As causas dessas revoltas, como é facil de entender, cifram-
		se na saudade que os negros tinham de seu paiz e da
		liberdade, bem como nos máus tratos, que soffriam dos seus
		senhores, aos quaes, por conseguinte, dedicavam odio
		entranhavel. O fim principal que elles se propunham parece
		ter sido recuperar a liberdade e regressar para a sua patria. Não deixariam, comtudo, se pudessem, de assassinar os
		brancos, e até de se tornarem donos da capitania. Em todas
		as revoltas houve mortos e feridos de parte a parte, sendo
		em seguida levados a forca diversos dos mais implicados. O
		governo tomava cada vez mais medidas rigorosas para
		impedir novas perturbações, porem, os negros eram tantos
		que tudo se tornava muito dificil.
		De todas as grandes insurreições, a mais antiga de que
		temos noticia certa, ocorreu em 1798. As principaes que se realizaram durante o seculo XIX, foram sete, sendo a
		primeira em 1807, a ultima em 1835. As outras deram-se em
		1814, 1816, 1826, 1828 e 1830.
468 -	Epoca XII – Pedro II -	Tendo o Brasil em 1841 dado por extincto o tratado de 1827,
469	§285 Bill Aberdeen	Lord Aberdeen, então ministro das relações exteriores da
		Grã Bretanha, propos e conseguiu que o parlamento do
		reino unido votasse uma lei a qual transferiria
		exclusivamente para tribunaes inglezes o julgamento das
		presas de navios empregados effetivas ou suspeitamente no trafico de africanos.
		Sem ouvir o governo brasileiro a Inglaterra abolio as
		comunicações mistas estabelecidas em convenios
		diplomaticos, ficando, dalli em deante, passageiros e
		tripulantes, considerados piratas, sujeitos as leis e juizos
		meramente britannicos. Autorizou alem disso os cruzeiros a
		não respeitar as aguas e os territorios do Brasil na
		apprehensão de navios que desconfiassem fossem empregados no trafico da escravatura. Não podendo uma lei
		como esta deixar de produzir uma profunda irritação no
		imperio, resolveram os brasileiros dispensar as mercadorias
		das fabricas inglezas. Teve o governo mister de muita
		prudencia para impedir que se praticassem insulto contra os
		subditos inglezes e contra a bandeira britannica.
469 -	Epoca XII – Pedro II -	Tornou a Inglaterra em 1850 a enviar um embaixador
470	§286 Lei severa contra	extraordinario, porém o resultado desta vez também foi nullo,
	o tráfico, 14 nov. de	porque a opinião publica ainda pronunciava energicamente
	1850	contra o governo britannico. Entendeu, todavia, o governo
		brasileiro que era indispensavel acabar com este estado de cousas tão incerto e inconveniente; pois não podia negar
		que o trafico, apesar de summamente vergonhoso, ainda
1		
		continuava com muita actividade; e, por outro lado, os

cruzeiros inglezes praticavam, não só nas aguas do imperio, mas até nos rios e em terra toda sorte de tropelias offensivas da dignidade nacional. Propos então Paulino de Souza, ministro das relações exteriores, que, não podendo o Brasil repellir com a força os insultos dos cruzeiros, não tratasse com o governo britannico, porque isto seria desairoso, mas providenciasse internamente no imperio, de modo a cumprir com a obrigação contrahida em tratados diplomaticos. Lembrou em conselho a necessidade de perseguir efficazmente o trafico, e de envidar os maiores esforços para o exterminar de uma vez. Tendo os seus colegas adoptado semelhante idea, Euzebio de Queiroz, na qualidade de ministro da justiça, solicitou das duas câmaras sessões secretas para a solução do melindroso assumpto. Approvada por ambas as camaras, a proposta do governo foi publicada como a lei de 14 de novembro de 1850. Classificava essa lei o trafico como verdadeira pirataria, applicando-lhe todas as penas já decretadas contra piratas. Não offendia direitos adquiridos em virtude de leis que reconheciam a propriedade; prohibia tão sómente e castigava a continuação do commercio illicito, e condemnava pela civilização christan, bem como por convenções internacionaes estipuladas entre o Brasil e a Grã-Bretanha.

Affirma Pereira S. que em consequencia dessa lei e da actividade desenvolvida pelo governo, o trafico cessou como por encanto e o bill Aberdeen caio em desuso. Comtudo o bem conhecido e merecidamente estimado Joaquim Nabuco (I, 226) accrecenta: "É guerer illudir-nos a nós mesmos por uma ficção de patriotismo dizer-se que sem a attitude da Inglaterra no mar, o trafico teria sido parado repentinamente em 1850 como o foi... É irrisorio pensar que sem o terror do cruzeiro inglez teriamos podido anniquilar o poder do trafico quasi de um golpe. Se porém o trafico estava subjugado, não estava morto; a menor mostra de indifferença por parte do governo fal-o-ia derepente resnacer com muita força...' Ainda em 7 de abril de 1856 o chefe de policia da côrte Sinimbú, informava o governo que em diversos postos da costa d'Africa existiam numerosas feitorias de escravos pertencentes a especuladores portugueses, que os traziam para o Brasil effectuando seus desmbarque principalmente em Macabé, Cabo Frio, Ponta dos Busios e Itapemirim. Era, pórtanto, necessaria uma lei mais severa, a qual permittisse ao governo perseguir os affricanistas mesmo longe do litoral e no interior do paiz, punindo-os rigorosamente quando descobertos. Tal foi a lei de cinco de junho de 54, para a qual muito trabalhou e influiu o celebre Nabuco. Desenvolvendo então o governo uma grande actividade logrou finalmente supprimir de todo em todo o trafico. Começaram em seguida os estadistas do imperio a occuparse sériamente com a exticção da escravatura vedando o trafico inter-provincial, favorecendo a alforria particular. decretando em 1871 a liberdade do ventre escravo, etc. Produziram deste modo um grande movimento abolicionista que levou a suppressão total do captiveiro a 13 de maio de 1888.

Obra consultada: Compendio de Historia do Brasil, pelo P. Raphael M. Galanti, S.J. professor do Colégio Anchieta em

Nova Friburgo e socio correspondente de vários Institutos Historicos

Tomo: 5 -5 Edição: 2ª

Local de publicação: São Paulo Editora: Duprat & Companhia Ano de publicação: 1910

Número de páginas: 385 + resumo + errata

Ilustrações: nenhuma

Acervo: Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD), Acervos especiais – Biblioteca do Livro Didático - FEUSP **Condições da obra localizada**: Livro em mau estado de conservação. As folhas se soltam ao ser folheado, contém muitas folhas já soltas. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa em péssimo estado. Este volume vai de últimos

anos da Monarquia até primeiros anos da República.

QUADRO INFORMATIVO

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
10-14		Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento servil §6 Os negros	O tráfico dos negros começou em Portugal, pelo menos, quando os portuguezes começaram seus primeiros descobrimentos na costa da Africa []. Cuidavam elles poder justificar ou desculpar esse commercio dizendo que os negros tinham anteriormente invadido Portugal e Hespanha e que deste modo prestavam-lhes grande serviço tirando-os da sua vida brutal e convertendo-os ao Christianismo. Os preconceitos da epoca os cegavam de modo, que lhes não deixavam comprehender haver nisto uma gravissima injustiça e uma grande barbaridade. Em seguida ao descobrimento da America, o trafico mudou o rumo e augmentou de um modo espantoso. Os governos não só de Portugal, mas de todos os outros países da Europa permittiram, legalizaram, aproveitaram esse commercio. Consta que os negros foram trazidos para o Brazil desde o principio da colonização e que vinham de Guiné, do Congo, de S. Tomé, de Angola, de S. Jorge da Mina e de Moçambique; em uma palavra de toda costa ocidental e oriental da Africa. Eram tratados como animaes a ponto de serem denominados "peças". Perguntam alguns: Porque é que os missionarios, os quaes clamavam tanto contra o captiveiro dos indios, não se oppunham a escravatura dos negros? A resposta é facil, e nos já a demos no primeiro vol. dessa historia. E que a escravidão, o commercio, o trafico dos negros era "legal", e os missionarios não podiam gritar contra o que a lei e o governo autorizavam. Tambem a respeito dos indios nunca os missionarios reclamavam contra o que a lei permittia, mas contra os abusos e as crueldades praticados pelos colonos, apesar das leis mais claras. Sabemos alem disto, que os ministros da religião reprovavam este commercio inqualificavel. Com a bulla de 7 de outubro de 1462 o papa Pio II censurou este captiveiro extranhando de um modo especial que se reduzissem a

escravidão os neophytos da Africa. Em 1537 o papa Paulo III fulminou o captiveiro mesmo dos pagãos, e mais tarde condemnaram egualmente a escravidão dos negros Urbano VIII em 1639, Bento XIV em 1741, Pio VII em 1814, Gregorio XVI em 1839. O padre Nobrega, pouco depois de chegar ao Brasil em 1549, queixava-se da introducção dos negros na povoação, mescla perniciosa, inoculando-se deste modo o fatal cancro da escravatura, fonte de immoralidade e de ruina.

Pretenderam alguns que o venerando padre Bartholomeu Las Casas, Bispo de Chiapas, aconselhou a introducção dos negros na America afim de salvaguardar a liberdade dos indios que os hespanhoes perseguiam furiosamente como lobos famintos. Ora isso é falso porque no tempo deste bispo os negros já existiam na America visto como o rei de Hespanha authorizara este commercio desde 1500, favorecendo-o tambem em 1511. Carlos V em 1537 concedeu a um fidalgo flamengo que pudesse importar annualmente para a America quatro mil escravos negros. O que fez Las Casas, quando muito, consistiu em dizer: "Menos mal os negros que os indios", porque realmente o captiveiro dos negros não prejudicava tanto á religião como o dos indios.

Em 1776 affirmou o ministro inglez Lord Dartimonth que não se podia permittir ficasse paralizado um commercio "tão proveitoso para a Inglaterra". E o ministro Canning no dia 1º de março de 1799 disse no parlamento que o trafico dos negros era diminuto e quasi nenhum entre outras nações, e que "a Inglaterra exercia, por assim dizer, o monopolio" Comtudo foi precisamente a Inglaterra que mais tarde trabalhou com tanto ardor para a suppressão desse trafico. A mudança operou-se do modo seguinte. Em 1773 o inglez Wilberforce, sendo ainda estudante escreveu contra esse trafico um livro, e em 1787 fez no parlamento a proposta de o abolir, proposta que encontrou a reprovação geral e foi repellida oito vezes, sendo finalmente adoptada e passando a ser lei em 1807.

As outras nações aboliram o trafico nas datas seguintes: a Dinamarca, em 1792; os Estados Unidos do Norte, em 1807; a Suecia, em 1813; a Hollanda, em 1814; a Hespanha, em 1820; Napoles, em 1833; a Sardenha, em 1834; Portugal, em 1836; [...] a Toscana, 1837; Austria, Prussia e Russia, 1841⁶⁸. Cabe menção especial a França, que, depois de ter

⁶⁸ As datas comemoradas hoje como datas nacionais da abolição da escravidão negra no mundo são:

Suécia: 1335 (mas não até 1847 em sua colônia de Saint-Barthélemy)

Haiti: 1791, devido a uma revolta entre meio milhão de escravos.

França (primeira vez): 1794–1802, incluindo suas colônias (embora a abolição jamais tenha ocorrido em algumas colônias sob ocupação britânica)

Grã Colômbia (Equador, Colômbia, Panamá, e Venezuela): 1821, através de um plano de emancipação gradual)

Chile: 1823 México: 1829

Reino Unido: 1772, 1833 todas as colônias Dinamarca: 1848, incluindo todas as colônias

França (segunda vez): 1848, incluindo todas as colônias

Holanda: 1863, incluindo todas as colônias

Estados Unidos da America: 1865, depois da guerra civil americana (Nota: a abolição ocorreu em algus estados

anteriormente a essa data)

Porto Rico: 1873

R

abolio e esta abolição foi confirmada em 1817. Já não era posivel resistir a corrente da opinião que crescia e se reforçava contra essa barbandade e contra a propria existencia da escravidão. No tratado de Paris (30 de maio 1814) e no congresso de Viena 1815 as grandes nações da Europa concordaram solemmemente em promover a abolição do trafico e da escravatura. O papa Pio VII concorreu poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de Verona em 1824. Effectuou, portanto, neste sentido a linglaterra diversos tractados não sõ com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815 estabeleceu-se a abolição dos escravos ao note do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição dos escravos ao note do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição dos escravos ao note do Equador, e em 1817 a prohibição ante se prometera que en a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de Visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de visita e busca" nas embarcações suspeidas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões no Rio de acercerem o			abolido em 1794, tornou a restabelecel-o de novo em 1802,
Já não era possivel resistir a corrente da opinião que crescia e se reforçava contra esas barbaridade e contra a propria existencia da escravidão. No tratado de Paris (30 de maio 1814) e no congresso de Viena 1815 as grandes nações da Europa concordaram solemnemente em promover a abolição do trafico e da escravatura. O papa Pio VII concorreu poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de Verona em 1824. Effectuou, portanto, neste sentido a Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815 estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção foi equiparado à pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção foi equiparado à Inglaterra or direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leõa. 5 autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			porém, Napoleão em 1815, ao regressar da Ilha Elba, o
e se reforçava contra essa barbaridade e contra a propria existencia da escravidão. No tratado de Paris (30 de maio 1814) e no congresso de Viena 1815 as grandes nações da Europa concordaram solemnemente em promover a abolição do trafico e da escravatura. O papa Pio VII concorreu poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de Verona em 1824. Effectuou, portanto, neste sentido a Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815) estabeleceu-se a abolição do sexovas ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se feze em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores. Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber, tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber, tres annos dapois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção foi equipara o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões mistas para julgar as			•
existencia da escravidão. No tratado de Paris (30 de maio 1814) e no congresso de Viena 1815 as grandes nações da Europa concordarms solemmente em promover a abolição do trafico e da escravatura. O papa Pio VII concorreu poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de Verona em 1824. Effectuou, portanto, neste sentido a Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado à pirataria o trafico que se fizeses em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto com a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1830, visto com a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção à Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leõa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7			
1814) e no congresso de Viena 1815 as grandes nações da Europa conordaram solemmemente em promover a abolição do trafico e da escravatura. O papa Pio VII concorreu poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de Verona em 1824, Effectuou, portanto, neste sentido a Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo soe fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado à pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivo a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivo a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção foi equiparado à pirataria o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões místas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões místas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões mistas para julgar as presas.			
Europa concordaram solemnemente em promover a abolição do trafico e da escravatura. O papa Pio Ul concorreu poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de Verona em 1824. Effectuou, portanto, neste sentido a Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815 estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado à pirataria o trafico que se fizeses em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1820, visto como a dita troca só se effectuo a 13 de março de 1820. Confienu-se nessa convenção à Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual elou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
do trafico e da escravatura. O papa Pio VII concorreu poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de Verona em 1824. Effectuou, portanto, neste sentido a Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se feze em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção foi equiparado à pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção fa Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico e foram creadas comissões mista para julgar as presas. Funccionaram essas comissões mo Rio de Janeiro e em Sera Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual efou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de Verona em 1824. Effectuou, portanto, neste sentido a Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao note do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leóa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7			
Verona em 1824, Effectuou, portanto, neste sentido a Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado à pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeltas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leõa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos anos Capitulo II, Elemento Servil. §7			poderosamente para aquellas deliberações que ainda foram
Inglaterra diversos tractados não só com as nações civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: trea annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção à Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leóa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos anos. Capitulo II, Elemento Servil. §7			confirmadas no congresso de Aquisgrana em 1818 e no de
civilizadas, mas também com alguns reis barbaros da Africa. Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção à Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leóa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			·
Falaremos só de Portugal e do Brasil. Pouco diremos do trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado à pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção à Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercemo o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leóa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
trafico porque delle ja tractamos quanto basta no IV vol. desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
desta historia. Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca os ée effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leóa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos anos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Guator descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			~
Em 1810 Portugal estipulou com a Inglaterra que o commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Río de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7			
commercio de escravos se limitaria ás possessões portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Gautor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
portuguezas e prometera que o haveria de abolir de todo gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões mo Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Gautor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815, estabeleceu-se a abolição dos escravos ao norte do Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Go autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
Equador, e em 1817 a prohibição ampliou-se por meio de clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Goutor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			gradualmente. Na convenção de Vienna (18 de janeiro 1815)
clausulas para a prohibição do trafico mesmo nos portos em que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mo Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
que ainda era tolerado. O mesmo se fez em 1819 e 1823. Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leóa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
Para a execução destes compromissos e para punir os transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
transgressores, Portugal publicou uma lei especial em 1818. Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
Em 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Figure 1826 a Inglaterra obteve do imperio do Brasil uma convenção foi equiparado à pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
convenção confirmatoria daquellas de 1815 e 1817. Nessa convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Go autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
convenção foi equiparado á pirataria o trafico que se fizesse em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva prohibição, a saber: tres annos depois da troca das ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
ratificações, prazo que expirou a 13 de março de 1830, visto como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			em seguida ao prazo nella determinado para a sua definitiva
como a dita troca só se effectivou a 13 de março de 1827. Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e			prohibição, a saber: tres annos depois da troca das
Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Conferiu-se nessa convenção á Inglaterra o direito de "visita e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e			
e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 e busca" nas embarcações suspeitas de exercerem o trafico, e projetos, australia para julgar as presas. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 e foram creadas comissões mistas para julgar as presas. Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Funccionaram essas comissões no Rio de Janeiro e em Serra Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
Serra Leôa. 14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 Serra Leôa. O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
14 - 17 Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §7 O autor descreve algumas "memorias", "representações" e projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e			
annos. Capitulo II, projetos, apresentados e negados, relativos à abolição gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e	14 - 17	Epoca XIII – Ultimos	
Elemento Servil. §7 gradual e/ou e à necessidade de se manter o tráfico, e		annos. Capitulo II,	
		Primeiros passos para	
a abolição da Em 1831 Antonio e Ernesto Ferreira França (pae e filho)			3 (/
		escravatura	deputados á assembléa geral propuzeram a alforria imediata
de todos os escravos da nação, e a abolição gradual do captiveiro dos mais, porém esse projecto foi considerado			
simplemente uma extravagancia de dois originaes e não			
mereceu nem siquer a honra de ser lido.			
Na mesma sessão com o mesmo resultado propos o			•
deputado Pereira da Silva um projecto tendente a tornar			
menos cruel a sorte dos escravos. Outro tanto fez o			menos cruel a sorte dos escravos. Outro tanto fez o
deputado Lessa.			·
Comtudo pela lei de 7 de novembro de 1831 foram			
declarados livres todos os "escravos que", dessa data em			
deante, "entrassem no territorio do imperio", com excepção:	1		

Cuba: 1880 Brasil: 1888 China: 1910

		1)dos empregados de navios em paizes em que a escravidão ainda fosse permittida; 2) dos fugidos de paizes que ainda tivessem escravos, os quaes deveriam ser
		reexportados. Infelizmente esta lei ficou ainda por muitos annos lettra morta, e a importação de escravos augmentou em logar de diminuir. A razão principal foi que o governo
		occupado em luctar com tantas revoltas intestinas, não tinha força sufficiente para se oppor com energia aos negociantes de carne humana.
		Em 1836 a sociedade "Defesa da liberdade e independencia nacional" publicou e poz a concurso um programma em que se mostravam a barbaridade do trafico e os males
		incalculaveis provenientes da escravidão, programma este desenvolvido magistralmente por F. L. Cesar Burlamarque, em uma memoria publicada em 1837. Infelizmente o plano
		que elle propõe é irrealizavel. Basta dizer que o ponto fundamental delle consiste em deportar para a Africa todos os negos do Brasil e fundar lá colonias que se governem a si
		mesmas. Suggere, por conseguinte, que desde já se destinem alguns delles aos estudos para se formarem advogados, medicos, engenheiros, etc, etc.
		Em 1845, o desembargador Henrique Velloso de Oliveira entegou á publicidade um trabalho, em que descrevia com vivas cores os grandes males provenientes da escravidão
		para a familia, para a sociedade e para o progresso do paiz.
		Segue o autor relatando uma série de projetos e "memorias" apresentados com propostas de abolição, em distintas formas – todos recusados. Outras propostas também
		recusadas incluiam o envio de todos os escravos da cidade para o campo, a proibição de vendas de escravos em praça pública, a proibição de separação de cônjuges e filhos e a libertação do ventre escravo.
17 - 19	Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §8 Consequencias destas	Conquanto estas e semelhantes propostas fossem rejeitadas; serviam, todavia, para pouco a pouco ir formando a opinião publica em favor dos escravos e da abolição do captiveiro. Com effeito em 1861 no relatorio da exposição
	propostas	nacional, aventou-se a oppinião de que o captiveiro era prejudicial á industria, opinião esta adoptada pela "Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e em 1864, o
		conselho fiscal do "Instituto Bahiano de Agricultura" demonstrou em um discurso que a escravatura é um mal mesmo em relação á lavoura e sustentou a vantagem da
		emancipação. No anno seguinte, 1865, o dr. Callado deffendeu a these seguinte: "O trabalho escravo é a causa da decadencia na lavoura".
		Segue o autor a apresentar uma relação de pessoas civis, órgão públicos e sociedades que se desencontram nas opiniões contra e a favor da abolição – apresentando mais projetos, mais propostas e novas "memorias".
		Em consequencias destes trabalhos a imprensa periodica começou a pronunciar-se em favor da abolição. [] Já quasi
		ninguém contestava a necessidade da abolição. So faltava resolver o problema relativamente ao modo. Tornaram-se portanto communs as alforrias, concedidas por pessoas
		particulares, quer por actos "inter vivos", quer de ultima vontade, a titulo generoso ou gratuito, na pia baptismal, por carta ou testamento ou codicillo, e por muitos outros

		modos.[] O proprio governo emancipou muitos escravos da nação para que fossem servir na guerra do Paraguay, e o beneficio da liberdade se extendeu também ás mulheres dos soldados, embora ellas ficassem no Brasil. A ordem dos Benedictinos no capitulo geral de tres de maio de 1866, deu um grande passo e subministrou um memoravel exemplo decretando que seriam livres todos os escravos da Ordem que nascessem daquelle dia em deante, e tomando a si o trabalho de creal-os e educal-os convenientemente. ⁶⁹ O imperador nenhum escravo possuia e nem a familia imperial, porém tinha usufructo dos da nação pertencentes ás fazendas e estabelecimentos de que eram usufructuarios na fórma da Constituição.[grifos meus] Comtudo o imperador mostrou pellos factos seguintes como elle era contrario á escravatura: Pois – 1) elle aprovou e louvou o acto dos Benedictinos, e até brindou o seu geral com um mimo; - 2) Distribuia com mão larga graças e distincções honorificas áquelles que forravam os seus escravos; - 3) Concorreu com a quantia de "cem contos do seu bolsinho" para forrar muitos escravos e envial-os á guerra. Para este mesmo fim libertou todos os escravos da fazenda de S. Cruz. [grifos meus].
19 - 21	Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §9 Outros paizes	Afim de tornarmos mais facil a intelligencia deste movimento abolicionista de que estamos tratando, vamos lançar uma rapida vista de olhos sobre o que neste mesmo tempo occorria a este respeito nos outros paizes da America e da Europa.
		O autor descreve, cronologicamente, os movimentos ocorridos em cada estado dos EUA, e cita os países do sul que porfiaram em manter o captiveiro, alimentaram o trafico e chegaram abertamente a declarar que "a escravidão era a pedra angular do edificio social dos Estados do Sul". O que os levou à Guerra Civil cujos estragos e perdas foram incalculáveis. Descreve então os processos "bem sucedidos" na França, Inglaterra, Espanha, Dinamarca, Suécia, Holanda, Portugal, e na Russia, onde não existiam propriamente escravos, mas servos, que eram quasi livres, acabou em 1861 com essa servidão concedendo a todos liberdade plena. [grifos meus]
		Está claro, portanto que no meio de tanta febre abolicionista o Brasil não podia continuar a ter seus negros na escravidão. A opinião publica em toda parte se pronunciava em favor da liberdade e era necessario ceder, principalmente tratando-se de uma cousa tão razoavel, tão justa, tão conforme á religião e á civilização.
21-23	Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §10 O imperador colloca- se afrente do movimento abolicionista.	Tendo D. Pedro II em 1865 ido para o Rio Grande do Sul, quando os paraguayos invadiram aquella provincia, ficou altamente sentido ao ser informado de que os argentinos insultaram aos brazileiros e ao seu exercito de pertencerem a um "paiz de escravos". Concebeu pois, ao voltar um plano de abolir a todo custo a escravatura [] de sorte que no ultimo anno do seculo XIX não houvesse mais nenhum

⁶⁹ Para mais detalhes relativos à "piedade" do monges, ver História da Barra da Tijuca. Disponível em: http://www.barradatijuca.com.br/canal/bairro-barra/historia/. Acesso em 12 maio 2011. (minha nota)

		escravo no Brasil. [] Não soubemos nem como nem porque esses projectos ficaram diversos mezes esquecidos na pasta dos conselheiros ou em qualquer outro logar.
		Mais tarde, no ano de 1860, em resposta à Junta Francesa de emancipação, o imperador declara que quando as penozas circumnstancias em que se achava o paiz, o permittissem, o governo brazileiro consideraria como objecto de primeira importancia a realização do que o espirito do Christianismo, desde a muito reclama do mundo civilizado.
		Essa declaração, assinada pelo imperador, causou algumas dificuldades no Conselho do Estado, contudo, diz Galanti: [] Desde a primeira reunião, diz J. Nabuco III, 43, ficou patente que o imperador tomava a peito a reforma.
23 - 26	Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §11 A abolição e a fala do throno.	Na occasião de se reabrirem as camaras, a fala do throno incluiu o topico seguinte: "O elemento servil no imperio não pode deixar de merecer opportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade actual, e sem abalo profundo em nossa primeira industria, a agricultura, sejam attendidos os altos interesses que se ligam á emancipação" A phrase, diz Nabuco, III, 66, não podia ser mais cautelosamente escripta, nem mais grave. O euphemismo – "elemento servil" – revelando o pejo nacional; a referencia á - "propriedade actual" – excluindo o direito do proprietario sobre os que ainda não tinham nascido; "os altos interesses da emancipação", accentuando o aspecto moral da reforma, apresentavam-na de modo o mais solemne, ao passo que o "opportunamente" era calculado para amortecer o choque da surpresa. O effeito de paragrapho foi immenso. Depois delle, os inimigos do gabinete, voltaram-se contra a reforma; a pollitica apossou-se della.
		Depois dessa fala seguiram-se tempestuosas borrascas em ambas as camaras. Em maio de 69 (dois anos mais tarde), depois de dissolvidas as câmaras e ter havido novas eleições, reabriu-se o parlamento e nada mais foi dito com relação ao "elemento servil", que só retornou em 70, depois da guerra. Por conselho do ministro Rodrigues Torres, o imperador não trouxe o assunto às discussões abertas, mas, tendo a informação chegado aos deputados, esses se animaram em retomá-lo. Em resposta à iniciativa, responde o ministro Torres que não havia no Brasil quem não desejasse ver extincta a escravatura. [] "Não queiramos, accrescentou, de chofre aludir os fudamentos em que, ha tres seculos, se acha assentada a sociedade brazileira." Mais projetos e estudos foram conduzidos sem uma solução final.
26 - 29	Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §12 A lei Rio Branco ou do Ventre Livre.	Galanti descreve, então as manobras feitas entre o imperador e Silva Paranhos, Rio Branco, para que se pudesse tramitar no parlamento a questão do "elemento servil". Entre outras providencias, ele consegue a autorização do parlamento para que suas majestades se ausentem do país, ficando como regente a <i>Augusta Princeza Dona Isabel, geralmente estimada pelos brazileiros</i> . A fala do trono traz novamente a questão do escravo, e é apresentada a proposta do Ventre Livre, sendo que os possuidores das mães escravas deveriam criar as crianças até a idade de oito anos. Passados esses anos, querendo

Г	T		ontrogó los as Estado resoberios uma indenimação esse
			entregá-los ao Estado, receberiam uma indenização, caso contrário, poderiam aproveitar de seus serviços até a idade de 21 anos. Ordenou-se também que todos os escravos fossem registrados, sob pena de serem considerados livres os não registrados. Permitiu-se aos escravos comprarem sua liberdade, caso possuíssem a soma relativa ao seu preço. O tesouro reservou uma quantia para alforrias anuais, sendo que se sorteariam os beneficiados. Os políticos se dividiram, Silva Paranhos consegui a maioria ao seu lado, mas as discussões continuavam. Echoavam, no entretanto, de todos os lados do imperio, os
			brados dos lavradores. Nos municipios do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas, reuniram-se os fazendeiros e dirigiram representações ás camaras contra a proposta do ministerio. Abriram subscrições para subsidiar a imprensa e nomearam commissões afim de defenderem seus interesses e direitos na capital do imperio. Suas razões principaes eram que os escravos pretos constituiam o fundo de suas riquezas, porque eram os unicos instrumentos de trabalho agricola; que elles os tinham adquirido confiados nas leis existentes que lhes reconheciam a propriedade.
			Prosseguiu a discussão política, sem que houvesse solução. Diz Galanti que políticos faltavam às sessões para prolongar o prazo da decisão.
			A irritação dos ânimos, a imperiosidade das paixões, os conciliabulos que os commissarios dos lavradores celebravam na capital do imperio para animação da lucta,o concurso dos espectadores, os talentos dos que se digladiavam; tudo concorria para excitar no mais alto grau a curiosidade e o interesse do publico.
			Após 138 dias de discussões, tempo que durou a sessão, a lei do Ventre Livre foi aprovada e sancionada pela princesa, no dia 28 de setembro de 1871.
30-36		Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Elemento Servil. §13 Uni cuique suum. A cada qual o que lhe pertence.	Nesse parágrafo, Galanti discute sobre a quem pertencem as glórias da lei. E nos seguintes, as consequências da mesma
37-39		Epoca XIII – Ultimos annos. Capitulo II, Capítulo IV, Fim do Cativeiro. §18 Novo passo no caminho da abolição.	Nove anos mais tarde, ressurge a questão da escravidão no país e recomeçam as discussões, contra e a favor. A "fala do trono" volta a ser incisiva, exigindo uma solução para o "elemento servil". Nada resolvido, foi convocada uma sessão extraordinária para 1° de março de 1885.
39 - 41		Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro. §19 O estado da opinião pública	Agitava-se, no entretanto, de modo extraordinario, a opinião publica. Foi intenso o movimento a favor da abolição total, com formação de clubes, quermesses, passeatas feitas com a exposição de gravuras das punições impostas aos escravos, arrecadação de dinheiro, etc. Esses ativistas apregoavam que a escravidão era um crime, e a propriedade, um roubo. Além disso, aconselhavam escravos a deixarem seus patrões e ofereciam-lhes asilo. Entre os abolicionistas havia magistrados, funcionários públicos e até mesmo policiais.

		Em contra-partida, organizavam-se os agricultores, trabalhando em oposição ao projeto. Montada uma associação na cidade do Rio, para lá se dirigiram pessoalmente muitos fazendeiros a fim de defender seus interesses, de modo que a lavoura não fosse prejudicada. A imprensa periodica acompanhava e representava todas estas peripecias, todas estas tendencias, toda essa marcha das idéas e dos acontencimentos. [] O movimento extendeu-se a todo o imperio. Com esses movimentos, diz Galanti, ganhavam muito os partidários da república. Acusavam o imperador de absolutismo e diziam que ele se apoiava em ideias estrangeiras e na vanglória sugerida por aqueles abolicionistas de outras terras. Em meio à grande agitação, terminou o ano de 1884 e se iniciou o seguinte, sem mais brandura.
41- 42	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro. §20 Nova camara	Na primeira reunião preparatória a onze de fevereiro, apresentaram-se em massa ambos os partidos. A verificação dos poderes custou immenso trabalho, e a lucta se tornou temível.
		Na fala do trono, o imperador chama a assembleia a uma decisão definitiva relativa à questão do "elemento servil". Houve novas discussões e propostas: - que não houvesse a abolição sem indenização; que houvesse a abolição imediata — e, na oportunidade, sugeriu-se que o país se governasse por si próprio e não por príncipes hereditários.
		Posta a moção a votos, em seguida a combate azedo e acrimonioso, foi approvada por cincoenta deputados contra outros tantos que a repelliram. Comtudo, o ministerio não se deu por vencido, declarando o presidente do Conselho, que appelava para o resultado do projecto que formava o seu programma e havia de decidir da sua sorte.
42 – 43	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro. §21 Intervenção da populaça	Notaram-se desde aquelle dia arruaças, tumultos, disturbios na capital do imperio. Grupos de populaça vaiavam, insultavam, ameaçavam, os deputados liberaes dissidentes que avistavam nas praças publicas; apoderavam-se das circuvizinhanças e galerias da camara; perturbavam de continuo as sessões; desprezando as vozes e intimações do presidente, que não dispunha de meios para manter a ordem e obrigal-os a retirarem-se.
		A polícia e o governo mostraram-se indiferentes à desordem que assumia proporções assustadoras. Deputados dissidentes sofriam por onde passavam. Tão grande foi a desordem que diversos deputados enviaram à mesa a seguinte moção: "A camara dos deputados convencidade que o ministerio não póde garantir a ordem e segurança publica que é indispensável á discussão do projecto do elemento servil, nega-lhe a sua confiança".
		Em seguida o projeto foi aprovado por 52 votos contra 50 e os disturbios acabaram como por encanto.
43 - 44	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro. §22 Ministerio Saraiva	José Antonio Saraiva, sucedendo a Souza Dantas no ministério, apresenta a proposta para que acabe completamente a escravidão, dando tempo à indústria agrícola para que se reorganize. E propõe, ainda, a auxiliar

			essa recomposição com a compensação com uma parte do valor dos escravos. A fala do trono volta uma vez mais a chamar a atenção para a necessidade de se resolver a questão do "elemento servil", de forma que se tranquilizassem os fazendeiros, que julgavam quisessem aniquilá-los. Após algumas discussões aprovou-se afinal o projeto que reconhecia o direito de propriedade, mas fixava o preço dos escravos de acordo com suas idades. Ordena-se uma nova matrícula dos negros, para garantir os senhores e estabelecer os preços dos cativos. Augmentou-se o fundo de emancipação com impostos adicionaes e estabeleciam-se providencias para a manutenção do trabalho agrícola e penalidades para mudança de domicílio dos escravos e para os processos de emancipação forçada. Enfim, a lei Saraiva sancionou a de 28 de setembro de 1875, regulou a extinção gradual da escravidão e alforriou os sexagenários, exigindo uma nova matrícula. "A lei de 28 de setembro de 1885, diz um autor do tempo, foi verdadeiramente o começo do fim. Alforriando sexagenários com a indemnização fictícia de serviços, impondo preço á propriedade do homem, decretando a depreciação annual dessa propriedade, ella assignalou de modo caracteristico a competencia dos poderes publicos para alterar, conforme as circustancias, aquelle valor e porcentagem daquella depreciação. O captiveiro estava ferido de morte. O seu ultimo reducto, o
45 - 46		Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§23 Ministerio Cotegipe	direito de propriedade, tinha sido invadido, o abalo tinha sido fortissimo (v. III, pag. 3, col.2 da coleção de jornaes) Segue o autor descrevendo as ocorrências no Ministério Cotegipe – afirma ele: lutou com muitas dificuldades embora houvesse uma aparente paz no imperio. A ideia da república era então apoiada pelos senhores de escravos que ainda temiam "perder seus braços". Já se notava também certa agitação entre os escravos que começavam a acreditar e ter esperanças na abolição. A fala do trono dá então notícias de que a lei de 28 de setembro estava sendo cumprida à risca e que a partir dela se poderia pensar na imigração e colonização estrangeira. Buscavam-se novos trabalhadores livres, para substituir os braços escravos. Logrou o ministerio logo a principio fosse supprimido o artigo do codigo penal, que fulminava pena de açoites para os escravos.
47 - 49	6 H H	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§24 Factos que prepararam o golpe final	Em junho de 1887, o imperador, doente, parte para a Europa, deixando a sua regência com a filha Dona Isabel. Em maio do mesmo ano Affonso Celso Junior havia proposto à câmara a abolição imediata, com a condição de que, ainda que livres, os escravos serviriam por mais dois anos aos seus senhores. Recusada a medida, Souza Dantas propõe a extinção completa da escravatura no final de 1888, e a supressão imposta aos ingênuos, pela lei de 28 de setembro. A polícia tentava impedir as reuniões dos abolicionistas, enquanto também "tentava" impedir a fuga de escravos. Em setembro de 1887, João Alfredo e Antonio Prado declaram, além do apoio que vinha recebendo o movimento abolicionista, que o número de escravos na lavoura não chegava a trezentos mil, e que a produção agrícola aumentava na proporção em que diminuía o serviço

		escravo. Bispos a arcebispos publicaram pastorais a favor da abolição. Em alguns lugares, escravos fizeram "parede" e se recusaram a trabalhar, em muitos outros lugares, fugiram em massa – sem desordens ou violência. Apenas agrediram soldados do governo, quando atacados – e saíram vencedores. Mais tarde, tendo os policiais se recusado a continuar a persegui-los, saíam mais livremente. Os fugidos iam para Santos e para a Serra do Cubatão, onde havia muitos delles sustentados pelos abolicionistas. Entre os lavradores em São Paulo, uma assembleia decidiu pela emancipação completa em 3 anos, embora houvesse votos para que fosse em dois ou um ano, a até mesmo havia quem a desejasse de imediato.
49 - 50	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§25 Carta de Joaquim Nabuco ao Cardeal Secretario de Estado.	Roma, 16 de janeiro de 1888 Não si sabe se o dr. Joaquim Nabuco foi por conta propria ou como agente dos abolicionistas, a Roma pedir ao S. Padre Leão XIII se dignasse dizer uma palavra em favor da abolição do elemento servil. ⁷⁰
	Coordano do Estado.	Em resposta a essa carta, no dia 5 de maio, o papa Leão XIII escreve a Carta Encíclica aos bispos do Brasil, porém essa só chega ao Brasil depois de 13 de maio – quando a abolição já havia se tornado fato. ⁷¹ Diz Galanti que a Rosa de Ouro, presente especial de papas a figuras nobres da história, entregue em solenidade à Princesa Isabel, também representou uma resposta do papa à carta de Nabuco.
56-57	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§27 Fatos que precipitam o desfecho final	Os príncipes, filhos da princesa Isabel, faziam publicar, a partir do palácio, um jornal de nome "Correio Imperial". Essas publicações traziam propagandas abolicionistas e profligavam os abusos dos senhores de escravos. Em Petrópolis, no mesmo período havia uma intensa campanha pela emancipação "iniciada, favorecida e dirigida pela princeza imperial em pessoa. Esses dois elementos, segundo Galanti, revelavam a vontade soberana. Festas e espetáculos levantavam fundos para emancipar escravos – mas eram esforços ainda muito pequenos em seus resultados. O Barão de Cotegipe não participava das festas, limitava seus encontros com a princeza às reuniões para assuntos formais. Cotegipe desaprovou o papel ostensivo que sua Alteza Imperial tomava à frente da campanha pela emancipação, em Petrópolis, ele dizia ser necessário aguardar a reabertura das câmaras para que se retomassem as discussões relativas ao "elemento servil".
57 - 58	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§28 Novo ministério	Como a regente exigisse e o ministério recusasse a demissão do chefe de polícia, implicando na questão Leite Lobo, o ministério de 20 de agosto (o de Cotegipe) retirou-se sucedendo-lhe o de dez de março, que agradou às diversas classes populares e à imprensa. Esses esperavam ver, já na próxima reunião, a questão do elemento servil, que já se tornara um embaraço ao andamento dos negocios

Considerando-o já a época um documento raríssimo, "a fim de que não se perca", Galanti transcreve a carta que, por igual razão, levo ao apêndice deste trabalho. (APÊNDICE F)

Diferente da Carta de Nabuco, a Encíclica, também transcrita no volume 5, de Galanti, pode facilmente ser acessada, na íntegra, em diversos sítios na internet.

		industriaes.
58 - 60	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§29 Abertura das camara	No dia 3 de maio são reabertas as câmaras. O projeto da abolição estava em pauta e constava que seria breve, conciso e de efeito immediato. Enquanto a princesa abria o parlamento a multidão se accumulava nas proximidades do senado. A fala do trono iniciou-se com o seguinte trecho: "A emancipação do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração acclamada por todas as classes com admiraveis exemplos de abnegação por parte dos proprietarios. Quando o proprio interesse privado vem espontaneamente collaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito patrio a unica excepção que nelle figura em antagonismo com o espirito liberal e christão de nossas instituições. Mediante medidas que acautelem a ordem na transformação do trabalho, apressem pela immigração o povoamento do paiz, facilitem as communicações, utilizem as terras devolutas, desenvolvam o credito agrícola e aviventem a indústria nacional."
		Ao redor do senado e pelos caminhos por onde passaria a Alteza Imperial, a cidade estava em festa. Galanti descreve um cenario digno de uma comemoração civica – esse era, segundo o autor, o clima de expectativa do povo. Após o pronunciamento da princesa, o povo a aclamava e dava-lhe presentes e flores. Entre os que a presentearam, diz Galanti, estava João Clapp Filgo, do quilombo da praia do Le Blon. Ao voltar a sua carruagem, a princesa foi saudada com um estrondoso grito de "Viva o anjo do Brasil!" e o Viva ecoou entre os tons festivos de hymno nacional e o estrondear dos foguetes e salvas reaes. [] Nestes dias de maio, os salões do paço da cidade estiveram franqueados ao povo, e este enchia todos os espaços e dava vida ao quadro. [] No mesmo dia 3 o cambio sustentou-se a 24 ¼, e não indicava que a profunda transição social affectasse o movimento da industria.
60 - 63	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§30 As camaras	industria. No dia seguinte reuniram-se as câmaras e elegeram suas respectivas mesas. No dia 7 de maio, o conselheiro Affonso Celso (Ouro Preto) declarou que o presidente do Conselho não podia contar com o apoio dos representantes liberaes, si o seu projecto não proclamasse liberdade immediata e incondicional. Quaesquer limitações encontrariam a mais viva resistencia. O liberto deveria sem demora entrar para o regimen commun. A camara dos deputados na sessão do dia 8 de maio devia presenciar um dos actos mais brilhantes da historia patria, a saber: a apresentação da lei do fim do captiveiro. Novamente as multidões cercavam o legislativo. Muitas senhoras da sociedade e representantes da elite se fizeram presentes. Por estar doente, em São Paulo, Antonio Prado, o conselheiro Rodrigo da Silva é que apresentou o projeto da

Г		111111111111111111111111111111111111111
		lei da libertação: Art. I. É declarada extincta a escravidão no Brasil. Art. Il Ficam revogadas as disposições em contrário. Apoiado imediatamente e approvado o projeto, foi votado e o parecer, que levou uma hora e quarenta minutos para ser elaborado, foi favorável. Andrade Figueira censurou os trâmites e o projeto voltou a ser discutido em nova sessão. Entre várias discussões, pronunciaram-se 89 deputados, sendo apenas nove (todos conservadores) contra a mesma. Foi aprovada também a emenda de Araujo Goes que dizia — desde a data da lei. No dia dez a proposta foi aprovada em terceira discussão. A proposta foi então enviada para o senado. Sendo invadido o recinto com flores e aclamações do povo houve mais festa em todos os níveis da sociedade.
63 - 65	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§31 No senado	Aprovada a proposta de lei para discussão, o senado emitiu a opinião de que, embora não constasse na lei, estava implícito que seriam desobrigados de prestação de serviços todos os que estavam sob alguma forma de contrato. Dada a urgência desse parecer, ele foi aprovado sem debate. No dia 12, apenas 40 senadores estavam presentes. O barão de Cotegipe disse em pronunciamento que a lei e as responsabilidades que ela acarretaria cabiam exclusivamente aos liberais. Fez previsões relativas ao destino dos partidos e partidário e solicitou que se votasse imediatamente – e duas vezes na mesma sessão, para que se iniciasse imediatamente a tomar as providências necessárias em benefício não só da lavoura mas dos que estavam sendo libertados. Foi então aprovado o projeto.
65 - 67	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§32 O dia 13	Embora fosse domingo, o senado reuniu-se para concluir a questão. A população estava de volta às ruas, em multidões em festa. Quarenta e nove senadores compareceram — todos queriam estar presentes e assumir a responsabilidade do ato. Paulino de Souza, em discurso, mostrou sua preocupação com a desorganização do trabalho que se seguiria com a entrada de 700.000 indivíduos sem preparo para a vida civil. Após alguns discursos, aprovada pelo senado, a lei seguiu no mesmo dia para a sanção da princesa regente.
67 - 68	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§33 Sancção da lei	Ás 3 horas e 8 minutos, principiou um dos actos mais notaveis de nossa historia. S. A. I. que viera do arsenal acompanhada por seu augusto esposo e os ministros da agricultura e imperio, entrou na sala do throno, e recebeu do conselheiro Dantas o autographo da lei que foi lido por S. Exa. Assim como um discurso allusivo ao acto. S. A. I. disse: "Seria o dia de hoje um dos mais bellos da minha vida, si não fosse saber estar meu pae enfermo. Deus permittira que elle nos volte para tornar-se como sempre tão util á nossa patria." Com uma pena de ouro, cravejada com pedras preciosas, que lhe fora oferecida pelo povo, a princesa, às 3 horas e 15 minutos, sancionou a lei. O trabalho caligraphico do decreto foi do notavel artista
		Leopoldo Heck, lançado sobre pergaminho, e o resto da tinta da assignatura foi conservado na penna. [] O governo communicou telegraphicamente a sanção da lei a todos os presidentes de provincia, ordenando que lhes dessem execução immediata.

		T
68 - 71	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§34 Regosijo Publico Universal	A festa da abolição durou até o dia 21. A Rua do Commercio fechou, a câmara suspendeu suas sessões por diversos dias, o povo estava nas ruas e telegramas chegavam de todos os lugares – do império e do exterior. Na Argentina, foi decretado feriado, para celebrações do fim da escravidão no Brasil
		No dia 15, depois de conhecido o effeito da libertação em todo o imperio, o cambio sobre Londres mantinha-se a taxa de 241/4. [] O ministerio da agricultura dirigiu com a data do dia treze, uma circular aos presidentes de provincia, dando explicações sobre a nova lei, instrucções sobre a sua applicação, e aconselhamento á população e aos libertos sobre o procedimento que deveriam adoptar. [] Entre as manifestações publicas tornou-se notavel o passeio civico do dia 20, promovido pela imprensa — do qual participaram o corpo de policiais, voluntários da pátria, a marinha imperial, oficiais das armadas, operários do arsenal etc., além de civis representados pela imprensa, a indústria, sociedades beneficentes, diversos clubes, corporações etc. Todas as outras festas, civicas, religiosas e militares, foram
		executadas com brilhantismo, porém não as descrevemos á parte, porque seria um nunca acabar.
71 - 72	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§35 Texto da lei	Lei 3353 de 13 de maio de 1888 declara extincta a escravidão no Brasil
72 - 76	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§36 Volta do imperador	Em 22 de agosto, retorna o imperador ao Brasil e o país volta a festejar, diz Galanti que ,desde a festa da maioridade este foi a maior movimento monarchista. Podem apreciações retrospectivas modificar as verdade dos factos, mas é innegavel que neste momento uma tendencia quasi geral compellia os animos a approximar-se do imperador palinuro provecto e acostumado a dirigir a nau do Estado. [] Quanto á augusta pessoa, soffrera mudança physica, estava magro, e no rosto trazia impressos os indicios dos crueis soffrimentos porque passara.
		Novamente os festejos duraram por diversos dias, e o comércio e os bancos foram fechados para a comemoração. O imperador, sempre modesto, como prova de desprendimento e desinteresse pelas manifestações mundanas, manifestou o desejo de que o que restava do dinheiro angariado para as festividades de recepção fosse destinado a uma maternidade sob a invocação de Santa Isabel.
		Quem diria que, em seguida a tanto regosijo, a tantos applausos e tantas demonstrações de jubilo, logo havia de se desenvolver uma notavel antipathia contra a familia imperial e contra o proprio imperador!
		Diziam que de velho o imperador já não podia governar, e não o fazia – governavam os ministros, que abusavam de seu poder. Os republicanos tiravam proveito dos senhores de escravos que se ressentiam de suas perdas. Galanti diz ter consultado jornais da época com bastante diligência e que a antipatia ao imperador estava estampada em todos

		eles. Contudo, o câmbio atingia seu máximo e o "papel era preferido ao ouro".
76 - 78	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§37 Aniversario da lei – 13 de maio de 1889	O país comemora em festa. Galanti reproduz trechos de um artigo que tirou do Jornal do Commercio daquele dia: "A escravidão tinha invadido todo o nosso organismo; era outrora principal factor do trabalho; representava capital avultadissimo; entrelaçava-se a todos os interesses, a todas as fortunas; prendia-se a toda a organização social, como elemento que parecia insupprivel, de producção e de riqueza. Por isto, só por isto, foi preciso ao Brasil caminhar com lentidão, que pouco a pouco, afastando obstáculos, aplainando difficuldades, incutindo convicções, e dominando resistencias, encaminhasse á solução pacifica e legal que já passou pela prova de um anno sem desmerecer os elevados intuitos e a sabia previsão com que foi decretada." [] Segue o artigo lembrando os passos da abolição, enchendo de glória o povo brasileiro e seus governantes. Enfim conclui: "[] Os effeitos da extincção do captiveiro no Brasil, quaes podem ser aufferidos no prazo de um anno, não são para desgostar-nos, nem para abalar a confiança no futuro. O milhão de homens beneficiados (comprehendidos neste numero os ingenuos e os libertos mediante a condição de serviços) não tem dado causa a aprehensões, nem a perturbações que sejam para incutir qualquer receio pela propriedade nacional. Factos isolados e accidentaes não são para deslustrar o bello espetaculo que emos oferecido ao mundo. A confiança não desappareceu e o espirito de iniciativa mostra-se punjante. Tenhamos fé que o trabalho livre, ao travez das difficuldades naturaes a todo o regimen incipiente, essa unica fórma perfeita de actividade humana, não tardará a desentranhar do nosso feracissismo sólo elementos de grandeza, quaes devem assegurar-nos uma patria rica, prospera e feliz. A experiencia esta feita e podemos congratular-nos por seus resultados. A lei de 13 de maio impoz sacrificios rudes, que sinceramente lamentamos, mas que eram inivitaveis, agora ou pouco mais tarde. Ninguem poderá dizer qual caminho teriam levado as cousas sem a intervenção energetica, mas opport
78 - 79	Epoca XIII – Ultimos annos. Capítulo IV, Fim do Cativeiro.§38 O Instituto Historico e Geographico Brasileiro e a lei de 13 de maio	Galanti diz ter deixado um espaço distinto para falar do papel do IHGB em relação à lei da abolição. Diz ele ter tirado muito das informações que expõe do livro publicado pelo Instituto logo após a morte do Imperador, intitulado "Homenagem". - Em 1887 no dia do aniversario natalicio do imperador o Instituto enviou ao paço imperial uma comissão, cujo chefe, senador Taunay, no discurso que pronunciou, entre outras cousas, disse que todos esperavam ver dentro em breve o Brasil livre da vergonhosa nodoa da escravidão "Essa data iminente está o Instituto Historico e Geographico Brasileiro ansioso por poder registrar nos fastos da historia patria. A 16 de maio de 1888 celebrou o Instituto uma sessão

		extraordinaria para deliberar sobre os modos de testemunhar a sua satisfacção pela Lei aurea de 13 de maio. Foi resolvido expedir um telegrama dando parabéns a S. M. o imperador [] Segue o autor narrando as providências ou conjecturas do Instituto – tudo no sentido único de "mostrar sua satisfação com a referida lei"
Nota		Aqui se encerra o capítulo, que, no total, abrange 65 páginas dedicadas às medidas referentes ao fim do "elemento servil".
151	Epoca XIII - Primeiros annos – Governo Provisório §82 Exterminio dos capoeiras	Para entendermos o que houve a este respeito, durante o governo provisorio é necessario copiarmos integralmente o trecho seguinte que encontramos á pág. 361 do livro do sr. Abranches ⁷² , "Um dos mais assignalados serviços que deveu esta capital ao governo provisorio, foi sem duvida algum o extermino dos capoeiras." Este artigo toma mais 8 páginas do livro de Galanti – dando detalhes sobre como se "exterminou" a capoeira no Rio, durante o governo provisório – mas não faz referências específica aos negros, pois eram capoeiras pessoas de todos os níveis sociais e, inclusive, filhos de homens do governo e da lei, quando não os próprios.

⁷² DUNSHEE DE ABRANCHES (1867 - 1941) (pseudônimo: Rabagas), romancista, poeta, jornalista, orador, nasceu em 1867 em São Luís do Maranhão e faleceu em Petrópolis, em 1941.

Autor: LIMA, José Ignácio de Abreu e (1794 - 1869)

Obra consultada: Compêndio da História do Brasil, pelo General J. I. de Abreu e Lima... .

Edição: 1ª

Ano de publicação: 1843 (data identificada no acervo do Senado Federal, na obra consultada, a data está ilegível, lê-se

apenas 184_)

Local de publicação: Rio de Janeiro **Editora**: Eduardo e Henrique Laemmert

Volume: Único Tomos: I e II

Número de páginas: 352

Ilustrações: 4 retratos: Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Felipe Camarão, Henrique Dias.

Acervo: FEUSP - Biblioteca do Livro Didático

Condições da obra localizada: Livro em mau estado de conservação. Desfaz-se ao ser folheado, não contém folhas

soltas. Aparentemente não infectado. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa em mau estado.

Militar e pensador brasileiro nascido em Recife, Estado de Pernambuco, herói militar de duas bandeiras espanhola e portuguesa - cujos estudos buscavam traçar um perfil da evolução histórica brasileira. Filho natural do Padre José Inácio de Abreu e Lima, conhecido como Padre Roma, líder político atuante durante a revolucão pernambucana (1817). Cursou a Academia Militar do Rio de Janeiro (1812-1816) saindo como capitão da artilharia. Como capitão de artilharia, foi preso em Recife (1816) como insubordinado e responsável por desordem e por aderir à rebelião. Enviado preso para a Bahia a fim de cumprir pena, foi obrigado a presenciar a execução por fuzilamento de seu pai, condenado por conspirar na mesma revolução (1817). Libertado, exilou-se nos Estados Unidos, onde ouviu notícias das lutas de Simón Bolívar pela independência da América hispânica. Escreveu ao general oferecendo seus serviços militares e, aceito, partiu para a então Grã-Colômbia, atuais Venezuela, Colômbia e Equador. Chegando à Venezuela, alistou-se (1818) nas tropas de Simón Bolívar, participando das batalhas e das campanhas pela independência dos três países. Destacou-se como estrategista, o que lhe garantiu a patente de general e o título de Libertador da Nova Granada, e chegou a chefe do estadomaior do exército libertador. Permaneceu ao lado de Bolívar até a morte deste (1831). Depois de [ter passado]12 anos na América hispânica, foi expulso por intrigas de militares. Mudou-se para a Europa, onde em Paris (1831) conheceu D. Pedro I, que abdicara ao trono, a quem prestou solidariedade. De volta ao Brasil, defendeu a volta de Pedro I ao trono por considerar o monarca, que havia proclamado nossa independência, uma espécie de Bolívar português e foi recebido com muitas críticas negativas, inspirando piadas e até comédias. Januário da Cunha Barbosa escreveu a peça A rusga da Praia Grande, ou O quixotismo do general das massas, em que parodiava o herói latino-americano. Voltou ao Brasil (1832) e foi reintegrado no Exército como general. Já dedicado fervorosamente a pesquisa historiográfica filiou-se ao Partido Restaurador e defendeu pela imprensa a volta de D. Pedro I. Lançou Compêndio de história do Brasil (1843) pela editora Laemmert, contando o seu descobrimento até o majestoso ato da coroação e sagração do Sr. D. Pedro II, em dois volumes. Polêmica a obra foi avaliada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e foi considerada plágio de Alphonse Beauchamp, já acusado de copiar Robert Southey. O autor refutou a acusação por meio da Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen. O inquieto militar não se limitou às Letras e (1848), participou da Revolução Praieira, em sua terra natal. Conhecido como o General das massas e Herói das Duas Américas, manteve até o final sua conhecida conduta provocadora, desafiando nos últimos anos o Clero pernambucano, especialmente por ser defensor da liberdade de culto para os protestantes. Assim. quando morreu (1869), a Igreja Católica, através do bispo de Olinda, proibiu que seu corpo fosse sepultado no cemitério público da cidade por ter se envolvido em algumas polêmicas com o clero local e, por isso, foi enterrado em um cemitério anglicano dos Ingleses, em Santo Amaro. Barbosa Lima Sobrinho, quando governador de Pernambuco, tomou a iniciativa de mudar o nome do distrito de Maricota para Abreu e Lima, hoje município no Grande Recife, a 20 quilômetros da capital pernambucana. Também escreveu Sinopse cronológica da história do Brasil (1844), a primeira coleção de efemérides brasileiras (1550-1842), História universal, em dois volumes (1847), O socialismo (1855), As Bíblias falsificadas (1867) e O Deus dos judeus e o Deus dos cristãos (1867).

<u>Fonte:</u> **Só biografias**. Textos compilados e digitados pelo Prof. Carlos Fernandes. Disponível em: http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Joselnac.html>. Acesso em 28 mar. 2011. (Reprodução integral do texto, com autorização expressa do autor, em 8 abr. 2011)

Abreu e Lima escreveu também, em 1835, sobre a restrita competência do brasileiro para enfrentar um sistema Republicano, onde aponto a missigenação como uma das razões dessa dificidade. (APÊNDICE D)

DA DISCUSSÃO COM VARNHAGEN

"O autor refutou a acusação por meio da Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen."

Essa frase acima grifada é repetida em dezenas de trabalhos acadêmicos, como se fosse em si algo completo e compreensível. Porém, o texto da Resposta não aparece em nenhum arquivo digital ou nas bibliotecas que pude consultar, talvez tenha sido algo particular – me pergunto.

Com referência às críticas de Varnhagen a "Pietre-Stones – Review of Freemasonry" num artigo, online, em espanhol, do brasileiro "Ven. Hermano William Almeida de Carvalho 33", sob o título "*Brasileño Desconocido en su País es Héroe Nacional en Venezuela*", publica uma posição, no mínimo, intrigante:

Sintiendo que no entendía el cuadro politico brazileño, desiste de la lucha política y comienza a dedicarse solamente as las actividades intelectuales. Escribe en 1843 un Compendio de la historia del Brasil desde su descubrimiento hasta el majestuoso acto de la coronación y bendicción del Sr. D. Pedro II, em dos volúmenes. Este libro también despertó polémica, pues el presidente perpetuo del Instituto Historico y Geográfico Brasileño. Cónego Januáro da Cunha Barbosa, también su enemigo, instó para que la comisión del Instituto se pronunciase de manera negativa en relación al libro. Abreu escrebió, ya viviendo en Recife, un denso volumen titulado Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen. (Uma interessante e completa biogradia do autor encontra-se neste texto. Disponível em: http://www.freemasonsfreemasonry.com/23carvalho.html. Acesso em 28 abr. 2011)

De qualquer forma, após a tal carta de Abreu e Lima (que certamente existiu), Varnhagen faz sua tréplica, publicando "Replica apologética de un escriptor calumniado e juizo final de um plagiario diffamador que se intitula general" (VARNHAGEN, F. A. Madrid: d. Dominguez, 1846), onde comenta com agudez: "é visivel o esforço de um erudito escriptor para mostrar graça sem a possuir".

QUADRO INFORMATIVO

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
38	Negros	Capítulo II – 1532-1580 - § II - Estados das outras capitanias - Martim Afonso volta a Portugal em 1531	As capitanias do Espirito Santo, Porto Seguro e Ilheos, se não cresciam em prosperidade, mantinham-se pelo menos á custa de grandes esforços dos seus donatários para conservarem a sua posse; se bem que vivessem quasi constantemente em estado de guerra com o indigenas. O comportamento oppressivo dos colonos de Pernambuco para com os Cahetés excitou de novo o odio d'estes selvagens, que se armaram e puzeram cerco ao estabelecimento ou feitoria de Iguarassú. Compunham a sua guarnição noventa Portuguezes e trinta escravos negros: os sitiantes eram doze mil.
89-90	Negros (2x), escravos, Palmares, República dos Palmares, horda negra	Capítulo terceiro – 1580 – 1640 – § VI - Os Palmares [comparação entre os indígenas e os negros]	Os hollandezes concluirão então allianças entre indígenas, e servirão-se da tribu dos janduís para perpetrarem horríveis crueldades. O assassinio, o roubo e o estupro não satisfazião estes tremendos selvagens; querião além disso saciar-se com a carne de suas vítimas. Inimigos, quasi tão formidáveis como os selvagens janduís, se tinhão estabelecido desde 1630 no interior

			da provincia de Pernambuco. Erão negros escravos desta provincia, e de outras vizinhas, que, aproveitando o ensejo favorável da guerra dos Hollandezes, resolverão recobrar a sua liberdade e independencia no meio dos bosques. Quarenta forão os primeiros, que se refugiarão armados em um grande bosque de palmeiras, donde lho veio o nome "Palmares", ou "República dos Palmares". A estes primeiros desertores reunirão-se muitos, de sorte que em poucos annos o seu numero chegou a trinta mil. Em suas excursões causarão estes negros grandes estragos, levando devastação e a morte a todos os estabelecimentos dos colonos a que podião alcançar. Taes forão a origem e progressos desta horda negra, que, tornando-se poderosa, pôde resisitir aos Hollandezes victoriosos, e aos Portugueses, por mais de meio século, até que livre inteiramente o Brazil, os puderão atacar com forças respeitáveis.
104	Negros, tráfico, escravos	Capítulo terceiro – 1580 – 1640 – § VIII – A volta de Teixeira para Belém	Em quanto a expedição portugueza corria a imensa extensão, que separa o Peru do mar Atlantico; os Hollandezes, senhores de muitas provincias do Brasil, procuravam ardentemente consolidar o seu poder. A expedição contra a Bahia, apezar de desgraçada, pagou a sua despeza com o grande saque do Reconcavo, onde os invasores tomaram quatrocentos negros, além de outros ricos despojos. Comtudo, o monopolio da Companhia era um grande estorvo para augmento da nova colonia, e o parecer de Nassau, de que se tornasse livre o commercio, preponderou, franqueando-se os mares do Brasil, com reserva tão sómente do tráfico de escravos e da madeira de tinturaria.
111		Capítulo IV – 1641 – 1654 - § I – O Brasil entra de novo no dominio Portuguez	A insurreição estava preparada para o dia 24 de junho de 1645; [] dois conjurados (Sebastião de Carvalho e Fernão do Valle) denunciaram por uma carta ao Supremo conselho todo o plano da revolta. [] e os membros do governo só cuidaram de apoderar-se de João Fernandes Vieira; porém este, avisado a tempo, fugiu para os bosques visinhos, onde já de antemão tinha preparado seguro asilo; e despachando immediatamente os seus correios, teve o gosto de ver em poucas horas todos os Portuguezes, em estado de pegar em armas, correrem para junto d'elle com suas mulheres, filhos e escravos formando um corpo de mil e duzentos homens, que logo armou e municionou. Tal foi o primeiro signal da revolta, ou para melhor dizer, o rompimento da guerra memoravel, que libertou o Brasil do dominio hollandez.
145- 146 - 147		Capítulo V – 1654-1807 - § II - Povoação das Alagoas.	Antes de passarmos adiante, cumpre aqui darmos conta da celebre reunião dos Palmares, de cuja existencia fallamos no capitulo III § 6. Dissemos então que havendo-se reunido grande numero de escravos fugidos n'aquelle logar, se tinham tornado formidaveis a ambos os partidos, assim aos Portuguezes como aos Hollandezes; levando o horror e a devastação por todos os logares visinhos, até que se constituiram em Estado independente e soberano. Com effeito, fraca foi a sua origem, porque constava tão sómente de quarenta negros armados, que alli se refugiaram; mas affluindo em pouco tempo muitos outros, ganhou a

reunião um rapido e assombroso crescimento. Como os fugitivos não possuiam o sufficiente numero de companheiras, sairam a procura-las á maneira dos Romanos, caindo brutalmene sobre as habitações visinhas, e apoderando-se de todas as mulheres de côr: Rocha Pita diz, que o roubo das Sabinas não fôra nem o mais completo nem o mais geral. Os salteadores dos Palmares imitaram ainda os antigos dominadores do mundo, sagueando as povoações, e commetendo mil outras barbaridades. Os agricultores de Porto Calvo, obrigados a comprar a alliança dos negros, lhes forneciam armas, munições e outras mercadorias, e a Colonia Africana tomou um aspecto florescente e terrivel. A agricultura a que os Palmerienses se entregaram com uma ordem e previdencia que fazem pasmar, adoçou seus costumes. Um chefe electivo e vitalicio, escolhido d'entre os mais bravos, denominado Zumbé, estava encarregado de vigiar sobre a segurança e augmento da povoação, executando por meio de Ministros de sua nomeação uma especie de codigo, hoje infelizmente ignorado. A religião adoptada era provavelmente o Christianismo, alterado por muitas superstições gentilicas. Mais de meio século tinha decorrido desde o começo

do estabelecimento, quando o Governo de Pernambuco amedrontado resolveu aniquila-lo. Caetano de Melo que governava esta Capitania, de acordo com João Lencastro, então Vice-Rei do Brasil. fez marchar sete mil homens de infantaria; porem os negros os repelliram vigorosamente. Com tudo como os attacantes conservassem em sitio a povoação, em quanto lhes chegava a artilharia, que haviam requisitado, e os habitantes circumvisinhos se tivessem concentrado n'este ponto, veiu a fome completar a ruina dos sitiados, fazendo-os sucumbir aos primeiros tiros de canhão. Então viu-se um d'aquelles rasgos que attestão ser o verdadeiro valor o mesmo em todas as especies do genero humano. Tendo que optar entre o horror do captiveiro e a morte. Zumbé e seus companheiros preferiram o ultimo partido, despenhando-se do pico de um rochedo alcantilado (1697). Os velhos, meninos e mulheres, foram vendidos; extinguiram-se as mesmas ruinas da cidade, e hoje só resta dos Palmares a memoria de seus celebres habitantes.

Autor: MACEDO, Joaquim Manuel de (1820-1882)

Obra consultada: Lições de Historia do Brasil para uso dos alumnos do Imperial Collegio de D. Pedro II...

Edição: 10 ª edição revista e actualizada **Local de publicação**: Rio de Janeiro

Editora: Livraria Garnier Ano de publicação: s/d Ano da 1ª edição: 1861 Volume: Único

Número de páginas: 529 Ilustrações: nenhuma

Acervo: Livros Grátis.Net (online): Disponível em:http://www.livrosgratis.net/download/2365/licoes-de-historia-do-brasil-

joaquim-manuel-de-macedo.html>. Acesso em: 15 mar. 2011 **Condições da obra localizada**: Digitalização muito boa.

Nota: "Obra adoptada pelo Conselho Superior de Instrução Pública para uso das escolas de ensino primario." Contém

carimbo da B. Nac. e Pub. da Corte.

La series Manuel de Manada na sance de Dia de Jameiro em 4000 e ferman ac

Joaquim Manuel de Macedo nasceu no Rio de Janeiro em 1820 e formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1844, mas nunca chegou a exercer a profissão. Aos 30 anos ingressou no IHGB. Foi ainda muito moço nomeado professor do Colégio Pedro II, ao lado de Gonçalves Dias, Gonçalves Magalhães e outros. Foi deputado várias vezes pelo Partido Liberal.

Em 1844 publicou "A Moreninha", seu primeiro romance. Sua carreira seguiu um caminho totalmente diferente ao de sua formação profissional. Patrono da Cadeira nº. 420 da Academia Brasileira de Letras, além de escritor, foi fundador da Revista "Guanabara", secretário, orador do Instituto Histórico, político, professor e preceptor dos filhos da princesa Isabel.

Como romancista, atendia à expectativa do leitor burguês, pois descrevia, em uma linguagem simples, os costumes da sociedade carioca. Eram tramas fáceis, pequenas intrigas de amor, que sempre tinham finais felizes.

Os seus personagens eram o estudante conquistador, a moça apaixonada e namoradeira, o galã irresistível e outros tipos com quem o público leitor pudesse se identificar. Além de "A Moreninha", Macedo escreveu ainda outros 17 romances, 16 peças de teatro e um livro de contos. Entre essas obras destacam-se: O Moço Loiro (1845) e Os Dois Amores (1848).

Faleceu no Rio de Janeiro em 11 de abril de 1882. Embora tenha morrido no quase esquecimento, Macedo teve seu tempo áureo entre os anos 44 e 64, como "o mais fecundo dos escritores de seu tempo", sendo reconhecido por muitos como o fundador do romance no Brasil, um dos criadores de nosso teatro e um dos mestres de nossa poesia. Com Gonçalves Dias e José de Alencar, ilustrou os primeiros vinte e cinco anos do reinado do segundo Imperador.

"Macedinho", como era conhecido, era muito popular e brincalhão e simples; fez rir por cerca de trinta anos o Rio que não demorou esquecê-lo.

A partir de 1873, em franca decadência literária começou a escrever obras encomendadas, incluindo "livros didáticos de reduzido valor". Suas Licções de Historia do Brazil datam de 1861, com edição "refundida e ampliada" em 1863. Além de inúmeros livros publicou em revistas, folhetins e relatórios além de jornais e outro periódicos.

Sua poesia lírica é o que provavelmente tem de mais belo entre suas produções.

"Não se conhecerá Joaquim Manoel de Macedo se não se conhecer os seus poemas".

Fontes: *Mundo Cultural. Disponível em: http://www.mundocultural.com.br/>. Acesso em: 5 abr. 2011; ROMÉRO & RIBEIRO, 1906, p. 251-261

QUADRO INFORMATIVO

Pág. Termo/palavra Coutilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
--------------------------------	----------	--------------------

107- 108	Escravos (2x), africanos	Lição XIII – O estado em que se achava o Brasil quando passou para o domínio da Hespanha – 1581	A capitania de Pernambuco excedia a todas as outras em animação e riqueza; sua população eleva-se a dous mil colonos e outros tantos escravos; as suas fazendas de assucar não eram menos de sessenta e seis; produzindo regularmente duzentas mil arrobas d'este genero por ano [] A antiga capitania de Francisco Pereira Coutinho, depois de devolvida á coroa, e onde se achava a capital do Brasil, tinha uma população de dezeseis mil almas entre colonos, índios catechisados e escravos africanos, trinta e seis fazendas de assucar e grande desenvolvimento de navegação no recôncavo []
167	Negro, negros	Lição XIX – Guerra Hollandeza – desde a retirada de Mathias de Albuquerque até a aclamação de D. João IV no Brasil – 1635- 1641	[] e Henrique Dias, o nobre negro chefe de uma força de negros, causaram os maiores dannos e prejuízos aos hollandezes.
207	Negros (2x)	Lição XXIII — Guerra hollandeza desde a segunda batalha dos Guararapes até o tratado de paz celebrado entre Portugal e a Hollanda – 1648-1661	D. João IV premiou com importantes graças, com nomeações de governadores e commendas lucrativas a Barreto, Vidal e Vieira, com os melhores cargos da capitania os officiaes dos independentes, e com doações de terras aos soldados que não podessem exercer empregos públicos. O bravo Henrique Dias, esquecido em Portugal, foi no Brasil nomeado mestre de campo de um regimento de negros da Bahia, um regimento que nunca se extinguiria e que perpetuamente se chamaria de Henrique Dias, denominação gloriosa e que se estendeu aos regimentos de negros de outras capitanias.
224-225		Lição XXV – Destruição dos Palmares – Guerras civis dos mascates, em Pernambuco, e dos emboabas, em Minas – 1687-1714	Aproveitando-se da desordem, da emigração e do abandono das fazendas e propriedades, durante a guerra hollandeza, muitos escravos fugiram e foram acoutar-se nas faldas da serra da Barriga e provavelmente em outras matas, formando quilombos, onde no correr do tempo outros escravos se reuniam aos primeiros, procurando assim livrar-se da oppressão do captiveiro, e sem duvida tambem a elles se ajuntáram desertores e criminosos. Estes famosos quilombos foram conhecidos pelo nome de Palmares; os quilombos que os povoavam subiam ao numero de alguns mil, e tiverão uma especie de governo, cujo chefe se denominava zumbi. A existencia dos Palmares era um perigo para capitanias onde existião e que avizinhavam com estes quilombos; mas, debalde, acabada a guerra hollandeza, mandáram contra elles por vezes os governadores de Pernambuco expedições sucessivas, os Palmares zombáram das forças de governo, até que emfim, em 1667, o paulista Domingos Jorge Velho obrigouse a destruir aquelles quilombos e a aprisionar os quilombolas mediante certas condições que foram aceitas pelo governador de Pernambuco, João da Cunha Soutomaior, e seguindo-se encamiçada campanha, e muitos combates, em que ostentaram todo o seu valor os paulistas commandados por Domingos Jorge, conseguio este conquistar definitivamente os Palmares em 1697, tendo o zumbi e alguns de seus principaes companheiros preferido a morte à escravidão, despenhando-se do alto de um rochedo acantilado. Lutas muito mais sinistras que a dos Palmares romperão logo depois no norte e no sul do Brasil; mais sinistras sem duvida, porque se misturou com ellas um odio mesquinho que se ateou entre os colonizadores e seus descendentes.[]

229	Palmares, quilombos	>> - Explicações	Palmares – diz-se que este nome foi dado aos quilombos de que se trata; porque os quilombolas plantaram grande copia de palmeiras em torno do primeiro mocambo que formáram.
233	Palmares (5x)	>> - Perguntas	Como, e quando se organisàram os quilombos das Palmares? Como se intitulava o chefe dos Palmares? Houve tentativas infructuosas para destruir os Palmares? Quem foi o conquistador e quando se realizou a conquista dos Palmares? que foi feito dos chefes principaes dos Palmares?
428-429	Escravos(7x), abolição (2x), tráfico, africanos, escravidão (2x), escravisados, alforrias, senhores de escravos,	Lição XLVIII — A Abolição e a Republica — 1888-1889	O Brazil foi um dos ultimos paizes a decretar a emancipação dos escravos. Isso foi motivado pela impossibilidade, em que sempre se viram os governos, de realisar de chofre essa medida humanitaria, sem comprometter gravemente a fortuna publica e particular: basta dizer que, no dia 13 de maio de 1888, quando foi assignada a lei da abolição ainda existiam no Brasil mais de setecentos mil escravos. Uma glória porém, cabe á nossa nacionalidade: a de ter effectuado essa reforma social sem derramamento de sangue, entre expansões de jubilo intenso e fratemal. A primeira lei que golpeou a instituição maldita, foi a de 4 de setembro de 1850, prohibindo o tráfico de africanos do Brasil. Já anteriormente José Clemente Pereira (1826) propuéra à Camara dos deputados este projecto de lei: 'O commercio de escravos acabara em todo o império do Brasil no ultimo dia de dezembro de 1840'. Mas esse projecto convertido em lei em 1835, nada veio fazer em favor da abolição, porque os interesses de senhores de escravos sempre burlaram as suas disposições. Só com a lei de 1850 (devida ao estadista Eusebio de Queiroz) ficou o trafico realmente extincto. A lei de 28 de setembro de 1870, devida principalmente ao visconde do Rio Branco, e sancionada pela princeza D. Isabel que na ausencia do imperador exercia a regencia do Imperio, veio completar a de Eusebio de Queiroz – declarando livres todos os nascidos de ventre escravo. Estava assim virtualmente extincta a escravidão, pela extincção das duas fontes que a alimentavam. Mas a opinião publica reclamava alguma cousa mais. O partido abolicionista, que cada vez se tomava mais forte, exigia a liberdade, immediata e sem condições, para todos os escravisados. Varios projectos, apresentados ao Parlamento, e tendentes a decretar a emancipação gradual, não logravam converter-se em leis. A propaganda abolicionista dilatava-se, impunha-se, conquistava todos os escravisados da provincia do Ceara; o mesmo se deu no Amazonas a 10 de julho, e em varios municipios do Rio Grande do Sul a 18 de setembr

429	Abolição	Lição XLVIII – A Abolição e a Republica – 1888-1889	A Republica era uma antiga e nunca suffocada aspiração do Brasil. A abolição, descontentando os fazendeiros, e sucessivas "questões militares", descontentando o exercito, causavam uma irritação que foi habilmente aproveitada pelo partido republicano. []
434		>> Perguntas	Por que motivo foi o Brasil um dos ultimos paizes a decretar a emancipação dos escravos? Qual foi a primeira lei que combateu efficazmente a escravidão no Brasil? A quem principalmente é devida a decretação d'essa lei? Antes d'isso, porém, não houvéra uma lei destinada a prohibir o tráfico? Quem a propunha ás camaras? Em que data? Por que não foi essa lei cumprida? Quem promoveu a decretação da lei de 28 de setembro de 1870 Quem a sanccionou? Que entendo por 'alforrias em massa'? Quando foi, afinal, totalmente extincta a escravidão no Brasil? Que ministerio obteve das camaras a decretação d'essa lei? Quem a sanccionou?

Autor: MAIA, Luis de Queirós Mattoso

Obra consultada: Lições de História do Brazil: proferidas no internato do Imperial Collegio de Pedro II, pelo respectivo

professor.

Edição: 2ª correcta e augmentada Local de publicação: Rio de Janeiro

Editora: B. L. Garnier Ano de publicação: 1886 Ano da 1º publicação: 1880

Volume: Único

Número de páginas: 515 Ilustrações: Nenhuma

Acervo: Gabinete de Leitura Sorocabano - obras raras

Condições da obra localizada: Bastante frágil. Livro com páginas costuradas, sem folhas soltas. Papel em decomposição, difícil manuseio. Há restaurações feitas em fita adesiva (Durex©). Há anotações feitas por leitores e

"rabiscos infantis". Legível e completa. Capa grossa.

Luis de Queirós Mattoso Maia nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em Medicina em sua cidade natal. Já era professor interino do Internato do Imperial Collegio de Pedro II quando, em 1879, tornou-se catedrático com a tese "Progressos do Brasil no século XVIII até a chegada da Família Real".

Continuando a tradição dos colegas, como Justiniano da Rocha, Calógeras, Gonçalves da Silva, Tautphoeus, Macedo, Ramos Mello, Thomaz Alves Nogueira, Moreira de Azevedo, autores de compêndios de História, Mattoso Maia também os escreveu sobre história universal e história pátria. Em 1880, publicou, a exemplo de Macedo, "Lições de Historia do Brazil" para seus alunos do internato.

Era comum entre os professores do Pedro II transformar suas lições em compêndios, declarando-os para uso do Imperial Colégio. Isso não impedia, contudo, que fossem adotados em outros estabelecimentos de instrução secundária. O Pedro II era então considerado o colégio modelo, sabiam-no sujeito à fiscalização suprema do Imperador. "O exemplo sempre desce do alto. Modela-se fatalmente o subalterno pelo superior. Tal um, tal outro."

Raul Perdeneiras assim descreveu Mattoso: "jovial, comunicativo, amigo até o sabugo da alma, condimentando a aridez dos assuntos com episódios anedóticos". Sempre de preto com longas barbas brancas em contraste, pausado no andar e rápido na palavra, Mattoso Maia era dos mais estimados professores do Colégio. Em 1901 desapareceu a cadeira que fora inaugurada, em 1849, por Joaquim Manoel de Macedo, ocupada, na época, por Capistrano de Abreu no externato e Mattoso Maia no internato.

Matoso Maia serviu /ao País/ como médico na Guerra do Paraguai. Depois foi ser professor de História e Coreografia no Colégio, onde gozou de estima. Capistrano não simpatizava com ele. Em artigo de jornal (1880), ao examinar um livro dele, até que principiou inclinado ao elogio. 'Se não apresenta investigações novas, se não põe os fatos de modo original, é certo que leva vantagem a muitos compêndios do Imperial Colégio'. Porém — acrescenta -, "o Autor exibe dois graves defeitos: não mostra estudos das fontes e não conhece trabalhos críticos". Censura-o por apoiar-se em Varnhagen e Macedo. Devia orientar-se por Candido Mendes, cujas Notas sobre a História Pátria são 'o que de mais importante se tem publicado atualmente sobre os nossos anais". E finaliza "Macedo não é fonte, copia o visconde de Porto Seguro".

Respondeu-lhe Matoso Maia, reiterando seus pontos de vista. Capistrano, ao replicar, manteve as restrições com azedume. Não admitia cotejos, ameaçando com um corretivo o interlocutor. (SEGISMUNDO, p. 167)

Fonte: * Memória Histórica do Colégio de Pedro II – 1837-1937. p. 169; 181

** SEGISMUNDO, Fernando. Professores de História do Colégio Pedro Segundo. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, 152(370):151-192, jan. /mar. 1991. Acervo Colégio Pedro Segundo.

- Textos gentilmente digitalizados e enviados por e_mail, em 13 abril de 2011 pela Equipe do NUDOM, do CPII.

SOBRE A OBRA

Aprovação da Obra - Parecer do Conselho Literário

A 1ª secção do conselho litterario a que foi presente a obra intitulada – Lições de Historia do Brazil pelo Dr. Luis Queirós de Mattoso Maia pela leitura e confrontação com outros compendios da mesma materia, considera a referida obra como o melhor compendio de Historia do Brazil até hoje publicado, e é de parecer que seja approvado para uso dos estabelecimentos de instrucção secundaria da Provincia, ficando porem a sua admissão definitiva dependente das formalidades legaes.

Recife 12 de maio de 1881. – Ezequiel Franco da Sá, relator, Francisco de Silva Miranda. – approvado pelo Conselho literario em conferencia hoje.

Inspectoria Geral da Instrucção Publica, 16 de maio de 1881. – João Barbalho. – Conferi, Portocarrero.

Texto impresso na página inicial da obra

QUADRO INFORMATIVO

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
79	Escravos africanos		Uma das faltas mais sensiveis que se notara na recente colonia era a de mulheres; o Padre Nobrega tanto a reconhecia, que escrevia para Portugal pedido que remettessem para o Brazil mulheres ainda que fosse erradas, que promptamente obteria, extracção. Esse pedido foi logo atendido embora não em grande abundancia, porque na expedição que veio de Portugal commandada por Antonio de Oliveira vieram apenas moças do recolhimneto das Orphãs, muito recomendadas pela Rainha D. Catharina []. Pensam tambem alguns historiadores que foi nessa expedição de Antonio de Oliveira que vieram os primeiros escravos africanos para o Brazil, nós porém adoptamos a opinião do Sr. Visconde de Porto Seguro, que diz que os escravos africanos vieram para o Brasil desde a sua primitiva colonisação. Alem dessa expedição de Antonio de Oliveira e de uma anterior de Simão da Gama de Andrada, foram seguindo se annualmante outras com alguma gente voluntaria, com orphãos, com degradados, e com varios objectos de commercio e indispensaeis á vida, os quaes pelo custo da metropole eram vendidos aos colonos ou dados em pagamento aos que tinham de receber vencimentos do Estado.
91	Escravos	Lição IX – Men de Sá 3º Governador Geral – 1558-1572	A tranquilidade de que a colonia ia gozando esse tempo, fazia progredir a lavoura, e os trabalhos dos engenhos de assucar promettiam augmentar pela facilidade de obtenção de mais braços, com a medida estabelecida pela metropole de que o capitão da ilha de S. Tomé [África] deixasse sahir até 120 escravos por engenho, com o pagamento apenas de um terço dos direitos em vez da metade.
109	Escravos africanos		A capitania da Bahia, que tinha sido comprada por Manoel Pereira Coutinho, herdeiro do infeliz primeiro donatario, e que tinha revertido á Corôa, caminhava em desenvolvimento satisfactorio. A população total era de 16,000 habitantes, tendo a cidade do Salvador apenas 800 moradores livres: a edificação urbana ainda não passava das portas de S. Bento e da Sé actual. No computo da população da capitania incluiam-se 2,000 colonos, 4,000 escravos africanos e 6,000 indios christianisados. [] A instrucção á mocidade era dada no collegio dos Jesuitas, onde alem de aulas de primeiras letras havia as de theologia e humanidades, e um curso de artes: o numero total de alumnos era 60. Havia como em Pernambuco muito luxo e as bahianas mostravam gosto especial pelas ricas joias.

145-146	Ecoroves		[] An violencies des conquistadores a a intelevencia de-
	Escravos		[] As violencias dos conquistadores e a intolerancia dos fanaticos não viam favoravelmente esse proceder do administrador do Brazil hollandez e começaram a aparecer hostilidades dos proprios hollandezes contra Mauricio de Nassau, que tinha conseguido que os Estados Geraes limitassem os privilegios da Companhia das Indias occidentaes á importação de escravos e artigos de guerra e á exportação de madeira de tinturaria, 1638.
163	Escravos	Lição XX — Ultimo periodo da guerra hollandeza: desde a insurreição pernambucana da campina de Taborda — 1645-1654	Depois de 5 horas de um aturado pelejar, os hollandezes aproveitaram-se da noite para retirarem-se com um grande numero de feridos mas deixando 350 mortos, pouco mais ou menos. Os insurgentes tiveram 37 feridos e 28 mortos []. Nas forças de reserva de João Fernandes Vieira achavam-se 50 dos seus escravos, a quem elle libertou depois do combate, e alistou como soldados, porque assim lhes tinha promettido fazer, ao caso de obterem victoria contra o inimigo.
184-185		Lição XXIII - Destruição dos Palmares, guerras civis dos Mascates de dos Emboabas – 1675- 1714	Desde as primeiras operações contra os hollandezes tinhamse acoitado muito escravos nas faldas da serra da Barriga na Provincia das Alagôas. Esses quilombos foram se organizando mais ou menos regulamente, e obedeciam a um chefe a que chamavam Zumbi. Appareceram exagerações sobre o numero d'esses pretos, uns acompanhando a opinião de Gaspar Barleus, diziam que eram 11,000; outros com Rocha Pitta, diziam que eram mais de 20,000; e outros elevavam esse numero a 30,000; em diversas aldêas ou mocambos, como diz Brito Freire na Guerra da Brasilica, Liv 7º, nº 527. Os principaes quilombos existiam nos logares em que posteriormente se formaram as villas de Jacuhype e da Atalaia. O Governador Geral Francisco Barreto de Menezes e seus sucessores mandaram improficuamente 25 expedições para exterminar os quilombos. O capitão Fernão Carrilho obteve algumas victorias: mas não foram decisivas - 1675-1678. O que o Governo não tinha podido conseguir, obteve-o um simples particular. O paulista Domingos Jorge Velho offereceu se para dar cabo dos Quilombos do Palmares, 1687, mediante algumas condições assignadas em 3 de março de 1687, como a concessão de sesmarias das terras conquistadas, a propriedade dos escravos aprisionados com a obrigação de mandar fôra da capitania os maiores de 7 annos, perdão de morte aos que não fossem chefes, e a garantia para os chefes e officiaes da expedição de 4 habitos das 3 Ordens militares pela conclusão da guerra. Só em fins de 1695, os principios de 1696 foi que o valente emprehendedor paulista pôde concluir a sua tarefa exterminando os quilombos. Para conseguir tão completa victoria foi preciso que o Governador e Capitão Geral de Pemambuco, Gaetano de Melo e Castro, madasse um corpo de exercito de 6 a 7.000 homens, com artilharia, dispostos em 3 columnas, uma sob o comando de Domingos Jorge, outra sob as ordens de Sebastião Dias, e outra comandada por Bernardo Vieira de Mello. O Zumbi, trahido afinal por um mulato, é atacado no seu mocambo, onde lhe restavam apenas 5 homens, morreu pelejando c

			Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, veiu elucidar a questão, pois o governador de Pernambuco dava-lhe a noticia de ter sido morto em luta o Zumby dos Palmares. Por esse tempo começaram a ser devassados os sertões do Brazil []
207	Escravos	Lição XXV – Desenvolvimento e progresso do Brazil no reinado de d. João V	[] Aos mineiros concediam-se as prerrogativas de não poderem ser presos por divida enquanto estivessem trabalhando nas minas, nem sofrer penhora nos escravos, instrumentos, provisões e coisas necessarias para os seus trabalhos, mas também a pena por vender, embarcar ou possuir ouro não contrastado, era de morte e sequestro de bens, sendo dois terços para a corôa e o resto para o denunciante.
210-211	Escravos	Lição XXV – Desenvolvimento e progresso do Brazil no reinado de d. João V - Das lavras de Minas Gerais	O governo de Portugal, não satisfeito com os resultados obtidos por esses meios e não querendo fazer a lavra por sua propria conta, ordenou que se arrematasse por contracto, modificando a lei de 22 de Dezembro – o 1º contracto foi feito com o Sargento Mór João Fernandes de Oliveira, de sociedade com Francisco Ferreira da Silva, e vigorou por 4 annos, 1º de Janeiro de 1740 a 31 de Dezembro de 1743, trabalhando com 600 escravos, e pagando 230\$000 pela capacitação annual de cada escravo. – Os contractadores lucraram bastante e assignaram o 2º contracto nas mesmas condições.
342	Preto	Lição XXXV – Medidas Legislativas – Senadores Feijó e Araujo Lima	"Revolta do Maranhão, 13 de Dezembro de 1838 rompeu na provincia do Maranhão na villa da Manga, do Iguará [] uma sedição capitaneada pelo desordeiro Raymundo Gomes Vieira, <i>jutaby</i> a pretexto de sustentar pretenções dos liberaes ou <i>bentevis</i> , contra os conservadores ou cabános: em breve reuniram-se aos facciosos bandos de Raymundo Gomes os não menos criminosos de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira (por alcunha o Balaio) e os do sanguinario preto Cosme. Depois de terem assaltado as povoações das tres comarcas de Itapicurú, Brejo e Caxias, tomaram e saquearam a cidade de Caxias, 1º de Julho de 1839"

Autor: MELO, Américo Braziliense de Almeida e. (1833 - 1896)

Obra consultada: Lições de História Pátria, do Colégio de São João, Campinas - publicadas por José Maria Lisboa

Edição: 1ª

Local de publicação: São Paulo Editora: Typographia da Provincia Ano de publicação: 1877

Volume: Único

Número de páginas: 375 Ilustrações: Nenhuma

Acervo: Gabinete de Leitura Sorocabano – obras raras

Condições da obra localizada: Livro com páginas costuradas, sem folhas soltas. Papel em decomposição, difícil manuseio. Há restaurações feitas em cola. Obra sem rasuras feitas por leitores. Legível e completa. Capa grossa.

Américo Braziliense de Almeida e Melo nasceu em Sorocaba - SP, a 8 de agosto de 1833. Diplomado bacharel em ciências jurídicas e sociais, em 1855, pela Faculdade de Direito de São Paulo, doutorou-se em 1860. Depois de ter advogado na Capital, transferiu-se para a cidade de Faxina (atual Itapeva), no interior da Província de São Paulo, onde já atuara, em 1857, como juiz municipal de órfãos.

Ao ingressar na política, foi deputado provincial e geral, vereador de Capital, presidente da Paraíba e, em 1968, assumiu o governo do Rio de Janeiro, deixando este último cargo por ocasião da queda do Gabinete presidido por Zacarias de Góes.

Com a ascensão do Partido Conservador, regressou a São Paulo e, juntamente com Luis Gama [mulato], Américo de Campos, Ferreira de Menezes [filho de escravos] e outros, fundou a Loja Maçônica "América", em 1868, cujo objetivo estava voltado inteiramente à campanha abolicionista e à divulgação dos ideais republicanos – ideais aos quais se dedicou a partir de então. Foi um dos signatários do Manifesto Republicano, de 3 de dezembro de 1870, e um dos participantes da Convenção de Itu, desempenhando a função de secretário da mesa diretora dos trabalhos. Foi, ainda, criador do Partido Republicano em São Paulo e autor do projeto da Constituição Federal.

Lecionou na Faculdade de Direito de São Paulo e participou da comissão encarregada de elaborar o projeto da Nova Constituição, cabendo-lhe promulgá-la. Foi governador do Estado de São Paulo (1891 – 3º. governador) e o 1º presidente do Estado de S. Paulo (1891), em um período de gravíssimas agitações políticas.

No mesmo ano, recusou convite para ocupar o Ministério da Fazenda e, ainda, elaborou o projeto da Constituição Federal de 1891. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no ano de 1896, quando ocupava o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sua obra versa principalmente, sobre assuntos jurídicos, políticos e históricos: "Os Programas dos Partidos e o Segundo Império"; "Elogios aos Paulistas"; "Exposição de História Pátria"; "Lições de História Pátria"; "Jornal de Terentilho Arsa".

<u>Fonte:</u> Dicionário Biográfico Universal Três - Volume I - Pág. 63. Museu maçônico Paranaense. Resumo Histórico, Relação Patronos. Biografia: Américo Braziliense de Almeida e Melo. Disponível em:

<http://www.museumaconicoparanaense.com/mmpraiz/MMP_lmagensAbertura/AcademiaPML/Patro-03.htm>. Acesso em 7 mar. 2011

SOBRE A OBRA

"Cada época tem suas idéas" (BRAZILIENSE, 1877, p. 196)

As aulas do professor Américo Braziliense foram compiladas e publicadas em ordem cronológica por José Maria Lisboa (Lisboa 1838 - São Paulo 1918), jornalista, abolicionista e republicano, ligado às lojas maçônicas, que, entre outros feitos, ajudou a fundar o hoje O Estado de São Paulo. Todas as aulas são datadas (em 1873) e começam com a saudação do professor aos alunos: "Senhores."

QUADRO INFORMATIVO

PALAVRAS DE BUSCA: Escravo; Negro; Africano; Escravidão, Tráfico; Comércio de escravos; Liberto; Forro; Mulato Crioulo.

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
00	Escravidão (indígena)	Ao longo da obra	Em muitos pontos ao longo da obra o autor faz referências à escravidão indígena. Sendo os trechos referentes à escravidão africana já longos o bastante, optei, deste livro, por não incluir qualquer referência aos índios (ainda que seja igualmente rico o conteúdo a eles relativo) – ignorando, assim, as palavraschave encontradas e verificadas como não tendo a especificidade que busco.
13	Várias inserções referentes à ideia de divisão de "raças entre humanos"	Lição II – Considerações Geraes	Senhores. É occasião de vos dar algumas noções sobre as raças humanas. Há 3 grandes raças em que a humanidade está physicamente dividida. O aspecto, a côr e a estrutura anatomica, diz Emilio Montegut, constituem tres profundas separações, - a raça negra ou ethiopica, - amarella ou mongolica, - e a branca ou caucasia. As outras raças, como a vermelha, a malayopolynesianna e as mais significam variedades e misturas das 3 primitivas. Os caracteres de cada uma são tão definidos e pronunciados que tem levado varios sabios a não consideral-as como diversos modos de um mesmo typo, mas como tres padrões de fôrma humana. Daqui nasceu a grande questão — da unidade da especie humana, questão que creou duas escolas — a do monogenismo e a do polygenismo. Os sábios se dividiram. A primeira teve entres seus apostolos Cuvier, Humboldt, Quatrefages e outros. Pela segunda se pronunciaram os Lamark, Pouchet e varios. Apesar das importantes discussões e dos notaveis trabalhos, que até hoje tem apparecido, o certo é que ainda não foi proferida pela sciencia a ultima palavra sobre o assumpto. Mas o que a historia nos mostra desde as mais remotas eras é a co-existencia das tres raças, com aptidões á civilização, aptidões que o referido escriptor considera rudimentaes e indistinctivas na ethiopica, fortes mas limitadas na mongolica, e de expansão quasi infinita na caucasica. Houve em tempos a crença de que o clima era influencia physica, que principalmente determinava as differenças de raças, e dos seus destinos. Montesquieu foi um dos que assim pensaram quando ao clima attribuiu a diversidade dos caracteres dos povos,

dos governos, das leis, das instituições. Outros tomando por base a theoria do – angulo facial – procuravam demonstrar a superioridade das faculdades intelectuaes do europeu, e a inferioridade das da raça negra.

Camper, o celebre naturalista hollandez, disse que o angulo facial daquelles tinha ordinariamente oitenta gráus, e o dos negros perto de setenta, e à proporção que se descia do homem na serie dos mamiferos, o angulo tornava-se mais agudo. O angulo facial recto significava intelligencia elevada, o agudo fraqueza ou abatimento das faculdade intellectuaes. Mas se a coincidencia tem justificado algumas vezes a regra, ou o principio em relação ao homem, não é entretanto aceito como verdade inconcussa.

Outros entendem que o clima exerce uma influencia secundaria, representa um papel accessorio na explicação dos phenomemos historicos. Elles dizem que dos trabalhos e estudos da philologia comparada nasceu, entre outros resultados, a importante conclusão que todos os povos fallando idiomas, que se prendem a uma origem commum, tem revelado faculdades e aptidões analogas, e que salvo ligeiras differenças o seu desenvolvimento historico tem sido o mesmo.

Conforme esta theoria não são pois unicamente as distincções physicas, a côr preta ou branca, os olhos horisontaes ou obliquos, os cabelos lisos ou encarapinhados, que constituem a raça, é também a linguagem. Se a linguagem é expressão do homem interior, o instrumento do homem moral, se por meio della se alcança e conhece a alma, ella tambem como a conformação do corpo determina ou extrema as raças. Ha ainda a theoria de Darwin, fundada sob o princípio da seleção, da lucta pela vida. Este naturalista desenvolveu com mais amplitude e sob nova face a doutrina ja pregada por Lamarck.

Dadas estas noções geraes, cumpre-se dizer-vos que não tenho estudos profundos e especiaes sobre a materia, e não posso porisso fazer a critica das diversas opiniões. Isto não obsta que eu, em resultado de ligeiros conhecimentos adquiridos com a leitura de alguns trabalhos dos escriptores, que tractam do assumpto, me declare pela unidade da especie humana. Esta doutrina apadrinhada por sabios de tão alta reputação como Cuvier, Humboldt, Quatrefages e outros é a mesma ensinada

		1	nolo Conosis
			pelo Genesis. Diga-se muito embora, que ha raças privilegiadas para melhor comprehenderem, - uma a liberdade, como a saxonia, outra a igualdade, como a latina, e outra a fraternidade, como a slava – eu não me affasto das crenças que nutro. Sendo as condições fundamentaes da natureza humana as mesmas em todas, todas têm os mesmo altos destinos. Se umas caminham mais depressa e apresentam mais harmonico desenvolvimento, gosam de mais prospera existencia, certamente estas phases differentes, que se observam, são devidas ao meio, onde vivem; não só ás influencias physicas, mas ás moraes e intellectuaes que as cercam. É esta a doutrina, que professo; desde os primeiros tempos de minha mocidade aprendi a crêr, que a intelligencia é um raio de luz divina dado á humanidade, que a liberdade é essencial condição de seu integral desenvolvimento, que todas as raças tendem á perfectibilidade, que são bençãos para umas e maldições para outras. Passando agora a tractar das Capitanias
			[]
20	Escravos, africanos	Lição III – A vinda dos africanos.	Descrevendo os avanços dos portugueses para o interior da Bahia e as batalhas contra os índios, com as tropas de Thomé de Souza e o envio dos missionários, criando o primeiro bispado no Brasil, e "os colonos orphams de familias pobres de Lisboa", o autor cita a escravidão africana: [] Infelizmente foi neste anno [1551] que também se lançou em nosso paiz o germem dessa desgraçada instituição, que ainda temos; para os trabalhos de cultura das terras vieram os escravos africanos.
36	Escravos, africanos	Lição V - Informações sobre o estado do Brazil quando passou á corôa de Hespanha.	Tres capitanias estavam em florescente situação quando o Brazil acompanhando a sorte de Portugal passou ao dominio hespanhol em 1581. A da Bahia, como narra o illustrado litterato brazileiro, o Sr. Macedo, onde se achava a capital do paiz, tinha uma população de 16,000 almas, entre colonos, indios cathequisados, e escravos africanos, 36 engenhos para o fabrico de assucar, e grande desenvolvimento de navegação no reconcavo. Contava 16 freguesias, 40 egrejas e capellas, e 3 conventos de frades. Era a mais rica e povoada do Brazil.
47- 48	Conceitos e considerações referentes ao que o autor sente sobre o sistema escravocrata e os que a ele se opõem.	>>	Ainda discorrendo sobre a escravidão de índios e estendendo o conceito, diz ele: [] e se deixando de parte os indios do Brazil se quizesse analysar o procedimento de outras nações cultas da Europa, vêr-sehia que ellas tolleravam e animavam a

75	Aula X – Considerações sobre as relações entre Hespanha e Hollanda - Sobre a composição da nacionalidade brasileira -	escravidão de africanos, permittindo francamente a venda delles. Não vae longe a epoca, em que para defeza dessa instituição na mesma culta Europa sustentava-se que a escravidão era um meio de civilisação. Felizmente nova é a corrente de ideas e o espirito publico agita-se o sentido de apoia-las. E a proposito direi que no empenho de realisa-las, de se ver triumphantes os sentimentos humanitarios, que hoje são melhor comprehendidos, são dignos de applausos os esforços das nações e dos governos. Nunca porem serão justificaveis os meios violentos, de que se servirem; antes de os pôrem em pratica deverão sempre recordar-se de seu passado, e certamente de alguma phase de sua vida encontrarão as provas de que nem sempre foram energicos defensores dos principios de justiça. Diante da recordação de actos condemnaveis, que tambem cometteram, não lhes assiste o direito de empregarem violencias contra aquelles, que ainda se mantem em excepcional situação conservando essa instituição de que fallo. Entre os povos illustrados do mundo, não será difficil encontrar alguns, que incorreram na mesma culpa. Penso que a moderação no emprego dos meios é o recurso mais conveniente e efficaz para se fazer triumphar as grandes verdades sociaes. A proposito da occupação do Brazil pelo hollandezes, e em relação aquelles quatro chefes [Fernandes Vieira, Camarão, Henrique Dias e Vidal Negreiros], que pugnaram pela restauração de Permambuco, eu citarei as bellas considerações que se encontram na Historia do Brazil, de F. Diniz ⁷³ . Este bem conhecido sabio diz que todas as raças, de que se formava a população do Brazil, concorreram para a obra da
		raças, de que se formava a população do

⁷³ Já citado por outros autores da época, F. Diniz provavelmente foi o autor de História de Portgal s/d – no século XIX. Mas nada consegui saber sobre ele. (minha nota)

			Camarão, o branco – Vidal de Negreiros, e o pardo – Fernando Vieira. Não obstante a opinião de F. Diniz é meu dever não vos ocultar que divergem os historiadores a respeito da côr de Fernando Vieira. Se F. Diniz está de accôrdo com alguns sustentando que aquelle era pardo, outros dizem que elle era branco.
78- 79	Palmares, Republica dos Palmares, negros, escravos fugidos	Lição XI - Os Palmares	[] As sorte das armas portuguezas não corria por felizes auspicios. A deserção de Calabar, a allianças dos hollandezes com a tribu dos Jauduis, os indios de carater feroz, e os "Palmares" occasionaram varios desastres aos defensores do solo brasileiro. [] Cumpre-me aqui dar-vos rapida noticia dos "Palmares". Os "Palmares", ou "Republica dos Palmares", eram povoações de negros, escravos fugidos, que reuniram-se, começando por 40, no interior do Pernambuco. É meu dever não ser minucioso nesta parte da historia; comprehendeis bem a natureza do assumpto e eu não quero passar por inconveniente desenvolvendo-o sob todas as suas faces, na epoca e lugar em que vivemos. Dir-vos-hei entretanto que variam as opiniões dos escriptores a respeito do numero das povoações de que se formavam os Palmares, do dos habitantes, e até do ponto de sua sede. Quanto a uns – a população dos Palmares não chegou a mais de 11 mil pessoas; quanto a outros – elevou-se a mais de 20 mil; e segundo outros a mais de 30 mil. Não significa porem esta divergencia a negação do facto principal. A existencia dos Palmares não é contestada e nem tão pouco os grandes estragos feitos pelas excursões dessa gente aos estabelecimentos dos colonos. Mas, deixando de lado este assumpto []
80	Pretos	Lição XI – Rebello, Camarão e Henrique Dias	Por meio das "guerrilhas", Camarão, Vidal de Negreiros, Rebello, e Henrique Dias, commandante de um contingente de pretos causaram grandes males aos hollandezes, e aos colonos que tinham reconhecido sua autoridade.
85- 86	Escravos	Lição XI – Portugal torna-se independente de Hespanha	Voltando á narração do que diz respeito ás conquistas dos hollandezes no Brasil referirei que tratavam eles de consolidar seu poder. Se não pôde Mauricio de Nassau triumphar na sua primeira expedição e ataque á Bahia, é certo entretanto que grande foi o saque no Reconcavo, donde os invasores tomaram quatro centos escravos alem de outros despojos. As estreitas vistas e o monopolio da

91	Escravidão africana, escravos africanos, escravos	Companhia da Indias Occidentaes cauzavam embaraço ao progresso da colonia hollandeza. Nassau porem sustentando a necessidade de se tornar livre o commercio, franqueando-se os mares do Brasil; conseguiu que suas vistas fossem acceitas, ficando só monopolisado o trafico de escravos e da madeira de tinturaria. [] Discorrendo sobre as perrenhas entre os colonos e os jesuítas, na Bahia, por conta dos índios que os primeiros queriam
		escravizar e os segundos não permitiam, diz o autor: A falta de braços para os trabalhos de roteamento da terra se fazia sentir. Era necessario preencher o vacuo que progressivamente se abria. E o recurso lembrado pelos colonos era o de invadir as matas, e escravizar os indigenas. De passagem direi que no 'Quadro Historico' se da como causa do emprego daquelle meio para obter braços o não estar ainda introduzida no Brazil, nesse tempo, a ignominiosa escravidão africana. Eu aceitaria essa opinião, se o illustrado escriptor se tivesse referido á capitania de S. Vicente. Mas em relação ao Brazil não me parece fundada aquella asserção, por que, como já vos disse a introdução de escravos africanos já tinha-se realisado na Bahia em 1551, dois annos depois da vinda do primeiro governador Thomé de Souza, e durante sua administração. A primeira remessa de escravos daquella origem pela metropole á colonia data pois do referido
177- 178	Escravos (2x), preto	anno. [] Para a pacificação do Maranhão prestou valioso concurso o commandante das armas tenente coronel Corrêa de Vasconcellos. Annos depois, em 1839, de novo achou-se a mesma provincia em grave situação. A sedição de Raymundo Gomes, que rebentou no anno anterior na villa de Manga, tomou grandes proporções ⁷⁴ . Os sediciosos assolavam os campos e povoados, diz a. Lima, como um incendio devastador. Alem dos bandos de Raymundo Gomes appareceram partidas de escravos dirigidos por um preto audaz de nome "Cosme". Este, que se havia evadido da prisão fez que em diversas fazendas se inssurreccionassem os escravos. [] duque de Caxias alli chegou em

1 ...

^{74 &}quot;Raymundo Gomes era vaqueiro e analphabeto. A este acompanhou logo outro caudilho de faccinoras, homem inquinado de crimes. Chamava-se Balaio donde veio o appelido aos de sua companhia. 'Epitome da Historia do Brazil por Xavier Pinheiro. p. 178". (nota minha)

404	Delmana	Liega VVVIIII. Oo navlistee	fevereiro do anno seguinte. Os rebeldes foram batidos constantemente em todos os encontros []
194-195	Palmares, escravos	Lição XXVIII – Os paulistas nos sertões setemptrionais do Brasil	João Amaro para alli [Bahia] seguiu com sua bandeira tendo chegado ao seu destino em 1673. [] A capitania ficou por muito tempo livre do horror que as tribus lhes inspiravam. [] Também nos sertões ao norte do rio S. Francisco, proximos aos de Piauhy, onde residia a tempos, o paulista Domingos Jorge formou estabelecimentos notaveis, houve luctas entre sectios d'este, e de Domingos Mafra. [] Este mesmo paulista [Jorge] prestou grandes serviços para a extincção dos 'Palmares', nucleo de escravos estabelecidos em terras de Pemambuco, e do qual em outra lição vos dei noticia.
307		Lição XXXIV – A regressão do tráfico de africanos	O anno de 1850 foi assignalado por duas leis de grande importancia: o codigo commercial promulgado a 25 de Julho e a lei de 4 de Setembro, para repressão do trafico de africanos, vieram satisfazer as exigencias de elevados interesses. A primeira embora defeituosa veio garantir melhor as relações commerciais tão mal attendidas pela antiga legislação; a outra consagrando meios energeticos para reprimir a importação de africanos revelou os sentimentos humanitarios do paiz onde parte illustrada da população sempre foi infensa a tão immoral commercio. Cumpre dizer-vos que não obstante as medidas adoptadas nessa lei que deveriam convencer a Inglaterra das boas intenções do governo brazileiro, manteve ella o bill Aberdeen, promulgado em 1845, de que já vos falei. Esse bill foi um grande attentado á soberania de nosso paiz, como attentados foram todos os actos relativos á policia de nossos portos onde os inglezes aprisionaram navios como suspeitos de se entregarem ao trafico. Ao conselheiro Euzebio de Queiroz, um dos mais considerados estadistas que o paiz teve, se deve o projecto de lei de 4 de Setembro. Passo agora a dar-vos noticia da Guerra do Prata []
335		Lição XXXVI – Duas leis	Dentre as leis publicadas no periodo, a que se refere esta lição, mencionarei duas muito importantes. São estas: a de 28 de Setembro de 1871 que declarou de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde essa data em diante, libertos os escravos da nação e outros, e providenciou sobre a criação e tratamento d'aquelles filhos

	T .	1	
			menores e sobre a emacipação annual de escravos. O assumpto de que ella se occupa, é de alto alcance; o nascimento era uma das fontes de escravidão. Extincta ella é facil de prever-se que a condemnavel instituição do estado servil, que herdamos da metropole ha mais de trezentos annos, e que temos mantido por especialissimas circunmtancias tende a desapparecer. A meu ver a data dessa lei é o inicio de uma nova era que deve ser applaudida por todos aquelles, que sentimentos humanitarios nobilitam e que reconhecem os males resultantes da violação de qualquer lei moral. Cumpre dizer que esse legado, que recebemos da mãe-patria, tem sido de effeitos bem prejudiciaes aos interesses do paiz. Considerada sob outro ponto de vista ainda a lei trouxe o beneficio de melhor garantir os direitos sustentados em nome da liberdade e que eram vascilantes na legislação antiga. Não quero dizer que a lei não tenha defeitos, eu porém os considero de pouco valor quando attento ao grande principio que ella consagra, de extinguir a unica origem da escravidão que nos restava depois da repressão de tráfico de
354		Appendice	africanos. Outra é a de 6 de agosto [] Tendo-se concluido a impressão do livro em 1876 o editor julgou conveniente publicar em aditamento os factos mais importantes ocorridos desde a data da ultima lição, 5 de Novembro de 1873, até
355	Escravos	Appendice – 1876, 2 de Agosto	Agosto proximo findo. O director da repartição de Estatistica communicou ao ministro do Imperio a conclusão os trabalhos de recenseamento da população do Brazil. Dessa communicação vê-se que a população do Imperio é de 10,108.291 habitantes. Destes 9, 930. 498 habitantes são: livres 8,419.672 e escravos 1,510.291. Em relação aos sexos são: livres 4,318.689 homens e 4,100.937 mulheres; escravos: 805.170 homens e 705.636 mulheres. Em relação ao estado civil são livres: 2,9775.446 solteiros, 1,165.866 casados e 177.387 viuvos; 2,752.582 solteiras, 1,121.000 casadas, e 227.291 viuvas; escravos: 711.869 solteiros, 73.076

casados e 20.222 viuvos, 622.804
solteiros ⁷⁵ , 63.016 casados, e 19.816
viuvas.
Em relação á religião são, livres:
4,302.386 catholicos, e 16.313 acatholicos,
4,089.520 catholicas, e 11.453 acatholicas.
Em relação á nacionalidade são, livres:
4,139.162 brazileiros e 19.337
estrangeiros, 4,036.829 brazileiras e
179.337 estrangeiras. Dos escravos que
nasceram no Imperio são: 719.630 do sexo
masculino e 652 616 do sexo feminino

⁷⁵ A impressão está assim mesmo, no masculino, mas deve-se compreender que essa segunda listagem refere-se a mulheres, como será coerente com o restante da estatística.

Autor: PINHEIRO, José Pedro Xavier (1822-1882)

Obra consultada: Epitôme da História do Brazil: desde seu descobrimento até a proclamação a república. Adoptado

para uso das aulas públicas de ensino primário

Edição: 11ª - revista, correcta e augmentada pelo professor

Local de publicação: Rio de Janeiro

Editora: Laemmert & C. Ano de publicação: 1896 Data da primeira edição: 1854

Volume: Único

Número de páginas: 560, mais o sumário, que foi perdido (soltaram-se as folhas)

Ilustrações: Nenhuma

Acervo: Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD), Acervos especiais – Biblioteca do Livro Didático - FEUSP **Condições da obra localizada**: Muito ruins. Livro em mau estado de conservação. Desfaz-se ao ser folheado, contém folhas semi-soltas. Aparentemente não infectada. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa em péssimo estado. Faltam-lhe algumas páginas, claramente as do sumário.

Xavier Pinheiro nasceu na Bahia no ano de 1822 e habilitou-se com o curso completo de Humanidades. Jornalista, oficial da Secretaria dos Negócios da Justiça do Império e da Secretaria do Ministério da Agricultura e Comércio e Obras Públicas (MACOP), foi Membro do Conservatório Dramático. Verteu para o português a "Divina Comédia", de Dante Aligheri, e foi autor de pelo menos duas obras didáticas.

A primeira edição do *Epitôme da História do Brazil: adoptado para uso das aulas publicas de ensino primário* foi publicada em 1854 na Bahia, com aprovação do Conselho de Instrução Pública, mais tarde, foi também publicado no Rio de Janeiro com a aprovação do Conselho daquele estado.

Em cada uma das edições subsequentes, o autor acrescia informações, atualizando os eventos. Em seu Epítome preocupava-se com a tendência da época de fortalecer nos estudantes um sentido nacionalista, assim, "seria interessante dar os fundamentos aos alunos para que estes pudessem conhecer mais o país a que passariam a venerar, e que seria o local onde desempenhariam seu papel social. (MALEVAL, 2010, p. 7)

A obra é dividida em capítulos, definidos por datas, e subdivida em seções que são desdobradas em tópicos.

QUADRO INFORMATIVO

<u>PALAVRAS DE BUSCA</u>: Escravo; Negro; Africano; Escravidão, Tráfico; Comércio de escravos; Liberto; Forro; Mulato; Crioulo.

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
35	Tráfico, africanos, Lei de 13 de maio de 1888, escravo	Intoducção	A lavoura que, pela cessação do deshumano trafico dos Africanos, se atolhava morimbunda, e se mostrava receiosa dos effeitos da Lei de 13 de maio de 1888, que abolio o elemento servil, em breve tempo demonstrará as vantagens resultantes da suppressão do braço escravo.
132- 133	Negros, Palmares, escravos	Capítulo III, 1624 a 1640 – Secção IV – Lucta com hollandezes - Os negros de Palmares.	Outros inimigos se havia suscitado ainda mais temerosos e eram os negros escravos fugidos e amocambados nas matas chamadas dos Palmares, onde viviam aos milhares com certa polícia e regularidade. D'alli salteavam frequentes vezes os povos entorno. Estavam destarte os Portuguezes cercados de todos os lados. Que inimigos mais se suscitam aos Portuguezes?
240- 241	Negros (2x), Palmares, de côr, escravidão	Capítulo V, 1654 a 1699 – Secção V – Diversos acontecimentos - Destruição dos Palmares	Governava Pernambuco Caetano de Mello e Castro. Os negros dos Palmares, situado aos nove graus de latitude norte, entre as villas de Porto Calvo e Atalaia, tinham por espaço de sessenta e quatro anos medrado em força e audácia, fazendo correrias, devastando e saqueando as povoações, aprisionando mulheres, das quaes as de côr guardavam para si, e as brancas obrigavam a resgate, e engrossando cada dia suas fileiras.

			Viviam com certa regularidade e policia social, governados por um chefe chamado Zombi. Caetano de Mello recebeu ordem para extirpar esse cancro, e, juntando forças que poude congregar de diversas capitanias, mandou investil-os. Avaliou-se em dez mil o número de negros. Mas, sitiados vendo-se em breve desprovidos de mantimentos e munições, entregaram-se depois de valente defesa. Os principaes, arrojando-se com o seu Zombi em um precipício onde pereceram, preferiram a morte à escravidão. Quando chegaram novas do ocorrido ao Recife, fazia-se prestes o governador a marchar com 2,000 homens e artilharia, que até então faltára.
258- 259	Negros	Capítulo VI, 1699 a 1763 – Secção II – Acontecimentos em Pernambuco e no Rio de Janeiro – Resgata- se a cidade e retira-se os Francezes.	Duguay Trouyn viera ao Brazil unicamente para tirar vingança e lucro. Portanto mandou dizer ao governador, que se entricheirára a uma légua da cidade, que se não a resgatasse sem demora, a incendiaria. O governador ofereceu 600 mil cruzados, que a principio o Francez recusou; mas aceitou-os, quando teve aviso de não tardar o socorro que vinha de Minas. Exigiu, porem, mais uma porção de gado e assucar e obrigou tambem os habitantes a resgatar o que era pessoalmente seu. Aos dez de novembro assignou-se essa convenção, que dentro de 15 dias devia estar executada. No seguinte chegou Antonio de Albuquerque Coelho, governador de Minas, com 1,500 homens a cavallo, que traziam á garupa outros tantos de infantaria, e eram seguidos, com demora de um a dous dias, por 6,000 negros armados. Não obstante executou-se o que fôra concertado, e Duguay Trouyn retirou-se com o lucro de 92% do capital empregado na expedição, apezar de se perderem na volta tres navios, um dos quaes preciosamente carregados.
333- 334	Africanos	Capítulo VIII, 1809 a 1823 – Secção VI – A independência do Brazil – A sublevação dos escravos.	Uma dificuldade sobreveiu á revolução, originando-se da sublevação de escravos em alguns logares, promovida por agentes de Madeira. Labatut, para atalhar a continuação desse tremendo flagello, socorreu-se de medidas de rigor, uma das quaes foi o fuzilamento de 50 Africanos tomados com armas nas mãos.
387- 388	Pardo	Capítulo X, 1831 a 1841 – Secção III – Acontecimentos na Bahia – Commettimento dos desordeiros.	A Bahia continuava a não gozar de socego. Fallava-se havia dias, em sublevação de presos no Forte do Mar: para acautelar este perigo, o presidente da província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, substituio por outro official e comandante daquelle forte. Mas antes de verificar-se o mal com que dalli se ameaçava, outro se realizou inopinadamente. Pelas 11 horas e meia da noite de 8 de Março de 1833, foi o quartel de cavallaria, situado á Agua de Meninos e investido por alguns "banzelistas" (nome que então se dava aos desordeiros), em numero de vinte. Os soldados, entrados de terror e panico, abandonando as armas, correram para o interior da cidade, em demanda de socorro. De diversos pontos então marcharam tropas. Tendo d'isto sciencia os banzelistas, já então avaliados em quarenta, deram aos calcanhares, deixando ferido um soldado, que depois falleceu. Um troço de cavallaria e outro de infantaria foram-lhes no encalço e aprisionaram o chefe da "rusga" (synonymo de tumulto), Alexandre do Carmo Ferreira Sicupira, pardo, de maus custumes, tenente do batalhão de milicias n. 93, e mais alguns individuos. Notou-se nessa ocasião uma ocurrencia mui significativa: os catuxos com que estava municiada uma das guardas da cidade (a do Collegio) se acharam cheios de farinha em vez de polvora.

200	Africanas nacres	Conitule V 1021 -	Como no não hostopoom accesa malas, accessoras autira acces
390- 391- 392	Africanos, negros (2x),	Capítulo X, 1831 a 1841 – Secção III – Acontecimentos na	Como se não bastassem esses males, accresceu outro para levar a mais alto ponto o terror de que vivia possuida a população.
392		Acontecimentos na Bahia – Insurreição de Africanos.	Presidia a provincia Fancisco de Souza Martins, quando receberam-se denuncias de que em a noite de 24 de janeiro de 1825 tinha de romper uma insurreição de Africanos, cujo plano era incendiar a cidade e assaltar os corpos da guarda. Tomaram-se as cautelas que permittia a pouca força existente, assignalando-se em toda essa ocurrencia e zelo o chefe de policia Francisco Gonçalvez Martins, depois Visconde de S. Lourenço. N'aquella noite davam-se buscas em algumas casas suspeitas á ladeira da Praça, quando o tenente de permanentes Lazaro Vieira do Amaral, prestes a entrar em uma, foi accommettido de um magote de mais de 60 negros, que de improviso arremetteram do interior, ferindo-o gravemente e mataram um soldado. Dispersaram-se os outros. Com estrepitosa grita endireitaram os negros para o theatro, em cujo largo encontraram oito soldados que lhes fizeram fogo, mas fugiram sendo feridos cinco. De lá foram até o quartel de artilharia, e no transito assassinaram tres homens. Receberam nesse logar um reforço, e foram investir o quartel do corpo de permanentes. Estes eram apenas doze; mas tiveram o acordo de fechar o portão; e, resistindo esforçadamente, mataram dous negros; feriram outros, e assim os obrigara á retirada. Correram então em demanda do Collegio, cuja guarda saltearam sem resultado, deixando morto ahi perto um soldado, que se houve heroicamente. Não desanimaram e proseguiram até Agua de Meninos, acutilando no caminho algumas pessoas. Alli enviaram-se a um troço de cavallaria que os aguardava; mas, depois de pelejarem um quarto de hora, fugiram uns para os matos proximos e outros para o mar, onde muitos se afogaram. Sua perda em mortos, em todas essas correrias e assalto avaliou-se em cinccenta. Feridos gravemente ficaram varios, que quase todos falleceram. Foram presos 45 e mais um homem e uma mulher nascidos no paiz. A perda dos brancos consistiu em oito mortos e catorze feridos,
403- 404	Homem de côr escura,	Capítulo X, 1831 a 1841 — Secção V - Espirito Demagogico e Anarchico — Acontecimentos na Bahia — Anarchia no Maranhão.	alguns mortalmente. No Maranhão a anarchia estava encarecendo seus horrores e atrocidades. O principio fôra insignificante. Raymundo Gomes, homem de côr escura, vaqueiro e analphabeto e mais outros seus iguaes arrombaram a cadeia da villa da Manga aos 13 de Dezembro e soltaram os presos, que se incorporaram a elles, bem como mais vinte soldados que nesse logar existiam ás ordens da autoridade local. Uma fracção apellidada Bemtevi tomou-o por cabo. A sua audacia foi medrando, fortalecida pela pouca actividade do presidente que governava a privincia, Vicente Tomaz Pires de Figueredo Camargo. A Raymundo Gomes acompanhou logo outro caudilho de facinoras, homem, como elle, inquinado de crimes. Chamava-se Belaio, d'onde veiu o appellido dos de sua companhia. D'est'arte foi a revolta cobrando taes alentos que em 1839 avultavam já seus sectarios em muitos milhares. Foi então preciso empenhar numerosas tropas, requisitadas das diversas provincias para reprimil-a, sendo mal succedida nesse intuito por varias razões e administração do presidente Manoel Felizardo de Souza e Melo que succedêra a Camargo.

			A cidade de Caxias esteve por duas vezes entregue á cobiça e ferocidade d'esses barbaros, mais sanguinarios que as feras.
337- 338	Escravos, escravinho	Capítulo XI, 1841 a 1857 – Secção II – Pacificação do Rio- Grande do sul e jornadas de SS.MM.II – Fome no Ceará.	Do flagelo ocorrido na província do Ceará, o texto se desenrola por três páginas, descrevendo os horrores da fome que abateu a população, nos anos de 1845-46. Relativo aos negros há duas entradas na reprodução do autor de um impresso distribuido n'aquella calamitosa quadra no proprio theatro d'essas miserias. São as seguintes: []Grandes fazendeiros ahi vão, a pé, por caminhos escabrosos, arrastando a sua velha esposa e as suas mimosas filhinhas de lindos semblantes, já estropiadas, conduzindo o fato que podem em cabeça de escravos, a demandarem refugio e asylo em logar estranho, entre desconhecidos. [] Estão esgotados todos os recursos e esperanças; já só resta morrer tudo. Quem tinha um escravinho, uma rez, um cavallo, algum ourinho, já não possue mais nada, e quem não tinha esta morrendo desesperado. []
443- 444- 445	África, africanos (2x)(2x), tráfego (3x), Lei de 4 de novembro de 1850 (2x), escravos	Capítulo XI, 1841 a 1857 — Secção III — Diversos acontecimentos — O tráfego dos Africanos.	Não obstante as disposições da nossa legislação, a vigilancia exercida pelos numerosos navios inglezes, empregados no cruzeiro da costa d'Africa, e as medidas severissimas, e ate prepotentes, adoptadas pela Grã Bretanha, a importação de africanos ao maritimo do Brazil continuava por maneira descommunal. O governo imperial, guiado pelo conhecimento das verdadeiras necessidades do paiz, convencido do proveito economico e politico que resultaria da cessação absoluta d'esse deshumano trafego, e não querendo por mais tempo que aquella potencia europêa tivesse pretextos para continuar as violencias que commetia em navios brazileiros, suspeitos ou não, determinou reformar a Lei de 7 de novembro de 1834. Influiu, portanto, para que as camaras legislativas fizessem a lei que teve, depois de sanccionada, a data de 4 de setembro de 1850. Essa lei que distingue no tráfego de africanos duas phases — o transporte e a introdução de escravos -, executada com a maior consciência e austeridade e pelas autoridades, e poderosamente auxiliada pela opinião geral do paiz, que prorompeu contra aquelle commercio barbaro, produziu os frutos esperados. O trafego dos Africanos desappareceu, há annos, do Brazil. Se alguma escassa tentativa para ranoval-o foi planeada depois d'aquela data pela cubiça mercantil os navios brazileiros, encarregados da policia dos mares, o desvelo dos officiaes publicos, a quem cabe em terra velar na guarda da lei e o horror geral immediatamente frustraram esses criminosos intentos. O procedimento do governo brazileiro em similhante assumpto lhe tem careado os applausos do mundo civilizado, obrigando a propria Inglaterra a reconhecer, pelo orgão de seus mais autorizados estadistas, que não seria possível alcançar contra o abominavel trafego triumpho mais completo. A extincção foi um formoso feito, sobre ser o cumprimento de um dever. Se de primeiro seus effeitos pareceram damnosos á agricultura instruidos pelo conhecimento dos verdadeiros interesses do paiz, os que mais utilizaram-o já se tem convencido de
534- 535	Africano, negreiros, bill Aberdeen, "descendentes de Henrique Dias"	Capítulo XIII, 1870 a 1889 – Secção II – Emancipação dos escravos – Leis	A redempção do sangue africano no Brazil até antes da guerra do Paraguay affigurava-se um problema quasi insoluvel e apenas tinha adiantado passos com a lei de 7 de Novembro de 1831 contra os negreiros, que não poude ser executada; com a bill

		primordiaes para a emancipação dos escravos.	Aberdeen em (1845) que longe de diminuir o trafego augmentou mais esse odioso commercio em razão da geral indignação que se apoderou dos brazileiros; e enfim, com a Lei de 1850 o seu promotor, Euzebio de Queiroz, conseguiu resultados mais satisfactorios que os cruzadores inglezes. Apoz aquella incruenta guerra sulamericana identificou-se de tal fórma a idéia da emancipação com a indole do povo brazileiro que em menos de um periodo bi-decennal era esta um aquestão resolvida. Por ventura nesse prélio glorioso não se mostraram nossos dignos compatriotas, os descendentes de Henrique Dias, distinguindo-se em animo e coragem, expondo heroicamente as suas vidas e redimindo-se desses enraigados preconceitos fatuos para com a sua raça?
535- 536	Escravidão, abolicionista, Lei de 28 de Setembro, "ventre- livre'	Capítulo XIII, 1870 a 1889 — Secção II — Emancipação dos escravos - Lei 28 de Setembo de 1871.	Livre o Brazil dos inimigos externos que antojavam a sua marcha civilizadora, retava-lhes a escravidão, outro não menos damnoso, que lentamente corroia as entrenhas da sua sociedade e que a todo o transe convinha subjugar. Foi ainda um paiz estrangeiro que veio despertar o sonno lethargico em que se achava esta questão. Uma sociedade franceza abolicionista enviou uma mensagem ao imperador subscrita por eminentes notabilidades da França e cuja resposta dada pelo soberano resumia-se mais ou menos em que opportunamente se ocupparia dessa medida, visto ser reclamada pelo espírito do christianismo. Anteriormente o marquez de São Vicente se tinha encarregado secretamente desse projecto que foi adiado em razão da guerra que rompeu contra o Paraguay. Logo que as circunstancias o permittiram, o imperador confiou a gestão dessa causa a José Maria da Silva Paranhos, mais tarde viconde do Rio Branco que, apos uma luta parlamentar de cinco mezes, conseguio transformal-a na Lei de 28 de Setembro, denominada do "ventre —livre". O imperador cuja presença nessa ocasião mais se fazia sentida, em Maio desse mesmo anno, emprehendia a sua primeira viagem á Europa.
536- 537	Libertação, escravos (2x), abolição (3x), 28 de Setembro, acoites, libertadores, libertações, aboliu, escravidão.	Capítulo XIII, 1870 a 1889 – Secção II – Emancipação dos escravos - Lei sobre os sexagenários.	Esta questão, "a que tanto reclamava o espirito do christianismo" permaneceu em repouso até 1884, época em que duas provincias (Amazonas e Ceara) iniciaram uma nova phase no movimento com a libertação de todos os seus escravos. Nesse mesmo anno, promovendo o conselheiro Dantas na camara o projecto de abolição, foi derrotado. Seus successores, Saraiva e Cotegipe, mais felizes conseguiram a Lei de 28 de setembro de 1885, na qual eram declarados livres os escravos que tivessem completado sessenta annos. D'ahi por diante accelerou-se a questão com a abolição dos açoutes, que importou na debandada quasi que geral das fazendas; com a propaganda da imprensa, que quotidianamente consignava os nomes dos libertadores acompanhados de laudatorios elogios; com a attitude do exercito que chegou mesmo a pretender fazer subir ao throno uma representação com o fim de ser a classe militar excluida da caçada que moviam contra os escravos fugidos; e principalmente com as libertações expontaneas, pois no dizer de um illustrado ex-militante das fileiras monarchicas, foi "a nação brazileira quem abolio a escravidão, não lh'a impoz D. Pedro II conquanto lhe pertença a iniciativa."
537- 538		Capítulo XIII, 1870 a 1889 – Secção II – Emancipação dos escravos - Lei de 13	Finalmente no segundo periodo regencial do 2º reinado foi que se abolio definitivamente a escravidão com a Lei de 13 de maio de 1888, sanccionada pela princeza; aprezentada pelo gabinete João Alfredo, foi votada quasi unanimamente pelas duas

de maio de 1888.	camaras. É facto que a Lei de 13 de Maio foi tida como a da abolição immediata; mas, bem se considerando, a abolição se fez gradualmente no Brazil, para o que concorreram as principaes datas de 1831, 1850, 1871 e 1885, de modo que os interessados puderam se precaver da crise que os ameaçava e acceitaram-na sem repressão violenta.
	Outro tanto não se poderá dizer na América do Norte.

Autor: PINTO, Alfredo Moreira (1847-1903)

Obra consultada: Epitome da Historia do Brasil – Escripto de acordo c/ o programa official.

Edição: 3ª

Local de publicação: Rio de Janeiro **Editora**: Livraria Clássica de Alves e Cia.

Ano de publicação: 1892 Ano da 1ª publicação: 18--?

Volume: Único

Número de páginas: 163 (mais índice e catálogo de publicações) **Ilustrações**: 11 - Cristovão Colombo, Cabral e personagens do governo

Acervo: FEUSP - Biblioteca do Livro Didático

Condições da obra localizada: Livro em frágil estado de conservação, "remendos' feitos com fita adesiva. Com várias páginas soltas, desfaz-se ao ser folheado. Aparentemente não infectado. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa

grossa em estado muito ruim.

Alfredo Moreira Pinto, filho de um comerciante português, nasceu no Rio de Janeiro em 1847. Em 1865 bacharelou-se em belas letras, e em 1866 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, não concluindo o curso. Foi professor jubilado de História da Escola Militar da Capital Federal, autor do folheto "A viagem Imperial e o Ventre Livre", "A cidade de São Paulo, em 1900" (1900) e várias obras sobre história e geografia do Brasil, sendo seu Dicionário Geográfico do Brasil (1884) uma obra referencial. Foi um dos que assinaram o Manifesto Republicano e dois anos mais tarde, quando se comemorava o cinquentenário da independência, publicou o livro "Martyres da liberdade: às sagradas cinzas de João Guilherme Ratcliff e de seus companheiros de martírio da Heroica Província de Pernambuco, Theatro da gloriosa revolução de 1824", obra em que denuncia D. Pedro I por condenar à forca João Guilherme Ratcliff, participante da Confederação do Equador, movimento separatista de 1824. Moreira Pinto era republicano e não parecia se intimidar com o poder da coroa.

Sobre o folheto "A viagem Imperial e o Ventre Livre" (Rio de Janeiro: Typ. de J. Lobo Vianna, 1871), de 15 páginas, Iemos:

Resumo: Em 1871, após acertar com o visconde do Rio Branco, então chefe do gabinete ministerial, que o projeto do Ventre Livre seria discutido na legislatura daquele ano, D. Pedro II programou sua primeira viagem à Europa, para sua imagem não ser atrelada a um assunto que, pessoalmente, ele tanto defendera. Empregando linguagem virulenta, Alfredo Moreira Pinto, um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870, acusou o Imperador de "impor ao Parlamento" o projeto de libertação do ventre escravo, enquanto "fugia miseravelmente" para o Velho Mundo. Seu texto é testemunho de como a emancipação – um problema econômico e social – não se dissociava dos embates político-ideológicos da época. (Direitos: Domínio público. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01484100>. Acesso em: 15 abr. 2011)

Em "Martyres da liberdade..." (Rio de Janeiro: Typografia de J. D. de Oliveira, 1872), Iemos, na Introdução:

Faz 47 anos, 5 meses e 20 dias que esse chão que hoje é coberto de flores e alcatifado de veludo, que era então regado com o sangue precioso saído do corpo dessa trindade sublime.

Ontem a queda gloriosa de três crânios livres quebrava o silêncio da populaça que absorta contemplava tão horrível espetáculo.

Hoje o bater descompassado de sinos, os gritos entusiastas da polícia, os foguetes, as flâmulas, as fardas bordadas, os guarda-roupas, os camaristas, o monarca.

Ontem a forca, hoje a estátua; ontem a corda, hoje o bronze. [...]

A monarquia já ergueu um dia a estátua desses três heróis. A forca é a única estátua que ela concede aos homens livres.

QUADRO INFORMATIVO

<u>PALAVRAS DE BUSCA</u>: Escravo; Negro; Africano; Escravidão, Tráfico; Comércio de escravos; Liberto; Forro; Mulato; Crioulo.

Não existe nenhuma entrada, em toda a obra, de qualquer referência aos africanos ou seus descendentes.

Autor: RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr. (Barão do) (1845-1912)

Obra consultada: História do Brasil

Original em francês: Esquisse de l'Histoire du Brésil "Esboço escripto para Le Brésil en 1889, publicado sob a

direcção do Snr. F. J. Sant'Anna Nery" **Tradução**: João Vieira de Almeida

Edição: 1ª

Local de publicação: São Paulo Editora: Livraria Teixeira & Irmão Ano de publicação: 1894

Volume: Único

Número de páginas: 219 Ilustrações: não há

Acervo: FEUSP - Biblioteca do Livro Didático

Condições da obra localizada: Livro em frágil estado de conservação. Todas as páginas estão fixadas. Aparentemente

não infectada. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa em estado razoável.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, foi professor, político, jornalista, diplomata, historiador e biógrafo. Nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1845, e faleceu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912.

Rio Branco era filho de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco. Cursou o Colégio Pedro II, a Faculdade de Direito de São Paulo, depois a de Recife. Bacharel em 1866, viajou pela Europa e, na volta, regeu a cadeira de Corografia e História do Brasil no Imperial Colégio [Pedro II].

Em 1869, foi nomeado promotor público de Nova Friburgo. No mesmo ano acompanhou, como secretário da Missão Especial, o visconde do Rio Branco ao rio da Prata e ao Paraguai. No mesmo caráter se manteve, em 1870 e 1871, nas negociações de paz entre os membros da Tríplice Aliança e o Paraguai.

Regressando ao Rio, dedicou-se ao jornalismo. Foi dirigir o jornal "A Nação", juntamente com Gusmão Lobo. Em maio de 1876, Rio Branco deixava o jornalismo para aceitar o cargo de cônsul-geral do Brasil em Liverpool.

Em 1884, recebeu a comissão de delegado à Exposição Internacional de São Petersburgo e, depois de proclamada a República, foi nomeado, em 1891, em substituição do conselheiro Antonio Prado, superintendente geral na Europa da emigração para o Brasil, cargo que exerceu até 1893.

Durante a estadia na Europa, produziu várias obras: redigiu uma Memória sobre o Brasil para a Exposição de São Petersburgo; para o Le Brésil, de Sant'Anna Nery, escreveu Esquisse de l'Histoire du Brésil (obra aqui investigada); apresentou contribuições para a Grande Encyclopédie, de Levasseur, na parte relativa ao Brasil.

Fonte: UOL Educação. Biografias. Da página 3 - Pedagogia & Comunicação. Barão de Rio Branco. Disponível em: http://educacao.uol.com.br/biografias/rio-branco.jhtm. Acesso em: 26 mar. 2011. (Reprodução autorizada para trabalhos acadêmicos)

QUADRO INFORMATIVO

<u>PALAVRAS DE BUSCA</u>: Escravo; Negro; Africano; Escravidão, Tráfico; Comércio de escravos; Liberto; Forro; Mulato; Crioulo.

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
49	Escravos, Africa	Invasões Neerlandezas – Guerra de 30 annos no Brazil	[] Mauricio de Nassau fundou, na ilha de Antonio Vaz Mauritzstadt, que é hoje, sob o nome de Sancto Antonio, um dos três bairros da cidade de Recife; attrahiu ao Brazil os naturalistas Piso e Maregraf, o cosmographo Ruiters, o mathematico Cralitz, o sábio Herckmann, o poeta Plant, os pintores Franz Post e A. van den Eckhout, o architecto P. Post; creou um observatório, proclamou a liberdade dos cultos (foram feitas algumas restricções, pouco depois por ordem da metropole) e obteve dos Estados geraes a liberdade do commercio, o monopolio da Companhia das Indias ocidentaes ficou limitado á importação dos escravos e á exportação das madeiras de tinturaria (1638).

			Em 1639, o conde da Torre chegou à Bahia, como governador geral do Brazil, trazendo uma esquadra e tropas, cujo numero fora reduzido á metade, em consequencia de uma epidemia, durante a permanencia dos navios na Africa.
78	Negros (2x), Palmares, escravos, escravidão	A conquista do interior nos séculos XVII e XVIII	Na época da invasão hollandeza, alguns negros escravos de Pernambuco tinham abandonado os senhores e tinham se estabelecido nas florestas dos Palmares (Alagôas). Seu numero elevou-se logo a muitos mil e conseguiram manter sua independencia, por mais de sessenta annos, repelindo a principio os ataques dos Hollandezes, depois os dos Brazileiros-Portuguezes. Só foram inteiramente sumettidos em 1697, depois de uma guerra de muitos annos, por um pequeno exercito que foi de S. Paulo, sob commando de Domingos Jorge Velho. No momento da derrota final, os principaes chefes negros precipitaram-se do alto de um rechedo, preferindo a morte á escravidão.
113- 114	Escravos (2x), tráfico,	Desenvolvimento e progresso do Brazil desde a descoberta das minas até o começo do século XIX.	As leis de 6 de junho de 1755 e de 8 de maio de 1758 proclamaram a completa liberdade dos índios no Brazil. Quase ao mesmo tempo D. José I e Pombal prohibiam a introdução de escravos em Portugal, Açores e Madeira (19 de setembro de 1761;1767, 1776) e declaravam livres os recém-nascidos (17 de janeiro de 1773). Essas leis não visaram o Brazil, onde o numero de escravos continuou a crescer pelo tráfico e pelos nascimentos, apesar das ideias generosas e humanitarias prégadas em um livro publicado em 1758 pelo padre Manuel Ribeiro Rocha, advogado na Bahia ⁷⁶ Em 1794 e ainda 1798, o bispo Azevedo Coutinho ⁷⁷ publicava obras nas quaes procurava demonstrar a justiça e a necessidade do trafico. Em 1759, foram expulsos os jesuítas de Portugal e de todas as possessões portuguezas.
117	Negros, escravos(2x)	>>	O Brazil contava, em 1800, 3:200:000 habitantes, dos quaes a metade eram negros escravos. Em 1817-1818 havia 3:817:900 habitantes (sem contar as crianças abaixo de dez annos) dos quaes 1:043:000 eram brancos, 259:000 Indios civilizados e 1:930:000 escravos.
129	Abolição, tráfico	>>	Dos feitos de D. João para desenvolvimento do Brazil, diz [] creou escolas superiores no Rio e Bahia, assim como a imprensa real, a folha official, a biblioteca real, o museu de historia natural, e vários jardins botânicos: concedeu ao Brazil (16 de Dezembro de 1815) o titulo de Reino, - tomando a monarchia portugueza e o Reino de Unido de Portugal, Brazil e Algarves – fez as primeiras experiências de colonisação estrangeira a vista da abolição do tráfico []

_

Tethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido instruído e libertado pelo padre Manuel Ribeiro Rocha, lisbonense domiciliário da cidade da Bahia e nella advogado, e bacharel formado na Universidade de Coimbra, Lisboa em 1758. Nesse livro, Rocha pedia que todo escravo fosse restituído á liberdade, depois de um tempo de serviço sufficiente para indemnizar o senhor, e que os filhos de mulheres escravas, nascendo livres (ingenuos) não fossem obrigados a servir os senhores de suas mães si não até a idade de quatorze ou quinze annos." (notas do autor)

Total de datas de datas de datas de datas de datas de la fina de datas de la fina de datas de

184-	Abolição,	Reinado do Imperador	Durante este ultimo ministerio, um grande numero de
185	escravidão	D. Pedro II	conservadores, Zacarias de Vasconcellos, Olinda Nabuso
100	Coolavidao	B. I daid ii	Saraiva e vários outros,- alliaram-se á oposição e asseguraram
			a ascensão dos liberaes []
			Este período assignala-se por uma nova intervenção brazileira
			no Uruguay, pelas luctas entre as duas fracções do novo
			partido liberal, isto é entre os liberaes historicos dirigidos por
			Theophilo Ottoni e seus novos alliados, e pelo começo da
			propaganda em favor da abolição gradual da escravidão.
212-		>>	No tempo deste ultimo ministério [Saraiva] um grupo, a principio
213-			pouco numeroso, formado de homens pertencentes a todos os
214-			partidos, começou a agitar a opinião e a reclamar que fosse
215			fixada uma data para a abolição completa da escravidão. []
			Em 1884, as províncias do Ceara e do Amazonas libertaram
			seus escravos, e no mesmo anno o ministério Dantas (6 de
			junho) vivamente apoiado pelo Imperador e pelos
			abolicionistas, pediu ao Parlamento a abolição dos escravos, a
			contar da edade de sessenta annos.
			Uma colligação de alguns liberaes e de quase todos os
			deputados conservadores repelliu esta proposta por uma
			moção contra o ministerio ⁷⁸ e o Imperador decretou a
			dissolução da Camara; mas as eleições geraes não mudaram
			notavelmente a força relativa dos partidos, e na reabertura o
			ministerio teve de se retirar depois de ter sofrido um segundo
			revez. ⁷⁹
			Entretanto a discussão travada no parlamento e na imprensa
			tinha dado grande impulso á ideia abolicionista. O conselheiro
			Saraiva formou um novo ministério liberal (6 de maio de 1885),
			que, com o apoio dos conservadores, fez triumphar na Camara
			um projecto que declarava livres os escravos de edade de
			sessenta annos, com a condição de que serviriam ainda três
			annos o seus antigos senhores, fixava uma taxa do valor dos
			escravos, que decrescia com os annos, augmentava o fundo
			destinado á emancipação annual dos escravos e applicava
			certos impostos em animar a immigração europea. A discussão
			desse projecto continuou no Senado sob a direção de um
			ministério conservador organizado a 20 de agosto pelo barão
			de Cotegipe, e a nova lei foi promulgada em 28 de setembro de 1885.
			O numero de escravos que era cerca de 1:800:000 em 1870,
			1:584:000 em 1885, achava-se reduzido a 743:419 em 1887.
			Havia além disso (Março de 1887) 500:000 filhos de escravos
			nascidos livres ⁸⁰ em virtude da lei de 1871, e 18:946
			sexagenarios que deviam ainda annos em serviço.
			Nesse mesmo anno, os senadores Correa de Oliveira (João
			Alfredo) a Antonio Prado, dois chefes conservadores,
			pronunciaram-se pela necessidade de uma nova lei e este
			ultimo pôz-se a frente da propaganda, na província de S. Paulo.
			Um grande numero de fazendeiros, entre os quaes todos da
			família Prado, começaram a libertar os seus escravos, e esse
			movimento de generosidade estendeu-se pelo paiz inteiro.
			A 10 de Março de 1888 tendo dado a sua demissão ao
			ministerio Cotegipe, a princeza imperial regente encarregou o
-	•	•	

 $^{^{78}}$ "Essa moção foi approvada por 59 votos (42 deputados conservadores e 17 liberaes) contra 52 (48 liberaes e 4

conservadores)" (do autor)

79 "Cincoenta deputados (dos quaes 43 liberaes, 3 conservadores e 2 republicanos votaram pelo gabinete;

cincoenta e dois, contra (43 conservadores, 9 liberaes)." (do autor)

80 "A 30 de junho de 1885 havia 439,821 filhos de escravos nascidos livres, porém estavam ao serviço dos senhores de suas mães." (do autor)

	conselheiro Correa de Oliveira de formar um novo ministério, e esse homem de Estado convidou para collega o conselheiro Antonio Prado. Enfim, depois de quatro dias de discussão as duas Camaras votaram quase por unanimidade, no meio do enthusiasmo geral a lei de 13 de maio de 1888, que aboliu completamente, desde
	essa data e sem nenhuma restricção a escravidão no Brazil.81

⁸¹ "A Camara dos deputados compõe-se hoje de 125 membros, porém 3 cadeiras estavam vagas e 22 conservadores e 7 liberaes não estavam presentes á sessão. Oitenta e quatro deputados (64 conservadores e 20 liberaes) votaram pela abolição 9 conservadores, contra. No Senado, composto de 60 membros, quarenta e três (19 conservadores e 21 liberaes) votaram em favor da lei, 6 conservadores contra. Cinco conservadores e quatro liberaes estavam ausentes e 3 cadeiras vagas." (do autor)

Autor: SOUTHEY, Robert (1774-1843) Obra consultada: História do Brasil Título Original: History of Brazil

Publicador e data do original: London: Longman, Hurst, Rees and Orme, Paternoster-row, 1810-1819.

Tradução: Luiz Joaquim de Oliveira e Castro

Edição: 3ª edição brasileira Local de publicação: São Paulo

Editora: Obelisco Ano de publicação: 1965

Primeira publicação em Português, no Brasil: 1862

Volume: 2

Número de páginas: 330

Ilustrações: 25 (sendo que em 4 delas se pode ver africanos como parte do cenário) mais um mapa do Brasil, anexo

(solto), em tamanho 43cm x 43cm.

Acervo: Gabinete de Leitura Sorocabano (obras raras)

Condições da obra localizada: Livro com páginas costuradas, sem folhas soltas. Aparentemente não infectada. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa.

Nota: Não conseguimos encontrar o primeiro volume. Consta no catálogo do acervo do Gabinete a obra original, datada de 18__?, em 3 volumes, porém, estando em reestruturação o referido acervo, não foram localizados outros além desses volumes consultados.)

SOBRE O AUTOR E SUA OBRA

Robert Southey e a pioneira HISTÓRIA DO BRASIL

Marco Morel

Os quarenta e quatro capítulos da História do Brasil, de Robert Southey (1774 - 1843), formando 2.327 páginas em três volumes na edição inicial, em inglês, e 3.011 páginas nos seis volumes da primeira edição brasileira, compõem o que alguns estudiosos consideram como a primeira história geral do Brasil.

Publicada em Londres entre 1810 e 1819, a obra só seria traduzida em português, e no território que lhe serviu de tema, cerca de meio século depois.

Outra história geral, mas com o título sugestivo de Historia da America Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até mil e setecentos e vinte e quatro de Sebastião da Rocha Pitta, senhor de engenho e letrado na Bahia, aparecera em Lisboa, 1730 - e outras obras do período colonial, como as de Gabriel Soares de Souza e Frei Vicente do Salvador, só seriam impressas ao longo do século XIX. Porém, é mais frequente a comparação do trabalho de Southey, ainda que com risco de anacronismo, à história geral de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada entre 1854 e 1857. Logo, a edição brasileira do historiador britânico é um pouco posterior à do visconde de Porto Seguro (surgindo, em certa medida, como reação ao trabalho deste).

A narrativa elaborada por Southey se demarca, em vários aspectos, daquela que seria linhagem predominante na historiografia brasileira oitocentista, sobretudo no que se refere à colonização portuguesa. O Descobrimento do Brasil, atribuído ao navegador espanhol Vicente Yañez Pinzon, em 1499, recebe descrição detalhada.

Ainda neste sentido peculiar, é impressionante a massa de informações na obra sobre as populações indígenas, considerando-as, portanto, como agentes históricos equivalentes aos colonizadores. Southey deixa claro seu ponto de vista: índios e portugueses são igualmente bárbaros e cruéis, embora tenha cabido a estes implantar a civilização e construir o Estado. Exemplo desta característica encontra-se no penúltimo capítulo, no qual 14,5 páginas são dedicadas às guerras e contatos com os índios, 10 à Conjuração Mineira (pela primeira vez registrada em livro) e 1,5 às guerras da Revolução Francesa. E a história do Brasil, vista por Southey surgida em "mesquinhos princípios", merece prognóstico otimista:

"Os agravos do povo fáceis são de remediar: à abolição do tráfico de escravos se seguirá a abolição da escravidão; os selvagens que ainda restam não tardariam a civilizar-se; e Índios, negros e Portugueses irão se fundindo gradualmente num só povo, que terá por herança uma das mais formosas porções da terra."

A primeira edição brasileira, aqui disponibilizada, foi traduzida por Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego Fernandes Pinheiro. E tem servido de base para as edições posteriores, acrescidas, em 1965 (São Paulo: Editora Obelisco), de anotações de Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. O exemplar da Biblioteca Brasiliana Mindlin possui a chamada encadernação imperial, ou seja, brasão dourado com as marcas imperiais, o que caracteriza, segundo Rubens Borba de Moraes, o primeiro estilo brasileiro de encadernação.

Robert Southey estava certo de que seria considerado o fundador da história pátria brasileira, sendo o primeiro a incluir a vinda da Corte portuguesa, assim concluindo "os anais coloniais do Brasil". Porém, foi mais reconhecido como poeta e escritor, tirando daí seu sustento. Filho de comerciante inglês de tecidos, com vínculos em Portugal, nunca esteve

no país sobre o qual escreveu. Sua prosa buscava ser fluente e descritiva, evitando citações e encadeando personagens e acontecimentos, baseada em rigorosa e ampla documentação, a maior até então reunida por um autor, sobre o passado brasileiro. Se a sua escrita da história foi vigorosa, suas previsões nem sempre se realizariam.

Marco Morel é doutor em História pela Université de Paris I, professor do IFCH / UERJ. Brasiliana USP. Disponível em:

http://www.brasiliana.usp.br/node/411 >. Acesso em: 05 jan. 2011

Reprodução do texto em acordo com as condições da Brasiliana USP. Disponível em:

http://www.brasiliana.usp.br/orientacoes>. Acesso em: 15 abr. 2011

"O poeta inglês Robert Southey planejava originalmente escrever uma obra sobre a História de Portugal. Anos mais tarde, aceitando sugestão de Lord Grenville, abandonou sua idéia original e, em fevereiro de 1807, deu início à obra "History of Brazil". Escrita em 3 volumes, é considerada a mais extensa obra histórica sobre o Brasil colonial." (Biblioteca Digital do Senado Federal. Disponível em: http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182933>. Acesso em: 6 abr. 2011)

COMENTÁRIO DE VARNHAGEN em sua "História Geral do Brasil"

De Southey, injustiça de nossa parte fora não confessar, que são preciosissímos os três volumes que nos deixou, pelas muitas notícias que encerram, e das quais algumas não se encontram senão aí, o que praticamente tentamos por vezes indicar com várias remissões a essa obra. [...] Cumpre declarar, entretanto, que os três volumes de Southey são, mais do que uma história, com a competente concisão e unidade, "memórias cronológicas coligidas de muitos autores e vários manuscritos para servirem à história do Brasil, Buenos Aires, Montevidéo, Paraguai etc." (Varnhagen, t.V; Secção XLIX; p. 212)

<u>Do tradutor</u>, Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, temos que foi escritor português e publicou: "OS Mysterios Da Correco Durante a Revolta de 6 de Setembro de 1893" (Commercio de S. Paulo) e "Le Brsil Vivant", em francês.

QUADRO INFORMATIVO

PALAVRAS DE BUSCA: Escravo; Negro; Africano; Escravidão, Tráfico; Comércio de escravos; Liberto; Forro; Mulato; Crioulo.

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
22	Negros (2x)	[Lancaster] Toma os holandeses ao seu serviço	Lancaster, em Olinda, vai "a bordo dos holandeses" e não quer acordo com os portugueses. Na manhã seguinte, sem a menor desconfiança do que sucedera, entrou no porto um navio com quarenta portugueses e uns cento e oitenta negros. Lancaster deixou irem os negros irem para onde quisessem, e guardou os portugueses, que puxassem as carretas []
78	Escravos (brancos)	Instruções dos comissários portugueses	[os franceses] tinham encontrado novas madeiras e novas tintas, uma pescaria de pérolas, pedras preciosas []. Muitos portugueses ali [no Maranhão] se tinham visto em ferros, que arrastando as suas cadeias, haviam sido obrigados a trabalhar nos campos como escravos, mais crua tirania, dizia-se do que a dos mouros da Barberia.
116	Negros	Quebram os portugueses o trato	Vastos eram os projetos da companhia das Índias; queria assegurar o suprimento dos negros às suas próprias conquistas no Brasil, fechando aos portugueses o mercado costumado.
120	Negros	Chegada da armada luso-espanhola	Sabendo que não tardaria chegar a frota da Holanda, D. Fradique resolveu desembarcar metade de seu exército: Sem oposição, se efetuou o desembarque, pois que a guarnição, composta de dois a três mil homens de todas as nações, além de grande número de negros (a maior parte de Angola, que haviam sido apresados), estava dividida, nem tinha chefe hábil.!

122	Negros	Capitulam os holandeses	D. Fradique faz com os holandeses um acordo, em que lhes serão dados navios e suprimentos para que voltem à Holanda. Contudo, exige o registro em que se inscreveram os conquistadores, para que pudesse punir os delinquentes — mas não o obteve, pois fora queimado. Mas os negros e os que tinham querido conservar os seus bens, submetendo-se aos novos cristãos [] foram abandonados por estes, sendo alguns
130	Escravos (indígenas)	Negócios no Maranhão	injustiçados pelo vencedor. Fr. Cristóvão, julgando necessária sua presença em São Luis, dirige-se para lá levando um decreto que privava os colonos de seus direitos sobre os índios aliados, os quais tendo de livres o nome, tinham de escravos a realidade.
132	Escravos; tráfico; escravidão (indígena)	Pressão exercida pelos portugueses	Manoel de Souza, como seus predecessores, era da opinião que não podia a colônia subsistir sem seus escravos, porém menos sanguinário que Maciel, preferia às da violência aberta as vias do tráfico. Oferecia este sistema melhor pé de defesa aos amigos da escravidão em Portugal[] Na aldeia Tapuyusus, souberam que traficavam com populosa nação do rio Tapajós. [] Mas escravos prezavam-nos muito para que houvessem de vendê-los.
137	Escravos (não há clareza sobre se são indígenas ou negros)	Chegada da armada holandesa	Quando da chegada da armada holandesa, os moradores que ainda não haviam fugido puseram-se em fuga em direção ao campo. Muitos escravos aproveitaram o ensejo de se emanciparem, e estes como fossem homens ou brutais por natureza, ou sedentos de vingança pelos maus tratos recebidos, dobravam a confusão, saqueando casas e deitando-lhes fogo.
140	Escravos (2x)	Investem-se os fortes	Dos livros na alfândega se via que nos quatro anos de 1620 a 1623 não tinham sido importados menos de 15.430 escravos de Angola para a capitania. [] Os holandeses diziam que Pernambuco era o paraíso do Brasil e valia bem o reino. Este paraíso, em que abundavam os escravos, açúcar e o tabaco, estavam eles resolvidos a fazerem seu.
164	Mulato; negros	Expedição contra a ilha de Itamaracá	Um desertor veio restabelecer a superioridade dos invasores [holandeses]. Foi este um mulato nascido em Pernambuco, por nome Domingo Fernandes Calabar [] Calabar empreenderia guiar os holandeses a esta última vila, e entregá-la nas mãos deles: tão seguro ia de seu feito, que levou consigo 400 negros para trazerem os despojos.
171	Negros	Estabelecem-se condições de guerra	Os holandeses representavam o papel mais forte na estipulação das condições de guerra, que eram as mesmas nos países Baixos, entre reis e súditos. Índios e negros deviam pagar a metade do resgate dum soldado (que eram quatro reales de prata), se em batalha caíssem no poder do inimigo.
182	Negros; escravidão	Palmares	Ao mesmo tempo, tinham os portugueses outro inimigo incômodo. Obra de trinta léguas pelo sertão adentro ficavam extensas florestas de palmeiras chamadas os Palmares; era ali o refúgio dos negros que se evadiam da escravidão, e que provavelmente escolheram o sítio pela semelhança que oferecia com o cenário de seu próprio país. Das miríades desses desgraçados, que tinham sido importados no Brasil, muitos ali achavam asilo na sucessão dos tempos; eles se tinham multiplicado; constantes deserções lhes engrossavam o número, que nesta época se orçava em trinta mil. Viviam em aldeias que chamavam mocambos, e à maior das quais davam seis mil habitantes. Compunham-se de três ruas, cada uma de quarto de légua de comprimento, sendo os ranchos contíguos com seus quintais nos fundos. A selva supria de frutas e caça este povo, que contudo previdente e industrioso cultivava a terra, de modo que a todo tempo abundava o sustento. Duas vezes por ano se colhia o milho, sendo ambas as colheitas celebradas por festas

			que duravam uma semana. Conservava ainda essa gente
			alguns resquícios de cristianismo, religião de que lhes haviam infundido princípios tão corruptos, que nem estes homens, ignorantes que eram, poderiam torná-los mais dessemelhantes do seu divino protótipo, bem como da religião também da justiça guardavam algum ressaibo. Todas as tardes se fazia em cada aldeia uma chamada para ver se alguém faltava; findo isso principiava a dança, que durava até meia noite. Ocasionava essa prática uma singular inversão de hábitos ordinários da vida natural, pois, tendo-se deitado tão tarde, levantavam-se os negros as nove ou dez horas da manhã. Mas a região que eles habitavam tinha duas desvantagens; era sujeita à falta de água na estação seca, e não ficava assaz longe do sertão. Em verdade atualmente pouco perigo podia prover-lhes desta vizinhança dos estabelecimentos portugueses; facilitava a fuga dos irmãos oferecia pasto a essa incessante guerra de pilhagens, em que parecem consistir as maiores delícias do homem nos graus semi-bárbaros do seu progresso. Por vezes atacavam colonos, armavam-lhe ciladas quando iam à busca de água, e assolavam-lhes os campos; mas eles pela sua parte também levavam destruição aos estabelecimentos mais próximos, causando maior dano do que recebiam. O distrito deles era um labirinto em que ninguém mais se entendia, mas os fugitivos, que de contínuo os procuravam, serviam-lhes de guia, dando-lhes informações sobre o lado para onde melhor dirigiam as suas correrias. A guerra que faziam era sem piedade, exceto para com os de sua cor, a respeito dos quais era prática estabelecida receber em pé de perfeita igualdade os desertores, e reter escravos os que eram feitos prisioneiros.
196	Escravidão; Escravos (indígena); Negros; Escravo	Índios nesta capitania	Os indígenas eram gratos aos holandeses pela maneira como se comportaram com os que haviam sido condenados à escravidão em pena de se terem ligado a Hendricksz. Gemiam aqui alguns escravos Tapuias do Maranhão, raça pequena e fraca, inimiga do trabalho e realmente incapaz de suportar as pesadas tarefas que lhe impunham [] Tinham os portugueses um anexim brutal que dizia que quem quiser tirar proveito dos seus negros há de mantê-los, fazê-los trabalhar bem, e surrá-los melhor; e o estado dos sentimentos populares, que semelhante rifão indica, mostra quão dura seria a condição de escravo.
209	Negro (2x); Crioulo; Escravos	Emigração de Pernambuco	Evacuando a capitanias, emigraram cerca de oito mil pessoas, levando consigo os bens imóveis, o gado e seus negros. Protegendo os emigrantes seguia um corpo de tropa. Digno de notar-se que dois homens, que até agora mais se haviam distinguido da banda dos portugueses, eram este Cacique Carijó, e Henrique Dias, um negro, crioulo e originariamente escravo []
221	Negros; Escravos	Morte de roxas e derrota de seu exército	No segundo dia, depois da batalha, Fr. Manoel e Henrique Teles, com uma partida de negros, saíram em busca do cadáver de Roxas. O frade cavou com seus escravos uma sepultura []
225	Negro (3x)	Guerra de depredação	Lourença Guterre, em generosa previdência a Matias d'Albuquerque transportou onze barris de pólvora com auxilio de seus negros, escondendo-os em lugar seguro. Mal tomaram posse das terras os holandeses e começaram a sentir os mesmo males que tinham causado aos seus antigos donos. Partidas de portugueses com seus índios e negros talavam os campos; rompiam os bosques, punham fogo aos canaviais, queimavam os celeiros, salteavam as moradas do inimigo [], Souto, Camarão e Henrique Dias, o negro, foram os que mais se assinalaram nessas correrias assoladoras!

228	Negros	Bagnuolo abandona Porto Calvo	À testa dos negros ostentou Henrique Dias, a costumada bravura.
235	Escravos (2x); Negros	Sábias medidas de Nassau	Termos oferecidos aos portugueses: ficariam sujeitos às leis holandesas, pagando os mesmo impostos e voltariam a entrar no gozo de seus bens, e quaisquer escravos que lhe fugissem depois de prestado pelo senhor o juramento de fidelidade, lhe seriam restituídos; observa-se porém que entregar os [escravos] que antecipadamente os tinham servido, seria vil e abominável, nem se devia pensar em tal. Permtitir-se-lhes-ia trazer espadas para defesa própria contra os negros e Palmares. A ilha de Maracá reunia duas grandes vantagens para uma possível remoção para lá da sede do governo: madeira e água - com o trabalho escravo se obtinham madeira e água do Beberibe
244	Pretos; Negros (2x)	Ataque contra São Jorge da Mina – agosto de 1937	Dividiu Koin a sua força em três batalhões [] e avançou para o castelo; de repente rebentam das selvas mil aliados pretos dos portugueses e na confiança de sua vitória sobre os holandeses, pouco faltou para que não ganhassem a segunda. Do destacamento de vanguarda caíram oitenta, com muitos oficiais [] mas os negros em lugar de seguirem fortuna, pararam a cortar cabeças aos mortos, expondo-se assim ao fogo do segundo batalhão. A mortandade que sofreram os aterrou, e durante o resto do assédio mais solícitos se mostraram em guardar-se a si, do que em molestar os invasores. Koin, seguiu pela floresta [] alguns negros, que ele ganhara à sua parcialidade, deram um assalto à vila, e foram rechaçados.
245	Negros	O que se faz no Recife	Novos editos e regulamentos se promulgaram agora no Recife. [] Como havia escassez de farinha, a todos o que empregavam negros se impôs a obrigação de plantarem mandioca nos meses costumados de janeiro a agosto.
260	Tráfico de escravos	A companhia declara livre o comércio no Brasil	[] declarou-se livre o comércio, reservando-se à companhia o tráfico de escravos, artigos de guerra e pau-brasil.
264	Negros	Os selvagens	Aos selvagens indígenas exigia-se maior serviço, sendo mais escassos e caros os negros, tendo alguns acompanhado ao exílio seus bons senhores, outros passando-se para os holandeses para obterem a liberdade, e ainda outros mais avisados, ido reunir-se aos irmãos dos Palmares. Muitos serviços antes feitos pelos negros se exigiam agora dos índios, do que eram frequentes fugas o resultado.

Autor: SOUTHEY, Robert (1774- 1843) Obra consultada: História do Brasil Título Original: History of Brazil

Publicador e data do original: London: Longman, Hurst, Rees and Orme, Paternoster-row, 1810-1819.

Tradução: Luiz Joaquim de Oliveira e Castro

Edição: 3ª edição brasileira Local de publicação: São Paulo

Editora: Obelisco Ano de publicação: 1965

Primeira publicação em Português, no Brasil: 1862

Volume: 3

Número de páginas: 307

Ilustrações: 24 (sendo 5 ilustrações diretamente referentes a escravos negros*)

Acervo: Gabinete de Leitura Sorocabano (obras raras)

Condições da obra localizada: Livro com páginas costuradas, sem folhas soltas. Aparentemente não infectada. Obra sem rasuras feitas por leitores. Capa grossa, com mapa do Brasil em baixo relevo

*Nota: 1 - Às ilustrações encontradas no volume 3, referentes aos escravos negros, não há nenhuma referência ao longo da obra, elas estão concentradas no capítulo que se refere exclusivamente à escravidão indígena, na formação da capitania de São Paulo. Estão, assim, simplesmente ali postas, sem significado no texto apresentado pelo autor, com uma subjetiva ideia de o que ocorrerá em razão daquilo que está sendo descrito.

2 - Trata-se esta de uma obra riquíssima sob o aspecto das interações dos portugueses (e mais tarde dos paulistanos) com os indígenas.

QUADRO INFORMATIVO

PALAVRAS DE BUSCA: Escravo; Negro; Africano; Escravidão, Tráfico; Comércio de escravos; Liberto; Forro; Mulato; Crioulo.

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação	
14	Escravos; uma preta	Expedição dos holandeses contra Angola	Os portugueses, em fuga, carregam a si mesmos e a seus escravos de munições. Uma preta que fazia carvão no bosque encarreirou os fugitivos para o rio Bengo, livrando os portugueses das mãos de seus perseguidores.	
14-15	Negros	Efeitos da perda de Loanda sobre o Brasil	Todos os seus negros lhe vinham d'Angola, e agora não só perdiam o lucro direto desse execrável tráfico, mas previam já a ruína de seus engenhos de açúcar exclusivamente trabalhados por escravos.	
15	Tráfico de escravos; escravos	>>	Nassau fala da importância do tráfico de escravos para as possessões americanas. Navios deveriam partir diretamente da Holanda para Loanda, levando provisões e artigos de comercio para aquele país, e descarregando lá, e tomando escravos para o Brasil []	
24	Negros	Inundações e peste em Pernambuco	Às chuvas extraordinárias que trouxeram calamidade a Pernambuco seguiu-se a peste, raivando as bexigas de forma tal, que só na capitania da Paraíba morreram delas 1100 negros.	
38	Escravos (brancos)	12 jan. 1643	O governador holandes mandou para Barbada cinquenta homens brancos capturados em batalha – esses deveriam ser vendidos aos ingleses como escravos, porém, sentindo-se insultados, por serem eles brancos e cristãos, os ingleses os libertaram.	
54	Negros (2x); Escravos	Embaraços da Companhia	O governo se via embaraçado pois, depois da conquista de Angola, importara <i>grande número de escravos pelo preço de trezentas patacas por cabeça</i> e a varíola ceifou as vidas de muitos deles, causando prejuízos aos fazendeiros. O Conselho dos Dezenove, <i>ignorando o verdadeiro estado das</i>	

			províncias conquistadas, ordenou peremptoriamente que os seus negros não se vendessem senão com dinheiro a vista, ou por açúcar, o que se considerava equivalente. Porém essa ordem absurda foi revogada, não antes que escravos fossem repetidas vezes vendidos por preços reduzidos.
55	Negros	Aperto geral em Pernambuco	Negociantes e comissários e outros credores dos fazendeiros, insatisfeitos com o conselho, principiaram a apreender negros, gado, caldeiras e todos os bens dos fazendeiros.
56	Negros	Dívidas fraudulentas contraídas pelos portugueses	Portugueses que ficaram em Pernambuco, confiando nos esforços da Espanha a bem do Brasil compraram sistematicamente a crédito engenhos de açúcar, terras, negros, e bens de toda espécie.
57	Escravo (3x)	Vexame e opressão dos portugueses pelos conquistadores	Promulgou-se um decreto prometendo liberdade em prêmio aos escravos que denunciassem seus senhores por terem armas escondidas. A todo escravo que odiasse o seu senhor se oferecia assim meio fácil de tomar vingança. Nada mais vulgar do que ameaçar o escravo seu senhor com denunciá-lo.
58	Escravo (2x); Negro	>>	Alguns holandeses, macumunavam-se com escravos para darem denúncia, escondendo armas, que depois de achadas serviam de prova. Um escravo revelou afinal a algum bom senhor a tal cilada [] e sob testemunho do negro, foram encontradas as armas e presos os culpados.
62-63	Comércio de escravos; negros, tráfico de escravos	Deputação holandesa à Bahia	Os tribunais de justiça estabelecidos na Bahia averiguavam o estado do comércio de escravos feito pelos portugueses. Souberam os emissários que uma das tropas portuguesas contava com duas companhias de índios e negros, de obra de 150 homens cada uma, comandadas por Camarão e Henrique Dias. Aos deputados, o tráfico de negros pareceu-lhes que não poderia ser considerável, porque nunca dele ouviram falar, mas também não podia haver falta de escravos na Bahia, pois um bom custava trezentos florins pouco mais ou menos.
71	Negros	Abre-se com Vidal. Set. 1644	Os serviços de Henrique Dias foram galardoados com o título de governador dos negros minas. (Com nota: Por carta patente de 4 de setembro de 1639, nomeou d. Fernando de Mascarenhas conde do Peru a Henrique Dias, crioulo de Pernambuco, governador de pretos e pardos da referida província. (FP))
78	Negros	Preparativos de João Fernandes	João Fernandes, presidente de muitas irmandades religiosas, se preparava para uma tal empresa e escondia nos bosques alimentos e destilados. Também mandou para os currais no sertão a maior parte de seus numerosos rebanhos, alegando que na várzea os negros lhe roubavam o gado.
81	Negros	Movimentos de Camarão e Dias	Camarão e Henrique Dias achavam-se numa expedição contra um mocambo, ou aldeia de negros fugidos [].
106	Negros (2x)	Batalha do Monte das Tabocas	Uma partida de negros fora enviada para observar o movimento do inimigo e inquietá-lo durante a noite. Tendo vencido a batalha, os portugueses, com os despojos do inimigo, armaram seus soldados e vestiram os negros.
107	Escravos; Negros (2x)	>>	João Fernandes, abraçando e cumprimentando um a um seus soldados, imediatamente, cumprindo sua promessa, ali mesmo emancipou cinquenta de seus escravos, promovendo-os à classe de soldados livres. O exército insurgente compunha-se de mil e duzentos portugueses e cerca de cem índios e negros [] o número de negros e índios perdidos não se refere, mas não podiam ser muitos onde o total era tão pequeno.

120	Mulato; Escravo	Prisão das mulheres da várzea para servirem como reféns	Os holandeses saem em busca das mulheres para fazê-las reféns, e buscam a mulher de João Fernandes, que encontrava-se escondida na mata, em companhia de um mulato que a protegia. Esse local só era conhecido por um escravo, que lhes levava alimento e vigiava a segurança.
121	Mulato	>>	Chovia a cântaros, o rio se enchia e os homens estavam numa emboscada. Um mulato da casa de João Fernandes, excelente nadador, meteu-se primeiro no rio, a ele seguiram João Fernandes e os soldados, chegando todos a outra margem.
141	Negro	Os holandeses desconfiam dos desertores	Havia trinta franceses no forte do Afogados. Um negro Mina, que na mesma noite desertou o forte, informou Henrique Dias do que se passara, e este hábil chefe armou uma emboscada []
147	Negros	Chegam ordens da Bahia para queimar os canaviais de açúcar.	Muitos soldados e negros se passaram para os portugueses, chegando por estes desertores as primeiras novas da vitória de Camarão.
148	Negros; Crioulos	Sai Vidal a reunir-se com Camarão	Vidal reuniu-se a Camarão levando quatro companhias de portugueses, uma de negros minas e uma de crioulos.
149	Negro	Estratagemas e jubileu	Um negro por nome Paulo Dias e por alcunha S. Felix, que era sargento-mor de Henrique Dias []
150	Negros (2x)	Escassez no campo	Tornaram-se escassas as provisões no campo, os soldados reclamavam, muitas tropas abandonaram o campo e dos negros também não poucos fugiram para o Recôncavo. Foram presos todos os negros que chegaram a Pernambuco, e detidos até poderem ser entregues a seus senhores.
179	Escravos	Operações no acampamento	Vidal ia buscar provisões na Parnaíba. Voltou com trezentas cabeças de gado e duzentos prisioneiros, quase todos escravos fugidos.
190	Escravo	18 de abril de 1648 – Batalha dos Guararapes	Ainda no acampamento, um escravo que havia sido capturado pelo inimigo consegue fugir e dá notícias do movimento e força do inimigo.
191	Negros	>>	Enterraram os vencedores os seus mortos onde jaziam, com honras e cerimoniais que o tempo e o lugar permitiram: oitenta e quatro portugueses tinham caído, se saíram feridos mais de quatrocentos. A perda de negros e índios não se relata.
213	Negros	Segunda batalha de Guararapes	Após a luta, os holandeses deixaram no campo1.100 mortos, os vencedores contaram 74 mortos. "Ainda por muitos dias depois batiam os índios e os negros as matas, passando à espada os extraviados que encontravam."
280	Escravos (índios)	São Paulo- Destruição dos indígenas	"Dois objetos havia que os paulistas se propunham com incansável atividade, o tráfico de escravos índios e a descoberta de minas."
281	>>	>>	Caçadores de escravos indígenas disfarçavam-se de jesuítas e atraiam os selvagens com este sacrilégio.
282- 300	Relativo aos escravos indígenas (19x)	Expedições dos paulistas em busca de escravos e de minas.	Há menções de <u>escravos indígenas</u> nessas páginas: traficantes de escravos; caçar escravos; tráfico de escravos (3x); escravos (5x); caçadores de escravos (3x); escravidão (3x); escravizando; escravizado; escravizassem; (todos em S. Paulo, 1629).

Autor: VARNHAGEN, Francisco Adolfo (1816- 1878) **Obra consultada**: História Geral do Brasil (Edição Especial)

Título Original: História Geral do Brasil: isto é do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, de Hespanha e de Hollanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil, natural de Sorocaba.

Publicação original: Rio de Janeiro: E. H Lammaert

Edição: 10ª edição integral Local de publicação: São Paulo Editora: Universidade de São Paulo

Ano de publicação: 1981 Primeira publicação: 1854

Volume: 1 – 3 Tomos: I e II

Número de páginas: 766

Ilustrações: 15 (sendo basicamente mapas e personagens ilustres)

Acervo: Particular – pesquisador sorocabano.

Condições da obra localizada: Excelentes. Livro com páginas costuradas, sem folhas soltas. Não infectada. Obra sem

rasuras. Capa grossa.

VARNHAGEN E A HISTÓRIA DO BRASIL

Pedro Puntoni

Francisco Adolpho de Varnhagen era filho de Ludwig Wilhelm, alemão, fundidor, e de dona Maria Flávia de Sá Magalhães, portuguesa. Nasceu em 17 de fevereiro de 1816, na casa destinada ao diretor da Real Fábrica de S. João de Ipanema, [...] criada em 1811, pelo príncipe regente D. João VI, nas cercanias da vila de Sorocaba. Varnhagen foi logo cedo, aos oito anos, para Portugal, onde estudou no Colégio dos Nobres e no Colégio Militar da Luz. Seu interesse pela literatura e pela história fizeram-no se aproximar da Academia Real de Ciências de Lisboa. Em 1839, tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi sua fidelidade à casa real — manifesta durante esses anos quando, feito 2º tenente, tomou parte nas lutas contra D. Miguel, às ordens do Duque de Bragança, imperador abdicatório do Brasil — que o levou a aproximar-se do projeto de construção do Estado a da nação brasileira. Em 1840, viajou ao Brasil, tendo frequentado reuniões do IHGB. No ano seguinte, por decreto Imperial, seria reconhecido súdito brasileiro. Desempenhou funções na diplomacia brasileira em Lisboa e em Madrid, o que lhe permitiu aprofundar as pesquisas arquivísticas e tornar-se o maior conhecedor da documentação sobre a história nacional.

Em Madrid, no ano de 1854, publicou o primeiro volume de sua História Geral do Brasil, na imprensa da Viúva de Rodriguez. Em 1857, quando deu à luz o segundo volume, não hesitou em acrescentar um "Discurso Preliminar". Este texto - que seria publicado também em Portugal, no mesmo ano, na revista O Panorama - era, na verdade, o desenvolvimento de outro, escrito em 1852, com o título "Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil?" e que havia sido lido em duas sessões da Academia de História de Madri. Tratava-se de uma "memória" que Varnhagen enviara ao Imperador em julho de 1852, que agora resolvia tornar pública, fazendo-a a introdução de sua obra para, assim, marcar sua posição anti-indianista e apresentar seus argumentos. No volume segundo de sua História, este discurso preliminar leva o título, sugestivo, de "Os índios perante a nacionalidade brasileira". Apesar de ter comungado com o ideal indianista nos seus primeiros textos**, o historiador resolveu assumir uma posição mais reacionária e contraria ao estilo e à temática que dominavam as primeiras letras brasileiras. Pagou um caro preço por isso, uma vez que protegida pelo imperador, a tribo indianista não aceitou a crítica que lhe impunha o sorocabano e o relegou a um certo ostracismo. Tanto assim, que por ocasião da segunda edição da História Geral do Brasil (Rio de Janeiro, Laemmert, 2 vols., 1877), Varnhagen amenizou o tom e retirou o "Discurso Preliminar". [...]

A terceira edição viria mais tarde, como parte do grande esforço de Capistrano de Abreu e de Rodolfo Garcia. A primeira versão deste trabalho foi perdida no incêndio da tipografia em 1907. Capistrano havia planejado uma obra em três volumes. Destes apenas o primeiro (já impresso) se salvou. Profundamente desanimado, desistiu da tarefa. Passou, contudo, "seu opulento acervo de notas e comentários" para Rodolfo Garcia que apenas em 1927, daria feito a publicação (em cinco volumes) da terceira edição integral da obra, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Esta, a partir da sua quarta edição (que foi revista por Rodolfo Garcia em 1949) é, sem dúvida, a definitiva.

A obra de Varnhagen se destaca como a mais importante História do Brasil escrita no século XIX. Como lembrava Capistrano de Abreu, "é preciso descobrir suas qualidades por baixo dos seus defeitos". Sua sombra, contudo, ainda nos

alcança. Muitos dos temas, assuntos, episódios revelados pelo historiador ainda marcam a historiografia brasileira e preenchem a memória nacional. Sua História Geral, repositório de valiosas informações, segue sendo leitura obrigatória para os interessados no período colonial.

Pedro Puntoni é professor da USP e diretor da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/node/454. Acesso em: 25 mar. 2011

Reprodução do texto em acordo com as condições da Brasiliana USP. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/orientacoes. Acesso em: 15 abr. 2011

Minhas notas:

Varnhagen dedica as primeiras partes de sua obra ao Brasil anterior à chegada dos europeus. Fala dos índios, seu modo de vida e cultura em geral, das condições do Brasil em termos de solo, plantações, clima etc.

Na p. 217, apresenta os colonizadores cristãos como gente boa, que não se envergonha "de roçar ou de cavar com a enxada, ao lado dos índios seus amigos, ou de algum escravo que desses adquiriram". Declara ele que esta atitude era de boa valia no processo de colonização, como "tendência civilizadora". Defende também os colonizadores de "injustas acusações" de violência contra os bárbaros:

Quanto a nós, tem-se clamado injustamente contra as tendências dos primeiros colonos de levarem a ferro e fogo os Bárbaros da terra, agrilhoando-os, matando-os ou escravizando-os. Não sejamos injustos com nossos antepassados [...]. Houve sim, como adiante veremos, quem abusasse, quem sem caridade pretendesse conculcar as leis divinas e humanas, e introduzir, com piratarias e crueldades, a anarquia e a dissolução nas primeiras povoações que o cristianismo fundava no Brasil. Mas tais monstros da sociedade eram a exceção. [...]

Por via de regra, para com os índios, os donatários conduziram-se ao princípio do melhor modo que lhes era possível. À frente de um limitadíssimo número de colonos, contando entre eles alguns escravos de Guiné, ou criminosos, senão inimigos figadais, por castigos que se tinham visto obrigados a aplicar-lhes ainda durante a viagem (p. 217) [nota: estamos aqui nos anos 1500, antes de João Ramalho, que virá a seguir no texto]

Diz o autor, alegando que diante da visível força e destreza com os arcos indígenas, os colonos não se atreveriam a estar contra eles "exceto em caso de demência" deixariam de reconhecer "que a melhor e mais segura política era a de atrair a si, pelos meios da persuasão, tais elementos de força". (p. 217)

Foi a experiência e não o arbítrio nem a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os Bárbaros, impondo-lhes à força e necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, e adotarem hábitos civilizados; começando pelos de alguma resignação e caridade, fazendo-se moralmente melhores; aproveitando-se de mais bens, incluindo os da traquilidade de espírito e da segurança individual, à sombra de leis protetoras. (Varnhagen, 1854, t. 1, p. 219)

QUADRO INFORMATIVO

Por ser demasiado extensa esta obra, composta de 5 tomos em 3 volumes, mais "A História da Independência do Brasil" (totalizando 2140 páginas), e por não ter sido esta uma obra utilizada diretamente com alunos no ensino da História, senão como fonte de consulta para aqueles que escreviam as referidas obras, procedo à busca das citações de negros com a utilização não de palavras chave por páginas, como nas demais obras investigadas, mas a partir dos índices. No índice, além das palavras habituais de busca, levam-me também à investigação alguns itens da história nas quais, em minha memória estudantil, encontro uma ligação direta com a escravidão, como é, por exemplo, o caso dos "engenhos de cana de açúcar".

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
T.I; Secção XI; p. 168	Escravaria africana	Crônica Primitiva das seis capitanias,cuja colonização vingou. (1558)	O que me atrai e este conteúdo é a menção de "engenhos de cana de açúcar", embora não haja no índice as palavras de busca. Encontro então: "A capitania de São Vicente contava, aos dezesseis anos de fundada, seis engenhos, mais de seiscentos colonos, e muita escravaria africana." Ao que, em nota de rodapé, se contesta. "Escravaria africana é pouco provável. O que Luis Góis diz em sua carta [1548] é [] nesta capitania entre homens mulheres e meninos há mais de seiscentas almas christãs, e de escravaria mais de três mil [].
T.I; Secção XIII; p. 214-215	Africanas	Vida dos primeiros colonos e suas relações com os índios.	Varnhagen fala do uso da língua indígena pelos africanos, citando o exemplo de africanos que vendiam água nas ruas, já em seu tempo gritando "Heh!", que, em Tupi, significa água. Das misturas raciais, o autor indica que entre os europeus e as índias as relações eram bem aceitas e naturais, descendendo deles a população inicial da colônia. Já com as africanas e as judias, as relações não eram bem vistas. A questão, indica ele, é principalmente a religiosa, uma vez que a índia quem não tinha outras crenças não deixaria de seguir a do esposo.
T.I; Secção XIV; p. 222		Escravidão de africanos. Perigos ameaçadores	Varnhagen trata do tema da escravidão. Citando a antiguidade e mesmo os evangelhos - que a admitem e reconhecem -, ele indica a introdução da escravidão africana como tendo ocorrido em primeiro lugar em Portugal uma espécie de continuação à da dos Mouriscos vencidos na guerra de religião, em represália ao que eles faziam. Os primeiros escravos africanos foram levados às ilhas da Madeira e Cabo Verde dada a abundância que deles havia na costa da guiné, tão próxima e senhorada por eles [os portugueses]. Diz o autor que, antes de serem levados de uma colônia a outra, todos os escravos deveriam passar pela capital, a fim de que fosse paga a sisa [impostos]. Com esse tráfego cada vez mais constante, Lisboa passa a ser um grande mercado de escravos – peças, então comparadas às bestas, considerados na lei romana como coisa venal -, sendo que alguns donatários portugueses deles se aproveitaram ali mesmo em Portugal pois tanto necessitavam de braços e não se sabia se poderiam contar com o gentio de suas capitanias. Varnhagen diz, ainda, que entende que negros vieram ao Brasil, junto com seus senhores, desde até mesmo a chegada das caravelas de Cabral ⁸² , porém em número não tão significativo como aconteceria mais tarde, depois de promulgada ilegal a escravidão do índio.
T.I; Secção XIV; p. 223	Escravos, escravidão, negros, africanos etc.	>>	Vamhagen discute aqui a necessidade real de se ter empregado os métodos da escravidão no Brasil colonial. Ele sugere que seguindo horas regulares de trabalho braçal do índio e dos colonos (juntos na lavoura) ter-se-iam obtido os resultados desejados. Conta, ainda, que Duarte Coelho sugeriu, em 1542, a Sua Majestade que alguns dos negros fossem aqui trazidos livres, ao que o rei declarou que não era possível, enquanto o prazo do contrato não expirasse.
>>	Escravos, escravidão, negros, africanos	>>	Como a colonização africana, distinta principalmente pela sua cor, veio para o diante a ter grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje um dos três elementos de sua população,

⁸² João de Barros (1778), em referência ao primeiro contato de Cabral com os nativos do Brasil, cita, claramente, pelo menos um Negro da Guiné, que não era decerto um escravo: "Os do batel, em quanto Pedralvares surgia hum pouco largo do porto, por não se amedrentar aquella nova gente mais do que o mostrava em fé acolher ao tezo, puzeram-se debaixo no mesmo batel, e começou hum Negro Grumete falar a língua de Guiné, e outros [negros?] que sabiam algumas palavras do Aravigo [árabe falado pelos mouros] [...]" (minha nota)

1			
	etc.		julgamos do nosso dever consagrar algumas linhas neste lugar a tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos de fabrico do açúcar, e moderadamente os da cultura do café; mas fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e sofreram os grilhões de escravidão, embora talvez com mais suavidade do que em nenhum outro país da América, começando pelos Estados Unidos do Norte, onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como todas as suas gradações.
T. I; Secção XIV, p. 222-230	Escravos, escravidão, negros, africanos etc.	>>	Tendo reconhecido a presença dos negros no Brasil, Varnhagen segue seu capítulo, descrevendo brevemente a origens dos que aqui vieram e a forma como eram capturados. Dos costumes de haver entre os africanos a tradição da escravização, alega, o autor que "Assim, ainda passando tais gentes ao Brasil, com as condições da escravidão romana, isto é, de serem coisa venal ou bem imóvel, melhoraram elas sua sorte [] e o certo é que passando à América, ainda que em cativeiro, não só melhoravam sua sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida, e com a civilização do cristianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos, e até notáveis, , do que no continente donde oriunda. Fala então, (sem conhecimento e com profundo desdém) dos cultos religiosos do africanos; de legados vocálicos e culinários que permaneceram na cultura brasileira; e segue descrevendo casos de pirataria; crimes comuns nas capitanias; abusos e reclamações ao rei; desmoralização das sociedade portuguesa e brasileira; escândalos protagonizados por eclesiásticos (incluindo crimes de morte), e outros assuntos, não voltando à questão do africano.
T. I; Sessão XX, p.341- 342	Escravidão, africanos, negros.	Prossegue o governo de Men de Sá. Sua Morte	Do fim da escravidão dos índios, que foram 'aliviados', especialmente pelos jesuítas, inicia-se [ou intensifica-se] a escravidão dos africanos, quando começaram os particulares a enviar navios, além do Atlântico a inquietar povos alheios, de igual barbaridade e a trazê-los em cadeias, e a fazer com que muitos falecessem nos navios []. E, transcreve o autor: Embarcam num navio, às vezes pequeno, quatrocentos ou quinhentos, e já o fedor ou catinga basta para matar os mais deles. Com efeito morrem muitos [] há quatro meses que dois mercadores sacaram para a Nova-Espanha [costa oeste dos EUA], de Cabo Verde, quinhentos; e numa só noite amanheceram mortos cento e vinte; porque os meteram como porcos num chiqueiro, ou ainda pior, debaixo da coberta [] e antes de chegarem ao México morreram quase trezentos." (Fr. Tomás de Mercado, 1569). Assim, mesmo reconhecendo os vícios da escravidão, Varnhagen alega que não se pode dispensá-la por uma geração mais, sem grandes males para o país. Apresenta uma das acusações de sua época aos jesuítas por não defenderem os negros como faziam aos índios ⁸³ "não pretendiam eles o domínio: não lhes agrada o clima", diz o autor. E segue o autor, o restante da secção, falando sobre Men de Sá, e índios e outras questões.

⁸³ Acusação esta da qual defende os jesuítas o padre Galanti (GALANTI, Compêndio da História do Brasil, 1896, p. 217-218).

T. II;	Escravidão,	Prossegue o	Referindo-se às riquezas do Brasil geradas nos engenhos de
Sessão	africanos, negros.	governo de Men de	açúcar, Varnhagen menciona as capitanias de Pernambuco e
XXIII, p.		Sá. Sua Morte	Bahia como as mais ricas do Brasil (nos anos 1500). Refere-se
14-15			aos altos números de engenhos, aos colonos e aos milhares de
			escravos africanos ali utilizados. Nada mais diz diretamente sobre
			os africanos neste volume.

Autor: VARNHAGEN, Francisco Adolfo (1816- 1878)
Obra consultada: História Geraldo Brasil (Edição Especial)
Título Original: História Geral do Brasil (1854-1857)

Edição: 10ª edição integral Local de publicação: São Paulo Editora: Universidade de São Paulo

Ano de publicação: 1981 Primeira publicação: 1854

Volume: 2 – 3 Tomos: III e IV

Número de páginas: 695

Ilustrações: 22 (sendo basicamente cenas do cotidiano e personagens ilustres) Vê-se entre elas: Henrique Dias (face) e uma cena intitulada "Transmigrações para as minas", na qual se veem negros - escravos, identificáveis pelos pés descalços.

Acervo: Particular – pesquisador sorocabano.

Condições da obra localizada: Excelentes. Livro com páginas costuradas, sem folhas soltas. Não infectada. Obra sem

rasuras. Capa grossa.

QUADRO INFORMATIVO

Como no primeiro volume, procedo à busca das citações de negros com a utilização não de palavras chave por páginas, como nas demais obras investigadas, mas a partir dos índices. No índice, além das palavras habituais de busca, levam-me também à investigação alguns itens da história em que, em minha memória estudantil encontro uma ligação direta com a escravidão, como é, por exemplo, o caso dos "engenhos de cana de açúcar".

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
T.III; Secção XXXV; p. 202	Mocambos	Os dois estados (do Maranhão e do Brasil), até a paz de 1668	Há, neste contexto, um breve relato com referência aos "pretos dos engenhos": Muitos dos pretos dos engenhos, agora mais ociosos, se haviam rebelado, formando nos matos quilombos, que assaltavam os proprietários e as fazendas. – A Câmara fez organizar tropas contra eles, cujo mando confiou ao Capitão Manuel Jordão da Silva, a quem foram outorgadas, além das crias, duas partes do valor dos escravos amocambados, que reduzisse; excetuando-se deste valor os que houvessem de ser processados por justiça e devendo esta resolução ficar servindo de regra para casos idênticos.
T.III; Secção XXXVI; p. 231	Palmares, mocambos	Desde o Tratado de 1668 até a execução do se 1681	Palmares é citado na abertura de um parágrafo, mas não há consistência na informação: "Pernambuco lutava contra os mocambos dos Palmares, na atual província das Alagoas, os quais se mantinham sempre em armas, apesar das derrotas que lhes dera, primeiro Antônio dias Cardoso e depois Fernão Carrilho". E o assunto é imediatamente levado a outra questão.
T.III; Secção XXXVII; p. 258- 259	Palmares , Zumbi	Desde o Tratado de 1681 até o de Aliança em 1703	De Palmares, nesta seção, o autor oferece uma descrição, em duas páginas. Conta que sua sujeição não foi obra de um, mas de "vários trabalhos e fadigas", que duraram muito anos. Diz ter lá havido mais de onze mil negros, em mocambos e quilombos independentes, e nega qualquer organização com leis especiais e que homens ali estivessem subordinados a um chefe que denominavam Zombi, expressão equivalente à com que na língua conguesa se designa Deus. O autor faz conjecturas sobre os Palmares e descreve seu espaço geográfico. Narra então os acordos de Domingos Jorge Velho com o governo e conclui: "Travou-se uma encamiçada campanha, da qual infelizmente não nos consta que houvesse um cronista, que perpetuasse mais esses heróicos feitos dos paulistas. Em 1695 tiveram lugar os mais sanguinolentos ataques; porém só em 1697 os Palmares se puderam julgar de todo conquistados. E aqui se encerra a citação do evento.

T.III; Secção XXXVII; p. 264	Negreria, negreiros,	>>	Devido à falta de braços sentida pelos colonos paulistas, para quem, não podiam ser levados escravos trazidos pelos negreiros da África, esses se lançaram aos sertões em caça de índios, no que comenta o autor: Segundo nossas ideias, menos mal faziam ao Brasil do que os traficantes negreiros, que já estavam começando a entulhar de negreria algumas cidades do litoral.
T.III; Secção XXXVII; p. 266	Negros,	>>	Depois de livres o índios e, com a morte de fome e por pestes dos negros, aumentou-se ainda os tributos sobre estes últimos. Para evitar que fossem levados às Minas, sendo desviados dos engenhos, foi proibida a comunicação entre Bahia e Pernambuco e Minas, sendo que mais tarde essa proibição foi substituída por nova tributação. O autor cita algumas leis que surgiram com vistas à lenta emancipação do negro, atrás de sua cristianização. "Tristes deviam ser por certo, as consequências de se embotar no coração do pobre escravo os sentimentos mais ternos da humanidade, separando, com as vendas, os pais dos filhos, os maridos das mulheres, o fiel servidor do menino que acompanhara na infância e a quem velara, na esperança de vir algum dia encontrar nele um senhor amigo e grato. Sem liberdade individual sem os gozos de família, sem esperanças de associar-se por si ou pelos filhos e netos à glória de pátria, que não fixava um século para sua redenção social, não havia que esperar do homem mui nobres sentimentos " (reticências do autor)
T.III; Secção XXXVII; p. 267	Africanos	>>	Caso curioso citado pelo autor é com referência à aguardente, que foi proibida de ser exportada à Angola, por ser prejudicial à saúde dos africanos, e um ano depois, foi liberada porque era um verdadeiro remédio para eles, segundo voto dos médicos. (Na nota, da edição atualizada temos a inforamação que a aguardente foi taxada, na saída de nossos portos por 1\$600, e na entrada de Angola, por mais 1\$600.) E aqui se encerram as citações relativas diretamente aos negros no volume.

Autor: VARNHAGEN, Francisco Adolfo (1816- 1878)
Obra consultada: História Geraldo Brasil (Edição Especial)
Título Original: História Geral do Brasil (1854-1857)

Edição: 10ª edição integral Local de publicação: São Paulo Editora: Universidade de São Paulo

Ano de publicação: 1981 Primeira publicação: 1854

Volume: 3 – 3

Tomos: V e História da Independência do Brasil

Número de páginas: 677

Ilustrações: 55 (sendo basicamente personagens ilustres e cenas do cotidiano) Dentre as cenas do cotidiano, em 5

delas, se veem figuras de negros.

Acervo: Particular – pesquisador sorocabano.

Condições da obra localizada: Excelentes. Livro com páginas costuradas, sem folhas soltas. Não infectada. Obra

sem rasuras. Capa grossa.

QUADRO INFORMATIVO

Como no primeiro volume, procedo à busca das citações de negros com a utilização não de palavras chave por páginas, como nas demais obras investigadas, mas a partir dos índices. No índice, além das palavras habituais de busca, levam-me também à investigação alguns itens da história em que, em minha memória estudantil encontro uma ligação direta com a escravidão, como é, por exemplo, o caso dos "engenhos de cana de açúcar".

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
T.V; Secção XLIX; p. 66	Escravos africanos	Contin. O Brasil durante a regência de Lisboa	Da população do Brasil, nos diz o autor: O número dos escravos africanos seguia em aumento, e só de Angola passaram ao Brasil, manifestados desde 1785 a 1794, mais de cem mil.
T.V; Secção XLIX; p. 66	Pretos e pretas de ganho	>>	Com referência a artistas brasileiros que têm valor reconhecido, o autor cita, entre vários nomes, Fernan-Nuñes, que pintou até os pretos e pretas de ganho e de quitandas, com saiotes e tangas de riscado.
T.V; Secção XLIX; p. 70	África, escravos	>>	Voltando a falar da população do Brasil, temos um novo dado: Em 1797 rendera a sua alfândega perto de trinta e sete contos, exportando-se por ela especialmente o algodão, e entrando da África 1854 escravos.
T.V; Secção LIV; p. 219	Escravos	Escritores viajantes e Imprensa	Do desembargador Veloso de Oliveira, paulista, magistrado na Ilha da Madeira, Varnhagen transcreve um texto a favor da libertação dos filhos de escravos: Por que razão me não será permitido desejar ao menos que no Brasil nasçam livres os filhos de escravos, e que a escravidão seja puramente pessoal, ou o triste prêmio daqueles que ela libertou da morte? A humanidade, os bons costumes, a indústria, a segurança interna e a defesa exterior ganhariam muito nesta feliz alteração Conviria talvez (e eu o creio) que os filhos dos escravos nascidos no seio da liberdade se conservassem nas casas onde viram a luz do dia até a idade de 25 anos, recebendo a competente educação e prestando os devidos e racionáveis serviços que deles se exigissem, sendo tratados como libertos ou órfãos, e aprendendo um ofício ou profissão de que pudessem viver ao depois.

Autor: VILLA-LOBOS, Raúl (1862-1899)

Obra consultada: História do Brasil: resumo didactico. **Edição**: 4ª "Consideravelmente correcta e augmentada" **Local de publicação**: Rio de Janeiro e São Paulo

Editora: Laemmert & Cia. Ano de publicação: 1896

Data da primeira edição: não encontrada

Volume: Único

Número de páginas: 191

Ilustrações: "Ornada com 23 gravuras" sem créditos (das quais em 3 se pode ver negros: Batalha de Guararapes, Grito

do Ypiranga e Batalha da Avahi)

Acervo: Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD), Acervos especiais – Biblioteca do Livro Didático - FEUSP **Condições da obra localizada**: Livro em mau estado de conservação. Desfaz-se ao ser folheado, mas todas as páginas estão fixadas. Aparentemente não infectada. Obra com poucas rasuras feitas por leitores. Capa grossa em mau estado.

Raúl Villa-Lobos, filho de imigrantes espanhóis, não nasceu entre as famílias da elite brasileira. No entanto, afirma Paulo Renato Guérios (2003), "foi apadrinhado por Alberto Brandão, então líder da maioria na Assembléia Provincial Fluminense e criador de um conceituado colégio secundário na cidade de Vassouras. Como resultado, Raul conseguiu completar seus estudos secundários, o que constituía um privilégio no Segundo Império e mesmo durante a República Velha. A educação recebida por ele em Vassouras possibilitou o que, de outra forma, seria inimaginável para uma criança sem recursos: o acesso à formação erudita. Raul aproveitou-a, no entanto, para investir em mais estudos. Paralelamente a seu trabalho como funcionário público da Biblioteca Nacional, ele escreveu alguns livros didáticos e outros de história, além de traduzir obras para o português. Intelectual polígrafo, ele incluiu entre seus interesses a paixão pela música erudita: sócio do Clube Sinfônico, Raul freqüentava a ópera e tocava música de câmara em sua casa com seus amigos, além de sempre tocar seu violoncelo e seu clarinete. Em diversas ocasiões, levou seu filho Heitor a concertos e mesmo a salões musicais na casa de Alberto Brandão. [...]

Por não ter constituído um amplo círculo de relações nem ter investido em uma carreira que lhe desse maiores retornos financeiros, a iniciação precoce em música erudita foi praticamente a única herança que Raul deixou a Heitor; em 1899, aos 37 anos, ele morria vitimado pela varíola. Seu filho foi então sustentado pela mãe, que trabalhou lavando guardanapos para a Confeitaria Colombo.

"História do Brasil: resumo didactico" se inicia com as viagens e descobrimentos marítimos e vai até o fim da Guerra do Paraguai e a Proclamação da República.

Na contra capa da obra há indicação de outras 10 já publicadas pelo mesmo autor.

QUADRO INFORMATIVO

PALAVRAS DE BUSCA: Escravo; Negro; Africano; Escravidão, Tráfico; Comércio de escravos; Liberto; Forro; Mulato; Crioulo.

Pág.	Termo/palavra utilizado	Contexto	Ocorrência/Citação
91-92	Escravos, quilombo (2x), Zambi, palmeirenses (2x), escravidão, liberdade	Capítulo XIX, Destruição dos Palmares, guerras civis dos mascates e emboadas. 1695-1709	I. – Durante o período em que os hollandezes estiveram em Pernambuco, grande número de escravos e desertores foram ocupar as faldas da serra da Barriga e ahi se estabeleceram, formando uma especie de republica, que é conhecida na historia sob a denominação de Palmares, em razão da grande abundancia de palmeiras que existiam em torno de suas habitações. A existencia desse quilombo cujo local dizem ficar entre Porto- Calvo e a cidade das Alagoas no sitio onde actualmente se mostram as villas de Atalaia e Jacuhype, trazia em constante sobressalto os moradores da circuvizinhança; e sua população augmentada cada vez mais com a chegada de novos

183- 184- 185	Capítulo XXXVI, Ultimos acontecimentos do reinado de D. Pedro II, desde o fim da guerra do Paraguay ate a sua deposição do governo e subsequente proclamação da Republica. 1870-1899	companheiros, era calculada em mais de doze mil almas; obedeciam a um chefe Zambi e suas crenças e costumes eram compativeis com o meio em que viviam. Por mais de meio século zombaram os palmeirenses do poder não só dos hollandezes como dos pernambucanos; estes em luctas com aquelles, só em 1687, depois de varias tentativas infructiferas, conseguiram aniquilal-os; ja anteriormente Antonio Dias Cardoso e depois Fernão Carrilho haviam feito guerra a esse quilombo sem contudo extinguil-o. O paulista coronel Domingos Jorge Velho, depois de conferenciar com o governador de Pernambuco Gaetano de Melo e Castro acerca das vantagens que auferiria si conseguisse destruil-os, para la marchou com seu regimento de Paulistas; depois de porfiado combate foram os palmeirenses que sobreviveram reduzidos a escravidão por não quererem imitar o seu chefe, que, seguido dos principaes, atirou-se do alto de uma montanha; morreram com a liberdade para não seguirem a cruel sorte que os aguardava. Arida e monotona é a historia do Brasil na procecução dos dois ultimos periodos decenaes do reinado de D. Pedro II, pois, apenas nos oferece nesse decurso factos esparsos e aconcatenados sem nehum carater philosophico e dentre os quaes salientam-se como dominante: a) o problema da extinção da escravidão; b) a delongada questão de limites com alguns Estados; b) a controversia episcopo-maçonica e d) questão militar que teve como complemento de uma phase inicial a proclamação da Republica. a) Em nenhum desses acontecimentos transparece a influencia directa do ultimo descendente bragantino em regiões americanas; assim, a solução do primeiro foi dada por sua filha, a princeza D. Isabel, que talvez coagida pela força das circunstancias, referendou a decisiva Lei de 13 de maio de 1888, tendo anteriormente sanccionado a de 28 de setembro de 1874, enquanto que seu augusto pai viajava por paizes estrangeiros. A historia da libertação do sangue africano no Brasil, alem desta, ultima data que relembra a lei promovida pelo visconde do Rio Branco em vi
		Em b, o autor discursa sobre os limites com Argentina, e em c, as mazelas entre a maçonaria e a Igreja, concluindo o capítulo.
		as mazeias entre a maçonana e a igreja, condumuo o capitulo.

APÊNDICE F - CARTA DE JOAQUIM NABUCO AO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SUA SANTIDADE, O PAPA LEÃO XII

Publicado originalmente no jornal O Paiz, de 20 de março de 1888, (apud GALANTI, v.5, 1913, p. 50-55)

Roma, 16 de janeiro de 1888

Eminencia Reverendissima. O acolhimento que Vossa Reverencia se dignou fazer-me desde que teve conhecimento do motivo que me trouxe a Roma, foi tão benevolo, que devo, antes de tudo, pedir a Vossa Eminencia, queira acceitar os meus profundos agradecimentos.

O Brasil é o unico paiz christão no qual a escravidão ainda é um estado legal. A duração foi limitada a quatorze annos e meio, a contar da data de 28 de setembro de 85, mas os doze annos que restam, parecem aos escravos uma eternidade de pena, e á nação, conscia do se crime, uma eternidade opprobrio.

Nós queremos, portanto, acabar com a escravidão a todo custo.

Felizmente para o nosso paiz, uma grande corrente de desinteresse o arrasta, desde os ultimos annos, para a rehabilitação moral.

Não ha mais entre nós festa de religião, nem acontecimento de familia, que não seja assignalado pelo resgate de algum infeliz ser humano. A manumissão tornou-se para nós uma forma preferida de caridade publica e privada, a inscripção essencial de todo acontecimento feliz, o tributo de saudade aos mortos queridos, a polidez para com o extrangeiro e o hospede, em uma palavra, o uso nacional por excelencia.

No Brasil latino e catholico, é preciso dizel-o em honra de nossa religião e de nossa raça, não se achou um único individuo, como nos Estados-Unidos protestantes se achou um povo inteiro, para defender o principio da escravidão. O paiz inteiro comprehendeu desde as primeiras palavras da propaganda abolicionista, que elle estava em erro. Si o interesse moral não prevaleceu desde logo sobre o interesse material, todavia em pouco tempo venceu-o e subjugou-o.

Na obra da libertação nacional, a obra das manumissões expontaneas tem sido e continuará a ser tão grande, que no dia em que acabar a escravidão, a historia ha de dizer que a abolição no Brasil não foi a cathastrofe de uma guerra civil, nem o constrangimento de uma lei imposta aos proprietarios, mas sim o resultado de sua propria abnegação sob a dupla pressão da consciencia e do patriotismo.

Si, entretanto a nação já fez bastante para assegurar esse resultado futuro, não é menos sério que ella persevera ainda em uma grande falta para com Deus e contra o homem e que, sómente por culpa do Brasil, o martyrio da raça negra não cessou de todo na Christandade. É esse resto de barbaria que nós queremos immediatamente acabar, tanto mais que a escravidão se torna mais funesta á medida que se approxima o seu termo, por causa dos ressentimentos de alguns senhores desapossados perante a impaciencia dos escravos deante mão libertados.

É o momento Eminencia Reverendissima, em que a Egreja Catholica poderia prestar á nação brasileira o mais brilhante serviço, apressando com a intervenção extranha aos poderes políticos, o fim da crise em que entrámos, e na qual estamos arriscados a perder, por culpa de

nossa resistencia, de ora em deante inutil, o beneficio da obra de reparação quasi realizada pelo senso moral do paiz com uma abnegação sem exemplo em toda a longa historia da escravidão.

Foi por o ter pensado que emprehendi a presente perigrinação do Brasil a Roma, na esperança, na fé que o coração do santo Padre se deixaria tocar pela magnitude do auxilio que elle póde prestar aos mais humildes e desagraçados dos filhos da Egreja.

A occasião não podia ser mais favoravel. O Soberano Pontífice acaba de receber do Brasil um despacho telegraphico annunciando que as senhoras brasileiras haviam celebrado o jubiléu de Sua Santidade alforriando duzentos e cincoenta escravos. A casa das centenas seria, entretanto, estreita para o computo das libertações a que o jubiléu deu logar entre nós. É por milhares que será preciso calcular os escravos para os quaes soou nesse dia a hora da redempção.

Com effeito, sem excepção quasi, os bispos brasileiros declararam em cartas pastoraes, notaveis por sua eloquencia evangelica, que o modo mais digno e mais nobre de celebrar a festa sacerdotal de Leão XIII era para os possuidores darem liberdade aos seus escravos, e para os outros membros da comunhão empregarem em carta de alforria os dons que quizessem offerecer ao Santo Padre.

O appelo moralmente universal dos nossos prelados não podia deixar de exercer a maior influencia sobre o movimento abolicionista, que já arrastava comsigo a opinião, e dahi seguia-se uma manifestação religiosa e nacional, que pela sua propria grandeza mostra que a abolição no Brasil, não é mais uma divergencia entre partidos politicos, mas o proprio criterio da consciencia moral do paiz. Pela manumissão de multidões de escravos em nome do Santo Padre, o seu jubiléu ficará sendo a elevação á liberdade de centenas de familias brasileiras.

De todos os dons postos aos pés de Leão XIII, o tributo do Brasil sob a fórma desses libertos christãos que de longe tomam parte em sua glorificação universal — contraste impressivo nesta mesma Roma com o cortejo de escravos que nos trimphos pagãos eram o symbolo do mundo — essa humilde e triste offerta do Brasil é talvez a unica que terá feito ao Santo Padre derramar lagrimas de reconhecimento.

Eis ahi, Eminencia Reverendissima, a esplendida occasião que se offerece ao Soberano Pontifice, de interceder, de intervir, de ordenar em favor dos escravos brasileiros. Dessas cartas de alforria depositadas deante de seu augusto throno, Leão XIII pode fazer a semente da emancipação universal. Uma palavra de Sua Santidade aos senhores catholicos, no interesse dos seus escravos, catholicos como elles, não ficaria encerrada nos vastos limites do Brasil, mas teria a circumstancia mesma da religião e penetraria por toda parte onde a escravidão ainda existe no mundo como uma mensagem divina de paz.

O papa acaba de canonizar o Padre Claver, o Apostolo dos Negros, na epoca adeantada da civilização em que vivemos, ha infelizmente ainda bastante escravidão para que Leão XIII possa accrescentar aos seus titulos o de "Pde. Dos Escravos". Alguns dos seus illustres predecessores procederam por vezes contra a escravidão, que, tendo por unica origem o trafico esta comprehendida nas bullas, que o condemnaram, mas os tempos em que esses immortaes pontifices falaram, não são o nosso; a humanidade então não havia ainda comprehendido, nem feito esforços para expiar o seu horrivel crime de tantos seculos contra a Africa, cujas raças infelizes nunca cessaram de soffrer, sob outras fórmas do mesmo preconceito, a triste fatalidade da sua côr.

Um acto de Leão XIII, generoso, ardente, inspirado na espontaneidade de sua alma, e que fosse dirigido contra a maldição que pesa sempre sobre uma grande parte da familia christan, seria um beneficio incalculavel para aquellas raças. Sua Santidade está collocado em uma posição, na qual não pode ver nenhuns outros interesses sinão os da religião; nessa questão da escravidão, porém, o sangue que seria seu privilegio poder ainda resgatar, é o proprio sangue que Deus derramou a serviço do homem.

Eu sou por demais humilde, Eminencia Reverendissima, para pode expor eu mesmo a Sua Santidade o estado da questão dos escravos no Brasil, e não me cabe a mim suggerir áquelle que se inspira no proprio Deus, a fórma do seu mandamento em favor dos escravos christãos. Fique isso nas mãos do Papa. Elle é o irmão do escravo, tanto como o pae do senhor.

Possa elle falar a ambos, e a sua palavra tornar-se-a uma fonte perpetua em que as gerações sucessivas das duas raças virão beber a consolação e o reconhecimento.

Si, no entanto, Vossa Eminencia Reverendissima pensasse que devia advogar eu proprio a minha causa perante o Santo Padre, eu me poria ás suas ordens. Mas entrego-me com inteira confiança a Vossa Eminencia junto á Sua Santidade.

O cardeal Manning, que me honrou de modo tão particular dando a Vossa Eminencia a carta de apresentação que eu tive a honra de entregar-lhe, aconselhou-me que pedisse ao Santo Padre a repromulgação das bullas dos seus santos predecessores contra o trafico e a escravidão. Eu, porém, espero mais, si é possivel. Espero um acto pessoal de Leão XIII mesmo, em relação com a generosa iniciativa dos nossos bispos e com a memoravel solemnidade de seu jubiléu.

Nenhum pensamento politico intervem da supplica que eu dirijo ao chefe do mundo catholico em favor dos mais infelizes dos seus filhos. Eu não quero sinão por o seu coração de pae em communicação direta com os seus corações. Desse contacto da compaixão divina e desse martyrio não pode jorrar sinão a onda da misericordoa, que eu espero, e por ella o jubiléu de Leão XIII será assignalado na historia como uma grande data de redempção humana em toda parte onde a raça negra, pela dureza sómente do interesse mercenario, pudesse ainda, na ignorancia de seu coração e na degradação do seu estado, dizer-se ou julgar-se a orphan de Deus.

Eu tenho a Honra, Eminencia Reverendissima, de apresentar-vos a humilde homenagem do meu profundo respeito.

Joaquim Nabuco Membro do Parlamento Brasileiro 16 de janeiro de 1888.



The eye sees only what the mind is prepared to comprehend. Henri Bergson